

**FONÉTICA**

**SIN**

**SEMÂNTICA**

**PERCURSOS EM LINGUÍSTICA:**

# **TEORIAS, ABORDAGENS E PROPOSTAS**

Patrick Rezende  
Guilherme Brambila  
(Organizadores)

**PRAGMÁTICA**

**FONOLOGIA**

**TRADUÇÃO**

**MORFOLOGIA**



**Pedro & João**  
editor

**DISCURSO**

**PERCURSOS EM LINGUÍSTICA:  
TEORIAS, ABORDAGENS E PROPOSTAS**



**Patrick Rezende  
Guilherme Brambila  
(Organizadores)**

**PERCURSOS EM LINGUÍSTICA:  
TEORIAS, ABORDAGENS E PROPOSTAS**

**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Patrick Rezende; Guilherme Brambila [Orgs.]**

**Percursos em linguística: teorias, abordagens e propostas.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 405p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-5869-743-5 [Impresso]**

**978-65-5869-744-2 [Digital]**

1. PERcursos Linguísticos. 2. Pesquisa em Linguística. 3. Teoria e prática. 4. Abordagens e propostas. I. Título.

---

CDD – 410

**Capa:** Petricor Design

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/ Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2021

A Lillian DePaula,  
Que sempre buscou traduzir palavras, artes e sentimentos.  
Nosso eterno obrigado!

**Poema-flor**  
(para Lillian DePaula)

Júlia Almeida

Chega leve,  
presença altiva,  
traça missão:  
juntar mundos, povos, línguas;  
nos deseducar do peso de ser um;  
ser o outro, dar-se.  
Me traduz para os outros.

Faz um mapa próprio,  
embaralha Sul, Norte.  
Tudo é meio para as conexões mais raras,  
guarani e inglês.  
Descoloniza-se,  
descoloniza-nos.

Não para,  
de aldeias indígenas em aldeias globais,  
poliniza humanidades.  
Deixa um imenso legado de saberes entrecruzados,  
de encontros científico-afetivos,  
de mentes fecundadas.

Merece um poema sem fim,  
de gentilezas,  
delicadezas,  
palavras-força,  
abraços saudosos  
e dias melhores;  
que descreva em detalhe a vista da Barra do Jucu,  
tomando um café,  
a varanda de Manhattan,  
a descida do Rio Negro,  
Manaus;  
um poema-flor,  
flores,  
muitas flores.

## APRESENTAÇÃO

Definir ou até mesmo limitar um campo específico no qual a linguística contribui contemporaneamente seria uma tarefa inglória. Mesmo que o escopo de trabalho do(a) linguista seja claramente situado na investigação dos fenômenos manifestados a partir da língua, o raio de abrangência e importância das ciências da linguagem tem se expandido, na constante busca pela transformação social via socialização acadêmica.

Dentre as várias possibilidades de se compartilhar conhecimento e atualização à área, os periódicos científicos se tornaram uma importante ponte no alinhamento, debate e qualificação do que produzimos na linguística. Por tamanha relevância e responsabilidade, esta coletânea celebra a primeira década da revista científica *PERcursos Linguísticos*, do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL – UFES).

Iniciada em 2011 com a proposta de ser um periódico feito por e para discentes do PPGEL – UFES, a *PERcursos* tornou-se plataforma para o compartilhamento de trabalhos qualificados em diversas áreas da linguística, como os Estudos Analíticos-descritivos da Linguagem, os Estudos de Texto e Discurso, a Linguística Aplicada e os Estudos da Tradução. Além de uma década de publicações de artigos científicos nas áreas mencionadas, passaram pela *PERcursos Linguísticos* dossiês temáticos sobre diferentes abordagens e entrevistas com pesquisadores renomados nacional e internacionalmente. Tais feitos concretizaram o destaque e a relevância do periódico na socialização acadêmica entre linguistas e demais pesquisadores interessados.

Na perspectiva de manter esse compromisso de compartilhamento, esta coletânea traz artigos de pesquisadores engajados no avanço e atualização de suas respectivas áreas,

demonstrando com a relevância de seus textos as diversas possibilidades de trabalho que conferem à linguística contemporânea seu status de ciência plural diante das diversas demandas da vida humana permeadas pela linguagem.

Os autores convidados para o presente livro são importantes colaboradores e responsáveis pelo crescimento e projeção da *PERcursos Linguísticos* ao longo destes dez anos, por meio de seus pareceres, de suas proposições e participações nos dossiês temáticos, entrevistas e divulgação. Por este e por todos os demais aceites à revista, nosso grande agradecimento.

A coletânea segue em essência o escopo da *PERcursos*, visto que apresenta trabalhos diversos com diferentes abordagens, teorias e práticas. Apesar da proposital diversidade, o leitor terá a oportunidade de encontrar em cada contribuição a persistência na realização de um trabalho sério que reafirma a importância da linguística no mundo contemporâneo, bem como as inúmeras possibilidades de se encarar os desafios em se perseguir problemas relacionados à linguagem.

Nós, que compomos a atual gerência na editoria do periódico, desejamos aos leitores uma rica experiência de leitura e contato com os múltiplos percursos possíveis em linguística, de modo que esta obra se torne não apenas uma referência atualizada acerca do trabalho do(a) linguista na contemporaneidade, mas uma oportunidade de encontrar nas próximas páginas os motivos que nos engajam a acreditar nas ciências da linguagem como campo de transformação social.

Patrick Rezende  
Guilherme Brambila

## SUMÁRIO

<b>DE VOLTA AO PASSADO PARA BUSCAR ENTENDER O FUTURO: REVISITANDO EFEITOS LEXICAIS NA CONCORDÂNCIA NOMINAL EM AMOSTRAS DA FALA CARIOCA DE 1980</b>	<b>11</b>
Maria Marta Pereira Scherre	
<b>QUALIDADE DE VOZ EM MÚSICAS DO <i>IRON MAIDEN</i></b>	<b>73</b>
Alexsandro Meireles	
<b>MAS, AFINAL, O QUE É MESMO PRAGMÁTICA?</b>	<b>95</b>
Maria da Penha Pereira Lins	
<b>A PRAGMÁTICA NOS ESTUDOS DAS PATOLOGIAS DA LINGUAGEM E DA COMUNICAÇÃO</b>	<b>117</b>
Crisbelli Domingos Elena Godoy	
<b>A REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA DOS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO</b>	<b>133</b>
Micheline Mattedi Tomazi Joelson de Maria Rocha	
<b>NECROPOLÍTICAS NOS PORÕES DA LINGUÍSTICA</b>	<b>167</b>
Isadora Machado Luiz Felipe Andrade Silva	
<b>LINGUA(GEM) E ENUNCIADO: UMA PROPOSTA VERBIVOCOVISUAL DA/NA FILOSOFIA BAKHTINIANA</b>	<b>209</b>
Luciane de Paula José Antonio Rodrigues Luciano	

<b>OS LUGARES DO CÍRCULO DE BAKHTIN NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: REFLEXÕES EM DUAS ESFERAS</b>	<b>235</b>
Luciano Vidon Guilherme Brambila	
<b>OS INCOMODADORES E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES E PROVOCAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA</b>	<b>269</b>
Daniel Ferraz Janaina Gonçalves	
<b>LER HISTÓRIAS EM SALA DE AULA: PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO COM INTERTEXTUALIDADE</b>	<b>299</b>
Janayna Bertollo Cozer Casotti	
<b>FILOSOFIA DA ALEGRIA COMO DISCURSO DO SAMBA</b>	<b>323</b>
Júlia Almeida Monyque Assis Suzano	
<b>SOBRE TRADUZIR E ENSINAR: O LOCAL DA QUINTA HABILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO</b>	<b>337</b>
Patrick Rezende	
<b>O USO DE ELEMENTOS DA NARRATIVA COMO FATORES INDICADORES DE ESTILO PARA INVESTIGAR TRADUÇÕES DE HEART OF DARKNESS PARA O ESPANHOL: UM ESTUDO SOBRE ESTILÍSTICA TRADUTÓRIA</b>	<b>365</b>
Mayelli Caldas de Castro	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b>	<b>397</b>
<b>SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES</b>	<b>399</b>

# DE VOLTA AO PASSADO PARA BUSCAR ENTENDER O FUTURO: REVISITANDO EFEITOS LEXICAIS NA CONCORDÂNCIA NOMINAL EM AMOSTRAS DA FALA CARIOCA DE 1980<sup>1</sup>

Maria Marta Pereira Scherre

## Um pouco de história

Na minha tese de doutorado, defendida em 1988, analisei a variação da concordância de número entre elementos do sintagma nominal, em uma amostra de fala de 64 pessoas – Amostra Censo 1980 - organizada pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), com sede no Departamento de Linguística e Filologia da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (OLIVEIRA e SILVA; SCHERRE, 1996, PAIVA; DUARTE, 2003; PAIVA; GOMES, 2016, PAIVA; PAREDES SILVA, 2012, PAIVA; SCHERRE, 1999, SCHERRE; RONCARATI, 2008).<sup>2</sup> A relação das 64 pessoas cujos dados foram analisados está nos Anexos 1, 2 e 3 deste texto, em três quadros, organizados por Scherre (1988, p. 25-

---

<sup>1</sup> Agradeço o honroso convite do Patrick Rezende para escrever este texto para o livro que comemora os 10 anos da Revista PerCursos Linguísticos, tão bem conduzida pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde me encontro em atividade desde 2008. Escrevi este texto com muito prazer. Agradeço também as duas leituras atentas da versão quase final deste texto, feitas por Lays de Oliveira Joel Lopes, com quem convivo desde 2010. Lays é ex-orientanda, amiga e companheira de muitas jornadas. Patrick e Lays, vocês são 10!!! Muito obrigada, de coração.

<sup>2</sup> O Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) acaba de reorganizar seu site, disponível em <https://peul.lettras.ufrj.br/>, com detalhes muito interessantes, entre os quais se incluem dados de cinco amostras disponíveis à comunidade. Acesso em 29 de agosto de 2021.

26). A amostra foi assim estratificada: sexo, feminino e masculino; anos de escolarização, de 1-4 anos (antigo primário), de 5-8 (antigo ginásial) e de 9-11 (antigo colegial), comparáveis hoje, respectivamente, à primeira fase do ensino fundamental, à segunda fase do ensino fundamental e ao ensino médio; e faixa etária, de 7-14 anos, 15-25, 26-49 e acima de 49 anos.

Demonstrei que a concordância de número entre os elementos do sintagma nominal no português brasileiro é um caso de variação ordenada, nos termos da Teoria da Variação e da Mudança Linguística, em função de variáveis internas e externas (LABOV, 2008 [1972], 1994). Retomo neste texto a análise e a discussão da variável independente (grupo de fatores ou variável preditora) *traços mórficos, semânticos e estilísticos do substantivo elou do adjetivo* de Scherre (1988, p. 265-277), na abordagem que considera cada elemento flexionável do sintagma nominal como um dado de análise, para todos os dados, denominada de análise atomística (SCHERRE, 1988, p. 62-280, 1998, p. 178-182). Desenvolvi uma segunda análise para os sintagmas nominais de mais de dois constituintes, considerando o sintagma nominal inteiro como um dado, denominada de análise não atomística, com o objetivo de obter um entendimento mais amplo da variável independente *Posição entre elementos nucleares e não nucleares e posição dos elementos nucleares dentro do SN* (SCHERRE, 1988, p. 281-375). Essa variável, às vezes renomeada de *posição linear dos núcleos nominais e a posição relativa dos elementos não nucleares*, é um dos aspectos fundamentais para o entendimento da variação ordenada da concordância nominal variável (SCHERRE, 1988, p. 142-167, 198-240, 1994a, p. 40-41, 1996, p. 91-104, 1998, p. 163-171, 2001a, p. 468-465, SCHERRE; NARO, 1997, p. 103-106, 1998, p. 513-520, 2005, p. 53-56), mas não é o foco deste texto.

A observação atenta dos dados na década de 1980 me permitiu evidenciar de pronto que havia uma frequência visível dos itens *pessoa* e *coisa*, com comportamentos distintos em relação à variação da concordância nominal. Após a quantificação dos dados, verifiquei que havia 356 ocorrências do item *pessoa*, com 292 casos

com concordância de plural expressa (82%), e 580 ocorrências do item *coisa*, com 209 casos de concordância de plural expressa (36%) (SCHERRE, 1988, p. 266), cuja variação se ilustra pelos casos relacionados de (1) a (6) para o item *pessoa* (três casos com concordância explícita de plural e dois sem concordância, em itálico) e de (7) a (12) para o item *coisa* (três casos com concordância explícita de plural e três sem concordância, também em itálico). Entre parênteses, ao final de cada exemplo, apresento as características das pessoas que produziram os dados: suas iniciais e seu número na amostra, sexo (fem. ou masc.), anos de escolarização (identificados por um número e a inicial E) e anos de idade (identificados por um número e pela inicial I). Relembro que os detalhes de todas as pessoas da amostra estão nos anexos 1, 2 e 3.

- (1) “as *pessoas* procuram” (Joa10, fem. 4anosE. 27anosI)
- (2) “são umas *pessoas* que eu estimo muito (Mon54, fem. 6anosE. 12anosI)
- (3) “isperando que as otras *pessoas* façam” (Par41, masc. 11anosE. 26anosI)
- (4) “as otas *pessoa* taca garrafa” (Sam01 masc. 4anosE. 18anosI)
- (5) “pedacinho de comida pra nu sei quantas *pessoa*” (Adr63, fem. 7anosE. 12anosI)
- (6) “fico deiz minutos, eu comprimento vinte *pessoa*” (Glo48, fem. 11anosE. 52anosI)
  
- (7) “meu pai gosta... das mesmas *coisas*” (Joa10, fem. 4anosE. 27anosI)
- (8) “ele gosta das *coisas* muito certa” (Ari30 fem. 8anosE. 43anosI)
- (9) “aqui se faz muitas *coisas* absurda” (Hel34, fem. 11anosE. 62anosI)
- (10) “eles dão as *coisa* pra gente” (Jup06, fem. 4anosE. 18anosI)
- (11) “puque nu dava pa conciliá as duas *coisa*” (Cla27, masc. 8anosE. 32anosI)
- (12) “essas *coisa* eu gosto” (Mar22, fem. 10anosE. 17anosI)

Essa nítida distinção de concordância, com o item *pessoa* favorecendo a concordância com um percentual de 82% e o item *coisa* desfavorecendo a concordância com um percentual de 36%,

me fez levantar a hipótese de estar em jogo o efeito do traço [+Humano] ou [-Humano] no processo de variação analisado. Todavia, dando continuidade à análise, verifiquei que o item *cara* e a expressão substantivada *outro*, ambos também com traço [+Humano], diferentemente do item *pessoa*, se apresentavam com baixo percentual de concordância - 32%: 90 casos com marca explícita de plural em um total de 280 (SCHERRE, 1988, p. 266). Assim, após análise fina dos dados (SCHERRE, 1988, p. 265-276), concluí que o traço de efeito mais forte para a não explicitação da concordância, nessa variável, era a maior informalidade do item lexical, que também abarca os casos no grau diminutivo e aumentativo e os substantivos relativos a animais.

Efeito semelhante, sem o controle de itens lexicais específicos, foi observado por Lopes (2014, p. 135-147; 2020a, p. 293-304), que analisou a concordância nominal na fala da comunidade rural de Santa Leopoldina, na região serrana do estado do Espírito Santo. A grande diferença entre os resultados de Lopes (2014, p. 139; 2020a, p. 301) e os de Scherre (1988, p. 271-272) está nos casos de grau morfológico normal [+Humano, +Coletivo] (“as melhores *equipe* lá”) de efeito favorecedor de concordância nos dados do Rio de Janeiro e desfavorecedor de concordância nos dados de Santa Leopoldina: esses itens demandam análise futura para o entendimento dessa diferença.

Em suma, é a variável *traços mórficos, semânticos e estilísticos do substantivo le ou do adjetivo* (SCHERRE, 1988, p. 265-277) que vamos revisitar aqui, tendo em vista que a pesquisa continua.

Vamos contextualizar a razão dessa revisita, em efusivo andamento, mas já com resultados que merecem exposição para a comunidade. Em 15 e 26 de setembro de 2014, participei do *IV Encontro de Sociolinguística: diferentes olhares sobre o português brasileiro* (NARO; SCHERRE, 2014), organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de

Minas Gerais (UFMG) e com o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), com o apoio da CAPES e do Centro de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento Regional (CPEDR).

Durante os debates, sempre muito respeitosos, o professor Eduardo Amaral (AMARAL, 2014), um dos participantes de uma mesa organizada pela professora Jânia Ramos (RAMOS, 2014) com um trabalho intitulado *O comportamento linguístico dos nomes gerais nos falares mineiros*, ponderou que os resultados que apresento na minha tese sobre o efeito contundente da informalidade léxica na concordância nominal teriam a ver com a questão dos nomes gerais, um vez que *coisa* e *pessoa* são nomes gerais por excelência e os mais frequentes no português brasileiro (AMARAL; RAMOS, 2014, p. 34, 41-59, 83-100). Dois outros itens arrolados são *negócio* (AMARAL; RAMOS, 2014, p. 61-74) e *trem* (AMARAL; RAMOS, 2014, p. 75-82).

A ideia me interessou muito, embora eu tenha trabalhado apenas configurações nominais com alguma marca expressa de plural e não me lembro de ter observado nenhum caso de uso de *trem* em estruturas plurais nas 64 horas de fala carioca analisada, como um caso de nome geral. Nos termos de Amaral e Ramos (2014, p. 13), nomes gerais são comumente denominados de nomes genéricos, de abrangência conceitual máxima. Em outro texto sobre o tema, Amaral e Lourenço (2015, p. 1) ponderam que os “falantes de uma língua utilizam palavras de conteúdo semântico pouco especificado quando não sabem, não querem ou não podem nomear a entidade a que se referem. Essas palavras têm sido denominadas de nomes gerais”. Nesse segundo texto, avaliam também em detalhes que o item *cara* é mais um bom candidato a nome geral.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Deixo aqui meu agradecimento amigo a Eduardo Amaral, com quem passei a ter mais contato sobre os nomes gerais, pelos debates e, em especial, por dois convites para participar da banca de mestrado de Santos (2021) e da banca de doutorado de Guilherme (2021), que me estimularam a escrever este texto de uma análise de revisita em andamento. Agradeço ao Eduardo também pelo envio de material e pela amável atenção às mensagens trocadas.

Só em 2017 é que fui me envolver com uma categorização lexical mais detalhada dos dados do Rio de Janeiro da década de 1980, quando recebi um amável convite para participar do *II Encontro sobre Categorias Nominais*, a se realizar em 8 de junho de 2017, no POSLIN da Faculdade de Letras (FALE) da UFMG, sob a organização do professor Eduardo Amaral e da professora Aléxia Teles Duchowny. Convite aceito, debrucei-me sobre os dados e fiz uma codificação mais detalhada dos dados e lá apresentei meus resultados. É essa codificação mais detalhada que retomei agora em 2021 e detalhei um pouco mais, para produzir um relato ainda muito amplo da análise, porque a codificação já conta com mais de 50 categorias, ainda sem o rigor teórico e metodológico que envolve os nomes gerais. Fiz diversos agrupamentos, porque a pesquisa está sendo revisitada continuamente e precisa de maior uniformização de algumas categorias que podem ser importantes no futuro.

Delineada essa contextualização histórica, passamos à análise e apresentação dos dados da variável denominada por Scherre (1988) de *traços mórficos, semânticos e estilísticos do substantivo e/ou do adjetivo*, precedida brevemente da base teórica da ferramenta estatística.

## **Análise da variável lexical revisitada**

### **Base teórica e ferramenta estatística**

Neste texto, vamos nos ater a apresentar os efeitos aspectos lexicais na variação da concordância nominal, mas a modelagem de nossa análise envolve nove variáveis estatisticamente significativas, que podem ser visualizadas no Quadro 1, mais à frente. A análise dos dados foi feita sob a perspectiva da Teoria da Variação e da Mudança Linguística (LABOV, 2008 [1972]), 1994, WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]), cujo pressuposto básico é o da heterogeneidade linguística ordenada em função de aspectos internos e externos, inerentes aos eventos linguísticos reais.

Os resultados estatísticos foram gerados pelo programa Goldvarb X (SANKOFF, 1988, SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005). Esse programa foi desenhado para efetuar análises multivariadas de uma variável dependente binária – o fenômeno variável sob análise com duas variantes – em função de variáveis independentes (grupos de fatores ou variáveis preditoras) de efeitos fixos,<sup>4</sup> com nível de significância ou  $p$  valor de 0,05, para a rejeição da hipótese nula, que postula que a variação observada nos dados é completamente aleatória, ou seja, sem significância estatística no nível do  $p$  valor arbitrado. Nesse sentido, o ideal para o analista é que a hipótese nula seja rejeitada, o que implica, por consequência, a indicação de variáveis significativas do ponto de vista estatístico. A significância linguística pertence única e exclusivamente ao analista, no caso ao linguista, com base em algum suporte teórico ou em sua própria intuição analítica e perspicaz dos dados sob análise. Nessa perspectiva analítica, a intuição é uma excelente fonte de análise de dados, mas não da produção de dados. A ferramenta estatística é um auxiliar exemplar, mas os números não falam por si. A ciência não é um dogma e, sim, uma abordagem dos dados de forma mais objetiva possível. Variáveis espúrias, com significância estatística, mas sem significância na realidade, podem existir, mesmo que não seja esse o objetivo de um analista consciente e respeitoso pelos dados disponíveis.

À luz do modelo matemático subjacente ao Goldvarb X e a todas as versões do pacote Varbrul de análises de variáveis dependentes com duas variantes (CEDERGREN; SANKOFF, 1974, NARO, 1981; 2012 [2004]; ROUSSEAU; SANKOFF, 1978, SANKOFF, 1988;

---

<sup>4</sup> Há novas ferramentas quantitativas muito usadas a partir de 2010, em especial, as da *Plataforma R*. Entre diversos programas de análise de regressão múltipla, há os de efeitos mistos, com possibilidade de introduzir variáveis independentes de efeito aleatório como o indivíduo e/ou o item lexical, recurso ainda não disponível no Goldvarb X. O *Rbrul*, por exemplo, programa desenhado por Johnson (2009), faz uma ponte com o Goldvarb X (cf. GOMES, 2014). Tagliamonte (2012, p. 120-161) apresenta diversas possibilidades de análises quantitativas. Recursos da *Plataforma R*, especialmente voltados para os linguistas brasileiros, podem ser vistos no incrível curso de Oushiro (2017).

SANKOFF; LABOV, 1979; TAGLIAMONTE, 2012), os pesos relativos (frequências corrigidas ou projetadas) são grandezas no intervalo entre 0 e 1 - análogos a probabilidades – e indicam (1) favorecimento da variante de referência, se estiverem acima de 0,500; (2) desfavorecimento, se abaixo de 0,500; e (3) efeito intermediário ou ponto neutro, se iguais a 0,500. A interpretação de 0,500 como efeito intermediário ou ponto neutro depende, respectivamente, da distribuição equilibrada dos dados pelos fatores ou da alta concentração dos dados em um dos fatores com “uma frequência de ocorrência que se aproxime da frequência total observada em todo o *corpus*” (GUY; ZILLES, 2007, p. 239). Mesmo assim, Sankoff (1988, p. 989) explicita que “é a *comparação* dos efeitos de quaisquer dois fatores em um grupo de fatores (medida pelas suas diferenças) que é importante, e não seus valores individuais”.<sup>5</sup>

Antes dos resultados e das discussões da variável lexical, apresentamos no Quadro 1 detalhes da modelagem da análise revisitada da concordância nominal da amostra PEUL de 1980.

---

<sup>5</sup> No original: “...it is the *comparison* of any two factors in a factor group (as measured by their difference) which is important, and not individual values.” (SANKOFF, 1988, p. 989)

**Quadro 1:** Modelagem da análise da variação da concordância plural expressa entre elementos do sintagma nominal em dados da década 1980, deste texto, com análise de regressão múltipla de efeitos fixos pelo programa Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005): amostra da fala do Rio de Janeiro organizada pelo Programa de Estudos sobre o uso da Língua (PEUL)

Nove variáveis independentes analisadas, na ordem de codificação e recodificações	Ordem de seleção estatística das nove variáveis analisadas, sem nenhuma eliminada	$p$ valor ou nível de significância	Número de fatores de cada variável independente na análise final para este texto	Percentual de concordância explícita de plural (variante explícita de plural/total dos dados analisados)
Posição linear dos núcleos nominais e posição relativa dos elementos não nucleares	Primeira	0.000	Sete fatores	70,7% (9.254/13095)
Saliência fônica da oposição singular plural em formato binário	Segunda	0.000	Dois fatores	70,7% (9.254/13095)
Marcas precedentes ou paralelismo sintagmático	Quinta	0.000	Cinco fatores	53,1% (4.194/7.904)
Contexto fonético/fonológico seguinte	Nona	0.000	Três fatores	70,7% (9.254/13095)
<b>Aspectos lexicais</b>	<b>Quarta</b>	<b>0.000</b>	<b>24 fatores</b>	53,1% (4.078/7680)
Sexo	Sexta	0.000	Dois fatores	70,7% (9.254/13095)
Anos de escolarização	Terceira	0.000	Três fatores	70,7% (9.254/13095)
Faixa etária	Oitava	0.000	Quatro fatores	70,7% (9.254/13095)
Contato com a mídia	Sétima	0.000	Três fatores	70,7% (9.254/13095)

Fonte: elaboração própria

## Resultados e discussões

Os resultados da variável lexical, foco deste texto, são apresentados na Tabela 1, uma tabela extensa, com 24 fatores, subdividida em partes no interior deste texto, com exemplos internos para cada fator analisado com o objetivo de ilustrar de forma clara a análise dessa variável complexa. No Anexo 4, os resultados dos 24 fatores podem ser observados em uma só Tabela, para uma visão de conjunto. Organizamos esses resultados em subconjuntos bem naturais com relação à variável lexical, em busca de um melhor entendimento da variação ordenada que estamos revisitando.

Na primeira parte da Tabela 1, a seguir, apresentamos resultados de quatro itens lexicais de grau morfológico normal:

(i) pronome pessoal *eles/elas* (“*ai* juntavam todos *eles*” vs. “*todos ele* era nascido aqui”);

(ii) item *peessoa* (“*as pessoas* procuram” vs. “*as otas peessoa* taca garrafa”);

(iii) item *coisa* (“*ele* gosta das *coisas* muito certa” vs. “*ele* fala as *coisa* errada, né?”)

(iv) item *cara* (“*ai* chega aqueles *caras...*” vs. “*ai* veio aqueles *cara* correno atrás dele”)

Os resultados indicam que o pronome pessoal *eles/elas* e o item *peessoa* favorecem concordância de plural explícito, com pesos relativos e percentuais altos: 0,842/82,4%; 0,819/81,8%. O item *peessoa* sempre faz referência a entidades humanas (AMARAL; RAMOS, 2014, p. 91) e 90% dos casos de pronome *eles/elas* também se referem a entidades humanas. Os itens *coisa* e *cara* desfavorecem concordância explícita plural: 0,342/35,9%; 0,252/21,4%. Assim, *peessoa* e *coisa*, dois nomes gerais por excelência (cf. AMARAL; RAMOS, 2014, p. 41-59, p. 83-100), apresentam efeitos opostos: *peessoa* favorece a presença da concordância; *coisa* a desfavorece, embora *peessoa* e *coisa* sejam, sim, os dois itens lexicais específicos mais frequentes na amostra analisada. O item *peessoa* perfaz 4,6% dos casos e o item *coisa*, 7,6%. O item *cara*, analisado por Scherre (1988, p. 268-270) como marcado quanto à informalidade, apresenta efeito oposto

ao do item *pessoa*, ambos com o traço [+Humano]. Portanto, nem o traço humano nem a classe de nomes gerais dão conta da presença/ausência de concordância nominal de forma consistente. Amaral e Lourenço (2015) avaliam que o item *cara* é também um bom candidato a nome geral no português brasileiro. Concordamos com os autores, mas, por ora, ainda não vemos com clareza se é o fato de ser nome geral que faz com que a concordância explícita seja desfavorecida. Até prova em contrário, a maior informalidade de *cara* e *coisa* e a não marcação quanto à informalidade de *pessoa* e do pronome *eles/elas* é que permitem entender a variação da concordância plural expressa. Enfatizamos que o item *pessoa* e o pronome *eles/elas* transitam por qualquer tipo de discurso, mas os itens *cara* e *coisa* tendem a ocorrer em discursos informais.

**Tabela 1: (parte 1)** Efeito de aspectos lexicais na presença concordância nominal de número no português brasileiro: amostras da fala da comunidade do Rio de Janeiro da década de 1980 coletadas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)

	Total→	53,1% (4078/7680)	100,0%
Fatores ou categorias, com exemplos	Peso relativo dos fatores	Frequência de variante explícita de plural	Percentual de ocorrência dos fatores
<b>1. Pronome pessoal <i>eles/elas</i> e substantivos específicos de grau morfológico normal</b>			
<b>1.1 pronome pessoal <i>eles/elas</i></b> <i>“aí juntavam todos <i>eles</i>”</i> (Jaq56, fem. 8anosE. 14anosI) <i>“todas <i>elas</i> tem um estatuto”</i> (Pac20, masc. 8anosE. 25anosI)  <i>“todos <i>ele</i> era nascido aqui.”</i> (Cid32 masc. 8anosE. 58anosI)	0,842	82,4% (42/51)	0,7%
<b>1.2 item <i>peessoa</i> - grau normal</b> <i>“as <i>peessoas</i> procuram”</i> (Joa10, fem. 4anosE. 27anosI) <i>“isperando que as otras <i>peessoas</i> façam”</i> (Par41, masc. 11anosE. 26anosI) <i>“fico deiz minutos, eu comprimento vinte <i>peessoa</i>”</i> (Glo48, fem. 11anosE. 52anosI) <i>“as otas <i>peessoa</i> taca garrafa”</i> (Sam01 masc. 4anosE. 18anosI)	0,819	81,8% (292/357)	4,6%
<b>1.3 item <i>coisa</i> - grau normal</b> <i>“cumeçô a contá as <i>coisas</i> da vida”</i> (Jaq56, fem. 8anosE. 14anosI)	0,342	35,9% (210/585)	7,6%

<p>“ele gosta das <i>coisas</i> muito certa” (Ari30 fem. 8anosE. 43anosI)  “aqui se faz muitas <i>coisas</i> absurda” (Hel34, fem. 8anosE. 62anosI)  “essas <i>coisa</i> eu gosto” (Mar22, fem. 10anosE. 17anosI)  “eles dão as <i>coisa</i> pra gente” (Jup06, fem. 4anosE. 18anosI)  “ele fala as <i>coisa</i> errada, né?” (Edb07, masc. 4anosE. 41anosI)</p>			
<p><b>1.4 item <i>cara</i> - grau normal</b>  “aí chega aqueles <i>caras</i>...” (Eve43, fem. 9anosE. 42anosI)  “pos <i>caras</i> irem pra lá” (Dal18, fem. 4anosE. 71anosI)  “só tinha uma chapa de uns <i>caras</i> pelegos” (Pac20, masc. 7anosE. 25anosI)  “maioria dos <i>cara</i> que tão acostumado a ficá no restaurante...” (Ana40, fem. 9anosE. 18anosI)  “aí veio aqueles <i>cara</i> correno atrás dele” (Ale55, masc. 7anosE. 13anosI)  “converso cum os <i>cara</i>, disabafo” (Jos64, masc. 8anosE. 14anosI)</p>	0,252	21,4% (18/84)	1,1%

Fonte: elaboração própria

Como já se encontra em Scherre (1994b, p. 150-154), retomando os resultados de Scherre (1988), a maior ou menor informalidade léxica é uma contrapartida interna de efeitos da monitoração discursiva na concordância nominal, que foram observados:

1) por Scherre (1978, p. 53-77, 92), em sua dissertação de mestrado com 10 falantes do Rio de Janeiro, por meio da variável *grau de formalismo*, caracterizada em função do conhecimento ou não conhecimento da gravação por parte de três falantes: com conhecimento da gravação, verificava-se tendência a mais concordância plural explícita; sem conhecimento da gravação, verificava-se tendência a menos concordância plural explícita;

2) por Dias (1993, p. 144-147), também em sua dissertação de mestrado, na fala urbana e rural da grande Brasília, em função da variável *interação no processo de coleta de dados*, caracterizada pela situação de entrevista sociolinguística propriamente dita e pela situação de narrativa de estórias com base em “gravuras sequenciadas”: os dados das narrativas em função das gravuras, com claras características de um evento mais monitorado, apresentaram mais concordância nominal do que os dados das falas extraídas das entrevistas;

3) por Pereira e Scherre (1995, p. 1), em trabalho inédito, com dados de um só falante, morador de Brasília, pós-graduado e administrador de uma fazenda, em contextos interacionais com interlocutores distintos: interação com o patrão, com forte favorecimento da concordância (0,97); interação com a família, com efeito favorecedor intermediário (0,66); e a interação com os funcionários da fazenda, com forte desfavorecimento da concordância (0,11) (cf. também Scherre e Naro (2014, p. 349));

4) por Scardua (2018a), em sua dissertação de mestrado com dados de 46 pessoas gravadas pelo Projeto Português falado na cidade de Vitória (Portvix), na capital do estado do Espírito Santo, com análise minuciosa em função do aspecto estilístico com base *na árvore da decisão laboviana*: relativamente, a fala monitorada favorece mais concordância nominal e a fala casual a desfavorece em dados de falantes do ensino superior (0,522 vs. 0,332), do ensino médio

(0,515 vs. 0,400) e do ensino fundamental (0,524 vs. 0,341), com significância estatística, em análises separadas dos três conjuntos de dados por anos de escolarização dos falantes (SCARDUA, 2018a, p. 162, 170, 176, 177);

5) por Lopes (2020a), em sua tese de doutorado, com dados de 44 pessoas da Amostra da zona rural de Santa Leopoldina, na parte mais rural do estado do Espírito Santo, em que se observa o efeito o efeito do contexto interacional em função da *origem da entrevistadora*: se de fora da comunidade analisada, os entrevistados tendiam a favorecer mais concordância nominal (0,592); se de dentro da comunidade, sozinha ou acompanhada pela entrevistadora de fora da comunidade, os falantes, relativamente, tendiam a desfavorecer a concordância nominal expressa (0,460 e 0,438) (LOPES, 2020a, p. 113, 283-284).

Assim, o efeito de aspectos estilísticos sobre a concordância nominal é inequívoco, mas a entendimento de sua relação com os nomes gerais ainda precisa de mais lupa. No desenrolar da produção deste texto, consultei a internet em busca de uma lista de nomes gerais para o português brasileiro, a fim de discutir os resultados dos dois próximos blocos de substantivos, parte 2 da continuação da Tabela 1: *itens mais informais com traço [+Humano]* e *itens mais informais com traço [-Humano]*. Embora eu ainda não tenha encontrado a lista, tive a grata surpresa de me deparar com um texto de Amaral e Lourenço (2015), *O comportamento linguístico do nome cara no português brasileiro*, já citado anteriormente, em que os autores apresentam ponderações muito interessantes sobre a propriedade de o item *cara* também ser um nome geral à semelhança de *pessoa* e *coisa*, embora menos prototípico. O fundamental para os nossos propósitos nesse momento é que, além de os autores relatarem observações sobre caráter informal do item *cara*, eles nos brindam com resultados semelhantes aos de Scherre (1988) para os itens informais, no sentido de que “com respeito à variação de número, a marca de [-s] de plural ocorre com mais frequência, quando aplicável, nos determinantes que acompanham *cara*, sejam artigos ou demonstrativos (...), mas há registros da

concordância nominal no próprio item de acordo com a gramática normativa (...)" (AMARAL; LOURENÇO, 2015, p. 53) como em "eu vi dois caras brigando no meio da procissão (...)". À mesma página, esses dois autores levantam a hipótese de que "a presença da marca de plural pode ser sido favorecida pelo fato de haver um numeral anteposto". Realmente, os resultados de Scherre (1988, p. 229 - Tabela 6.2.3.28) também apontam que, com relação aos efeitos dos fatores da variável marcas precedentes, a presença de numeral na primeira posição do sintagma nominal favorece mais marcas no substantivo subsequente do que a presença de uma marca -s presente nos elementos flexionáveis nessa mesma posição. A diferença entre esses dois fatores não é robusta, mas Scherre (2001b, p. 97), ao fazer uma comparação com o trabalho de Poplack (1980), observa que ela é estatisticamente significativa.

Vamos agora caminhar pelos nossos resultados na Continuação da Tabela 1 (parte 2), com relação aos fatores *itens mais informais com traço [+Humano]* ("pessoal da velha guarda, os *coroas*" vs. "me amarro naquelas *coroa*") e *itens informais com traço [-Humano]* ("faz aqueles *lances* todos locos, né?"/"coisas do arco da velha, né? uns *troços* assim" vs. "tá fritando uns *troço*... me ispirra"/"anota aqueles *negócio* todo lá"). Esses dois subconjuntos desfavorecem a concordância nominal plural, com, respectivamente, peso relativo de 0,300 (percentual de 28,1%) e de 0,068 (percentual de 7,6%), em que, mesmo assim, se observa diferença visível.

**Tabela 1: (parte 2)** Efeito de aspectos lexicais na presença concordância nominal de número no português brasileiro: amostras da fala da comunidade do Rio de Janeiro da década de 1980 coletadas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)

<b>Continuação da Tabela 1 (parte 2)</b>	Total →	53,1% (4078/7680)	100,0%
Fatores ou categorias, com exemplos	Peso relativo dos fatores	Frequência de variante explícita de plural	Percentual de ocorrência dos fatores
<b>2. Outros substantivos de uso mais informal de grau morfológico normal</b>			
<p><b>2.1 itens mais informais com traço [+Humano]:</b>  <i>coroa/milico/ pivete / mina/paraíba e assemelhados</i>  “pessoal da velha guarda, os <i>coroas</i>” (Pac20, masc. 8anosE. 25anosI)  “os <i>milicos</i> que estão por trás disso...” (Pac20, masc. 8anosE. 25anosI)  e havia os <i>pivetes</i> que brincavam neste pátio” (Glo48, fem. 11anosE. 52anosI)</p> <p>“me amarro naquelas <i>coroa</i>”  (Car19, masc. 6anosE. 20anosI)  “a maioria das <i>mina</i> eu cunheço”  (Jor64, masc. 5anosE. 11anosI)  “lá vai... os dois <i>paraíba</i>”  (Fra53, masc. 5anosE. 11anosI)</p>	0,300	28,1% (9/32)	0,4%

<p><b>2.2 itens mais informais com traço</b>  <b>[-Humano]:</b> <i>negócio/lance/troço/barato/</i>  <i>bandalha/cantada/cabeçada e asseme-lhados</i>  “faz aqueles <i>lances</i> todos locos, né?” (Jaq56, fem. 8anosE. 14anosI)  “coisas do arco da velha, né? uns <i>troços</i> assim” (Hel44, fem. 11anosE. 44anosI)  “nessas <i>bandalhas</i> aí, né?”  (Pac20, masc. 8anosE. 25anosI)</p> <p>“ela recebe trinta <i>cantadas</i>”  (Jov26, masc. 8anosE. 32anosI)  “anota aqueles <i>negócio</i> todo lá”  (Mag47, 11anosE. 53anosI)  “tá fritando uns <i>troço</i>... me ispirra” (Jov26, masc. 8anosE. 32anosI)  “ela faz massagem, esses <i>barato</i>, né?” (Ana40, fem. 9anosE. 18anosI)  “vai dar... muitas <i>cabeçada</i>”  (Glo48, fem. 11anosE. 52anosI)</p>	0,068	7,6% (8/105)	1,4%
--	-------	--------------	------

Fonte: elaboração própria.

Fiz uma busca nos dados do subconjunto 2.2 - *itens mais informais com traço [-Humano]* - e verifiquei que, dos 105 casos desse subconjunto, 51 são do item *negócio* (48,6% dos casos), também classificado como nome geral por Amaral e Ramos (2014, p. 61-74). Mais do que isso, constatei que os 51 casos estão sem a marca explícita de plural, à semelhança do que é relatado por Amaral e Ramos (2014, p. 65). Vejamos mais exemplos a seguir:

(13) “em casa, istudando os *negócio* dela” (Adr61, fem. 5anosE, 14anosI)

(14) “prifiro morá sozinha, tê o meu dinheiro, e fazê meus *negócio*” (Adr61, fem. 5anosE, 14anosI)

(15) tem que ficá rodiando lá... pra procurá coisa, biscoito esses *negócio*” (Vin60, masc. 4anosE, 9anosI)

(16) “e assim... tem... tiro todo o dia, esses *negócio*” (Ale55, masc. 7anosE, 13anosI)

(17) “aqueles *negócio*, que eles falam” (Mar50, fem. 2anosE, 8anosI)

(18) “o Edson, o japonês, ... os *negócio* dele é lutar...” (Ros52, fem. 4anosE, 10anosI)

(19) “aqueles *negócio* lá deve ser” (Mar22, fem. 10anosE, 17anosI)

(20) “pa comprar uns *negócio* aí pa mim, que eu vô” (Ubi21, masc. 8anosE, 20anosI)

(21) “pegamo lá uns *negócio* pra tapiá.” (EDp13, masc. 4anosE, 62anosI)

(22) “cê tem que fazer prova, né? intrevista, esses *negócio* todo” (Fat23, fem. 8anosE, 15anosI)

(23) “poca importância aos... *negócio* que eu perco” (Eve43, fem. 9anosE, 42anosI)

(24) “comprá o material de custura, botão, blusa, esses *negóçu*” (Val24, fem. 8anosE, 15anosI)

(25) “tirá impressão digital, aqueles *negócio* e pronto.” (Mar22, fem. 10anosE, 17anosI)

Os itens *pessoa*, *coisa* e *negócio*, categorizados por Amaral e Ramos (2014) como nomes gerais, e o item *cara*, avaliado como um bom candidato a nome geral por Amaral e Lourenço (2015), envolvem poucas reduções fonéticas. Pelo controle da coleta dos

dados feito à época, há apenas um caso de *negoçu*. A influência detalhada de itens com redução fonética como um indutor de menor presença de [-s] de plural está na nossa pauta de trabalho. Como os dados são muitos, iniciamos nossa jornada pelo item substantivado *outro*, que há muito chamava a nossa atenção, inicialmente analisado junto ao item *cara* (SCHERRE, 1988, p. 256-276).

Verificamos que há três instâncias do item substantivado *outro*: item pleno *outro*, sem nenhuma perda de substância fônica; item *otro*, com perda da semivogal da primeira sílaba; item *oto*, com perda adicional do *r* na segunda sílaba, como se ilustra, respectivamente, em 3.1, 3.2 e 3.3, na parte 3 da continuação da Tabela 1. Ainda sem teste de significância entre os efeitos dos fatores, que o Goldvarb X não faz automaticamente, podemos ver uma hierarquia interessante: as instâncias plenas do item *outro* favorecem a concordância plural explícita - peso relativo de 0,663; as instâncias de *otro* - só com redução de ditongo - apresentam efeito intermediário, com ligeiro desfavorecimento da concordância plural explícita - peso relativo de 0,486; e as instâncias de *oto* - com redução do ditongo e queda do *r* - desfavorecem ainda mais a concordância plural explícita - peso relativo de 0,335.

**Tabela 1: (parte 3)** Efeito de aspectos lexicais na presença concordância nominal de número no português brasileiro: amostras da fala da comunidade do Rio de Janeiro da década de 1980 coletadas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)

<b>Continuação da Tabela 1 (parte 3)</b>	Total →	53,1% (4078/7680)	100,0%
Fatores ou categorias, com exemplos	Peso relativo dos fatores	Frequência de variante explícita de plural	Percentual de ocorrência dos fatores
<b>3. Item <i>outro</i> substantivado</b>			
<b>3.1 com realização plena: <i>outro</i></b> “e brinca melhor que os <i>outros</i> ” (Adm61, fem. 6anosE. 14anosI) “cumeçô a... a falar dos <i>outro</i> ” (Adm61, fem. 6anosE. 14anosI)	0,663	59,5% (25/42)	0,5%
<b>3.2 apenas sem ditongo: <i>outro</i></b> “eu falei pros <i>otros</i> ” (Nel49, masc. 1anoE. 7anosI) “os <i>otro</i> vai te achar chata” (Ros52, fem. 4anosE. 10anosI)	0,486	43,9% (36/82)	1,1%
<b>3.3 sem ditongo e sem <i>r: oto</i></b> “oz <i>otos</i> dizem que... é mentira” (Ale55, masc. 7anoE. 13anosI) “contar com os <i>otos</i> ” (Dor19, fem. 8anosE. 44anosI) “vinha os <i>otos</i> eu deixei vim” (Edb07, masc. 4anosE. 41anosI) “os <i>oto</i> não reagiru não” (Mar51, masc. 3anosE. 9anosI) “o que qui os <i>oto</i> vão pensar?” (Car19, masc. 6anosE. 20anosI) “o que é dos <i>oto</i> ” (Dav41, masc. 11anosE. 31anosI)	0,335	25,3% (21/83)	1,1%

Fonte: elaboração própria

Observa-se, portanto, que a perda de massa fônica provoca maior perda de concordância plural explícita. Até agora não podemos inferir que itens que não sofrem redução necessariamente favorecem mais concordância plural explícita, pois os nomes gerais *coisa* e *cara* não apresentam redução e, também, provocam maior perda de concordância plural explícita, mas, com base em nossa pesquisa em andamento, já pudemos ver que outros processos de redução conduzem também a menos concordância plural explícita, como em *homi* e em diminutivos masculinos *cabelim branquim*. Esses fatos nos conduzem a usar, no futuro, o programa Rbrul de Johnson (2009), ou outro de natureza semelhante, que nos permita controlar cada realização dos itens lexicais em uma variável independente, facilitando o tratamento da frequência lexical e permitindo a ponderação da variável lexical como de efeito aleatório.

Na linha de Scherre (1988) sobre o efeito contundente da menor formalidade léxica permitindo sistematicamente elementos nominais com menos marcas explícitas de plural, revisitei os casos que ocorrem no grau diminutivo e no grau aumentativo, mais típicos de interações menos monitoradas, sem avaliar efeitos de processos de redução. Ainda na busca do efeito da animacidade, recodifiquei os dados de 1980 no formato exemplificado e apresentado na parte 4 da continuação da Tabela 1. Relatamos, inicialmente, que (1) só há um caso de diminutivo do nome geral *cara* (“nu adianta os *carinha* ficarem discutino”), por ora, junto com os demais casos de grau diminutivo [+Humano] e (2) só há um caso de diminutivo de parte do corpo (“ela abriu os *olhinhos*”), junto, também por ora, com os casos de grau diminutivo [-Humano, -Animado]. Pelos resultados da Continuação da Tabela 1 - parte 4, verificamos que os quatro fatores de grau diminutivo/aumentativo desfavorecem a presença de marca explícita de plural, com efeitos relativamente diferentes e com hierarquia parcialmente inversa, em termos da expectativa da hierarquia da animacidade.

**Tabela 1: (parte 4)** Efeito de aspectos lexicais na presença concordância nominal de número no português brasileiro: amostras da fala da comunidade do Rio de Janeiro da década de 1980 coletadas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)

<b>Continuação da Tabela 1 (parte 4)</b>	Total-→	53,1% 4078/7680)	100,0%
Fatores ou categorias, com exemplos	Peso relativo dos fatores	Frequência de variante explícita de plural	Percentual de ocorrência dos fatores
<b>4. Substantivos e adjetivos substantiva-dos de grau diminutivo ou aumentativo</b>			
<b>4.1 itens [+Humano]</b> “a cara das <i>menininhas</i> ” (Ana40, fem. 9anosE. 18anosI) “o Natal dos <i>velhinhos</i> pobres” (Glo48, fem. 11anosE. 52anosI) “eles... querem ser sempre os <i>machões</i> , né?” (Mag47, fem. 11anosE. 53anosI) “entrou aqueles <i>minininho</i> , né?” (San39, fem. 9anosE. 16anosI) “arrecadar os <i>velhinho</i> que...” (Mgl48, fem. 11anosE. 52anosI) “sei quem é... uns <i>garotão</i> grandão” (Ros52, fem. 4anosE. 10anosI)	0,438	54,2% (26/48)	0,6%
<b>4.2 itens [-Humano, +Animado]</b> “lá na escola, tinha uns <i>gatinhos</i> ” (Mon54, fem. 6anosE. 12anosI)	0,176	13,8% (4/29)	0,4%

<p>“é a que tinha dois <i>cachorrinho</i>” (Eri59, fem. 3anosE. 9anosI)</p> <p>“eru dois <i>cachorrão</i> desse tamanho” (Nil12, fem. 4anosE. 45anosI)</p>			
<p><b>4.3 itens [-Humano, -Animado]</b></p> <p>“tem aquelas <i>lojinhas</i> bem baratinhas que...” (Joa10, fem. 4anosE. 27anosI)</p> <p>“tinha aquelas <i>carrocinha</i> de padeiro” (Dav42, masc. 11nosE. 31anosI)</p> <p>“dois <i>dentão</i> inorme que ela arranco” (Mal16, fem. 4anosE. 56anosI)</p>	0,305	34,5% (29/84)	1,1%
<p><b>4.4 itens específicos [-Humano, -Ani-ma-do]: <i>coisinha e negocinho</i>:</b></p> <p>“e outras <i>coisinhas</i> que...” (Ari30, fem. 8anosE. 43anosI)</p> <p>“faço outras <i>coisinha</i>. Adoro” (Mgl48, fem. 11anosE. 52anosI)</p> <p>“limpa aqueles <i>negocinho</i>...” (Ana40, fem. 9anosE. 18anosI)</p>	0,073	8,3% (1/12)	0,2%

Fonte: elaboração própria

Entre os casos de grau diminutivo/aumentativo, os itens [-Humano, +Animado] são mais desfavorecedores da concordância nominal expressa (peso relativo de 0,176) do que os itens do grau diminutivo/aumentativo [-Humano, -Animado], relativamente menos desfavorecedores da concordância nominal expressa (peso relativo de 0,305). Com relação a essa inversão parcial da hierarquia de efeitos dos traços, salientamos que isso se alinha ao efeito dos itens de grau morfológico normal referente a animais, de traços [-Humano, +Animado], que também é menor, com peso relativo de 0,322 (cf. parte 8 da Continuação da Tabela 1) do que o efeito de itens diversos de grau normal de traço [-Humano -Animado], com peso relativo de 0,456 - um pouco maior (cf. item 9.4 da Continuação da Tabela 1).

Além disso, na análise de Lopes (2014, p. 145), o primeiro caso mais desfavorecedor de marca explícita de plural no grau diminutivo/aumentativo é também constituído pelos itens [-Humano, +Animado] – com peso relativo de 0,154 -, os quais são o segundo caso de efeito mais desfavorecedor na análise de Lopes (2020a, p. 300) – com peso relativo de 0,224, que, como já foi dito, é a ampliação da análise de Lopes (2014).

Portanto, essa inversão da hierarquia da escala da animacidade pode ser interpretada à luz da hipótese de Lopes (2014, p. 147; 2020b, p. 1218-1222), que postula que o maior desfavorecimento da concordância expressa com itens [-Humano, +Animado] – menções a animais - tem a ver com a intimidade do falante com os itens lexicais de sua comunidade, também na linha da informalidade léxica de Scherre (1988), pondero eu.

O diminutivo dos itens gerais *coisa* e *negócio*, por sua vez, embora com apenas 12 dados, se apresenta com efeito quase categórico para a não concordância em nossos dados. Há apenas um caso com plural, que é do diminutivo de *coisa* (*outras coisinhas*). Assim, o item geral *negocinho* também não se pluraliza nos dados do Rio de Janeiro da década de 1980, à semelhança de *negócio*, como já relatamos.

Portanto, ser nome geral, estar no grau diminutivo e ser de maior informalidade e/ou da intimidade dos falantes, são,

conjuntamente, condições que propiciam forte desfavorecimento da marca explícita de plural, ao lado de outras condições já conhecidas, que têm a ver com a posição dos elementos nominais mais à direita no sintagma nominal, com a menor saliência fônica na relação singular plural e com a presença de uma marca zero de plural no elemento nominal imediatamente precedente a partir da segunda posição.

Como já sabemos que a concordância aumenta na amostra do Rio Janeiro coletada em 2000 (NARO; SCHERRE, 2013; SCHERRE; NARO, 2014), será prazeroso analisar os efeitos lexicais nessa segunda amostra com mais concordância de forma geral. Enfim, aqui se aplica bem o paradoxo cumulativo de Labov (2008 [1972], p. 236): “*quanto mais se conhece uma língua, mais se pode descobrir sobre ela*”,<sup>1</sup> que nos instiga a ampliar essa compreensão para o comportamento de outros itens lexicais, com relação à variação ordenada que envolve a concordância nominal no português brasileiro.

Vejamos a seguir mais resultados, agora para o grau morfológico normal e diminutivo/aumentativo dos adjetivos; e grau diminutivo do quantificador *todo*, nas partes 5 e 6 da Continuação da Tabela 1.

---

<sup>1</sup> No original, “the more that is known about a language, the more we can find out about it.” (LABOV, 1972, p. 202)

**Tabela 1: (partes 5 e 6) Efeito de aspectos lexicais na presença concordância nominal de número no português brasileiro: amostras da fala da comunidade do Rio de Janeiro da década de 1980 coletadas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)**

<b>Continuação da Tabela 1 (partes 5 e 6)</b>	Total-→	53,1% 4078/7680)	100,0%
Fatores ou categorias, com exemplos	Peso relativo dos fatores	Frequência de variante explícita de plural	Percentual de ocorrência dos fatores
<b>5.Adjetivos</b>			
<b>5.1 adjetivo de grau morfológico normal:</b> “faz aqueles lances todos <i>locos</i> , né?” (Jaq56, fem. 8anosE. 14anosI)  “as otras turmas <i>grande</i> , tem lá no pátio” (Nelson49 ZMV) “ele fala as coisa <i>errada</i> , né?” (Edb07, masc. 4anosE. 41anosI)	0,681	51,6% (232/450)	5,9%
<b>5.2 adjetivo de grau diminutivo ou aumentativo:</b> “tem aquelas lojinhas bem <i>baratinhas</i> que...” (Joa10, fem. 4anosE. 27anosI)  “contar umas barreirinhas <i>pequeninha</i> ” (Mag47, fem. 11anosE. 53anosI) “aqueles cara <i>brabão</i> mesmo” (Pac20, masc. 7anosE. 25anosI)	0,384	16,7% (5/30)	0,4%
<b>6 Quantificador <i>todo</i> no diminutivo</b>			
“cabou cu panos <i>todinhos</i> : fez ropa prá buneca” (San39, fem. 9anosE. 16anosI)  “perdeu até os documento dela <i>todinho</i> ” (Jos64, masc. 8anosE. 14anosI) “acabaram minhas prova <i>todinho</i> ” (Ana40, fem. 9anosE. 18anosI) “fazendo essas miséria <i>todinha</i> ” (Ire17, fem. 4anosE. 52anosI)	0,484	8,3% (1/12)	0,2%

Fonte: elaboração própria

Nos resultados da Tabela 1 (partes 5 e 6), podemos observar que o adjetivo de grau morfológico normal (item 5.1) favorece a concordância explícita de plural, com peso relativo de 0,681. O adjetivo (item 5. 2) e o quantificador no grau diminutivo (parte 6), por sua vez, caminham na mesma linha de desfavorecimento da concordância explícita de plural, com pesos relativos respectivos de 0,384 e 0,484.<sup>1</sup>

Na Continuação da Tabela 1 (partes 7 e 8), apresentamos outros dois conjuntos de grau morfológico normal: o conjunto 7 - *menções a partes do corpo*; e o conjunto 8 - *menções a animais*, já mencionados ao falarmos dos diminutivos/aumentativo [-Humano, +Animado] em páginas anteriores.

A nossa expectativa era de que as *menções a parte do corpo de grau normal* desfavorecessem concordância explícita de plural, como vimos na análise não atomística de Scherre (1988, p. 350), que envolveu os sintagmas nominais de mais de dois elementos. Em 1988, foram identificados 14 sintagmas desse tipo, com apenas três com todas as marcas de plural (21%). Em nossa revisita aos dados na abordagem atomística, envolvendo também os sintagmas nominais de dois elementos, registramos 43 dados de *menções a parte do corpo*, com 26 casos com concordância explícita de plural, a saber, 60,5% e peso relativo de 0,517, um efeito intermediário na hierarquia de todos os fatores, levemente favorecedor de concordância explícita. Vamos voltar a falar desses dados nas nossas **Considerações finais**.

---

<sup>1</sup> A inversão dos percentuais e dos pesos relativos entre o adjetivo e o quantificador no diminutivo decorre da sobreposição parcial entre a variável lexical e outras variáveis na análise, em especial com a variável *posição linear dos núcleos nominais e a posição relativas dos elementos não nucleares* e a *variável marcas precedentes ou paralelismo sintagmático* que também são estatisticamente significativas na modelagem da nossa análise.

**Tabela 1: (partes 7 e 8) Efeito de aspectos lexicais na presença concordância nominal de número no português brasileiro: amostras da fala da comunidade do Rio de Janeiro da década de 1980 coletadas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)**

<b>Continuação da Tabela 1 (partes 7 e 8)</b>	Total ->	53,1% (4078/7680)	100,0%
Fatores ou categorias, com exemplos	Peso relativo dos fatores	Frequência de variante explícita de plural	Percentual de ocorrência dos fatores
<p><b>7. Menções a partes do corpo - grau normal</b></p> <p>“a gente bota o elástico nas <i>pernas</i>, assim” (Eri59, fem. 3anosE. 9anosI)</p> <p>“eu tou me arancando os <i>cabelos</i> pra ir pra lá.” (Eve43, fem. 9anosE. 43anosI)</p> <p>“ficam com as <i>cabeças</i> é, como se diz? Perturbadas, né?” (Hel34 fem. 8anosE. 62anosI)</p> <p>“tinha isso aqui bem largo, as <i>perna</i> bem feita, né?” (Nil12, fem. 4anosE. 45anosI)</p> <p>“eu arranquei meus <i>cabelo</i>” (Jup06, fem. 4anosE. 18anosI)</p> <p>“ai seria milhares de <i>cabeça</i> pensando” (Rob15, masc. 4anosE. 22anosI)</p>	0,517	60,5% (26/43)_	0,6%
<p><b>8. Menções a animais - grau normal</b></p> <p>“ai foi otro número, ne? dos <i>macacos</i>” (Mar50, fem. 2anosE. 8anosI)</p> <p>“anda botano umas <i>joaninhas</i> pur ai” (Ari30, fem. 8anosE. 43anosI)</p> <p>“tinha três <i>cavalos</i> lindo” (Nil12, fem. 4anosE. 45anosI)</p> <p>“os <i>macaco</i> tavam dançando” (Mar50, fem. 2anosE. 8anosI)</p> <p>“eu pensava ... que ia subi aqueles <i>peixe</i>, aquelas <i>piranha</i> lá pra me devorá” (Mon54, fem. 6anosE. 12anosI)</p>	0,322	34,4% (21/61)	0,8%

Fonte: elaboração própria

Os substantivos que fazem referência a animais, os [-Humano +Animado], estão entre os segundos casos mais desfavorecedores da concordância nominal expressa em análises anteriores: na de Scherre (1988, p. 272), com peso relativo 0,33; na de Lopes (2014, p. 140, 143, 145, 2020b, p. 1218), com peso relativo 0,323; e na de Lopes (2020a, p. 300), ampliação dos dados de Lopes (2014), com peso relativo de 0,343. Os resultados de nossa reanálise se assemelham a esses resultados anteriores: com peso relativo de 0,322, são os terceiros casos mais desfavorecedores. Lopes (2014, p. 147, 2020b, p. 1218-1222), com base nos baixos efeitos dos casos que envolvem os casos de [-Humano, +Animado], amplia a hipótese de Scherre (1988) sobre o grau e formalidade léxica e conclui que “o grau de intimidade desses elementos [na] comunidade” aumenta ainda mais a não marcação explícita de plural nos elementos nominais. Dessa forma, Lopes (2014), com dados da fala da área rural de Santa Leopoldina no estado do Espírito Santo, por meio do cruzamento de variáveis, coloca luz de forma ainda mais atenta em fatos que observei na década de 1980 com dados da fala urbana do Rio de Janeiro.

Em uma análise não atomística dos dados, que considera o SN como um todo como um dado de análise nos termos de Scherre (1988, p. 281-375), Santos (2021, p. 110) encontra resultados diferentes para os substantivos [+animado, -humano], na notação do autor, com favorecimento da marca explícita de plural, com o peso relativo de 0,680, o mais alto de seis fatores. Todavia, Santos (2021, p. 105) pondera que a maioria dos substantivos que se referem a animais “aprecem durante a descrição das imagens”, avaliada pelo autor como uma instância discursiva mais monitorada e como uma possível razão para esse efeito relativamente inesperado. O efeito da descrição de figuras como favorecedor de concordância nominal foi observado na primeira dissertação de mestrado que orientei na Universidade de Brasília, sobre a concordância nominal, de Dias (1993, p. 144-147), já mencionada neste texto.

Apresentamos a seguir novos conjuntos de fatores assim organizados: parte 9 – *demais substantivos de grau morfológico normal*

(subdivida em 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4); parte 10 – *sintagmas nominais sem núcleo nominal expreso, com adjetivos, possessivos, quantificadores ou indefinidos de grau morfológico normal na posição de núcleo*; parte 11 – e item “*tipo*” (=espécie) como núcleo nominal. Vamos apresentar conjecturas, ainda com pouca interpretação, porque os dados estão em fase de reanálise, em busca de prováveis generalizações com relação a efeitos de outros nomes gerais, à luz da lista de nomes gerais apresentada por Halliday e Hasan (1976, p. 274-277) e organizada em um quadro por Santos (2021, p. 50).

Nesta etapa, apresentamos primeiro as conjecturas sobre os quatro grandes fatores do conjunto 9 – e, a seguir, os resultados relativos a esses quatro fatores em quatro partes da Continuação da Tabela 1 (parte 9.1; parte 9.2; parte 9.3; e parte 9.4). Na sequência, fazemos considerações sobre os conjuntos 10 e 11 e relacionamos os resultados na parte final da Continuação da Tabela 1.

Os quatro fatores do conjunto 9 – *outros substantivos de morfológico grau normal* – são:

1) *Menções a turma/grupo/instituições* – parte 9.1 (“as otras turmas grande”/“os outros times”/“as escolas” vs. “as otras turma”/“vários time”/“aquelas escola”), com favorecimento de concordância plural explícita (peso relativo 0,620), que, via de regra, se referem a agrupamentos de seres humanos sem características de nomes gerais, mas que merecem um pente fino posterior para controle dos traços [+Humano] ou [-Humano], como uma espécie de prova dos nove da busca de efeito da animacidade.

2) *Menções a distância/medida, peso, tempo, valores/moedas, lugar, frequência/quantidade e assemelhados* - parte 9.2 (“onze quilômetros”/“sessenta gramas”/“dois metros”/“cinco minutos”/“cem cruzeiros”/“quarto dos fundos”/“três vezes” vs. “uns dois metro”/“seis polegada”/“quarenta e cinco cruzeiro”/“para os fundo”/“muitas vez”), de efeito intermediário, com pequeno favorecimento de concordância plural explícita (peso relativo 0,535). Pelos exemplos de busca razoavelmente aleatória, podemos observar que esses casos ocorrem muito com numerais precedentes, aspecto controlado na variável marcas precedentes ou

paralelismo sintagmático, retomada por Scherre (2001b) em uma comparação focalizada com o trabalho de Poplack (1980), para o espanhol de Porto Rico. A categoria *Place*, com tradução para lugar, local ou localidade por Santos (2021, p. 50), está na lista de nomes gerais de Halliday e Hasan (1976, p. 274). Em novas análises, os 1744 casos desse item devem também merecer uma análise mais fina à luz de características de nomes gerais, com o objetivo de saber se as ocorrências de nomes gerais desse grupo desfavorecem a concordância nominal expressa.

3) *Outros substantivos com traço [+Humano]* – parte 9.3 – abrigam casos de *colega; criança; homem/mulher; filho/irmão/pai/tio/avô/irmão; filha/irmã/mãe/tia/avó; amigo/ professor/faxineiro, amiga/professora/faxineira; garoto/menino/rapaz, garota/menina/moça* (“os colegas”/ “minhas colega”; “duas crianças”/ “duas criança”; “os homens”/ “esses homem”; “as mulheres”/ “as mulher”; “três irmãos”/ “os irmão”/ “várias tias”/ “minhas otras tia”; “as amigas” “todas amiga minha”/ “minhas professoras”/ “as professora”; “poucos garotos/treis garoto”/ “as garotas”/ umas garota), de efeito também intermediário, com pequeno favorecimento de concordância plural explícita (peso relativo 0,511). Muitos desses casos estão na lista de nomes gerais de Halliday e Hasan (1976, p. 274) e no texto de Amaral (2013) para o português brasileiro - *child* (criança), *man* (homem), *woman* (mulher), *boy* (garoto, menino, rapaz, moço) e *girl* (garota, menina, senhorita, moça) - e merecem nova análise. Trata-se de um bom conjunto de substantivos (1557 casos) para também testar um eventual efeito da marcação de gênero gramatical, empreitada que já iniciamos, mas que precisa ser criteriosamente revisada e uniformizada.

4) Merecem ainda reanálise os 1898 casos de *outros substantivos com traço [+Humano, -Animado], abstratos e concretos, exceto partes do corpo* – parte 9.4 (“os aulas”/ “nossos pecados”/ “aquelas partes”/ “aqueles desenhos”/ “dois banheiros”/ “as meias” vs. “nos isporte”/ “os método moderno”/ “meus exercício”/ “os nome”; “as cortina”/ “duas fotografia”/ “esses carro novo, de efeito também intermediário, mas com leve desfavorecimento de concordância plural explícita (peso relativo 0,456), alguns dos quais constam da

lista de nomes gerais de Halliday e Hasan (1976, p. 274), especialmente entre os que temos classificado como portadores do traço [+Abstrato]: *affair* (caso, questão, assunto), *matter* (matéria, assunto, questão), *question* (questão, problema, assunto) e *idea* (ideia, conceito, noção), assumindo novamente a proposta de tradução de Santos (2021, p. 50).

Podemos ver que os quatro fatores do conjunto 9, todos de grau morfológico normal, apresentam efeitos relativamente diferentes: (1) os substantivos da parte 9.1 – *menções a turma/grupo/instituição* – favorecem concordância plural expressa com peso relativo de 0,620; (2) os da parte 9.2 – *menções a distância, peso, tempo, valores/moedas, lugar, frequência/quantidade e assemelhados* – favorecem levemente concordância com peso relativo de 0,536; (3) os da parte 9.3 – *demais casos com traço [+Humano]* – favorecem mais levemente ainda a concordância com peso relativo de 0,511; e (4) os da parte 9.4 – *diversos com traço [-Humano, -Animado], abstratos e concretos, exceto partes do corpo* – desfavorecem levemente concordância com peso relativo de 0,456.

**Tabela 1: (parte 9.1)** Efeito de aspectos lexicais na presença concordância nominal de número no português brasileiro: amostras da fala da comunidade do Rio de Janeiro da década de 1980 coletadas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)

<b>Continuação da Tabela 1 (parte 9.1)</b>	Total→	53,1% (4078/7680)	100,0%
Fatores ou categorias, com exemplos	Peso relativo dos fatores	Frequência de variante explícita de plural	Percentual de ocorrência dos fatores
<b>9 Outros substantivos de grau morfológico normal</b>			
<p><b>9.1 turma/grupo/instituição:</b>  “as otras <i>turmas</i> grande, tem lá no pátio” (Nel49, masc. 1anoE. 7anosI)  “tem determinados grupos que...”  (Pac20  “a mema coisa com os outros <i>times</i>” (Gus62, masc. 6anosE. 11anosI)  “as <i>escolas</i> perto da minha casa”  (Jaq56 fem. 8anosE. 14anosI)  “dos outros <i>colégios</i> que eu estudava”  (Sue05, fem. 4anosE. 24anosI)  “construiu...novas <i>famílias</i>, né?”  (Joa10, fem. 4anosE. 27anosI)  “tem vários <i>países</i>”  (Sue05, fem. 4anosE. 24anosI)  “frequenta essas <i>igrejas</i> aqui”  (Jan03, masc. 4anosE. 57anosI)  “se os mesmos <i>partidos</i> que...”  (Joa10, fem. 4anosE. 27anosI)</p> <p>“as otras <i>turma</i>, é no otro lado”  (Nel49, masc. 1anoE. 7anosI)  “tem uns <i>grupo</i> que fica, assim, na praça” (Adr63, fem. 7anosE. 12anosI)</p>	0,620	66,7% (102/153)	2,0%

<p>“tem vários <i>time</i> de ...”  (Mor45, masc. 11anosE. 51anosI)</p> <p>“tem aquelas <i>escola</i> que diz”  (Dav42, masc. 11anosE. 31anosI)</p> <p>“e uns otos <i>colégio</i> aí”  (San39, fem. 11anosE. 16anosI)</p> <p>“tem que ser de duas <i>família</i>”  (Car19, masc. 6anosE. 20anosI)</p> <p>“viajar por certos <i>país</i> aí”  (Jan03, masc. 4anosE. 56anosI)</p> <p>“aquelas <i>igreja</i> famosa da...”  (Jan03, masc. 4anosE. 56anosI)</p> <p>“os otros <i>partido</i> trazem”  (Par41, masc. 11anosE. 26anosI)</p>			
--	--	--	--

Fonte: elaboração própria

**Tabela 1: (parte 9.2)** Efeito de aspectos lexicais na presença concordância nominal de número no português brasileiro: amostras da fala da comunidade do Rio de Janeiro da década de 1980 coletadas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)

<b>Continuação da Tabela 1 (parte 9.2)</b>	Total→	53,1% (4078/7680)	100,0%
Fatores ou categorias, com exemplos	Peso relativo dos fatores	Frequência de variante explícita de plural	Percentual de ocorrência dos fatores
<b>9 Outros substantivos de grau morfológico normal</b>			
<p><b>9.2 menções a distância, peso, tempo, valores/moedas, lugar, frequência/ quantidade e assemelhados:</b></p> <p>“ele regulado, ele chega a fazer onze <i>quilômetros</i> cum litro” (Edb07, masc. 4anosE. 41anosI)</p> <p>“meu cordão tinha... quase sessenta <i>gramas</i>, né?”</p> <p>“Eu olho de cinco em cinco <i>minutos</i>” (Mon54, fem. 6anosE. 12anosI)</p> <p>“você dava cem <i>cruzeiros</i>” (Mar50, fem. 2anosE. 8anosI)</p> <p>“quarto dos <i>fundos</i>” (Mar47, fem. 11anosE. 53anosI)</p> <p>“Já três <i>vezes</i> que eu nu vou ver Roberto Carlos” (Ari30, fem. 8anosE. 43anosI)</p> <p>(Ubi21, masc. 8anosE. 20anosI)</p> <p>“uns dois <i>metro</i> de altura” (Dal18, fem. 4anosE. 71anosI)</p> <p>“um tubo de seis <i>polegada</i>” (Mor45, masc. 11anosE. 51anosI)</p> <p>“faltava cinco <i>minuto</i> pa acaba o jogo” (Mar51, masc. 3anosE. 9anosI)</p> <p>“pra ir por Meyer, você Gasta quarenta e cinco <i>cruzeiro</i>” (Nad36, fem. 7anosE. 57anosI)</p> <p>“a gente conseguiu passa... para os <i>fundo</i>” (Ire17, fem. 4anosE. 52anosI)</p> <p>“muitas <i>vez</i> assim” (Dav43, masc. 11anosE. 31anosI)</p>	0,535	57,6% (1005/1744)	22,7%

Fonte: elaboração própria

**Tabela 1: (parte 9.3) Efeito de aspectos lexicais na presença concordância nominal de número no português brasileiro: amostras da fala da comunidade do Rio de Janeiro da década de 1980 coletadas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)**

Continuação da Tabela 1 (parte 9.3)	Total→	53,1% (4078/7680)	100,0%
Fatores ou categorias, com exemplos	Peso relativo dos fatores	Frequência de variante explícita de plural	Percentual de ocorrência dos fatores
<b>9 Outros substantivos de grau morfológico normal</b>			
<p><b>9.3 outros substantivos com traço [+Humano] - grau morfológico normal:</b>  <b>colega; criança; homem/ mulher; filho/irmão/pai/tio/avô; filha/irmã/mãe/tia/avó; amigo/professor/faxineiro, amiga/professora/faxineira; garoto/ menino/rapaz/ garota/ menina/moça</b>  <i>“já tem os colegas deles aqui”</i>                      (Adr63, fem. 7anosE. 12anosI)  <i>“na casa da minhas colega”</i>                      (Adr63, fem. 7anosE. 12anosI)  <i>“ela salvo duas crianças, né?”</i>                      (Mar50, fem. 2anosE. 8anosI)  <i>“ela salvou duas criança, intão...”</i>                      (Mar50 (Mar50, fem. 2anosE. 8anosI)</p> <p><i>“como os homens viviam”</i> (Sue05, fem. 4anosE. 24anosI)  <i>“esses homem que andu com essas moca todo sujo”</i> (Ire17, fem. 4anosE. 52anosI)  <i>“as mulheres tá uma disconfiando da outra”</i> (Jos58, masc.2anosE. 10anosI)  <i>“os home nu tão respeitando mais as mulher”</i>                      (Lau28, fem. 11anosE. 43anosI)</p>	0,511	57,4% (893/1557)	20,3%

<p>“cuido dos meus três <i>irmãos</i>” (Jaq56, fem. 8anosE. 14anosI) “com os <i>irmão</i> dele.” (Jor64, masc. 8anosE. 14anosI) “tenho várias <i>tias</i>” (Val24, fem. 8anosE. 24anosI) “pra minhas outras <i>tia</i>” (San39, fem. 9anosE. 16anosI)</p> <p>“o castigo que minhas <i>professoras</i> passam é copiá” (Ros52, fem. 4anosE. 10anosI) “tem as <i>amigas</i> dela” (Hel34, fem. 8anosE. 62anosI) “veio as <i>professora</i>” (Fra53, masc. 5anosE. 11anosI) “todas <i>amiga</i> minha, coitadas, são tudo igual a mim” (Lei04, fem. 3anosE. 25anosI)</p> <p>“tive uma infância maravilhosa, como muito poucos <i>garotos</i> tem. (Geo31, masc. 8anosE. 58anosI) “eu já tinha os três <i>garoto</i>.” (Edb07, masc. 4anosE. 41anosI) “hoje as <i>garotas</i> brincam” (Glo11, fem. 6anosE. 48anosI) “tinha umas <i>garota</i> lá que gostavam” dele!” (Adm61, fem. 5anosE. 14anosI)</p>			
--	--	--	--

Fonte: elaboração própria

**Tabela 1: (parte 9.4)** Efeito de aspectos lexicais na presença concordância nominal de número no português brasileiro: amostras da fala da comunidade do Rio de Janeiro da década de 1980 coletadas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)

Continuação da Tabela 1 (parte 9.4)	Total→	53,1% (4077/7680)	100,0%
Fatores ou categorias, com exemplos	Peso relativo dos fatores	Frequência de variante explícita de plural	Percentual de ocorrência dos fatores
<b>9 Outros substantivos de grau morfológico normal</b>			
<p><b>9.4 outros substantivos com traço [-Humano. -Animado] - grau morfológico normal: abstratos e concretos, exceto partes do corpo</b></p> <p>“gente gosta de atazaná as <i>aulas</i>.” (Mon54, fem. 6anosE. 12anosI)</p> <p>“tu fez uma canastra suja, que vale acho que cinquenta <i>pontos</i>.” (Vin60, masc. 4anosE. 9anosI)</p> <p>“prá perduá nossos <i>pecados</i>.” (Ale55, masc. 7anosE. 13anosI)</p> <p>“tem desenhos...que tem aquelas <i>partes</i> pretas assim (Mar50, fem. 2anosE. 8anosI)</p> <p>“gosto de de de colorir aqueles <i>desenhos</i>.” (Nel49, masc. 1anoE. 7anosI)</p> <p>“apagou todas as <i>luzes</i>, né?” (Mar50, fem. 2anosE. 8anosI)</p> <p>“aí tem os dois <i>banheiros</i>.” (Vin60, masc. 4anosE. 9anosI)</p> <p>“pego as <i>meias</i> dele” (Mon54, fem. 6anosE. 12anosI)</p> <p>“nu se destacava muito nos <i>isporte</i>, não (Jor64, masc. 8anosE. 14anosI)</p> <p>“alfabetizei pelos <i>método</i> moderno” (Glo48, fem. 11anosE. 52anosI)</p> <p>“gosto de fazer meus <i>exercício</i>” (Mag47, fem. 11anosE. 53anosI)</p> <p>“sabia melhor <i>franceis</i>,1 <i>ingleis</i>, <i>ciência</i>, todas as <i>matéria</i>”</p>	0,456	52,2% (990/1898)	24,7%

<p>(Glo48, fem. 11anosE. 52anosI)  "tinha lá os <i>nome</i> dele"  (Cas46, masc. 7anosE. 62anosI)  "eles ficaru de colocar as <i>cortina</i>" (Mag47, fem. 11anosE. 53anosI)  "tem que levar acho que duas <i>fotografia</i> daquele tamanho  (Mar22, fem. 10anosE. 17anosI)  "e tem esses <i>carro</i> novo.... o Passat tamén (Jae25, masc. 8anosE. 30anosI)</p>			
--	--	--	--

Fonte: elaboração própria

Todos os casos do conjunto 9 apresentam um ponto em comum de não serem marcados com relação à maior informalidade. São itens que transitam por quaisquer discursos. Então, aspectos outros ainda não captados pela nossa análise estão por ser descobertos, mas não sabemos se pela via dos nomes gerais, embora uma via instigante, tendo em vista a polarização dos efeitos de quatro nomes gerais mais prototípicos *pessoa*, *coisa*, *cara* e *negócio*.

O item geral *pessoa* se mostra favorecedor da concordância plural expressa, com peso relativo de 0,819 na análise aqui apresentada com 24 fatores da variável lexical e com peso relativo de 0,629 na análise de Santos (2021, p. 112) só com nomes gerais *pessoa* vs. *coisa* e *negócio*. Os itens *coisa*, *cara* e *negócio* são fortemente desfavorecedores da concordância plural expressa, com pesos relativos de 0,342 para *coisa*, de 0,252 para *cara* e percentual de 0% para 51 casos de *negócio* em nossa análise e, na pesquisa de Santos (2021, p. 111-112), com peso relativo de 0,316 para basicamente o item *coisa* (212 do nome geral *coisa* e 4 casos do nome geral *negócio*) e de 0% para o item *cara*, mas com apenas três dados.

Os dados da revisita de nossa análise são de entrevistas sociolinguísticas com 64 falantes da comunidade de fala da cidade do Rio de Janeiro coletados na década de 80. Os dados de Santos (2021, p. 68-71) são da cidade de Montes Claros, ao norte de Minas Gerais, coletados entre janeiro e julho de 2020, por meio de entrevistas sociolinguísticas e descrição de imagens com 24 falantes. Portanto, não há dúvida de que a polarização e a uniformidade dos efeitos dos itens *pessoa*, *coisa*, *cara* e *negócio* nas duas pesquisas são impressionantes.

Restam, por fim, os comentários a respeito dos dados das partes 10 e 11.

Na parte 10, há os casos de sintagmas nominais com núcleo nominal não expresso, retomados por adjetivos, possessivos, quantificadores e indefinidos de grau normal (“deiz convites dos *bonitos*”/“sou uma das *únicas* dum grupo” vs. “fui fazer o teste, tinha mais de cem *inscrito*”/“as irmãs dela, as *única* que eu falo são a Rosângela e a Roseli”). O efeito levemente favorecedor desse fator

(peso relativo 0,518), que codifica itens nominais em sintagma que não têm um substantivo como núcleo, é semelhante ao efeito dos outros substantivos com traço [+Humano] (peso relativo de 0,511 – Continuação da Tabela 1 – parte 9.3).

Os casos recobertos pelo conjunto 10 podem futuramente ser analisados em termos de outros substantivos com traço [+Humano] (Continuação da Tabela 1 – 9.3) e outros substantivos com traço [-Humano, -Animado] (Continuação da Tabela 1 – 9.4), para mais uma prova dos nove do efeito da hierarquia da animacidade.

O grupo 11 é constituído pelo substantivo *tipo*, significando espécie, um candidato a nome geral, na linha de que seus traços semânticos são não específicos. O mais próximo da lista de Halliday e Hasan (1976, p. 274) é *stuff* (essência, material, substância, qualidade). Esse item lexical [-Humano, -Animado] apresenta efeito desfavorecedor da concordância nominal expressa (peso relativo 0,354), semelhante ao efeito do nome geral *coisa* (peso relativo de 0,342).

**Tabela 1: (partes 10 e 11)** Efeito de aspectos lexicais na presença concordância nominal de número no português brasileiro: amostras da fala da comunidade do Rio de Janeiro da década de 1980 coletadas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)

<b>Continuação da Tabela 1 (partes 10 e 11)</b>	Total→	53,1% (4078/7680)	100,0%
Fatores ou categorias, com exemplos	Peso relativo dos fatores	Frequência de variante explícita de plural	Percentual de ocorrência dos fatores
<p><b>10. Sintagmas nominais sem núcleo nominal expresso, com adjetivos, possessivos, quantificadores e indefinidos substantivados de grau normal na posição de núcleo</b>  “deiz convites dos <i>bonitos</i>, né?” (Dor29, fem. 8anosE. 44anosI)  “tinha os <i>meus</i>, pra que comprar outro?” (Jos58, masc. 2anosE. 10anosI)  “sou uma das <i>únicas</i> dum grupo” (Dor29, fem. 8anosE. 44anosI)</p> <p>“fui fazer o teste, tinha mais de cem <i>inscrito</i>” (Lui08, masc. 4anosE. 57anosI)  “minha mãe já olha os <i>meu</i>, né? (Lei04, fem. 3anosE. 25anosI)  “as irmãs dela, as <i>única</i> que eu falo são a RosI e a RosII”<sup>1</sup> (Ros52, fem. 4anosE. 10anosI)</p>	0,518	61,1% (77/126)	1,6%
<p><b>11. Item <i>tipo</i> (= espécie): grau normal</b>  “adesivo de todos os <i>tipos</i>” (Gus62, masc. 6anosE. 11anosI)  “passa esses <i>tipos</i> de filme” (Glo11, fem. 6anosE. 48anosI)</p>	0,354	41,7% (5/12)	0,2%

<sup>1</sup> Coloquei as iniciais seguidas de I e II para não explicitar o nome das pessoas.

<p>“abandonado pelos dois <i>tipos</i> [de candidato]” (Hel44, fem. 11anosE. 44anosI)</p> <p>“Num sei, otros <i>tipo</i> de música” (Adm61, fem. 5anosE. 14anosI)</p> <p>“minha mãe tem vários <i>tipo</i> de sabonete” (Gus62, masc. 6anosE. 11anosI)</p> <p>“eram três <i>tipo</i> de granada” (Cla27 masc. 8anosE. 57anosI)</p>			
Total da Tabela 1		53,1% (4078/7680)	100,0%

Fonte: elaboração própria

Assim, até prova em contrário, podemos sugerir a generalização de que os itens gerais [-Humano, -Animado] desfavorecem, sim, a concordância nominal, sem a necessária presença de traço mais informal, que pode se aplicar também a alguns usos da palavra *coisa*, por transitar por discursos diversificados. Se o item *pessoa* também desfavorecesse a concordância nominal explícita, a concepção de que os itens gerais desfavorecem a concordância nominal explícita seria perfeita. Como já dissemos, o item *pessoa* se alinha ao pronome *eles/elas*, na explicitação robusta de concordância de número plural.

No futuro, vamos trabalhar na linha de conjugação de aspectos, a saber, grau e formalidade léxica, nomes gerais e plenitude/erosão fonética dos itens lexicais, sem abdicar de aspectos outros como a animacidade e gênero gramatical. Afinal, as línguas são, sim, sistemas maravilhosamente complexos.

### **Considerações finais**

Não há dúvida de que um investimento mais acurado sobre o controle dos nomes gerais é muito promissor. Santos (2021, p. 109) fez esse controle em uma abordagem não atomística nos termos de Scherre (1988) de maneira aguerrida, mas, de uma forma mais ampla, a variável *a influência do tipo de nomes, que tem como um dos fatores o nome geral, não foi estatisticamente significativa*. Investindo mais detalhadamente na questão dos nomes gerais, Santos (2021, p. 111-113) evidencia também que o nome geral *pessoa* favorece a presença de concordância nominal explícita com percentual de 84,5% (267/316) e peso relativo de 0,629, na oposição binária aos nomes gerais *coisa* e *negócio*, com percentual de 58,3% (126/216) e peso relativo de 0,316, para um percentual global de concordância da ordem de 73,9% (393/532). Em verdade, a oposição mais clara em termos de frequência absoluta é entre os nomes gerais *pessoa* e *coisa*, tendo em vista que, dos 216 casos da amalgamação (ou junção) dos nomes gerais *coisa* e *negócio*, 212 casos são do nome geral *coisa* (98,1% dos casos). Embora eu não tenha encontrado no

texto de Santos (2011, p. 111) quais dos quatro casos de *negócio* apresentam concordância plural expressa, o autor explicita que os 49 casos dos nomes gerais *trem*, 15 de *povo* e três de *cara*, se apresentam todos sem marca expressa de concordância, à semelhança do que observamos para o item *negócio* nessa revisita aos dados da década de 1980.

Um tema leva a outro, como é o caso do *plural nu*, analisado em uma base de dados organizada por meio de figuras motivadoras por Guilherme (2021). Trata-se de uma boa pesquisa futura com dados de produção a partir, por exemplo, de entrevistas sociolinguísticas. Enfatizo aqui o texto de Poplack (1980), já citado, em que a autora relata resultados da análise da expressão do plural no espanhol de Porto Rico. O mais instigante na relação com o trabalho de Guilherme (2021) é o fato de Poplack (1980, p. 63) afirmar que encontrou “cerca de 1.000 exemplos de sintagmas nominais [semanticamente plurais] contendo dois ou mais elementos, sem marca morfológica de plural”.<sup>1</sup> Em Scherre (2001b), dialoguei com a pesquisa de Poplack (1980), inspiração para a organização da variável denominada de *marcas precedentes* em Scherre (1988), e levantei a hipótese de que, no português brasileiro, esse tipo de estrutura poderia ser encontrado em, por exemplo, construções que fizessem referência a partes do corpo como em “vou fazer a minha unha hoje” ou “Paula, por favor, lava a mão, o pé [e] escova o dente” (SCHERRE, 2001b, p. 99), com o significado plural de eu ter minhas 10 ou 20 unhas feitas e Paula poder ter as duas mãos lavadas, os dois pés lavados e diversos dentes escovados. Essas construções são exemplos perfeitos do plural nu, um dos focos de Guilherme (2021), com figuras de partes do corpo, entre outras mais, para obter os dados de sua análise.

Outra construção que me chamava a atenção na análise dos dados de 1980 era uma bem recorrente, a saber, *essa coisa toda*, paralelamente a *essas coisas todas* ou *essas coisa toda* nos dados

---

<sup>1</sup> No original, “almost 1000 examples of NP strings containing two to three elements, with no morphological marker at all” (POPLACK, 1980, p. 63)

analisados. A configuração *essa coisa toda* não foi analisada à época, porque meu foco era a variação da concordância plural totalmente expressa *vs.* a concordância parcialmente expressa, sempre que a marca de plural ocorresse pelo menos no elemento flexionável à esquerda do núcleo nominal ou a ideia de plural fosse explicitada por meio de um numeral ou de uma estrutura partitiva ou quantitativa. Como participei com muita honra da banca de mestrado de Santos (2021) e da banca de doutorado de Guilherme (2021), registro aqui um comentário meu quando me deslocava de uma casa da roça mineira para uma casa da rua, ou seja, na área urbana, com internet mais estável, para a banca de doutorado.

Eu havia colhido uns 20 abacates para levar para meus sobrinhos e falei naturalmente para meu companheiro, enquanto a gente se deslocava de carro, da roça para a rua: “estou levando **o abacate**” (um *plural nulo* – forma inovadora, produto de uma lexicalização, segundo a análise do Guilherme (2021)). Gostaria muito de saber por que eu não disse: “estou levando **os abacates**” (um *plural expresso e redundante* ou um *plural padrão* – forma conservadora – também segundo a análise de Guilherme (2021)). Eu até poderia ter dito: “estou levando os *abacate*”, um *plural parcialmente expresso e não redundante* ou um *plural não padrão*, resultado de um processo de degramaticalização em curso, segundo também a análise de Guilherme (2021). Enfim, o que quero dizer é que a menção a frutas e verduras me parece um campo fértil para uma ampliação pesquisa conduzida por Guilherme (2021). Há, assim, instigantes pesquisas que apontam para além da revisita que fiz, ainda parcial, aos dados já analisados.

Para finalizar este texto, que parece não querer acabar, como todo e qualquer texto, chamo novamente a atenção para questões estilísticas e de avaliação sociolinguística envolvendo as questões de concordância e deixo aqui registrados três trabalhos sobre concordância de número, que estão sob minha orientação na Ufes, em campos novos, arrojados e promissores. Scardua (2018b) está se dedicando a acompanhar duas pessoas capixabas com escolarização universitária em diversas interações comunicativas

para captar como se dá a variação na concordância nominal no plano estilístico, em uma comunidade urbana, que revela taxas bem altas de concordância nominal e verbal em entrevistas sociolinguísticas gravadas na primeira década do século XXI pelo Portvix (BENFICA, 2016, SCARDUA, 2018a, YACOVENCO et al, 2012), à semelhança do que foi observado para o Rio de Janeiro na comparação entre dados da Amostra Censo 1980 e Amostra Censo 2000 do PEUL (NARO; SCHERRE, 2013; SCHERRE; NARO 2014). Souza (2018) se dedica a acompanhar diversas interações comunicativas de uma pessoa goiana, nascida e crescida em Goiânia, de identidade goiana plena, também com formação universitária, a fim de entender como se dá a trajetória de uma pessoa em uma comunidade, em que a variação da concordância verbal com o pronome *nós*, em especial a construção sem concordância verbal expressa, é percebida, assumida e registrada como identitária (cf. MATTOS, 2013). Benfica (2019) se dedica a um campo ainda mais desafiador, que é o entendimento da percepção e da avaliação linguística que os falantes capixabas fazem de questões relacionadas aos mecanismos de concordância variável. Portanto, daqui a dois ou três anos, teremos novas e boas histórias para ler e para ouvir.

## Referências

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. A referência a outras pessoas por meio de nomes gerais em dados de língua oral. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 7, n. 9, p. 42-60. UFES: Vitória, 2013. Revista do Programa de Pós-Graduação e Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/contextoslinguisticos/article/view/4884>. Acesso em 30 de abril de 2021.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque. O comportamento linguístico dos nomes gerais nos falares mineiros. Participação em mesa-

redonda no *V Encontro de Sociolinguística: diferentes olhares sobre o português brasileiro*. 16 set. 2014. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; LOURENÇO, João Carlos Martins. Comportamento linguístico do nome *cara* no português brasileiro. *Acta Semiótica et Linguística*, v. 20, n. 2, p. 44-59, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/actas/article/view/28037/15045>. Acesso em 30 de abril de 2021.

AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; RAMOS, Jânia Martins Ramos. *Nomes gerais no português brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2014. 156 f.

BENFICA, Samine de Almeida. *A concordância verbal na fala de Vitória*. 2016. 111f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

BENFICA, Samine de Almeida. *Variação linguística e significados sociais: um estudo sobre a percepção e a avaliação em comunidades de fala capixaba*. Projeto (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

CEDERGREN, Henrietta J.; SANKOFF, David. Variable rules as a statistical reflection of competence. *Language*. v. 50, n. 2, p. 333-355, 1974.

DIAS, Maria Clara Alvares Correia. *A variação na concordância nominal: um contraste entre o urbano e o rural na fala brasiliense*. 1993. 173f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 1993.

GOMES, Christina Abreu. Para além dos pacotes estatísticos Varbrul/GoldVarb/Rbrul: qual a concepção de gramática? *Revista do Gelne*, v. 14, n. especial, p. 259-272, Natal/RG, 2014.

GUILHERME, Maurício Rubens de Carvalho. *Lexicalização-degramaticalização do plural no português falado em Belo Horizonte*. 2021. 202f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

HALLIDAY, M. A. K; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman Group Ltd, 1976.

JOHNSON, Daniel Erza. Getting off the Goldvarb standard: introducing Rbrul for mixed-effects variable rule analysis. *Language and Linguistics Compass*, v. 3, n. 1, p. 359–383, 2009.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, William. *Principles of linguistic change: Internal Factors*. Oxford: Basil Blackwell, 1994.

LOPES, Lays de Oliveira Joel. *A concordância nominal de número no português falado na zona rural de Santa Leopoldina/ES*. 2014. 199f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

LOPES, Lays de Oliveira Joel. “As história são boa. As pessoas, maravilhosa”: análise da variação da concordância verbal e nominal na zona rural de Santa Leopoldina/ES. 2020. 380f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2020a.

LOPES, Lays de Oliveira Joel. Remodelagem das variáveis animacidade, grau e formalidade léxica dos substantivos: o processo de concordância nominal – Santa Leopoldina/ES. *Fólio – Revista de Letras*. v. 12, n. 1, p. 1210-1226, Vitória da Conquista,

jan./jun, 2020b. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/6815>. Acesso em janeiro de 2021.

MATTOS, Shirley Eliany Rocha. *Goiás na primeira pessoa do plural*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2013.

NARO, Anthony J. The social and structural dimensions of a syntactic change. *Language*. v. 57, n. 1, p. 63–98, 1981.

NARO, Anthony J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, [2012] 2004, p. 43-50.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Remodeling the age variable: Number concord in Brazilian Portuguese. *Language Variation and change*. v. 25, n. 1, p. 1-15, 2013.

NARO, Anthony J.; SCHERRE, Maria Marta Pereira. A concordância de número em dois momentos no tempo: um estudo painel na fala do Rio de Janeiro. Palestra de encerramento do *V Encontro de Sociolinguística: diferentes olhares sobre o português brasileiro*. 16 set. 2014. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia.

OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Padrões sociolinguísticos – Análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

OUSHIRO, Livia. *Introdução à estatística para linguistas*. Versão 1.0.1, dez/2017, p. 181-237. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.822069>>. Acesso em fevereiro de 2018.

PAIVA, Maria Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2003.

PAIVA, Maria Conceição de; GOMES, Christina Abreu. Grupo PEUL: passado, presente e futuro de uma agenda de pesquisa. *Cadernos de estudos linguísticos (Unicamp)*, v. 58, n.3 p. 503-519, 2016.

Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/issue/view/1148/showToc>>. Acesso em março de 2019.

PAIVA, Maria da Conceição de; PAREDES SILVA, Vera L. Cumprindo uma pauta de trabalho: contribuições recentes do Peul. *Alfa: Revista de Linguística* (UNESP. Online), v. 56, p. 739-770, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/issue/download/449/69>>.

PAIVA, Maria da Conceição de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. *D.E.L.T.A. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 15, p. 201-232, 1999. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/26361057\\_Retrospectiva\\_sociolinguistica\\_contribuicoes\\_do\\_PEUL](https://www.researchgate.net/publication/26361057_Retrospectiva_sociolinguistica_contribuicoes_do_PEUL)>.

PEREIRA, Andréa Kluge; SCHERRE, Maria Marta Pereira. A influência do contexto interacional na concordância de número no português do Brasil. Comunicação apresentada no *II CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES DAS IFES MINEIRAS*. Universidade Federal de Uberlândia - Campus santa Mônica. 25 de maio de 1995.

POPLACK, Shana. The notion of the plural in Puerto Rico Spanish: competing constraints on (s) deletion. In: LABOV, William. (Eds.). *Locating language in time and space*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1980. p. 55-67.

RAMOS, Jânia M. Pesquisas sociolinguísticas sobre o dialeto mineiro. Coordenação de mesa-redonda no *V Encontro de Sociolinguística: diferentes olhares sobre o português brasileiro*. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia. 16 set. 2014.

ROUSSEAU, Pascale; SANKOFF, David. Advances in variable rule methodology. In: SANKOFF, David (Ed.). *Linguistic variation – models and methods*. Academic Press: New York/San Francisco/London, 1978, p. 57-69.

SANKOFF, David. Variable rules. In: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K. J. (eds.) *Sociolinguistics: An international*

handbook of the science of language and society. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 1988. p. 984-997.

SANKOFF, David; LABOV, William. On the uses of variable rules. *Language in Society*. v. 8, n. 2, p. 189-222. 1979. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4167071>>

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali & SMITH, Eric. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows*. Department of Linguistics, University of Toronto, 2005. Disponível: <<http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>>.

SANTOS, Welber Nobre dos. *A concordância nominal de número no português falado em Montes Claros – MG: A influência dos nomes gerais em uma análise variacionista*. 2021. 156f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SCARDUA, Juliana Rangel. *Análise da concordância nominal na fala de Vitória/ES: o linguístico, o social e o estilístico*. 2018. 217f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018a.

SCARDUA, Juliana Rangel. *Variação e estilo: uma análise da concordância nominal em diferentes situações comunicativas*. Projeto (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018b.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. 1978. 172f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Programa de Pós-Graduação em Letras, Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1978.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. 555f. Tese (Doutorado em Linguística).

Programa de Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1988.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *RILP- Revista Internacional de Língua Portuguesa*. v. 12, dezembro de 1994a, p. 37-49.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Grau e formalidade léxica na concordância nominal. *3<sup>o</sup> Seminário da pós-graduação em Letras – Pesquisa*, 1988, Rio de Janeiro. Anais, Rio de Janeiro UFRJ/FL, 1994b, p. 147-156.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre a análise de três variáveis relacionadas na concordância nominal em português. In: OLIVEIRA e SILVA, Giselle Machline de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (Org.) *Padrões sociolinguísticos – análises de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 86-117.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Variação da concordância nominal no português do Brasil: influência das variáveis, posição, classe gramatical e marcas precedentes. In: GROßE, Sybille; ZIMERMANN, Klaus (eds.). *<<Substandard>> e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am Main: TFM, 1998, p. 153-188.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Major linguistic patterns in noun phrase agreement in Brazilian Portuguese. In: FINAZZI, Rosa Bianca; TORNAGHI, Paola. *Atti del IX Convegno Internazionali di Linguisti – Milano*, 8-9,10 ottobre, 1998. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2001a, p. 461-473.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Phrase-level parallelism effect on noun phrase number agreement. *Language Variation and change*. v. 13, n. 1, p. 91-107, 2001b.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Concordância nominal no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermeval da. (Org.) *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997, p. 93-113.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Sobre a concordância nominal no português do Brasil. *Atti del XXI Congresso Internazionali di Linguistica e Filologia Romanza*. In: RUFFINO, Giovanni. v. 5 – Dialecttologia, geolinguistica, sociolinguistica -Università de Palermo 18-24 settembre 1995. Tubingen: Niemeyer, 1998, p. 509-523.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Passado e presente na concordância de número em português: evidências do português europeu moderno. In: MASSINI-CAGLIARE, Gladis; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; BERLINCK, Rosane de Andrade; GUEDES, Marymarcia (Org.). *Estudos de Linguística Histórica do português*. Araraquara: Laboratório Editorial; São Paulo: Acadêmica Editora, 2005, p. 31-71.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Sociolinguistic correlates of negative evaluation: Variable concord in Rio de Janeiro. *Language Variation and change*. v. 26, n. 3, p. 331-357, 2014.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; RONCARATI, Cláudia. Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL): origens e trajetórias. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Cláudia (Org.). *Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: FAPERJ/7Letras, 2008, p. 37-49.

SOUZA, Elaine Cristina Borges de. *Varição estilística e identidade: uma análise de usos da concordância de número e do retroflexo na fala goiana*. Projeto (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

TAGLIAMONTE, Sali A. Quantitative Analysis. In: \_\_\_\_\_. *Variationist Sociolinguistics: change, observation, interpretation*. Malden: Wiley-Blackwell, 2012, p. 120-161.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I.; Tradução de Marcos Bagno. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

YACOVENCO, Lilian Coutinho; SCHERRE, Maria Marta Pereira; TESCH, Leila Maria BRAGANÇA, Marcela L. Bragança; EVANGELISTA, Elaine Meireles MENDONÇA, Alexandre Kronenberg de; CALMON, Elba Nunes; CAMPOS Jr., Heitor da Silva; BARBOSA, Astrid Franco; BASÍLIO, Jucilene Oliveira Sousa; DEOCLÉCIO, Carlos Eduardo; SILVA, Janaína Biancardi da; BERBERT, Aline Tomaz Fonseca; BENFICA, Samine de Almeida. Projeto portvix: a fala de Vitória/ES em cena. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 56, n. 3, p. 771-806, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/issue/download/449/69>>. Acesso em 29 de agosto de 2021.

## Anexo 1

QUADRO 2.2.1			
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DOS FALANTES ADULTOS FEMININOS			
IDENTIFICAÇÃO	SEXO	ANOS DE ESCOLARIZAÇÃO	IDADE
Lei04	F	3 (primário)	25
Sue05	F	4 (primário)	24
Jup06	F	4 (primário)	18
Joa10	F	4 (primário)	27
Nil12	F	4 (primário)	45
Ire17	F	4 (primário)	52
Mal16	F	4 (primário)	56
Dal18	F	4 (primário)	71
Jos35	F	5* (primário)	59
Glo11	F	6 (ginasial)	48
Nad36	F	7 (ginasial)	57
Val24	F	8 (ginasial)	15
Fat23	F	8 (ginasial)	15
Ari30	F	8 (ginasial)	43
Dor29	F	8 (ginasial)	44
Hel34	F	8 (ginasial)	62
San39	F	9 (colegial)	16
Ana40	F	9 (colegial)	18
Eve43	F	9 (colegial)	42
Mar22	F	10 (colegial)	17
Lau28	F	11 (colegial)	43
Hel44	F	11 (colegial)	44
Mgl48	F	11 (colegial)	52
Mag47	F	11 (colegial)	53

Fonte: Scherre (1988, p. 25)

## Anexo 2

QUADRO 2.2.2			
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DOS FALANTES ADULTOS MASCULINOS			
IDENTIFICAÇÃO	SEXO	ANOS DE ESCOLARIZAÇÃO	IDADE
Cab02	M	4 (primário)	16
Sam01	M	4 (primário)	18
Rob15	M	4 (primário)	22
Seb09	M	4 (primário)	39
Edb07	M	4 (primário)	41
Jan03	M	4 (primário)	56
Lui08	M	4 (primário)	57
Edp13	M	4 (primário)	62
Man14	M	5* (primário)	59
Ago33	M	5* (primário)	60
Car19	M	6 (ginasial)	20
Pac20	M	7 (ginasial)	25
Cas46	M	7 (ginasial)	62
Ubi21	M	8 (ginasial)	20
Jae25	M	8 (ginasial)	30
Jov26	M	8 (ginasial)	32
Cla27	M	8 (ginasial)	32
Cid32	M	8 (ginasial)	57
Geo31	M	8 (ginasial)	58
Leo38	M	10 (colegial)	18
Pit37	M	10 (colegial)	25
Par41	M	11 (colegial)	26
Dav42	M	11 (colegial)	31
Mor45	M	11 (colegial)	51

Fonte: Scherre (1988, p. 25)

### Anexo 3

QUADRO 2.2.3 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DAS CRIANÇAS			
IDENTIFICAÇÃO	SEXO	ANOS DE ESCOLARIZAÇÃO	IDADE
Adl57	F	1 (primário)	10
Mar50	F	2 (primário)	8
Eri59	F	3 (primário)	9
Ros52	F	4 (primário)	10
Adm61	F	5 (ginasial)	14
Mon54	F	6 (ginasial)	12
Adr63	F	7 (ginasial)	12
Jaç56	F	8 (ginasial)	14
Nel49	M	1 (primário)	7
Jos58	M	2 (primário)	10
Mar51	M	3 (primário)	9
Vin60	M	4 (primário)	9
Fra53	M	5 (ginasial)	11
Gus62	M	6 (ginasial)	11
Ale55	M	7 (ginasial)	13
Jor64	M	8 (ginasial)	14

Fonte: Scherre (1988, p. 25)

## Anexo 4

**Tabela 1:** Visão de conjunto dos efeitos dos aspectos lexicais na presença concordância nominal de número no português brasileiro: amostras da fala da comunidade do Rio de Janeiro da década de 1980 coletadas pelo Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)

Fatores ou categorias	Total→	53,1% (4078/7680)	100,0%
	Peso relativo dos fatores	Percentual da variante explícita de plural	Percentual de ocorrência dos fatores
<b>1.Pronome pessoal eles/elas e substantivos específicos de grau morfológico normal</b>			
1.1 pronome pessoal <i>eles/elas</i>	0,842	82,4% (42/51)	0,7%
1.2 item <i>peessoa</i> - grau normal	0,819	81,8% (292/357)	4,6%
1.3 item <i>coisa</i> - grau normal	0,342	35,9% (210/585)	7,6%
1.4 item <i>cara</i> - grau normal	0,252	21,4% (18/84)	1,1%
<b>2.Outros substantivos de uso mais informal de grau morfológico normal</b>			
2.1 itens mais informais com traço [+Humano]: <i>coroa/milico/pivete/minal/pa-raíba</i> etc	0,300	28,1% (9/32)	0,4%
2.2 itens mais informais com traço [-Humano]: <i>negócio/lance/troço/barato/ banda-lha/cantada/cabeçada</i> etc	0,068	7,6% (8/105)	1,4%
<b>3.Item <i>outro</i> substantivado</b>			
3.1 com realização plena: <i>outro</i>	0,663	59,5% (25/42)	0,5%
3.2 apenas sem ditongo: <i>outro</i>	0,486	43,9% (36/82)	1,1%
3.3 sem ditongo e sem <i>r</i> : <i>oto</i>	0,335	25,3% (21/83)	1,1%
<b>4.Substantivos e adjetivos substantiva-dos de grau diminutivo ou aumentativo</b>			
4.1 itens [+Humano]	0,438	54,2% (26/48)	0,6%
4.2 itens [-Humano, +Animado]	0,176	13,8% (4/29)	0,4%
4.3 itens [-Humano, -Animado]	0,305	34,5% (29/84)	1,1%

4.4 itens específicos [-Humano, -Animado]: <i>coisinha</i> e <i>negocinho</i>	0,073	8,3% (1/12)	0,2%
<b>5. Adjetivos</b>			
5.1 adjetivo de grau morfológico normal	0,681	51,6% (232/450)	5,9%
5.2 adjetivo de grau diminutivo ou Aumentativo	0,384	16,7% (5/30)	0,4%
<b>6. Quantificador <i>todo</i> no diminutivo</b>	0,484	8,3% (1/12)	0,2%
<b>7. Menções a partes do corpo - grau normal</b>	0,517	60,5% (26/43)_	0,6%
<b>8. Menções a animais - grau normal</b>	0,322	34,4% (21/61)	0,8%
<b>9. Outros substantivos de grau morfológico normal</b>			
9.1 turma/grupo/instituição	0,620	66,7% (102/153)	2,0%
9.2 menções a distância, peso, tempo, valores/moedas, lugar, frequência/ quantidade e assemelhados	0,535	57,6% (1005/1744)	22,7%
9.3 outros substantivos com traço +Humano] - grau morfológico normal	0,511	57,4% (893/1557)	20,3%
9.4 outros substantivos com traço [-Humano, -Animado] - grau morfológico normal: abstratos e concretos, exceto partes do corpo	0,456	52,2% (990/1898)	24,7%
<b>10. Sintagmas nominais sem núcleo nominal expresso, com adjetivos, possessivos, quantificadores e indefinidos substantivados de grau normal na posição de núcleo</b>	0,518	61,1% (77/126)	1,6%
<b>11. Item <i>tipo</i> (= espécie): grau normal</b>	0,354	41,7% (5/12)	0,2%

Fonte: elaboração própria



# QUALIDADE DE VOZ EM MÚSICAS DO IRON MAIDEN<sup>1</sup>

Alexsandro Meireles

## 1. Introdução

De acordo com Meireles e Cavalcante (2015), o *heavy metal* “surgiu como um estilo do rock no início da década de 1970” (p. 197). Vocais clássicos no *heavy metal* (eg. *Judas Priest*, *Aerosmith* e *Iron Maiden*) são conhecidos por terem uma grande extensão vocal e uma variação tímbrica complexa. Esse estilo é caracterizado por uma combinação de ajustes vocais, como constrição faríngea, laringe elevada, trato vocal e laringe tensos e modos complexos de fonação (falso, voz crepitante, voz áspera, voz soprosa, entre outros). O estudo científico da qualidade de voz no canto é importante, pois a adoção desses ajustes requer atenção especial na análise da voz clínica, pois pode resultar em futuras patologias de fala.

Com o intuito de investigar a relação entre vozes masculinas em registros altos (acima de  $Dó5^2 = 523.25$  Hz) e modos complexos de fonação, começamos a desenvolver um programa de pesquisa com foco na produção de voz, a fim de analisarmos a qualidade de voz nos tons altos do estilo de canto *heavy metal* (MEIRELES; CAVALCANTE, 2015; MEIRELES, 2016). Nesses estudos iniciais, as frequências fundamentais dos cantores masculinos, nas diversas partes das músicas, variaram entre 366 e 666 Hz, as quais correspondem a notas em registros muito difíceis de se cantar.

---

<sup>1</sup> Uma versão resumida e preliminar deste trabalho foi submetida ao Congresso Internacional *Speech Prosody* 2018.

<sup>2</sup> Em algumas notações correntes no Brasil, essa frequência é representada como  $Dó4$ . No entanto, optamos por usar  $Dó5$  por ser uma notação mais frequente internacionalmente.

A análise da fala apresentada neste artigo é entendida conforme a teoria proposta por Laver (1980), que define a qualidade de voz como resultado de um conjunto de ajustes de longo termo produzidos pelo falante, incluindo traços laríngeos, supralaríngeos, tensão muscular e aspectos dinâmicos da voz. Pecoraro et al. (2010), por exemplo, mostraram que os cantores de metal usam vários tipos de ajustes vocais tecnicamente conhecidos como *drives* vocais, que podem ser produzidos fisiologicamente com diferentes configurações do trato vocal.

Embora raros, alguns estudos focaram no canto rock, como o estudo de Oliveira e Behlau (2010), Thalen e Sundberg (2004) e Gonsalves et al. (2001). Entretanto, o estilo de canto analisado nesses artigos não é vocalmente relacionado ao apresentado neste artigo. Apesar de sofrer influência do rock dos anos 1960 (BAYER, 2009), como declarado por membros de bandas que deram origem ao *heavy metal* como *Black Sabbath* e *Motörhead*, o *heavy metal* é uma variação muito mais agressiva do rock clássico e foi explorado com um grau ainda muito menor na academia.

Meireles e Cavalcante (2015) e Meireles (2016), por outro lado, descreveram as interações complexas dos ajustes de qualidade de voz no canto com análises acústicas e perceptuais, a fim de contribuir para uma investigação científica da voz no *heavy metal*. Além disso, esses estudos contribuíram para a correlação entre dados acústicos e perceptuais no canto, devido aos poucos estudos no campo, e acrescentaram o estilo *heavy metal* nas possibilidades de pesquisa. Como este artigo é uma continuação de nossos estudos predecessores, apresentaremos na próxima seção um resumo de nossos resultados acústicos anteriores.

## **2. Análises da qualidade de voz em nossos estudos anteriores**

Quatro cantores (2 profissionais (A1, J) e 2 amadores (I, A2)) cantaram dois excertos da música *Aces High* do *Iron Maiden*, a qual apresenta muitas notas altas (a partir de 366 Hz). As análises perceptuais foram feitas com base no protocolo VPAS (LAVER,

2000; LAVER et al., 1981; LAVER; MACKENZIE-BECK, 2007). Já as análises acústicas foram feitas com base nos resultados do *software VoiceSauce* (SHUE, 2010; SHUE et al., 2011), o qual extraiu automaticamente treze parâmetros: amplitude do primeiro harmônico ( $H1^*$ ), diferença entre as amplitudes do primeiro e segundo harmônicos ( $H1^*H2^*$ ), diferença entre a amplitude do primeiro harmônico e do pico espectral na região do terceiro formante ( $H1^*A3^*$ ), proeminência do pico cepstral (*cepstral peak prominence*, CPP), Energia (*Energy*), quociente sinal-ruído (*harmonics-to-noise ratio*, HNR) nas regiões de 0-500 Hz (HNR5), 0-1500 Hz (HNR15), 0-2500 Hz (HNR25) e 0-3500 Hz (HNR35), medidas do primeiro formante (F1), segundo formante (F2) e suas respectivas larguras de banda (B1 e B2)

Com relação à análise perceptual (cf. MEIRELES; CAVALCANTE, 2015), os cantores amadores (I, A2) variaram menos suas qualidades de voz ao cantarem notas extremamente altas (acima do Dó de peito do tenor,  $Dó_5 = 523.25$  Hz). Por outro lado, os cantores profissionais (A1, J), mesmo tendo também usado ajustes de tensão muscular, utilizaram altos níveis desses ajustes. Além disso, detectamos os seguintes ajustes (A1: grau 2<sup>3</sup>; J, grau 4) e corpo de língua recuado (J, grau 2). Para os ajustes de fonação, a voz modal com crepitação (voz crepitante) predominou em ambos os cantores. Esse tipo de ajuste corresponde ao que é esperado no estilo *heavy metal*.

Com relação à análise acústica (cf. MEIRELES, 2016), dois excertos foram analisados.  $H1^*H2^*$  foi maior para os cantores profissionais no primeiro excerto, sugerindo uma voz mais soprosa para os profissionais (KEATING et al., 2010 mostraram que níveis altos de  $H1^*H2^*$  são usualmente correlacionados com voz soprosa). No entanto, um nível de energia (*Energy*) maior é adicionado à qualidade dessa voz profissional soprosa. Também encontramos nesse primeiro excerto valores maiores de HNR para os cantores profissionais, sugerindo uma fonação mais modal do que os cantores amadores (YUMOTO et al., 2012, sugerem valores altos

---

<sup>3</sup> A escala varia de 1 a 6.

para a fonação modal). No entanto, no segundo excerto, um padrão invertido ocorreu, os cantores profissionais apresentaram níveis HNR menores do que a dos amadores, sugerindo alto grau de voz soprosa para este grupo. Em acréscimo, como no primeiro excerto, os cantores profissionais apresentaram níveis de energia maior do que os amadores. A inclinação espectral ( $H1^*A3$ ) e  $H1^*$ , porém, foram menores para os cantores profissionais, sugerindo um aumento do escape de ar entre as pregas vocais na fonação, mas com adição de alta energia acústica.

Em suma, os cantores profissionais foram mais significativamente distintos em sua manutenção contínua de alta tensão no trato vocal e nas pregas vocais, que foi encontrada intermitentemente e com um menor grau entre os cantores amadores. Adicionalmente, os cantores experientes mantiveram uma posição de mandíbula mais aberta e uma posição de laringe alta para alcançar as notas altas. Esses ajustes não foram observados nos cantores amadores.

O objetivo deste artigo é analisar a qualidade de voz do Bruce Dickinson (vocalista do *Iron Maiden*) em 3 músicas diferentes do *Iron Maiden*, a fim de observar se Dickinson usa uma mesma qualidade vocal nessas músicas. Este estudo, pois, objetiva continuar a exploração da qualidade de voz em registros<sup>4</sup> altos extremos do canto, de modo a contribuir para uma investigação científica da voz no *heavy metal*. Esperamos também que este estudo estimule outros pesquisadores a trabalhar com esse campo promissor de pesquisa.

---

<sup>4</sup> Entendemos registro, neste trabalho, não no sentido de registro vocal, mas em seu sentido mais amplo na teoria musical. Nesse sentido, registro é a altura em Hz de uma nota. Sendo assim, um registro alto implica sempre em notas com frequências altas. Ex: registro de  $D65 = 523,25$  Hz.

### 3. Metodologia

Três músicas do *Iron Maiden* com f0 extremamente alta foram selecionadas para análise: *Flight of Icarus* (Bruce Dickinson e Adrian Smith, daqui em diante FOI), *Run to the Hills* (Steve Harris, daqui em diante RTH) e *The Number of the Beast* (Steve Harris, henceforth NOB). Os excertos das músicas estão representados nas figuras 1, 2, 3 e 4. Como pode ser visto nessas figuras, 2 partes chamadas “pre-scream” e “scream” foram escolhidas para cada música. Para as figuras 1 e 2, “scream” é indicado na partitura, o que vem antes é a parte “pre-scream”. Pela oitiva das músicas, percebemos que essas duas partes possuem qualidades de voz bem distintas. A parte *pre-scream* é mais próxima da voz modal, mas a parte *scream* adiciona muito escape de ar e tensão nas pregas vocais para produzir f0s mais altas. A extensão total das notas nas partituras variou de Fá#4 (370 Hz) a Lá5 (880 Hz).

**Figura 1:** Excerto de *Flight of Icarus* (3:40-3:54).

Fly as high as the sun \_\_\_\_\_ Ah(Scream)

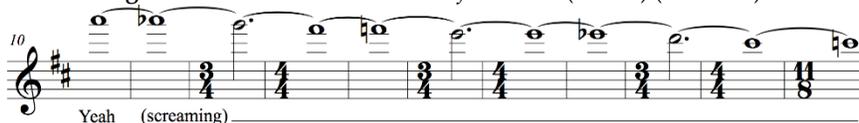
**Figura 2:** Excerto de *Run to the Hills* (*pre-scream* e *scream*) (3:18-3:34).

Run for your li i i(scream) i ife

**Figura 3:** Excerto de *The Number of the Beast* (*pre-scream*) (0:38-0:50).

Cause in my dreams it's always there the e\_vil face that mind brings spair

Figura 4: Excerto de *The Number of the Beast* (scream) (0:51-1:04).



Os áudios com os arquivos vocais extraídos das músicas originais<sup>5</sup> foram obtidos gratuitamente em [www.youtube.com](http://www.youtube.com) e baixados para a área de trabalho do computador usando o *plug-in Audio and Vídeo Downloader* do Firefox 51.0.1. Todos os arquivos foram baixados como MPEG-4 Audio (estéreo) com uma taxa de amostragem de 44.1 kHz, convertidos para WAV (mono) no programa Praat (BOERSMA; WEENINK, 2006) e então anotados como *pre-scream* e *scream* no Praat. Conforme podemos observar nos áudios do *YouTube*, é importante ressaltar que as partes analisadas nas músicas possuem apenas o vocal de Bruce Dickinson, portanto quaisquer aperiodicidades do sinal são derivadas de alterações nos ajustes do trato vocal. Para a análise acústica usamos o software *VoiceSauce* (SHUE et al, 2011), que extraiu automaticamente treze parâmetros: H1\*, H1\*H2\*, H1\*A3\*, CPP, Energy, HNR5, HNR15, HNR25, HNR35, F1, F2, B1, B2 (SHUE, 2010; SHUE et al, 2011). Para extração de f0, usamos a função *To Pitch (ac)* do Praat, a fim de manipularmos com mais facilidade o *pitch floor* e *pitch ceiling*.

A fim de testarmos a confiabilidade das medidas de frequência fundamental dos áudios analisados, extraímos, primeiramente, no Praat, os valores de f0 nos trechos selecionados e comparamos para saber se os valores encontrados correspondiam à nota prevista nas partituras das músicas. Como exemplo, observemos a figura 5 abaixo. Nesse trecho medimos os valores de f0 da palavra “Run” de RTH. Como se trata de um trecho com vibrato, os valores alteram entre um valor mínimo e máximo. O valor mínimo foi de

<sup>5</sup> Os arquivos estão disponíveis em:

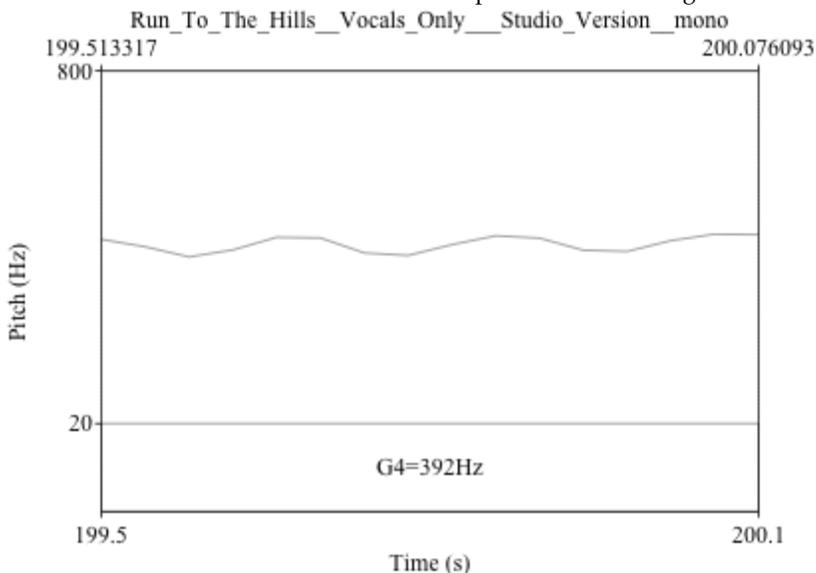
RTH: <https://www.youtube.com/watch?v=tVJ9lJQb8jI>,

FOI: <https://www.youtube.com/watch?v=aRe4irGrZyM>,

NOB: [https://www.youtube.com/watch?v=oyfF\\_bqYshk](https://www.youtube.com/watch?v=oyfF_bqYshk).

388 Hz e o valor máximo de 440 Hz. Em termos musicais, portanto, os valores variaram em torno de um G4 (392 Hz) e de um A4 (440 Hz). Para os não músicos pode parecer estranha uma variação de notas de 2 semitons, porém em vibratos é comum essa variação de frequência, conforme relatado, por exemplo, por Sundberg (1994), que mostra que a variação de vibrato encontrada em vários estudos foi de 0,5 a 2,0 semitons. Verificamos, portanto, que as medidas de  $f_0$  eram confiáveis para os trechos de música analisados, e prosseguimos à análise dos dados pelo programa *VoiceSauce*. Todos os detalhes de como as medidas são calculadas podem ser encontrados em Shue (2010).

**Figura 5:** Análise da frequência fundamental da nota G4 cujo valor esperado é de 392 Hz. Essa nota é encontrada na palavra “Run” da figura 2



H1\* é a amplitude relativa do primeiro harmônico corrigida para os efeitos dos formantes. Valores altos são usualmente associados na literatura com voz soprosa (KLATT; KLATT, 1990; HILLENBRAND et al., 1994). Dessa forma, hipotetizamos que valores mais altos (em módulo) serão encontrados para a parte “scream” das músicas.

$H1*H2^*$  é a diferença em amplitude entre o primeiro e o segundo harmônico. De acordo com Keating et al., 2010, valores mais altos são associados com fonações soprosas e relaxadas (vejam também, KLATT; KLATT, 1990; HILLENBRAND et al., 1994; HUFFMAN, 1987; FISCHER-JORGENSEN, 1967; SÖDERSTEN; LINDESTAD, 1990) e valores mais baixos com fonações crepitantes e tensas. Com relação a  $H1*H2^*$ , hipotetizamos um aumento negativo desse valor na parte “scream” das músicas. Temos, contudo, que ser cautelosos, pois alguma interação entre pregas vocais tensas e voz sopro é usualmente encontrada no canto, o que pode dificultar a interpretação dessa medida.

$H1*A3^*$  é a diferença entre a amplitude do primeiro harmônico e a amplitude do harmônico de pico na região de F3. Essa é uma das formas de se medir a inclinação espectral. De acordo com Gordon e Ladefoged (2001), a inclinação espectral é “the degree to which intensity drops off as frequency increases” (p. 15) and is “is characteristically most steeply positive for creaky vowels and most steeply negative for breathy vowels” (p. 15). Muitos estudos associam essa medida como um correlato para o acento (SLUIJTER; VAN HEUSEN, 1996; ISELI et al., 2006) e, de acordo com Shue (2010:19), “words with more stress or emphasis will lead to tenser vocal folds which contain more high spectral frequency components during phonation”. Hipotetizamos, pois, um aumento negativo dessa medida da parte “pre-scream” para a “scream”.

CPP é a proeminência do pico cepstral. De acordo com Hillenbrand et al. (1994:772), “the idea behind the CPP measure is that a highly periodic signal should show a well defined harmonic structure and, consequently, a more prominent cepstral peak than a less periodic signal”. Hipotetizamos, então, que CPP é maior para a parte “pre-scream” em comparação com a parte “scream”.

Energy é uma medida de intensidade da voz, o que, de acordo com Shue (2010, p. 61-2), pode ser correlacionada com esforço vocal. Assim, como um maior esforço vocal é esperado para a parte “scream”, hipotetizamos um maior valor desse parâmetro para esta parte.

HNR5, HNR15, HNR25 e HNR35 são os quocientes de harmônico-para-ruído tomados nas faixas de frequência de 0-0.5 kHz (HNR5), 0-1.5 kHz (HNR15), 0-2.5 kHz (HNR25) e 0-3.5 kHz (HNR35). Essas medidas foram feitas no *VoiceSauce* (SHUE, 2010, p. 66) por “liftering the pitch component of the cepstrum and comparing the energy of the harmonics with the noise floor”. Yumoto et al. (1982) encontraram que o HNR para um grupo saudável variou entre 7.0 e 17.0 dB com uma média de 11.9 dB. Baseado em estudos prévios, hipotetizamos um maior HNR para a parte “pre-scream” em comparação com a parte “scream”.

F1 é a frequência do pico do primeiro formante. É correlacionado com a altura da vogal. Quanto maior o F1, mais baixa é a posição da língua. Como uma estratégia comum de cantores para alcançar vogais com frequência fundamentais altas é ampliar o trato vocal<sup>6</sup> (veja, por exemplo, MEIRELES, 2016), e, devido às notas mais altas estarem na parte “scream”, hipotetizamos F1s mais altos na parte “scream”.

F2 é a frequência do pico do segundo formante. Está correlacionado com anterioridade da vogal. Quanto mais alto o F2, mais anterior é a vogal. Como ampliar o trato vocal ajuda os cantores a alcançar notas extremamente altas, hipotetizamos F2s mais altos na parte “scream”.

B1 e B2 correspondem, respectivamente, à largura de banda do primeiro e segundo formantes. Devido ao aumento da tensão nas pregas vocais, e a um possível maior escape de ar, o que pode perturbar as medidas de largura de banda, hipotetizamos maiores larguras de banda para a parte “scream” para ambos os parâmetros.

É importante enfatizar que pretendíamos comparar as produções de voz usando a mesma música de Meireles (2016), mas não encontramos na internet áudio de boa qualidade com os vocais

---

<sup>6</sup> Entendemos que ampliar o trato vocal significa aumentar o espaço geométrico do trato vocal em sua dimensão horizontal e vertical, aumento este que parece favorecer atingir notas com frequências muito altas, conforme podemos verificar em vídeos de diversos cantores que cantam notas no limite da extensão vocal de suas vozes.

isolados de *Aces High*, nem conseguimos isolar os vocais da música original. Por essa razão, escolhemos músicas com f0s extremamente altos que poderiam ser comparados com a qualidade de voz presente nessa música. Também não exploramos nos nossos estudos anteriores as tensões extremas de pregas vocais, as quais são encontradas nas partes aqui denominadas “scream”.

#### 4. Resultados

Todas análises estatísticas foram feitas com a linguagem R (R CORE TEAM, 2013). Primeiramente, uma ANOVA One-Way ( $\alpha = 0.05$ ) com as 13 medidas de qualidade de voz em função do tipo de voz (pre-scream e scream) revelaram que essas categorias de qualidade de voz foram estatisticamente diferentes entre si para 12 parâmetros (vide tabela 1). Exceto para CPP em função do tipo de voz, todas as outras comparações foram altamente significativas ( $p < 2e-16$ ). Salientamos que a grande quantidade de dados contribuiu para essa significância (pre-scream:  $N=26405$ ; scream:  $N=24499$ ).

Em segundo lugar, separamos os dados em 2 grupos (pre-scream e scream) e, para cada grupo, rodamos uma ANOVA One-Way ( $\alpha = 0.05$ ) com os 13 parâmetros em função da música (FOI, RTH, NOB), a fim de observar similaridades da qualidade de voz entre as músicas (vide tabelas 2, 3, 7 e 8). Na parte *pre-scream*, tivemos uma diferença estatística altamente significativa para todos os parâmetros ( $p < 2e-16$ ). A fim de observar se todas as músicas foram estatisticamente diferentes entre si, rodamos um teste *post-hoc* Tukey HSD. 11 parâmetros foram estatisticamente diferentes para todas as músicas, exceto para H1\* ((FOI = NOB)  $\neq$  RTH) e HNR25 ((FOI = RTH)  $\neq$  NOB). Na parte “scream”, tivemos também uma diferença altamente significativa para todos os parâmetros ( $p < 2e-16$ ). O teste *post-hoc* Tukey HSD mostrou que as músicas se comportaram diferente para 11 parâmetros, exceto H1\*H2\* ((FOI = RTH)  $\neq$  NOB) e F1 ((FOI = NOB)  $\neq$  RTH).

**Tabela 1:** Medidas em função do tipo de trecho musical (pre-scream, scream) com todas as músicas agrupadas.

Medida	Valor de F	p <
H1*	(1,50725) = 13908	2e-16 ***
H1*H2	(1,50727) = 27.24	0.000000181 ***
H1*A3*	(1,50727) = 8656	2e-16 ***
CPP	(1, 50738) = 0.193	n.s.
Energy	(1, 50779) = 9119	2e-16 ***
HNR5	(1, 50738) = 1153	2e-16 ***
HNR15	(1, 50738) = 8.892	0.00273
HNR25	(1, 50738) = 1204	2e-16 ***
HNR35	(1, 50738) = 4258	2e-16 ***
F1	(1, 50848) = 1956	2e-16 ***
F2	(1, 50848) = 333.7	2e-16 ***
B1	(1, 50848) = 4057	2e-16 ***
B2	(1, 50848) = 116	2e-16 ***

**Tabela 2:** Medidas em função da música (FOI, RTH, NOB). Apenas o trecho pre-scream considerado.

Medida	Valor de F	p <
H1*	(2, 26302) = 1218	2e-16 ***
H1*H2	(2, 26304) = 502.6	2e-16 ***
H1*A3*	(2, 26305) = 250.6	2e-16 ***
CPP	(2, 26321) = 1388	2e-16 ***
Energy	(2, 26305) = 2569	2e-16 ***
HNR5	(2, 26321) = 2507	2e-16 ***
HNR15	(2, 26321) = 1682	2e-16 ***
HNR25	(2, 26321) = 931.3	2e-16 ***
HNR35	(2, 26321) = 472.8	2e-16 ***
F1	(2, 26368) = 62.38	2e-16 ***
F2	(2, 26368) = 66.09	2e-16 ***
B1	(2, 26368) = 578	2e-16 ***
B2	(2, 26368) = 237.4	2e-16 ***

Finalmente, separamos as músicas e, para cada música, rodamos um teste-t com as 13 medidas de qualidade de voz em função do tipo de voz (*pre-scream*, *scream*), a fim de testar as hipóteses descritas na seção anterior. Vide tabelas 3, 4, 5, 6, 7 e 8 como referência para as medidas.

**Tabela 3:** Medidas em função da música (FOI, RTH, NOB). Apenas o trecho scream considerado.

Medida	Valor de F	p <
H1*	(2, 24419) = 5142	2e-16 ***
H1*H2	(2, 24419) = 2596	2e-16 ***
H1*A3*	(2, 24418) = 4165	2e-16 ***
CPP	(2, 24413) = 370.8	2e-16 ***
Energy	(2, 24470) = 8895	2e-16 ***
HNR5	(2, 24413) = 826.9	2e-16 ***
HNR15	(2, 24413) = 1814	2e-16 ***
HNR25	(2, 24413) = 2386	2e-16 ***
HNR35	(2, 24413) = 3231	2e-16 ***
F1	(2, 24476) = 231.5	2e-16 ***
F2	(2, 24476) = 69.47	2e-16 ***
B1	(2, 24476) = 906	2e-16 ***
B2	(2, 24476) = 1434	2e-16 ***

**Tabela 4:** Medidas em função do tipo de trecho musical (pre-scream, scream). Apenas a música NOB considerada.

Medida	Valor de F	p <
H1*	(1, 25114) = 1376	2e-16 ***
H1*H2	(1, 25116) = 1645	2e-16 ***
H1*A3*	(1, 25114) = 903.6	2e-16 ***
CPP	(1, 25125) = 2059	2e-16 ***
Energy	(1, 25090) = 11836	2e-16 ***
HNR5	(1, 25125) = 4589	2e-16 ***
HNR15	(1, 25125) = 881.4	2e-16 ***
HNR25	(1, 25125) = 184.9	2e-16 ***
HNR35	(1, 25125) = 2070	2e-16 ***
F1	(1, 25154) = 1419	2e-16 ***
F2	(1, 25154) = 296.9	2e-16 ***
B1	(1, 25154) = 605	2e-16 ***
B2	(1, 25154) = 208	2e-16 ***

A hipótese H1\* de que altos valores (em módulo) seriam encontrados para parte “scream” das músicas foi plenamente corroborada para todas as músicas (FOI,  $p < 2e^{-16}$ ; RTH,  $p < 2e^{-16}$ ; NOB,  $p < 2e^{-16}$ ).

A hipótese H1\*H2\* de que um aumento negativo desse valor seria encontrado para a parte “scream” das músicas foi corroborada para 2 das músicas (FOI,  $p < 2e^{-16}$ ; RTH,  $p < 2e^{-16}$ ). Embora a música NOB tenha sido estatisticamente significativa ( $p < 2e^{-16}$ ), o valor aumentou positivamente da parte “pre-scream” para a parte “scream”.

**Tabela 5:** Medidas em função do tipo de trecho musical (pre-scream, scream).  
Apenas a música FOI considerada.

Medida	Valor de F	p <
H1*	(1, 11366) = 18273	2e-16 ***
H1*H2	(1, 11367) = 87.04	2e-16 ***
H1*A3*	(1, 11367) = 5539	2e-16 ***
CPP	(1, 11357) = 362.2	2e-16 ***
Energy	(1, 11395) = 6004	2e-16 ***
HNR5	(1, 11357) = 92.59	2e-16 ***
HNR15	(1, 11357) = 48.9	2.85e-12 ***
HNR25	(1, 11357) = 0.706	n.s.
HNR35	(1, 11357) = 17.5	0.000029 ***
F1	(1, 11410) = 535.5	2e-16 ***
F2	(1, 11410) = 3.558	0.0593
B1	(1, 11410) = 3896	2e-16 ***
B2	(1, 11410) = 1262	2e-16 ***

**Tabela 6:** Medidas em função do tipo de trecho musical (pre-scream, scream).  
Apenas a música RTH considerada.

Medida	Valor de F	p <
H1*	(1, 14241) = 11904	2e-16 ***
H1*H2	(1, 14240) = 1211	2e-16 ***
H1*A3*	(1, 14242) = 8598	2e-16 ***
CPP	(1, 14252) = 779.2	2e-16 ***
Energy	(1, 14290) = 5.311	0.0212*
HNR5	(1, 14252) = 285.3	2e-16 ***
HNR15	(1, 14252) = 1270	2e-16 ***
HNR25	(1, 14252) = 2104	2e-16 ***
HNR35	(1, 14252) = 3768	2e-16 ***
F1	(1, 14280) = 47.82	4.88e-12 ***
F2	(1, 14280) = 37.74	8.28e-10 ***
B1	(1, 14280) = 1076	2e-16 ***
B2	(1, 14280) = 667.8	2e-16 ***

A hipótese H1\*A3 de que um aumento negativo dessa medida seria encontrado da parte “pre-scream” para a parte “scream” foi plenamente corroborada para todas as músicas (FOI,  $p < 2e^{-16}$ ; RTH,  $p < 2e^{-16}$ ; NOB,  $p < 2e^{-16}$ ).

A hipótese CPP de que encontraríamos valores mais altos para a parte “pre-scream” foi corroborada para 2 das músicas (FOI,  $p < 2e^{-16}$ ; RTH,  $p < 2e^{-16}$ ). Embora a música NOB tenha sido estatisticamente significativa ( $p < 2e^{-16}$ ), o valor aumentou positivamente da parte “pre-scream” para a parte “scream”.

A hipótese Energy de que encontraríamos um valor mais alto desse parâmetro para a parte “scream” foi plenamente corroborada para todas as músicas (FOI,  $p < 2e^{-16}$ ; RTH,  $p < 0.02$ ; NOB,  $p < 2e^{-16}$ ). No entanto, como não controlamos em laboratório o posicionamento do distanciamento entre boca e microfone, necessitamos, futuramente, fazer novos estudos, a fim de confirmar a replicabilidade desse resultado.

A hipótese HNR de que encontraríamos um valor mais alto para a parte “pre-scream” em comparação com a parte “scream” foi parcialmente corroborada (8 em 12 possibilidades, cf. tabela 9).

A hipótese F1 de que F1s mais altos seriam encontrados na parte “scream” foi plenamente corroborada para todas as músicas (FOI,  $p < 2e^{-16}$ ; RTH,  $p < 4.88e^{-10}$ ; NOB,  $p < 2e^{-16}$ ).

A hipótese F2 de que F2 mais altos seriam encontrados na parte “scream” foi plenamente corroborada para 2 músicas (RTH,  $p < 2e^{-16}$ ; NOB,  $p < 2e^{-16}$ ) e marginalmente corroborada para FOI ( $p < 0.059$ ).

A hipótese B1 de que B1s mais altos seriam encontrados na parte “scream” não obteve suporte dos dados. Ao invés de aumento na largura de banda da parte “pre-scream” para a parte “scream”, houve um decréscimo significativo desse parâmetro nessa direção (FOI,  $p < 2e^{-16}$ ; RTH,  $p < 4.88e^{-10}$ ; NOB,  $p < 2e^{-16}$ ).

A hipótese B2 de que B2s mais altos seriam encontrados para a parte “scream” foi corroborada apenas para RTH ( $p < 2e^{-16}$ ). Para as outras músicas, a hipótese não foi corroborada, pois houve um

decréscimo significativo desse parâmetro da parte “pre-scream” para a parte “scream” (FOI,  $p < 2e^{-16}$ ; NOB,  $p < 2e^{-16}$ ).

**Tabela 7:** Medidas de qualidade de voz (média) para a parte pre-scream. S significa Song; N, HNR.

S	H1	H1H2	H1A3	CPP	Energy
FOI	-5.27	0.47	-2.52	19.1	0.62
RTH	-0.26	2.77	0.53	17.8	1.94
NOB	-5.33	-0.26	-0.38	14.8	1.79

S	F1 (B1)	F2 (B2)	N5	N15	N25	N35
FOI	628 (275)	1383 (197)	36	24	21	22
RTH	589 (176)	1241 (183)	34	22	22	22
NOB	566 (184)	1294 (244)	23	16	16	18

**Tabela 8:** Medidas de qualidade de voz (média) para a parte scream. S significa Song; N, HNR.

S	H1	H1H2	H1A3	CPP	Energy
FOI	-15.79	-0.44	-13.45	16.7	1.41
RTH	-10.08	-0.57	-10.69	15.1	1.98
NOB	-8.94	2.62	-3.48	17.4	3.83

S	F1 (B1)	F2 (B2)	N5	N15	N25	N35
FOI	776 (61)	1406 (103)	38	25	21	21
RTH	632 (101)	1317 (269)	30	16	14	13
NOB	774 (137)	1446 (206)	33	19	15	14

**Tabela 9:** Diferença média de HNR (pre-scream - scream). . S significa Song; N, HNR. n.s., não-significativo; \*\*\*, altamente significativo.

S	N5	N15	N25	N35
FOI	-2***	-1***	0 (n.s.)	1***
RTH	4***	6***	8***	9***
NOB	-10***	-3***	1***	4***

Finalmente, gostaríamos de comentar que todas as medidas foram baseadas no canto de notas extremamente altas, que gerou f0s muito altos comparados à voz masculina normal, a qual é em média 100 Hz (veja tabela 10). Além disso, esses f0s correspondem às frequências das notas representadas nas partituras (figuras 1-4). É importante ressaltar que os valores apresentados na tabela 4 foram

calculados no Praat e obtidos de todo o trecho analisado da música, ou seja, valores médios, mínimos e máximos das partes *pre-scream* e *scream*, que contém, obviamente, muitas notas musicais diferentes. A única exceção seria FOI na parte *scream*, porém, devido ao uso amplo de vibrato, houve ali também uma certa variação de frequência da ordem de aproximadamente  $\pm 2$  semitons.

**Tabela 10.** Média de  $f_0$ , desvio-padrão (SD), valor mínimo (min) e valor máximo (max). S significa Song; SC, scream; PS, for pre-scream.

S	Média	SD	Min	Max
FOI (SC)	902.4	47.3	796.0	969.5
FOI (PS)	518.0	67.2	308.8	613.6
RTH (SC)	772.9	27.7	701.4	930.6
RTH (PS)	448.2	57.1	294.9	640.2
NOB (SC)	625.8	140.0	319.0	636.9
NOB (PS)	462.4	65.4	308.1	656.2

## 5. Discussão

Esse estudo mostra que doze parâmetros de qualidade de voz escolhidos para análise foram capazes de discriminar duas amplas categorias: “pre-scream” e “scream”. CPP foi o único parâmetro que não foi consistente para essa discriminação.

Outro ponto de investigação aqui foi se houve similaridades entre as músicas devido ao estudo de canto *heavy metal*. Na parte “pre-scream”, nossos estudos revelam, para  $H1^*$ , que *Flight of Icarus* (FOI) foi similar a *The Number of the Beast* (NOB), e que ambas foram diferentes de *Run to the Hills* (RTH). Em acréscimo, FOI foi similar a RTH, e que ambas músicas foram diferentes de NOB, em relação ao parâmetro HNR25. Na parte “scream”, FOI foi similar a RTH, e ambas as músicas foram diferentes de NOB, considerando o parâmetro  $H1^*H2^*$ . Além disso, FOI foi similar a NOB, e ambas as músicas diferentes de RTH, para o parâmetro F1. Por esses resultados, encontramos evidência de similaridades entre as músicas para alguns parâmetros de qualidade de voz.

Nossos resultados mostraram que os parâmetros mais robustos para diferenciar as diferentes estratégias de canto (“pre-scream” x “scream”) para cantar em registros extremamente altos da extensão masculina foram  $H1^*$ ,  $H1^*A3^*$ , Energy, F1, F2, HNR25 e HNR35. Pelo menos para esses parâmetros, as hipóteses foram plenamente corroboradas. Em nosso estudo, pois, esses parâmetros foram os mais relevantes para distinguir duas diferentes qualidades de voz para cantar a mesma música.

Os outros parâmetros que não validaram as hipóteses podem estar relacionados ao conceito de qualidade de voz utilizado nesta pesquisa. Como apresentado na introdução, a qualidade de voz é considerada como um conjunto de ajustes de longo termo (LAVÉR, 1980), de modo que analisamos um longo trecho de fala sem considerar variabilidades menores da qualidade de voz no sinal de fala. Essa é uma questão que precisa ser levada em consideração para desenvolvimentos futuros de nossa análise do canto. Como exemplo, checamos os valores  $H1^*H2^*$  para NOB e percebemos que em algumas partes do sinal há evidência na direção prevista pela hipótese. A contra-evidência da hipótese pode estar relacionada ao grande desvio-padrão da parte “pre-scream” (7.50) em comparação com a parte “scream” (3.05). Similarmente, para CPP em NOB, um grande desvio-padrão foi encontrado para a parte “scream” em comparação com a parte “pre-scream” (3.89).

## 6. Conclusão

Este estudo é um desenvolvimento da nova metodologia apresentada em nosso estudo anterior (MEIRELES, 2016). Optamos aqui por trabalhar com músicas de *heavy metal* do *Iron Maiden* pré-gravadas, a fim de verificarmos a validade de se usar a análise do *VoiceSauce* (SHUE et al., 2011), aliada à análise do Praat (BOERSMA; WEENINK, 2006), para se estudar canto em frequências extremamente altas. Nossos resultados promissores mostram que essa metodologia foi robusta o suficiente para analisar esse tipo de *performance* vocal.

A próxima etapa da pesquisa é comparar a qualidade de voz do Bruce Dickinson deste estudo com a qualidade de voz dos cantores profissionais de nosso estudo anterior (MEIRELES, 2016).

Complementaremos, nos desenvolvimentos futuros do método, os dados acústicos com análises articulatórias como EGG, ultrassom e ressonância magnética, as quais podem refinar a compreensão das estratégias usadas por profissionais para cantar notas extremas do *heavy metal* ou outro estilo de canto. Também continuaremos a investigar a relação entre dados perceptuais e de produção e adaptaremos o modelo VPAS (LAVER, 2000; LAVER et al., 1981; LAVER; MACKENZIE-BECK, 2007; MACKENZIE-BECK, 2005) para análise do canto.

## 7. Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer Pablo Arantes e Plínio Barbosa por aconselhamentos em algumas análises do Praat.

## Referências

BAYER, G. *Heavy metal music in Britain*. London: Ashgate popular and folk music series, 2009.

BOERSMA, P.; WEENINK, D. *Praat: Doing phonetics by computer* (version 4.5.06). Disponível em: <http://www.praat.org/> (Last viewed December 8, 2010), 2006.

FISCHER-JORGENSEN, E. Phonetic analysis of breathy (murmured) vowels in Gujarati. *Indian Linguist*, 28:71–139, 1967.

GONSALVES, A.; AMIN, E.; BEHLAU, M. Análise do grau global e tensão da voz em cantores de roque. *Pró-Fono R. Atual. Cient.* [online]. vol.22, n.3, p.195-200, 2010.

GORDON, M.; LADEFOGED, P. Phonation types: a cross-linguistic overview. *J. of Phonetics* 29, 383-406, 2001.

- HILLENBRAND, J.; CLEVELAND, R.A.; ERICKSON, R.L. Acoustic correlates of breathy vocal quality. *J. Speech and Hearing Research*, 37:769–778, 1994.
- HUFFMAN, M. K. Measures of phonation type in Hmong. *J. Acoust. Soc. Am.*, 81(2):495–504, February 1987.
- ISELI, M., SHUE, Y.-L.; EPSTEIN, M.; KEATING, P.; KREIMAN, J.; ALWAN, A. Voice source correlates of prosodic features in American English: A pilot study. In: *Proceedings of Interspeech*, pp. 2226–2229, Pittsburgh, PA, September 2006.
- KEATING, P.; ESPOSITO, C. M.; GARELLEK, M.; KHAN, S. U. D.; KUANG, J. K. Phonation Contrast across languages. *UCLA Working Papers in Phonetics*, No. 108, pp. 188-202, 2010.
- KLATT, D.; KLATT, L. Analysis, synthesis, and perception of voice quality variations among female and male talkers. *J. Acoustic. Soc. Amer.*, Vol. 87: 820-857, 1990.
- LAVÉ, J. *The phonetic description of voice quality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- LAVÉ, J. Phonetic evaluation of voice quality. In: KENT, R. D.; BALL, M. J. (ed.). *Voice quality measurement*. San Diego: Singular Publishing, p.37-48, 2000.
- LAVÉ, J.; WIRS, S.; MACKENZIE, J.; HILLER, S. M. H. *A perceptual protocol for the analysis of vocal profiles*. Edinburgh; Edinburg University. Department of Linguistics; p.139-55. [Workin Progress, 14], 1981.
- LAVÉ, J.; MACKENZIE-BECK, J. *Vocal Profile Analysis Scheme – VPAS*. Queen Margareth University College-QMUC, Speech Science Research Centre, Edinburgh, 2007.
- MACKENZIE-BECK, J. Perceptual analysis of voice quality: the place of vocal profile analysis. In: HARDCASTLE, J. L.; MACKENZIE-BECK, J. (ed.). *A figure of speech: a festschrift for John Laver*. Mahwah: Lawrence Erlbrum, p.285-322, 2005.

MEIRELES, A. R.; CAVALCANTE, F. G. Qualidade de voz no estilo de canto heavy metal. *Per musi [online]*. 2015, n.32, pp.197-218. ISSN 1517-7599.

MEIRELES, A. R.. Perceptual and Acoustic Study of Voice Quality in High-Pitched Heavy Metal Singing. In: *Proceedings of the 8th International Conference on Speech Prosody*, Boston, USA, pp. 1245-1249, 2016.

OLIVEIRA, L.; BEHLAU, M. *Perfil vocal de cantores amadores de banda de roque*. [monografia]. São Paulo(SP): Centro de Estudos da Voz, 2004.

PECORARO, G.; DUPRAT, A.; BANNWARTH, S.; ANDRADA E SILVA, M. Cantores de rock: ajustes dinâmicos de trato vocal, análise perceptivo-auditiva e acústica das vozes ao longo de cinco décadas. In: *Anais do 18o Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia*. Curitiba, 2010.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <http://www.R-project.org/>, 2013.

SHUE, J. L. *The Voice Source in Speech Production: Data, Analysis and Models*, PhD Thesis, UCLA, 2010.

SHUE, J. L.; KEATING, P.; VICENIK, C.; YU, K. VoiceSauce: A program for voice analysis. *Proceedings of the ICPhS XVII*, 1846-1849, 2011.

SLUIJTER, A.M.C.; VAN HEUVEN, V.J. Spectral balance as an acoustic correlate of linguistic stress. *J. Acoust. Soc. Am.*, 100(4):2471-2485, 1996.

SÖDERSTEN, M.; LINDESTAD, P.-A. Glottal closure and perceived breathiness during phonation in normally speaking subjects. *J. Speech and Hearing Research*, 33:601-611, 1990.

SUNDBERG, J. Acoustic and psychoacoustic aspects of musical vibrato. *Speech Transmission Quarterly Progress Status Report (STL-QPSR)* 35 (2-3), 45-68, 1994.

THALEN, M.; SUNDBERG, J. Describing different styles of singing- a comparison of a female singer's voice source in

“Classical”, “Pop”, “Jazz”, and “Blues”. *Log Phon Vocol.* v.26, p. 82-93, 2001.

YUMOTO, E.; GOULD, W.; BAER, T. Harmonics-to-noise ratio as an index of the degree of hoarseness. *J. Acoust. Soc. Am.* 71, 1544–1550, 1982.



## MAS, AFINAL, O QUE É MESMO PRAGMÁTICA?

Maria da Penha Pereira Lins

Neste texto, teceremos algumas considerações gerais em torno do conceito de Pragmática, com base, principalmente, nos mais importantes autores que tratam da disciplina: George Yule, Georgia Green, Levinson e Reyes.

Yule (1996.p.3) define Pragmática como “o estudo do significado do falante”. Isso quer dizer que essa ciência tem como objetivo principal a preocupação com o estudo da significação que o falante quer dar à sua mensagem e, também, da significação que o ouvinte constrói ao interpretar determinada mensagem.

Nestes termos, depreende-se que a Pragmática tem a ver mais com a análise daquilo que as pessoas querem significar ao produzirem enunciados do que com o que as palavras e as frases dos enunciados podem significar por si próprios.

Esse estudo envolve a interpretação do que as pessoas querem dizer, quando inseridas em contextos particulares, e como esses contextos podem influenciar naquilo que é dito; ou seja, a Pragmática leva em consideração como os falantes organizam o que querem dizer, de acordo com a pessoa com quem vão interagir, o lugar onde vão estar, o momento histórico que estão vivendo e sob que circunstâncias vão estar atuando. São consideradas, também, as inferências que os ouvintes fazem sobre o que é dito, com vistas a captarem as intenções do falante. Isso envolve, ainda, a análise do não dito como parte daquilo que é comunicado, ou seja, é levada em consideração, também, a investigação do “significado invisível”.

Ao estudar a questão do dito e do não dito, a Pragmática leva em conta as noções de proximidade e de distância, porque entende que é a proximidade ou da distância em relação ao ouvinte que vai determinar o quanto o falante necessita comunicar. Os indivíduos que convivem proximalmente atuam dentro dos mesmos

enquadres conversacionais e, por isso, fazem menos esforço para detectar o conteúdo da mensagem enviada.

Yule diferencia a Pragmática da Sintaxe e da Semântica, argumentando que somente a Pragmática leva em consideração os seres humanos e suas análises sobre o mundo. Dentro desse princípio, estuda as relações entre as formas linguísticas e os usuários dessas formas. Para o autor, esse viés de estudo traz vantagens e desvantagens: a vantagem do estudo da língua a partir das noções da Pragmática é que nele se pode tratar das intenções dos indivíduos, suas suposições, seus propósitos ou objetivos e, ainda, dos tipos de ações que praticam quando falam; a desvantagem é que todos os conceitos humanos são extremamente difíceis de serem analisados de modo objetivo.

Em suma, a Pragmática se propõe a dar conta das pessoas e do que elas têm em mente. Em vista disso, observa as regularidades no uso da língua feito pelos homens, regularidades essas que são consequência de os homens serem membros de grupos sociais e que, por isso, seguem padrões de comportamento já esperados dentro dos grupos. Sabe-se que dentro de um grupo social familiar é mais fácil para os indivíduos serem polidos e dizerem as palavras apropriadas; já num grupo social não familiar, os indivíduos sentem-se sempre inseguros sobre o que falar e preocupados em não dizerem as coisas erradas. Isso acontece porque pessoas pertencentes a uma mesma comunidade linguística têm as experiências de mundo mais básicas bem semelhantes e têm conhecimentos linguísticos partilhados.

Yule informa que, por um longo período, o estudo da língua ficou centrado em sistemas formais de análise, geralmente originados na matemática e na lógica; a ênfase era dada à descoberta de princípios abstratos que subjazem à organização da língua, ou seja, aos traços potencialmente universais da língua. Estudos sobre o uso da língua no dia a dia eram postos de lado, e, posteriormente, jogados na cesta de lixo. Muito do que foi parar na cesta de lixo é que é discutido pela Pragmática.

Levinson ([1983] 2007) amplia esse pensamento, afirmando que, na verdade, os contextos fazem muito mais do que meramente selecionar entre as leituras semânticas disponíveis das sentenças, pois a ironia, o enunciado atenuado e coisas semelhantes são tipos de uso que efetivamente criam novas interpretações no contexto. Isso explica o fato de a gramática no seu sentido amplo, incluindo a fonologia, a sintaxe e a semântica, ocupar-se da atribuição de significado às formas linguísticas independentemente do contexto, ao passo que a Pragmática se ocupa da interpretação destas formas que é acrescentada pelo contexto.

O autor apoia-se em Katz (1977), para ensinar que as teorias pragmáticas explicam como raciocinam os falantes e ouvintes ao resolverem a correlação num contexto de uma ocorrência de sentença com uma proposição. Assim, Levinson se mostra convicto de que a noção de que a Pragmática poderia ser o estudo dos aspectos do significado não abrangidos pela semântica, necessitando, porém, ampliar a delimitação do significado, ou seja, a observação do sentido amplo, não se restringindo ao conteúdo convencional do que é dito.

Para Green (1996), falar e escrever são atos de fé e a Pragmática é o estudo dos mecanismos que dão suporte a essa fé. Dessa forma, a linguística pragmática deve atuar em intersecção com outros campos da ciência, não só a linguística, a psicologia cognitiva, a antropologia cultural e a filosofia, mas, também, a sociologia e a retórica podem contribuir para esse domínio de conhecimento. Assim, dentro da Pragmática, devem constar estudos sobre fundamentos de análise da língua em uso, interpretação de expressões indexicais, cujas referências não podem ser determinadas sem se levar em consideração o contexto do enunciado da expressão linguística, o que não pode deixar de fora a interpretação de expressões indexicais que se referem a tempo, lugar, falante e tópico do enunciado.

Além disso, também, torna-se importante para essa ciência o estudo das expressões anafóricas, dos atos de fala, das pressuposições, das relações lógicas na organização dos conteúdos da fala, das

atitudes e dos objetivos do falante e dos mecanismos de controle usados para manipular e manter as relações sociais, o que inclui as estratégias de polidez e o uso de perguntas, entre outras formas linguísticas que podem afetar o curso de uma interação.

Para concluir essas explicações sobre o conceito de Pragmática, é interessante observar as reflexões de Reyes (1998. p. 7):

As palavras significam por si mesmas, mas a comunicação exige muito mais do que intercambiar significados pré-estabelecidos. Se se fizer uma reflexão sobre a diferença entre perguntar “O que quer dizer essa palavra?” e “O que quer dizer com essa palavra?” percebe-se que no primeiro caso estamos pedindo uma informação sobre a língua, que se pode encontrar no dicionário. No segundo caso, a pergunta é sobre um problema de interpretação, que tem a ver com a intenção do falante ao usar tal palavra, a pergunta é sobre o significado que deve ser interpretado nesse contexto.

A Pragmática focaliza essa segunda dimensão do significado, analisando a língua em uso, ou, mais especificamente, os processos por meio dos quais os seres humanos produzem e interpretam significados quando usam a língua. O estudo do uso da língua não é novidade, mas a Pragmática é o primeiro intento de fazer, dentro da linguística, uma teoria do significado das palavras em sua relação com falantes e contextos. Entre outras coisas, a Pragmática tenta explicar em que consiste a interpretação de um enunciado, qual a função do contexto, que relação há entre significado literal e significado comunicado, por que falamos por figuras, como a função comunicativa afeta a gramática das línguas.

Reyes explica que, para estudar esses fenômenos, é preciso voltar-se para o usuário e observar sistematicamente o que ele faz com a língua. A autora diz que somos nós que nos comunicamos, não nossas mensagens, e, por isso, pode-se afirmar que a Pragmática trata de nós, os falantes.

A pergunta “O que é Pragmática?” tem algo em comum com o poema de Bécquer:

O que poesia?  
E você me pergunta?

Poesia é você!  
Assim essa pergunta tem algo em comum com:  
O que é Pragmática?  
Pragmática é você!

## **As noções de crença, intenção e ato racional são cruciais para a teoria Pragmática**

Dentro de uma interpretação mais ampla e a partir do que vimos sobre o conceito, a Pragmática é o estudo das ações humanas realizadas intencionalmente. Isso envolve a interpretação de atos realizados com a intenção de alcançar algum propósito. Em vista disso, dentro das noções centrais da Pragmática devem ser incluídas as de crença, intenção e ato.

Pelo fato de a necessidade de construir significados e alcançar objetivos envolver comunicação, a Pragmática também contempla o estudo de todos os tipos de comunicação, inclusive o não convencional, o não verbal e o não simbólico. Para exemplificar essa afirmação, Green (1996) dá o seguinte exemplo:

Quando um salva-vidas atira uma bola de vôlei na direção de um nadador que está prestes a se afogar no oceano, o ato de atirar a bola na direção dele (nadador) deve ser entendido como um socorro e que ele deverá saber tirar vantagem, usando a bola para flutuar sobre a água.

O exemplo acima pressupõe pelo menos três crenças e uma intenção da parte do salva-vidas, incluindo duas crenças sobre as crenças do nadador e uma sobre os desejos do mesmo nadador. As crenças e intenções mútuas de falante e ouvinte são típicas das conversas espontâneas, dos usos comuns da língua, e esses usos não podem ser entendidos a não ser em referência a essas crenças e intenções. É a crença que faz toda a diferença entre a verdade e a mentira: quando alguém diz alguma coisa falsa e os outros acreditam ser falsa, esse alguém está mentindo; mas se diz alguma coisa que é falsa, mas que acreditam ser verdadeira, está simplesmente cometendo um engano.

Também é a crença que delimita a diferença entre informar e lembrar: se um falante diz para um ouvinte: “Os coreanos têm um feriado em que comemoram a invenção do alfabeto deles”, e acredita que o ouvinte não tem essa informação, ele tem apenas a intenção de informar; mas se o falante acredita que o ouvinte já é sabedor desse fato, o falante tem a intenção de apenas lembrar.

Em relação a isso, os falantes, às vezes, se satisfazem sendo vagos sobre essa crença, deixando que a observação seja tomada pelo ouvinte como uma informação se ele ainda não tem conhecimento do fato, ou como uma lembrança, se ele já é sabedor do acontecimento. Outras vezes, os falantes podem explicitar suas posições, com o objetivo, por exemplo, de evitar insultar o ouvinte por ele não saber alguma coisa que é de conhecimento de todo mundo. Nesse caso, o falante opta por usar expressões tais quais “Como você já sabe” ou “Você se lembra de que”, as quais indicam que o falante acredita que o ouvinte já é conhecedor do fato.

A autora observa que, no inglês, quando falantes introduzem o enunciado com expressões como *As you know* (Como você já sabe), *I remind you* (Você se lembra), *Of course* (É claro), eles acreditam estar dando uma informação que o ouvinte sabe ser verdadeira; quando iniciam o enunciado com *Actually* (Realmente) ou *In fact* (De fato), os falantes acreditam estarem dando uma informação nova ao ouvinte.

Do mesmo modo, as intenções marcam a diferença entre uma mentira e uma piada ou uma figura de linguagem, entre uma promessa e uma previsão. Se, por exemplo, alguém diz “João chegará na hora, amanhã”, pode significar uma promessa, se o falante tem a intenção de mostrar alguma garantia de que está sendo verdadeiro, mas pode ser uma previsão, se for considerada uma crença usual.

As crenças e intenções não funcionam sozinhas na comunicação. Um falante com uma determinada intenção e com um conjunto de crenças tem que agir racionalmente sobre essa intenção, organizando um plano que seja consistente com suas

crenças. Esses planos são tipicamente hierárquicos e envolvem outros objetivos e intenções.

Green (1996) exemplifica da seguinte maneira: se um indivíduo tem o objetivo principal de levar alguém a ter uma opinião negativa sobre um amigo comum, deve construir um plano que o leve a comungar com a mesma opinião e, acreditando, com isso, estar sendo racional, no sentido de que um acredita que o outro também acredita na mesma coisa. A seleção das frases a serem ditas nos enunciados é feita rapidamente e abaixo do nível de consciência, ou do fluxo do discurso.

A tarefa do ouvinte consiste em: a) entender o que o falante disse, isto é, construir um modelo mental da situação cuja existência é indicada pelo falante; b) avaliar o modelo e usá-lo na construção do seu próprio modelo de mundo. A primeira tarefa pode ser exemplificada pela interpretação dos atos executados pelo falante, uma afirmação, uma ordem, uma pergunta, um desejo, etc. A segunda tarefa envolve a elaboração de conclusões que vão acrescentar significação ao conhecimento de mundo e ao modelo do falante, como, por exemplo, inferências sobre o que o falante sabe, em que o falante acredita, o que o falante considera falso, como o falante se sente em relação aos outros, às situações, aos eventos referidos no decorrer da conversação.

Resumindo, a Pragmática pode ser definida como o estudo da ação deliberada com a intenção de levar o interlocutor a reaccessar o modelo de como as coisas são, incluindo o sistema de valores e o modelo de crenças, atitudes e intenções do falante. Se se delimitar o estudo ao campo da linguística pragmática, ou à pragmática do uso da língua, só é necessário estipular que os princípios da Pragmática devem levar em conta, sistematicamente, os atos que envolvem expressões linguísticas.

### **Atos de fala e força ilocutória**

No ato de comunicar umas com as outras, as pessoas não produzem enunciados que contêm apenas palavras e estruturas

gramaticais; elas praticam ações através dos enunciados produzidos. Ou seja, dizer é fazer, é agir.

As ações praticadas via enunciados são, de modo geral, chamadas de atos de fala, e, mais especificamente, de pedido, cumprimento, desculpa, convite, promessa, resposta e outros. Esses diferentes tipos de atos de fala estão relacionados à intenção comunicativa do falante, quando produz seu enunciado. O falante normalmente espera que sua intenção comunicativa seja reconhecida por seu ouvinte. Nesse processo, ambos, falante e ouvinte, são ajudados pelas circunstâncias que circundam o ato comunicativo. Isso é o que é chamado de evento de fala por alguns especialistas da linguagem. É a natureza do evento de fala que vai determinar a interpretação dos enunciados proferidos em determinado ato de fala. Para exemplificar a afirmação acima, Yule (1996, p. 48) apresenta o seguinte exemplo:

Se num dia de inverno, um falante pede uma xícara de chá, acreditando que o chá esteja bem quente, dá um gole, e diz: “Este chá está realmente frio!”, ele está fazendo uma reclamação. Mas, se, por outro lado, mudarem as circunstâncias, e, num dia de verão, o falante recebe do ouvinte um copo de chá gelado, dá um gole e repete o mesmo enunciado, ele está fazendo um elogio. Se para um mesmo enunciado foi possível duas interpretações, isso quer dizer que não se pode fazer a correspondência direta entre uma ação e um ato de fala. Isso significa que há muito mais a se interpretar num ato de fala do que aquilo que está apenas no enunciado.

Em qualquer ocasião, a ação praticada em consequência da produção de um enunciado, na verdade, consiste em três atos: O primeiro é o ato fonético, o ato de produzir sons da fala, ou, expressões linguísticas, com o objetivo de produzir sons acústicos que o destinatário reconheça como sons da fala, e não outras vocalizações, como arrotos ou espirros. O segundo ato simultaneamente produzido é o de produzir um enunciado linguístico com léxico e gramática de determinada língua e com certa entonação, com o objetivo de que seja reconhecido como pertencente àquela determinada língua. O terceiro ato é feito com vistas a que o enunciado seja reconhecido como um discurso ligado

a alguma proposição, ou seja, referindo-se a pessoas, ações, fatos, e de acordo com convenções da língua e da cultura da comunidade que o falante partilha com o ouvinte.

Austin (1962) chamou esses três atos respectivamente de *ato locucionário* ou *ato fonético*, ou ato de dizer alguma coisa; *ato ilocucionário* ou *ato fático*, ou ato de significar algo a partir do ato locucionário (afirmar, perguntar, exclamar, etc.) e *ato perlocucionário* ou *ato rético*, que representa o efeito do ato ilocucionário.

Green (1996) afirma que a execução de atos de fala é feita intencionalmente e com objetivo direcionado, embora a execução de vários atos esteja, sem dúvida, fora do controle da consciência do falante.

Para exemplificar, a autora transcreve um pequeno trecho de uma conversa, que, em Português, se aproximaria do seguinte:

“Tive um encontro com os advogados”. Anunciou Gram.

“Nesse encontro eu fui notificada de que vocês são, agora, legalmente e oficialmente e permanentemente minha responsabilidade”.

“Nós fomos adotados?” Perguntou James.

“Foi o que eu disse.”

“Não, não foi.” Ele retorquiu.

“Bem, foi o que eu quis dizer. E desde que você entendeu, foi o que eu disse”.

(GREEN, 1996, p. 150).

Quando James diz “Nós fomos adotados”, ele pratica, simultaneamente, uma quantidade de diferentes atos de fala, todos intencionais e com objetivos definidos. Num nível mais concreto, ele executou um ato fonético, isto é, um ato locucionário, ao articular sons acústicos, esperando que Gram os reconhecesse como sons da fala. Simultaneamente ao ato fonético, James praticou o ato de produzir enunciados linguísticos através de formas reconhecidamente da língua inglesa e com uma certa entonação, com a intenção de que fossem reconhecidos como tal. Ao mesmo tempo, com objetivo de ter seus enunciados relacionados a uma proposição, James praticou o ato de referir (ao usar o pronome “nós”) e o de predicar (ao dizer “fomos adotados”), entendendo que as formas que usou referiram-se a

pessoas, eventos, ações referentes à língua e à cultura da comunidade que ele partilha com Gram.

Finalmente, James, ao praticar esse ato, teve alguma razão e desejou que sua razão fosse reconhecida. Para isso, ele pratica o ato de implicar, quando, ao perguntar a Gram se foram adotados, quer deixar entender que ela está falando obscuramente e que não há nenhuma razão particular para que ela faça isso.

Dessas três dimensões, através das quais se pode entender um ato de fala, um dado relevante é a força ilocucionária. Normalmente o ato de fala é limitadamente interpretado como a força ilocucionária de um enunciado. No entanto, um mesmo ato locucionário pode significar predição, uma promessa ou uma advertência, conforme exemplo de Yule (1996, p.49).

- a) Vejo você mais tarde. (=A)
- b) [Eu afirmo isso] A
- c) [Eu prometo isso] A
- d) [Eu o advirto disso] A

Um mesmo enunciado pode, potencialmente, ter várias e diferentes forças ilocucionárias (por exemplo, promessa *versus* advertência). Como o ouvinte vai reconhecer a força ilocucionária pretendida é uma questão que implica expedientes circunstanciais de condições de felicidade, que dizem respeito à qualidade da altura da voz usada para fazer a diferença entre uma advertência ou uma brincadeira, por exemplo, e às condições conversacionais sob as quais subjaz a força ilocucionária.

### **O princípio da cooperação**

Green (1996) informa que o filósofo H. P. Grice, em 1967, argumentou que é desnecessário considerar as diferenças de significados observados pelos estudiosos de lógica entre os operadores lógicos e a reprodução da língua natural. Para o filósofo, as diferenças são simplesmente diferenças de uso, que surgem do fato de que os tipos de discurso correntes (como a

conversao cotidiana), nos quais as expresses de língua natural so usadas, so governados por irrelevantes princípios que correspondem aos operadores na lógica formal.

Em 1975, Grice afirma que muito mais do que   dito pode ser veiculado, se os indivíduos assumem que, na conversa, seguem uma norma comportamental chamada de Princípio da Cooperao, elaborado nos seguintes termos: faa sua contribuio conversacional tal como   requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direo do intercmbio conversacional em que você est engajado.

Isso significa que, considerando o significado convencional das palavras – o que se diz – e as implicaturas – o que se quer dizer, ao contrrio do que possa parecer, nossos dilogos so esforos cooperativos reconhecidos; ou seja, cada participante da interao reconhece nos dilogos um propósito comum ou um conjunto de propósitos que orienta a direo da conversa. Esse propósito pode ser fixado no início (uma questo a ser discutida) ou durante o dilogo. Isso implica que falante e ouvinte esto constantemente envolvidos na interpretao do objetivo de um e de outro quando dizem o que dizem do modo como dizem. Quer dizer que os indivíduos agem de acordo com seus propósitos.

Para esse princípio conversacional, Grice estabeleceu quatro categorias, quatro mximas que representam as regras da conversao:

### **1. Quantidade**

a) Faa sua contribuio to informativa quanto for requerido (para o propósito corrente da conversao).

b) No faa sua contribuio mais informativa do que   requerido.

### **2. Qualidade**

a) No diga o que você acredita ser falso.

b) No diga seno aquilo para o que você possa fornecer evidência.

### **3. Relao**

a) Seja relevante.

#### 4. Modo

- a) Evite obscuridade de expressão.
- b) Evite ambiguidade.
- c) Seja breve.
- d) Seja ordenado.

Grice observa, ainda, que a violação deliberada de qualquer uma das máximas é um recurso de que o falante dispõe para transmitir informações que estão além do sentido literal das sentenças. Esta situação gera uma implicatura conversacional. No entanto, quando uma implicatura conversacional é gerada, o Princípio da Cooperação não está sendo contrariado, pois a máxima está sendo utilizada. Por outro lado, Grice explica que uma máxima pode ser ignorada, ou levemente violada, no caso em que os ouvintes estão sendo enganados. É o caso da mentira, por exemplo, que representa uma clara violação da máxima da qualidade.

Green (1996) ensina que em casos em que um falante não pode garantir uma máxima sem ignorar outra, o falante, para não deixar o ouvinte confuso, deve explicitar ou implicar que não está agindo em conformidade com a máxima. É o caso dos exemplos abaixo:

Explicitamente:

1. Eu não estou autorizado a dizer, mas ... (Quantidade)
2. Provavelmente não preciso dizer mais nada ... (Quantidade)
3. Não tenho certeza se isso é verdade, mas ... (Qualidade)
4. Não tenho nenhuma evidência disso, mas ... (Qualidade)
5. Eu sei que isso é irrelevante, mas ... (Relação)

Implicitamente:

1. Como você já sabe, ... (Quantidade)
2. Isto pode ser apenas uma fofoca, mas ... (Qualidade)
3. Por falar nisso, ... (Relação)

Segundo Green (1996), a consequência de assumir um comportamento de acordo com o Princípio da Cooperação é que, mesmo quando o comportamento linguístico se mostra em desacordo com as máximas, os ouvintes preferem assumir que o

falante está obedecendo ao princípio a assumirem que ele é tão irracional e imprevisível ao ponto de não poder participar de uma conversa racional. Assumindo que o falante está agindo racionalmente, e esperando ser entendido desse modo, o ouvinte adota a estratégia de assumir que o comportamento do falante está de acordo com as máximas e de considerar que as proposições devem ser aceitas no sentido de justificar um comportamento em conformidade com o Princípio da Cooperação.

Como falante/ ouvinte de uma língua natural numa sociedade, o falante espera que o ouvinte adote a estratégia de interpretar o comportamento linguístico. Desse modo, os falantes se consideram livres para explorarem isso, e falam achando que seu comportamento linguístico está sendo entendido. Eles, os falantes, sabem que se suas observações parecerem irrelevantes, os ouvintes vão procurar construir uma sequência de inferências que as tornam relevantes para o propósito assumido. Essa exploração das máximas é o mecanismo básico através do qual um enunciado é utilizado para veicular mais do que denota literalmente.

E o que Grice chamou de Implicatura – o que é entendido quando uma máxima parece ser violada.

### **Polidez e interação**

Toda interação implica riscos, porque os participantes de uma interação, em suas conversas, podem se sentir ameaçados, embaraçados ou humilhados, uma vez que a interação é o espaço em que ocorrem os conflitos, as trocas entre os indivíduos.

Sabe-se que os interlocutores se engajam para controlar e equilibrar suas falas no decorrer da interação, de modo que a comunicação ocorra de forma menos ameaçadora possível. Goffman (1985) explica que os participantes de uma interação se envolvem e comunicam algo para alguém, em um determinado tempo e espaço, a fim de estabelecerem uma completa e complexa trama que se configurará em um contexto sociointeracional. Nesse processo, ocorrem confrontos que envolvem a imagem social dos indivíduos.

Com o intuito de preservar sua imagem social, os indivíduos definem seu território, que compreende seu corpo e suas várias extensões, incluindo seus objetos e suas conversas. Isso significa que o território de um indivíduo não se restringe apenas ao corpo, mas, também, compreende os espaços ao redor. A defesa do território é fator de preservação da imagem social, pois as pessoas agem no sentido de não sofrerem constrangimentos em sua vivência social, por isso estão, a todo tempo, negociando a preservação de sua imagem, ou seja, não serem desacreditados, nem perderem o prestígio. Não perder a face.

Goffman (1980, p. 5), sobre essa questão, define face como:

O valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser o alinhamento por ela tomado durante um contato específico. Face é uma imagem do self delineada em termos de atributos sociais aprovados.

Assim, uma pessoa tem, está em ou mantém uma face, quando o alinhamento que efetivamente segue apresenta uma imagem de si mesma internamente consciente, apoiada por julgamentos e evidência transmitidos através de agências impessoais na situação. O autor acrescenta que, sendo assim, quando um falante sente que está em face, apresenta-se com sentimentos de confiança e segurança, pois está firme no alinhamento a ser seguido. Um falante está na face errada ou fora de face, quando surge uma informação sobre seu valor social que não pode ser integrada ao alinhamento que está sendo sustentado por ele. E ele está fora de face quando participa de uma interação sem apresentar pronto um alinhamento similar ao dos participantes da interação; nesse caso, diz-se que ele perdeu a face.

Tomando como base o conceito de face de Goffman, Brown e Levinson (1978, p. 61) elaboram um modelo referente à construção de imagem social. Visitam o conceito de face de Goffman, redefinindo-o como: “a autoimagem pública que cada membro da sociedade quer reivindicar para si” (ibid.) explicando que é uma competência que todo membro adulto de uma sociedade possui, com investimento

emocional, podendo ser perdida, mantida ou intensificada; por isso, deve ser constantemente cuidada na interação.

Para esses autores, a face consiste em dois aspectos:

- 1.face negativa: é a reivindicação de território, dos desejos pessoais, da liberdade de ação e de ausência de imposição.
- 2.Face positiva: é o desejo de ser bem aceito, de que sua autoimagem seja apreciada e aprovada.

Basicamente, qualquer ato de fala emitido em uma interação é, de certa forma, ameaçador à face do outro. Quando um falante diz algo que ameaça as expectativas de face do outro, acontece um ato de ameaça à face, que pode ocorrer explícita ou implicitamente.

Brown e Levinson (1978.p. 65) classificam os atos ameaçadores de face (atos de linguagem) em quatro categorias:

- a) Atos ameaçadores da face negativa do falante: são aqueles em que há um comprometimento do emissor, tal qual promessas, propostas, agradecimentos, desculpas.
- b) Atos ameaçadores à face positiva do falante: são atos em que se mostra um rebaixamento, tal qual um pedido de desculpa, autocríticas, reconhecimento de fraquezas.
- c) Atos ameaçadores à face negativa do ouvinte: são aqueles que ameaçam a liberdade do ouvinte, como por exemplo: ofensas, agressões, perguntas indiscretas, imposições.
- d) Atos ameaçadores à face positiva do ouvinte: são atos que reprimem o indivíduo, tais quais críticas, reprovações, sarcasmo, insultos.

Assim, polidez é uma das regras de conduta que levam a uma padronização dos comportamentos dos seres humanos na sociedade. Os indivíduos, em um processo de interação, procuram se submeter a regras/estratégias de polidez, a fim de manterem a expectativa a sua face e como forma de amenizarem um ato ameaçador de face.

## **Categorias do comportamento linguístico**

Para amenizar os choques interacionais, as sociedades desenvolveram estratégias de polidez. Todavia, é bom lembrar que, dependendo da comunidade, um mesmo ato, nas mesmas circunstâncias, pode ser polido em determinado lugar e impolido em outro.

Lakoff (1975) ensina que a diferença entre um comportamento polido e um rude é que o comportamento polido traz às pessoas uma sensação confortável de harmonia. Vendo por esse prisma, a polidez deve ser a propriedade principal de qualquer comportamento interpessoal, inclusive dos atos não linguísticos (como abrir a porta para dar mais claridade ao ambiente para alguém) e, também, atos de consideração que complementam significados linguísticos (como oferecer comida ou bebida), além de atos linguísticos em enunciados específicos de polidez (desculpando-se de uma ofensa).

Lakoff estabeleceu três regras formais de polidez, às quais os falantes devem seguir, quando desejarem ser polidos:

### **a) Regra 1: não imponha.**

Essa regra é apropriada em situações em que há uma diferença reconhecida de poder e de *status* entre os participantes, como diferenças entre estudante e reitor, ou de um industriário e um vice-presidente da empresa. Impor sobre alguém significa impedir-lo nos seus desejos de agir como quer. Um falante polido, que age de acordo com essa regra, prefere mitigar, ou pedir permissão ou desculpa ao solicitar que seu interlocutor execute alguma ação, que ele possa não estar propenso a executar.

Não impor significa não dar nem pedir opinião pessoal, evitar referência pessoal, evitar referência à família, a problemas pessoais, a hábitos, etc. Em resumo, é sustentar a pretensão de que os participantes não têm experiência compartilhada. Num nível superficial, isso significa evitar linguagem pesada ou emocional e tópicos de conversação que representem tabus, por serem

considerados muito pessoais para serem discutidos em público, tais quais amor, sexo, política, religião, dificuldades econômicas, corpo humano, etc. É o caso de se evitar referências pessoais, usando títulos (por exemplo: Senhor, Professor, Doutor, Capitão).

**b) Regra 2:** ofereça opções.

A regra 2 é apropriada para situações em que os participantes têm aproximadamente *status* e poder equivalentes, mas não são socialmente íntimos, como, por exemplo, uma relação entre um homem de negócios e um novo cliente numa transição comercial, ou uma relação entre dois estranhos dividindo um quarto semiprivado de hospital. Oferecer opções significa expressar-se para alguém de tal modo que a opinião ou resposta possa ser ignorada sem ser contradita ou rejeitada. É o caso de alguém dizer, por exemplo: “Eu gostaria que alguém me ajudasse a cortar o cabelo” ou “Talvez você devesse cortar o cabelo” em vez de “Você tem de cortar o cabelo”. Nesse caso, a intenção do falante deve ser implicada, como se pode observar nos exemplos a seguir, em que os enunciados são estruturados num modo pragmático, ambíguo, de modo a dar a sugestão de que prefere não agredir:

- “Este modelo também vem no tamanho 48” (Implicação: o tamanho que você está experimentando é muito pequeno para você).

- “Você já acabou de ler o jornal?” (Implicação: Por favor, deixe-me ler o jornal, se você já acabou de lê-lo).

- “Algumas pessoas consideram que comprar carros japoneses é um insulto a todos os desempregados das montadoras americanas”. (Asserção indireta sobre compra de carros japoneses).

- “Eu estava pensando se seria inconveniência se eu lhe pedisse para usar seu telefone” (Pedido indireto para usar o telefone).

- “Será que o no. 2 para aqui?” (Pergunta indireta sobre parada de ônibus).

**c) Regra 3:** encoraje sentimentos de camaradagem.

Essa regra é apropriada para amigos muito chegados, ou íntimos. Lakoff afirma que mesmo amantes devem atender a certas normas de “polidez” um com o outro, ou a relação pode ser destruída. Em casos de polidez de intimidade, não é qualquer tópico que pode ser abordado, porque mesmo entre melhores amigos há assuntos que não são contados. E, se não for cuidadoso e se não usar polidez, o amante ou amigo íntimo pode pensar que algo mudou na relação.

De modo geral, entretanto, espera-se que os participantes não meçam palavras, pois falar de modo indireto implica que os participantes não se conhecem o bastante para falarem livremente, sem risco para a relação. Consequentemente, seguir as estratégias e evitar uma comunicação direta implica que o que não foi dito tenha significado; a presença de afirmações honestas e respostas em lugar de rodeios e insinuações implica que a relação entre os participantes é tão forte que as verdades não necessitam ser disfarçadas ou atenuadas. Em contraste com a polidez informal, esse princípio não se refere só a mostrar um interesse ativo no outro, através de perguntas e de observações pessoais, mas, também, a mostrar atenção e confiança, estando aberto a detalhes da vida do outro, suas expectativas, seus sentimentos e coisas afins. Os participantes usam formas íntimas para se dirigirem ao outro, incluindo diminutivos e, em alguns contextos, apelidos injuriosos.

Outros estudiosos também focalizaram seus estudos nos comportamentos linguísticos dos indivíduos em sociedade. Inspirado nos estudos sobre atos de fala e das implicaturas conversacionais, Leech (1983), a partir do conceito de língua como sistema de comunicação, explica que, ao comunicar, o falante é tido como alguém que busca alcançar seus objetivos comunicacionais de forma eficaz, todavia sofre constrangimento imposto pelo princípio da cooperação e pelas máximas conversacionais de Grice.

Assim, para distanciar-se dos postulados de Grice, estabelece outros princípios na interação: 1) Princípio da Polidez; 2) Princípio da Ironia e 3) Princípio do Gracejo. E afirma que o Princípio da

Polidez, como fator pragmático importante, envolve questões sociais e psicológicas, não se restringindo apenas à questão do sentido pretendido e comunicado pelo falante, até porque esse princípio permite manter o equilíbrio social e as relações amigáveis, o que significa que os participantes estão sendo cooperativos uns com outros.

Para Leech, a polidez é algo assimétrico. O que é educado para um ouvinte pode ser indelicado para o falante, e vice-versa. Dessa forma, o autor atribui máximas para o Princípio da Polidez por ele estabelecidas, no sentido de explicitar um comportamento educado:

- 1) Máxima do tato.
  - a) Minimizar a expressão de crenças que sugerem custo para o outro.
  - b) Maximizar a expressão de crenças que sugerem benefício para o outro.
  
- 2) Máxima da generosidade.
  - a) Minimizar a expressão de benefício para si mesmo.
  - b) Maximizar a expressão de custo para si mesmo.
  
- 3) Máxima da aprovação.
  - a) Minimizar a expressão de crenças que expressem desaprovação do outro.
  - b) Maximizar a expressão de crenças que expressem aprovação do outro.
  
- 4) Máxima da modéstia.
  - a) Minimizar a expressão de elogio para si próprio.
  - b) Maximizar a expressão de desaprovação para si mesmo.
  
- 5) Máxima do acordo.
  - a) Minimizar a expressão de discordância entre você e o outro.
  - b) Maximizar a expressão de acordo entre você e o outro.
  
- 6) Máxima da simpatia.
  - a) Minimizar a expressão de antipatia de você para o outro.
  - b) Maximizar a expressão de simpatia de você para o outro.

É bom ressaltar que essas máximas não possuem o mesmo peso numa interação. Para Leech, a máxima do tato é a mais importante que a da aprovação, e a máxima da aprovação é mais

importante que a da modéstia. Isso significa que a polidez é mais focada nos outros do que em si. Devemos ter em mente que as máximas não são regras absolutas e que devem ser observadas até determinado momento. O autor exemplifica: caso uma pessoa fique seguindo constantemente a submáxima “maximize desprezo por si”, ela tornar-se-á entediante; ficará a todo momento se autodepreciando, além de ser julgada como não sincera.

### **Afinal, o que é pragmática?**

Finalmente, e conforme Green, Pragmática refere-se ao fato de que a produção e interpretação de uma língua natural depende das suposições mútuas e inferências de seus usuários, uns sobre os outros, variando apenas sobre visões de mundo articulares e mesmo sobre a língua que compartilham. Isso significa que, para entender um sistema de língua natural, é necessário refletir sobre a dimensão dos modelos compartilhados dos falantes e os sistemas de crenças que afetam o que é dito. As dimensões culturais e subculturais são essenciais na elaboração de inferências corretas, tais quais inferências de referências, de força ilocucionária, de movimentos de polidez e implicaturas de todos os tipos.

Assim, a interpretação de enunciados, de textos ou discursos incluem entre outros fatores: a pressuposição, a força ilocucionária, a implicatura, a referência e o gerenciamento das relações interpessoais.

Vamos usar, aqui, a metáfora que Georgia Green usou para encerrar o assunto:

Pragmática é um tango para dois.

### **Referências**

AUSTIN, J. *How to do things with words*. Cambridge. Harvard University Press. 1962.

- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge. Cambridge University Press. 1978.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. São Paulo. Vozes. 1985.
- GOFFMAN, E. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais na interação social. In: FIGUEIRA, S. A. (Org.) *Psicanálise e ciências sociais*. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 1980.
- GREEN, G. H. *Pragmatics and natural language understanding*. New Jersey. Lawrence Erlbaum Associates Publishers. 1996.
- GRICE, P. H. *Lógica e conversação*. (Trad. João Wanderley Geraldi). In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da linguística. Pragmática*. 4ª Ed. Campinas. 1982.
- LAKOFF, R. *Language in context*. *Language*, v. 48. 1972.
- LEECH, G. *Principles of Pragmatics*. London. Longman. 1983.
- LEVINSON, S. *Pragmática*. (Trad. Luis Carlos Borges) São Paulo. Martins Fontes. 2007.
- REYES, G. *El abecé de la pragmática*. Madrid. Arco/Libros. 1998.
- YULE, G. *Pragmatics*. Oxford University Press. 1996.



# A PRAGMÁTICA NOS ESTUDOS DAS PATOLOGIAS DA LINGUAGEM E DA COMUNICAÇÃO<sup>1</sup>

Crisbelli Domingos  
Elena Godoy

## Introdução

Louise Cummings, docente e pesquisadora na Universidade Politécnica de Hong Kong assina, desde o início dos anos 2000, uma vasta bibliografia<sup>2</sup> sobre a virada pragmática nos estudos das patologias da linguagem e da comunicação. A produção científica significativa de Cummings (2017a) e de seus laboratórios culminou no reconhecimento de uma *pragmática clínica*, definida por “ramo da pesquisa pragmática que se ocupa com a caracterização, avaliação e tratamento dos distúrbios pragmáticos em crianças e adultos.” (CUMMINGS, 2017, p. 419, tradução nossa).

Conceitos e teorias da pragmática em geral, como os Atos de Fala (AUSTIN, 1965; SEARLE, 1979), as Máximas Conversacionais (GRICE, 1975) e a Teoria da Relevância (SPERBER, WILSON, 1995), e seus desdobramentos, fizeram com que as ciências da saúde, principalmente áreas especializadas da fonoaudiologia e da medicina, identificassem o potencial teórico da pragmática como promissor às respostas para inquietações científicas que concernem

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). A primeira versão deste artigo foi publicada na Revista PerCursos Linguísticos, no Dossiê de Pragmática, em 2020. Agradecemos o Editor e nosso grande amigo da área da pragmática, Patrick Rezende, pelo convite para compor este importante livro.

<sup>2</sup> A bibliografia de Cummings pode ser vista em [encurtador.com.br/afirv](http://encurtador.com.br/afirv)

à própria visão clínica, e diagnóstica, de pacientes com anormalidades nas habilidades comunicativas.

A aproximação das ciências da saúde com os estudos da pragmática permitiu, segundo Cummings (2017), que médicos conseguissem caracterizar e gerir um grande grupo de distúrbios da linguagem que impõe barreiras para a comunicação eficaz entre indivíduos. Entre as deficiências pragmáticas incluem-se transtorno do espectro autista, déficits intelectuais, demência e dano no hemisfério direito.

Neste trabalho introdutório, portanto, são brevemente apresentados os aspectos gerais que norteiam a pragmática clínica, exemplificando com alguns casos que envolvem o estudo e o manejo clínico de distúrbios pragmáticos, a partir de análise de conversas e de outras formas de discursos reais. Com isso, buscamos também apresentar a pragmática como ciência transdisciplinar e os benefícios desse alcance para o impacto científico da área.

### **Aspectos gerais da pragmática clínica**

Cummings (2017a, 2017b) enfatiza que médicos e pesquisadores tentam, desde a década de 1980, caracterizar uma série de diferentes deficiências comunicativas relacionada aos fenômenos pragmáticos de linguagem. Comportamentos verbais e não verbais incomuns, como a falha na interpretação de enunciados não explicitamente literais, a falta de contribuição relevante durante trocas conversacionais, e o uso inadequado de gestos, por exemplo, são fenômenos de identificação de dificuldades pragmáticas, que fizeram com que a área médica também adotasse um novo discurso metodológico baseado na avaliação da linguagem, até então minimizado em um período de pré era pragmática (CUMMINGS, 2017, p. 424).

Os estudos iniciais sobre déficits nos comportamentos verbais envolveram, geralmente, a observação da intenção e função comunicativa em crianças autistas (PRIZANT, DUCHAN,

1981; WETHERBY, PRUTTING, 1984; PRIZANT, RYDELL, 1984), a compreensão da metáfora por crianças surdas (IRAN-NEJAD et al, 1981), a marcação de informações novas e antigas por crianças com alguns distúrbios de linguagem (SKARAKIS, GREENFIELD, 1982), e o uso de habilidades pressuposicionais e performativas (ROWAN et al, 1983).

Em termos metodológicos de avaliação de linguagem e de comunicação, algumas pesquisas externas à abordagem pragmática, apresentavam – e talvez ainda apresentem – limitações porque os formatos de testes examinam a produção e a interpretação de palavras e frases isoladas. Metodologias como o Protocolo Pragmático de Prutting e Kittchner (1987)<sup>3</sup>, por exemplo, passaram a priorizar o uso da linguagem em contextos de conversação e/ou em outras formas discursivas (como a contação de histórias), nos contextos comunicativos em que as deficiências pragmáticas são mais evidentes. Desde então os protocolos foram sendo cada vez mais sofisticados (ver WHITWORTH et al, 1997; BISHOP, 2003), para uma análise de cunho linguístico-comportamental mais detalhada sobre o comprometimento das habilidades comunicativas dos indivíduos afetados.

A abordagem teórica utilizada pela pragmática clínica concentra-se, na maioria dos estudos, na modelagem de cognição para a comunicação desenvolvida pela Teoria da Relevância (de aqui em diante TR) e suas extensões. Mas isso não significa que a pragmática clínica é, necessariamente, uma vertente originária da pragmática cognitiva, ainda que se aproprie amplamente dessa ciência e tenha avançado em decorrência dela e da neurociência cognitiva. Conforme demonstrado, as aplicações da pragmática têm sido suporte teórico à área médica desde os pioneiros estudos de quatro décadas atrás, sendo denominada “pragmática clínica” a partir dos anos 2000 (ver CUMMINGS, 2007; BARA, 2010),

---

<sup>3</sup> Composto pela avaliação de trinta diferentes aspectos da linguagem, verbais, paralinguísticos e não verbais, em contexto de uso.

enquanto conhecimento especializado de uma pragmática 'ampliada' e não mais da linguística cognitiva.

No âmbito da pragmática clínica, as patologias da linguagem e da comunicação são definidas por Loukusa et al (2007) como dificuldades que causam pontos fracos na busca de relevância. Essa definição se instaurou desde que Ryder e Leilonen (2003), e Leilonen et al (2003) demonstraram que a TR tem validade para o estudo do desenvolvimento cognitivo de crianças, quanto à capacidade de responder perguntas contextualmente mais fáceis, graduando conforme a idade para as constatações contextuais mais exigentes. Esses e outros estudos anteriores (HAPPÉ, 1993; BARON-COHEN et al, 1996) sobre reconhecimento de padrões de desenvolvimento serviram para explorar as dificuldades de comunicação em indivíduos com diferentes tipos de déficits interpretativos e comunicativos, relacionados tanto à designação de referência e às identificações contextuais mais triviais (intenção, função, pressuposição), como à compreensão de símiles, metáfora, ironia e humor.

Conceitos e definições sobre fenômenos de comunicação contextual originários da pragmática geral são amplamente utilizados pela pragmática clínica, como, por exemplo, a comunicação não verbal, os atos de fala, a referenciação, a representação, a aquisição de dêixis, o princípio de cooperação, as implicaturas, a pressuposição, a polidez linguística, os tipos de linguagem figurativa, as estratégias de conversação, entre outros. Entretanto, como é possível observar, esse ferramental é validado na pragmática clínica em uma perspectiva de cognição pelo escopo da TR, o qual envolve a comunicação inferencial, o princípio de maximização da relevância, os efeitos cognitivos, a memória, a ostensão e tantos outros elementos da teoria largamente utilizados nas análises das patologias que envolvem déficits comunicativos.

Como não se pode negar que o objeto de estudo da pragmática clínica é, em essência, o déficit de atribuição de estados mentais próprios e alheios para a comunicação, esta área recorre, ainda, e conjuntamente, aos estudos interdisciplinares sobre Teoria da Mente.

## **Teoria da Mente (ToM)**

Em definição, o contexto é o conjunto de conhecimentos e crenças partilhado entre interlocutores de um evento comunicativo e que são relevantes para produzir e interpretar enunciados. A interpretação, em uma situação real e concreta, se origina do resultado da operação de decodificação do conteúdo gramatical, seguido do reconhecimento das intenções comunicativas que permitem identificar não apenas o conteúdo explícito, mas também o que é implícito na mensagem comunicada. Nessa concepção, a TR se fundamenta nos alicerces da Teoria da Mente (Theory of Mind – ToM) para explicar como os processos inferenciais resultam na interpretação dos enunciados. A ToM é definida como a capacidade humana inata que possibilita a atribuição de estados mentais próprios e alheios acerca de intenções, crenças, conhecimentos e desejos. Nessa concepção, a mente atua em via dupla: de um lado os estados mentais são captados como causas de meios de comportamento e, do outro, o entendimento de que as representações mentais de outros não necessariamente refletem a realidade e podem ser incompatíveis com aquelas que se tem de fato. Isso implica na existência de uma capacidade metarrepresentativa entre os seres sociais, que é a de manter e concatenar diferentes representações sobre o mundo (COURTIN, 2000; ORIGGI; SPERBER, 2000).

Explica-se na TR que cada indivíduo possui um ambiente cognitivo formado pelo conjunto de fatores manifestos ao longo da vida. Um fato é manifesto a um indivíduo em dado momento se, e somente se, ele for capaz nesse dado momento de representá-lo mentalmente e aceitar a representação como verdadeira ou provavelmente verdadeira. Assim, na medida em que dois indivíduos tenham capacidades conceituais aproximadas, fatos e suposições aproximadas podem ser manifestos nos ambientes cognitivos dessas duas pessoas. Qualquer ambiente cognitivo partilhado, que seja manifesto entre as pessoas que o estão partilhando, é chamado ambiente cognitivo mútuo. Mesmo sem a

existência de algoritmos capazes de determinar as fronteiras entre ambientes cognitivos, essa partilha é o que promove evidências sobre aquilo que é manifesto a si e a outros. O que traz essas evidências à superfície é justamente a ostensão manifestada durante o ato comunicativo. Logo, a comunicação é ostensiva por parte do comunicador e inferencial por parte do ouvinte na interlocução, que é intrinsecamente orientado pela busca de relevância: quanto maiores os efeitos cognitivos gerados por meio da informação, maior a relevância do enunciado, e vice-versa.

Com base nesta construção teórica, Cummings (2017) afirma que a justificativa para a aplicação de ToM ao estudo dos distúrbios pragmáticos em crianças e adultos parece clara o suficiente, uma vez que essa é a habilidade cognitiva fundamental para a compreensão e previsão do comportamento humano, tanto para a interpretação de mundo como durante o ato de comunicação entre os indivíduos em questão. Como o nosso objetivo neste trabalho é apresentar e discutir o que é feito na área da pragmática clínica, e não realizar análises pormenorizadas de casos clínicos, recortamos três estudos de caso citados *en passant* por Cummings (2017), para a visualização da atuação do campo de pesquisa.

## **Estudos de caso**

Cada patologia da linguagem e da comunicação possui suas especificidades e, conseqüentemente, envolve diferentes conceitos presentes nos estudos da pragmática. Vejamos o caso a seguir:

*Caso 1: Criança de 7 anos, com Síndrome de Asperger (AS).*

A pesquisadora mostra uma imagem de um menino sentado no galho de uma árvore, com um lobo embaixo. O lobo está rosnando para o menino. Um homem com uma arma está caminhando por perto. A pesquisadora lê este cenário em voz alta e então faz a seguinte pergunta: “O menino se senta na árvore e um lobo está embaixo da árvore. Como o menino se sente?”

Resposta da criança (AS) entrevistada: “Divertido, porque ele sobe na árvore. Eu sempre me divirto quando eu subo em uma árvore”.

Esse caso foi extraído de um estudo desenvolvido por um grupo de pesquisadoras, Loukusa et al (2007), a partir de uma amostragem de 65 crianças finlandesas, 42 com AS (Grupo 1, 7-9 anos; e Grupo 2, 10-12 anos) e 23 sem a síndrome (Grupo 3, 7-9 anos, controle), tendo como base a TR para a análise. O caso é um exemplo de categorização de erros do tipo I, no item de *conhecimento de mundo*<sup>4</sup>, que ocorre

quando a criança deu informações gerais ou falou sobre as suas experiências, que eram de alguma forma vagamente conectadas semanticamente à questão, mas não se encaixavam no contexto específico da questão. Portanto, a resposta mostra que a criança usou o conhecimento do mundo de maneira incorreta, sem utilizar contextos específicos e informações relevantes para esta questão em particular (LOUKUSA et al, 2007, p. 367, tradução nossa).

Além da classificação de Loukusa et al (2007), Cummings (2017, p. 428) avalia a incapacidade da criança entrevistada para reunir e representar os diferentes aspectos da cena e, assim, fazer inferências sobre o estado afetivo do menino na árvore. Pelo fato de a criança não considerar os principais elementos do contexto em sua resposta, como a presença ameaçadora do lobo, o resultado da interpretação e da comunicação se torna ineficiente porque deixa de lado as relações de significado implícitas no contexto. Cummings (2017) observa, ainda, que esse caso sugere uma deficiência de Teoria da Mente (ToM), especificamente uma ToM afetiva. Fica latente a falha da criança entrevistada em assumir a perspectiva do menino na cena, confirmada pela segunda declaração naturalmente egocêntrica “*Eu sempre me divirto quando eu subo em uma árvore*”. Esses problemas aparentes com a tomada

---

<sup>4</sup> Na metodologia utilizada, são consideradas respostas incorretas (tipo I) e explicações incorretas (tipo II). Os erros do tipo I e II foram classificados em sete subcategorias: foco incorreto, conhecimento de mundo, informação dada, “não sei”, irrelevante, tautologia e *turntaking*. O tipo III, chamado desvio de tópico, possui três subcategorias: experiência própria, informação geral e informação dada.

de perspectiva do outro “é o que leva a interpretar mal o estado afetivo da criança na imagem e, como consequência, produzir uma resposta tangencial egocêntrica” (CUMMINGS, 2017, p. 428, tradução nossa).

*Caso 2: Adultos com deficiência intelectual moderada, decorrente de Síndrome de Down (SD).*

Esse caso foi extraído de um estudo desenvolvido por Brinton e Fujiki (1994), a partir de uma amostragem de 40 adultos americanos, com níveis de deficiência intelectual de leve a moderada, com idade biológica de 20 a 42 anos, tendo como base a TR para a análise. No estudo de caso, foram coletados diálogos realizados em uma entrevista de emprego, em que o cargo é reservado para portadores de deficiência intelectual.

Adulto (SD) 1

Entrevistador: O que você faz no seu tempo livre?

Entrevistado (SD): Na casa de campo?

Entrevistador: Aham.

Entrevistado (SD): Você é casado?

Adulto (SD) 2

Entrevistador: O que você faz no trabalho?

Entrevistado: Trabalho.

Adulto (SD) 3

Entrevistador: O que você faz no seu tempo livre?

Entrevistado: Gosto de pescar. Eu gosto de pegar muitos peixes e levá-los de volta para a cabana. Eu assusto todas as meninas. Eu coloco peixes em seus sapatos. Mary realmente odeia quando eu faço isso com ela.

Cummings (2017) afirma que há evidências de que pessoas com SD possuem habilidades pragmáticas menos prejudicadas na comunicação do que indivíduos com outras síndromes genéticas. Porém, como pode ser visto, essa não é uma regra. Nos três diálogos constata-se a dificuldade para atribuição de ToM. No diálogo do adulto 1, a primeira resposta é dada com algum grau de relevância (*na casa de campo?*), mas há desvio para uma questão irrelevante (*you are married?*), completamente fora do tópico. A última

pergunta do Adulto 1, naturalmente intrusiva, evidencia a incapacidade de julgamento adequado quanto à relação social com o entrevistador.

No diálogo com o Adulto 2, há produção de uma resposta sub informativa, verdadeira, mas que, por déficit de atribuição de ToM, não satisfaz a expectativa do entrevistador, que é arrecadar informações relevantes sobre as ações do entrevistado durante o desempenho do trabalho, dado o contexto de entrevista de emprego. A falta de identificação e reconhecimento contextual sobre questões simples é evidência de distúrbio nas habilidades pragmáticas de comunicação.

O diálogo 3 é, segundo o método da pesquisa fonte, outro exemplo de “*desvio de pontuação de informatividade*” (BRINTON; FUJIKI, 1994, p. 378), quando a resposta fornece a informação suficiente para responder à questão, mas comete excessos de informações em comentários extensos, não solicitados e desnecessários, não relevantes. Essa classificação feita pelos autores é parametrizada entre simples e complexa, que varia de acordo com o déficit de cada indivíduo.

Conforme dito, as desordens na interpretação pragmática não são decorrentes apenas de doenças de desenvolvimento, mas também são adquiridas conforme o caso a seguir.

#### *Caso 3 – Danos cerebrais no hemisfério direito*

Adultos com lesão no hemisfério direito (RHD) também incluem interpretação prejudicada de enunciados não explicitamente literais, como, por exemplo, metáforas, ironia e humor. Entre essa população, há uma sensibilidade reduzida às implicaturas e, conseqüentemente, dificuldade de interação em diferentes relações interpessoais. Este caso foi extraído de um estudo de classificação de desempenho pragmático desenvolvido por Abusamra et al (2009), de uma pessoa do sexo masculino:

Pesquisador: O que significa esta frase: a sogra do meu amigo é uma bruxa?

Paciente: Vamos mudar também uma palavra: a sogra do meu genro é uma bruxa?

Pesquisador: E então, o que isso significa?

Paciente: Eu sei que ela é uma pessoa que não teve uma vida agradável ao longo do casamento. Ela está prestes a se separar do marido. Estou me referindo à sogra do meu genro (risos do entrevistado).

Pesquisador: Ok, não é importante - é o mesmo.

Paciente: Certamente! A sogra do meu genro. A sogra do meu genro é uma bruxa!

Pesquisador: O que significa ser uma bruxa?

Paciente: Porque a mulher está separada, porque toda a sua vida ela criticou o marido por ser do jeito que ele é, vendo apenas seus defeitos. Manteve a sua filha toda a vida sob uma redoma de vidro e ela agora é uma pobre senhora, porque não consegue encontrar o noivo que sua mãe gostaria.

Pesquisador: O que bruxa significa então?

Paciente: O que isso significa especificamente? Significa estar amarrado a seitas religiosas, às religiões, à umbanda ... quem sabe, são tantos.

Pesquisador: Portanto, “a sogra do meu genro é uma bruxa” quer dizer que ela pratica magia negra? E que tem muitas vassouras e é uma pessoa má, rude?

Paciente: Está absolutamente claro. A sogra do meu amigo tem muitas vassouras... não! A sogra do meu amigo pratica magia negra.

Blake (2006), Abusamra et al (2009) e Cummings (2017) relatam que a apresentação de déficits discursivos é significativa na população com RHD. São discursos que, além dos prejuízos citados, também exibem tangencialidade, egocentrismo, extremos de quantidade (i.e máxima da quantidade) e produção de narrativas sem coesão e coerência. Além da falta de atribuição satisfatória de ToM, a falha de interpretação da metáfora “(...) é uma bruxa” torna-se concreta no paciente, que se refere apenas aos atributos convencionais daquilo que ele entende popularmente por

bruxa e que, ainda assim, são de certa forma periféricos ao significado do termo.

A apresentação e a breve análise desses casos demonstram como os déficits de ToM têm sido associados a diferentes deficiências pragmáticas em crianças e em adultos. Além da Síndrome de Asperger, Síndrome de Down e Danos no hemisfério direito, existem estudos correlatos da esquizofrenia (BRÜNE; BODENSTEIN, 2005) e doenças neurodegenerativas como Alzheimer (CUERVA et al., 2001).

Cummings (2017) defende que o potencial explicativo da pragmática clínica para esses distúrbios ainda não foi totalmente apreciado pela comunidade médica. Assim, estudos sobre deficiências de ToM e sua relação com a pragmática precisam continuar caminhando nessa direção.

## **Conclusão**

Bublitz e Norrick (2011, p. 1), na obra *Handbook of pragmatics: foundations*, demarcam a significância substancial e ampla da pragmática como um campo genuinamente transdisciplinar entre as áreas que se interessam pela investigação da linguagem e de seus fenômenos. No Brasil, transdisciplinaridade é entendida como “uma coordenação de todas as disciplinas e interdisciplinas em um sistema, sobre a base de uma axiomática geral” (IBARRY, 2003, p. 483). No campo das ciências médicas brasileiras, Ayres (1997) define

a transdisciplinaridade como a integração de diversas ciências relacionadas a um dado campo de aplicação do conhecimento sob a força aglutinadora de uma nova axiomática, que não substitui ou subordina suas axiomáticas de origem, mas as unifica em um novo patamar de necessidades e possibilidades. Essa integração inter-axiomática não hierárquica e, de outro lado, não auto-referente distinguiria a transdisciplinaridade da interdisciplinaridade, de um lado, e da metadisciplinaridade, de outro (AYRES, 1997, p. 36).

Muito embora não tenhamos a aplicação de uma pragmática clínica no Brasil, tampouco o estabelecimento dessa área enquanto ciência nas universidades, temos que reconhecer que a área da pragmática em geral apresenta um avanço promissor. Acreditamos que o reconhecimento da pragmática enquanto ciência autônoma, não pertencente apenas à resolução das inquietações científicas presentes na linguística, mas também em seus múltiplos diálogos com as outras ciências, como as ciências médicas, a neurociência cognitiva, a biologia, as ciências sociais e políticas, os estudos literários, o direito, a tradução, a comunicação social, entre várias outras, contribuirá para uma visão menos reducionista da área e, com isso, a motivação a novos estudos e a expansão de seus desenvolvimentos.

Demonstramos neste trabalho que a aproximação das ciências da saúde com os estudos da pragmática permitiu a caracterização, categorização, classificação e gestão de um extenso grupo de distúrbios causadores de déficits na interpretação e comunicação humana. Isso aconteceu porque, além do vasto arcabouço teórico disponível na TR nos estudos sobre ToM, a metodologia de avaliação de linguagem e de comunicação realizada nas pesquisas da pragmática, priorizam formatos de testes que examinam a produção e a interpretação de palavras e frases em contexto de uso, e não isoladas.

Esperamos ter fornecido os elementos necessários para o entendimento de que a pragmática clínica, por meio da sistematização e a parametrização nos estudos e no manejo clínico de distúrbios pragmáticos, contribui não apenas para o aprofundamento do conhecimento científico sobre essas doenças, mas também como uma importante e competente área para o levantamento de dados capazes de intensificar o avanço nos diagnósticos e no tratamento dos déficits de metarrepresentação *ad minimum* aqui relacionados e discutidos.

## Referências

- ABUSAMRA, V.; CÔTÉ, H. J.; Y. FERRERES, A. Communication impairments in patients with right hemisphere damage. *Life Span and Disability*, 12: 67-82, 2009.
- AUSTIN, J. L. *How to do Things with words*. New York: Oxford University Press, 1965.
- AYRES, J. R. C. M. Deve-se definir transdisciplinaridade? *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 2, n. 2, 1997.
- BARON-COHEN, S.; LESLIE, A. M.; FRITH, U. Does the autistic child have a "theory of mind"? *Cognition*, 21: 37-46. 1985.
- BISHOP, D. V. M. *Children's Communication Checklist, Version 2 (CCC-2)*, London: Psychological Corporation. 2003.
- BLAKE, M. L. Clinical relevance of discourse characteristics after right hemisphere brain damage. *American Journal of Speech-Language Pathology*, 15: 255-267. 2006.
- BRINTON, B.; FUJIKI, M. Ability of institutionalized and community-based adults with retardation to respond to questions in an interview context. *Journal of Speech and Hearing Research*, 37: 369-377. 1994.
- BRÜNE, M.; BODENSTEIN, L. Proverb comprehension reconsidered – 'theory of mind' and the pragmatic use of language in schizophrenia'. *Schizophrenia Research*, 75: 233- 239. 2005.
- CUERVA, A. G.; SABE, L.; KUZIS, G.; TIBERTI, C.; DORREGO, F.; STARKSTEIN, S.E. Theory of mind and pragmatic abilities in dementia. *Neuropsychiatry, Neuropsychology and Behavioral Neurology*, 14: 153-158. 2001.
- CUMMINGS, L. Clinical pragmatics: A field in search of phenomena?. *Language and Communication*, 27: 396-432. 2007.
- CUMMINGS, L. Clinical pragmatics. In: G. YUEGUO, A. BARRON E G. STEEN (eds.). *Routledge Handbook of Pragmatics*. London and New York: Routledge, 419-432. 2017a.

CUMMINGS, L. *Research in Clinical Pragmatics: perspectives in pragmatics, philosophy, psychology*, nº 11. Switzerland: Springer International Publishing, 2017b.

GRICE, H. P. *Logic and Conversation*. University College London: Elsevier, 2004.

IBARRY, I. N. Aproximações sobre a transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios ao trabalho em equipe. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 16, n. 3, p. 483-90. 2003.

LOUKUSA, S.; LEINONEN, E.; JUSSILA, K.; MATTILA, M.-L.; RYDER, N.; EBELING, H.; MOILANEN, I. Answering contextually demanding questions: Pragmatic errors produced by children with Asperger syndrome or high-functioning autism. *Journal of Communication Disorders*, 40: 357-381. 2007b.

ORIGGI, G.; SPERBER, D. Issues in the Evolution of Human Language and Communication. In: CARRUTHERS, P.; CHAMBERLAIN, A. (Orgs.). *Evolution and the Human Mind: Language, Modularity and Social Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PRIZANT, B. M.; DUCHAN, J. F. The functions of immediate echolalia in autistic children. *Journal of Speech and Hearing Disorders*, 46: 241-249. 1981.

PRUTTING, C. A.; KIRCHNER, D. M. (1987) 'A clinical appraisal of the pragmatic aspects of language. *Journal of Speech and Hearing Disorders*, 52: 105-119.

SKARAKIS, E.; GREENFIELD, P. M. The role of new and old information in the verbal expression of language-disordered children. *Journal of Speech and Hearing Research*, 25: 462-467. 1982.

ROWAN, L.E.; LEONARD, L. B.; CHAPMAN, K.; WEISS, A. L. Performative and presuppositional skills in language-disordered and normal children. *Journal of Speech and Hearing Research*, 26: 97-106. 1983.

- SPERBER, D; WILSON, D. *Relevance: Communication and Cognition*, Oxford: Blackwell. 1995.
- SEARLE, J. R. *Expression and meaning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- STEMMER, B. Neural aspects of pragmatics disorder. In: CUMMINGS, L. *Research in Clinical Pragmatics*. Switzerland: Springer International Publishing, 2017.
- VOLDEN, J. Autism Spectrum Disorder. In: CUMMINGS, L. *Research in Clinical Pragmatics*. Switzerland: Springer International Publishing, 2017.
- WETHERBY, A. M.; PRUTTING, C. A. Profiles of communicative and cognitive-social abilities in autistic children', *Journal of Speech and Hearing Research*, 27: 364-377. 1984.
- WHITWORTH, A.; PERKINS, L.; LESSER, R. *Conversation Analysis Profile for People with Aphasia (CAPPA)*, London: Whurr Publishers. 1997.



# A REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOB A PERSPECTIVA SOCIOCOGNITIVA DOS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

Micheline Mattedi Tomazi  
Joelson de Maria Rocha

A proposta da Teoria das Representações Sociais, empreendida por Moscovici (2015), a partir da década de 1960, tem apresentado produtividade tal nas pesquisas em ciências humanas, que impõe a necessidade de um esforço visando compreender como a Linguística e, especificamente, os Estudos Críticos do Discurso, sob a vertente sociocognitiva, vêm promovendo a integração do fenômeno da representação social às suas pesquisas e às suas análises.

Se a proposta do estudioso romeno apresenta respostas à relação dos sujeitos com o conhecimento e se o discurso tem sido visto como determinante componente do conhecimento social (VAN DJIK, 2016), parece-nos produtora, aos estudos linguísticos, debruçarmo-nos sobre que posição hoje ocupa a representação social nos Estudos Críticos do Discurso. Nesse sentido, Irineu (2019) empreendeu um importante trabalho de registrar as relações entre discurso e representação social, entendendo as representações como “construto discursivo, de natureza sociocognitiva e ideológica”, a partir das obras de van Dijk e de Fairclough. Neste capítulo comemorativo aos 10 anos dos trabalhos publicados na revista *Percursos Linguísticos*, pretendemos especificar a integração da representação social à vertente sociocognitiva do discurso no intuito de contribuir para que o leitor encontre uma reflexão direcionada para a obra do holandês, cujo interesse no Brasil surgiu desde a década de 1990.

A princípio, é preciso considerar que a posição que a representação social assume na perspectiva sociocognitiva do discurso, proposta por Teun van Dijk, pode ser compreendida como um movimento de apropriação de um conceito já estabilizado na Psicologia Social, desenvolvendo-o dentro de seus quadros de estudos. Em suas obras, a representação social não constituiu tema ainda de uma obra inteira, mas, como ele adota a concepção de discurso como uma representação mental de estado de coisas, a representação é categoria presente em seus estudos. Seu trabalho, voltado aos discursos em sua relação com a cognição social, enveredou-se aos quadros coletivos de percepção como fundantes do processamento discursivo, o que talvez explique a incorporação desse conceito aos seus estudos. Além disso, salienta-se o caráter inovador de interpretar as representações sociais como um tipo especial de modelo mental. Essa abordagem da Análise Crítica do Discurso para a representação social, enquanto fenômeno sociocognitivo e discursivo, apresenta, sob nosso ver, algumas contribuições à teoria psicossocial de representação social.

### **Visões mais consentâneas sobre a representação social<sup>1</sup>**

Para iniciar, apresentam-se definições mais consensuais vigentes nos estudos atuais de representação social, com o fito de partir de uma conceituação: de modo abrangente, de que representação social mais consentânea se fala hoje? Grande parte das investigações em representação social, ainda que com todas as nuances que os usos multidisciplinares permitiram, apoiam-se na abordagem psicossocial, defendida pelo psicólogo social romeno Serge Moscovici. Importantes ecos e avanços dessa abordagem podem ser encontrados no trabalho de Denise Jodelet (1988, 1993).

---

<sup>1</sup> Parte deste capítulo foi retirado, com algumas modificações, da dissertação de Joelson Maria da Rocha intitulada *A P.M. ainda está em greve: representações sociais na mídia jornalística*. Vitória, 2021, 134p.

Para a autora, as representações sociais são um fenômeno de significação que envolve “elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc.”, organizados como uma espécie de saber sobre um estado da realidade (JODELET, 1993, p. 4).

Essas representações não são apenas individuais, mas sistemáticas, constituindo-se em versões da realidade. Podem ser entendidas como visões consensuais acerca de um objeto, que se materializam sob forma de palavras ou imagens, carregadas de significações. Por meio dessas diversas significações, as representações expressam o indivíduo ou o grupo e os constroem também. Assim, nenhuma representação pode alcançar fidelidade em relação ao real ou ao ideal, devendo ser atribuída a uma posição que as pessoas ocupam na sociedade, ou seja, existe nessa concepção de representação social o pressuposto de que não há uma correspondência fiel entre o mundo das coisas e o mundo representado, mas sim uma construção representativa, que envolve o indivíduo, sua cultura, sua sociedade. Trata-se do imaginário que se constrói na relação dessa pessoa com o mundo, dentro do seu grupo social.

A partir disso, pontua-se, pois, que a representação social não pode ser compreendida apenas pela relação direta entre as coisas e o ser que as percebe, mas entendida como um processo em que sociedade e cultura estão em interação com as pessoas, produzindo saberes que somente são possíveis nessa interação mediada.

### **Da representação social em Serge Moscovici e Émile Durkheim às representações sociais na linguística**

Na história do pensamento universal, as abordagens de representação social, obedecendo sempre às demandas de seu tempo e, por conseguinte, a descontinuidades de paradigmas, foram sendo inseridas em determinados campos de estudo, a exemplo da Sociologia e da Psicologia Social. Dois grandes expoentes representativos desse empreendimento são Émile Durkheim e Serge Moscovici. A partir de seus estudos, o fenômeno

da representação social esteve presente em muitas pesquisas nas últimas décadas, sendo também objeto de estudo na linguística sob a perspectiva discursiva ou mesmo textual-discursiva.

Decerto, a transversalidade que está no cerne do conceito de representação social, visto que propõe interface entre individual e coletivo, atribui a ela duas naturezas importantes: a primeira é referente à variedade de predecessores, afinal, o fenômeno pode ser colocado em um quadro mais amplo de busca das teorias do conhecimento, das percepções da realidade, da construção de verdades objetivas e subjetivas, o que remonta a própria história da Filosofia; a segunda, à produtividade, já que permite os mais diversos usos interdisciplinares e multidisciplinares.

Com relação à primeira inerência, destacamos a constante preocupação humana em questionar a relação entre signos e os objetos do mundo, ora valorizando as percepções sensoriais, ora advertindo quanto à falibilidade delas. Moscovici (2015, p. 32) demonstra esse dilema humano diante das infiéis representações dos signos, recorrendo à tela pintada em 1929 pelo artista surrealista belga René Magritte, *Les deux mystères*.

Moscovici (2015), motivado pelo estranhamento provocado por Magritte acerca da correspondência entre a representação pictográfica do cachimbo e sua incapacidade de ser o próprio cachimbo, trouxe a obra artística para a sua pesquisa a fim de entender como a pintura do cachimbo no cavalete, em associação ao outro cachimbo fora do cavalete, provoca uma reflexão sobre os modos de representação desse objeto: seria o cachimbo dentro das molduras desenhadas menos real que o que está externo à pintura? Moscovici pondera que esta seria uma errônea interpretação, já que ambos estão pintados dentro de uma mesma tela.

Com relação à segunda inerência, a produtividade, Jodelet (1993, pp. 5-6) destaca que o conceito foi um reunificador nas

ciências sociais, rompendo com as concepções behavioristas<sup>2</sup> e com os aparelhos autônomos propostos por Althusser<sup>3</sup>, regedores de todas as práticas. Ao propor uma interface entre indivíduo e mundo, entre o mental e o concreto, entre psicologia e sociedade, Moscovici abre a possibilidade de reabilitar a representação social, oferecendo-a aos mais diversos estudos que buscam explicar a simbolização dos fenômenos do mundo.

Especificando mais a defesa de Jodelet, a consolidação da representação social deve-se a três características, que se correlacionam: a *vitalidade*, a *transversalidade* e a *complexidade*. Para a autora, os estudos sobre representação social estão muito vivos porque propriedades atribuídas a ela desde 1961 por Moscovici convergem a interesses de diversas áreas do conhecimento “que se referem à realidade social como uma construção consensual, estabelecida na interação e na comunicação” (JODELET, 1993, p. 7). Além disso, todos os empreendimentos empíricos e conceituais diversos, frutos da articulação da concepção psicossociológica com as de outras disciplinas, autorizaram certa fluidez conceitual, entendida como avanço teórico pela pesquisadora. Essa primeira característica se relaciona ou conduz à transversalidade, já que o conceito tem perpassado tantas disciplinas e áreas do saber já mencionadas, interpelando-as e articulando-as, uma vez que há “não uma justaposição, mas uma real coordenação de seus pontos de vista” (JODELET, 1993, p. 8). Por fim, vitalidade e transversalidade impõem a complexidade, já que qualquer estudo de representação social reclama um aparato teórico que considere, programaticamente, tanto o funcionamento cognitivo, quanto o do sistema social, dos grupos e das interações, uma vez que essa

---

<sup>2</sup> Behaviorismo consiste em um conjunto de abordagens, nascidas nos séculos XIX e XX, que elege, como objeto de estudo e de prática clínica, o comportamento observável.

<sup>3</sup> Em seus estudos, expostos em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (ALTHUSSER, 1970), Louis Althusser sustenta que os sujeitos nunca são constituintes, mas sempre e já constituídos na e pela ideologia, operada por aparelhos do Estado.

dinâmica social afeta as representações e, concomitantemente, são afetados por elas.

### **A representação social em Durkheim**

Foi durante a Era Moderna que um passo determinante foi dado para o que hoje se consolida como representação social: o conceito de representações coletivas. Durkheim o desenvolve em um contexto específico de busca de determinação do objeto de estudo da recém-fundada sociologia, no século XIX. Para Lallement (2008, p. 77), a industrialização e a urbanização, que se iniciam na Inglaterra nos fins do século XVIII, provocaram profundas transformações não apenas econômicas que reverberaram na sociedade: diluição dos laços sociais tradicionais e abalo das técnicas e costumes. A classe nova do proletariado, submetida a precárias condições de trabalho, experimenta comportamentos que formam um quadro social inédito: “difíceis condições do trabalho, promiscuidade e falta de higiene, alcoolismo, prostituição, delinquência, concubinato e nascimentos ilegítimos...” (LALLEMENT, 2008, p. 77).

Nesse cenário, surge, sob um quadro denominado “questão social”, o que o sociólogo francês nomeia de “a invenção do social”, que se constitui em uma demanda por pensar a sociedade, sobretudo na França<sup>4</sup>. Porém, em um contexto de domínio das ciências naturais, a Sociologia ainda carecia de definições de métodos e de objeto de análise, sob a égide das formas dominantes de fazer ciência à época: com objetividade, verificação e experimentação. Já na introdução de *As regras do método sociológico*,

---

<sup>4</sup> Esse solo contextual levou Auguste Comte a criar o termo “Sociologia”, campo de estudos da sociedade e de suas dinâmicas. Esse projeto institucionalizador evolui com o convite a Émile Durkheim para ministrar a disciplina em Bordéus em 1887, marcando, na França, a Sociologia como uma ciência e, como tal, passando a ser partícipe das disciplinas universitárias.

Durkheim critica as limitações do trabalho de Spencer<sup>5</sup>, por se destinar a demonstrar as dificuldades e possibilidades da Sociologia, silenciando-se quanto aos procedimentos que ela deveria adotar (Durkheim, 2007). Um passo a tal consolidação e autonomia consistiu na diferenciação da Sociologia e da Psicologia. Para Durkheim, distintamente desta, cabe àquela estudar os estados de consciência coletiva, suas leis, suas representações, que são diferentes dos de natureza individual. Para tanto, elaborou o conceito de *atos sociais*, que seriam anteriores e exteriores ao indivíduo e comuns a todos os membros de uma sociedade. Apesar da abrangência dos fatos sociais, eles podem se constituir em categoria de análise social, visto que existem nas partes porque antes existem no todo. Estavam se consolidando os estudos das sociedades: por meio da indução, regularidades comportamentais de grupos poderiam ser explicadas por forças coercitivas sociais, a exemplo do fenômeno religioso ou do suicídio, crescente à época entre os trabalhadores.

Eis a grande contribuição de Durkheim ao que hoje se concebe como representação social. Ao separar a instância social da individual, mesmo reconhecendo suas relações, o pensador abre espaço para se pensar em produções coletivas de representações, que, mesmo existindo no indivíduo, são coercitivamente sociais. Ele exemplifica, em seu esforço de estabelecer o objeto de estudo da nova ciência, que as regras jurídicas, o sistema de signos e o de moedas, dogmas religiosos etc. consistem em “maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele” (2007, p.39). Não se trata, pois, de fenômenos orgânicos ou psíquicos, mas sim de “representações e de ações”.

---

<sup>5</sup> Herbert Spencer (1820-1903) esteve ativamente presente nas discussões que enredam o surgimento da sociologia. Em *As regras do método sociológico*, Durkheim considera insuficientes as definições do filósofo inglês sobre o objeto de estudo da Sociologia.

Estão criadas as condições para as *representações coletivas* como conceito-chave de análise sociológica. Na obra *As formas elementares de vida religiosa*, de 1912, Durkheim aborda a valorização do simbolismo coletivo como princípio fundante da realidade social. Entendendo a religião como um fato social, ao estudar o totemismo de tribos australianas, o sociólogo advoga que o mundo representado por uma sociedade é o mundo que o sistema total dos conceitos exprime (DURKHEIM, 2003, p. 491). Por isso, as representações coletivas devem ser entendidas como prática e sistema de ideias. Nesse sentido, as representações coletivas são concomitantemente categoria de análise social e instrumento de pesquisa que permitem entender as concepções dos grupos.

Se, no esforço de explicar os fatos sociais, Durkheim (2007, p. 2) defende que o sistema de signos funciona independentemente do uso que dele é feito, um questionamento se impera: como a linguística desenvolveu as representações coletivas dentro do sistema linguístico? Teria ela ignorado essas concepções durkheimianas?

A resposta à segunda interrogação é: não absolutamente. Além disso, ela só pode ser afirmada se forem consideradas as condições epistemológicas do surgimento da linguística moderna. Os estudos histórico-comparativos dominaram sobretudo a Alemanha na primeira metade do século XIX. Ademais, influenciados pela publicação de *Origem das Espécies*, por Charles Darwin, em 1859, analogias entre fenômenos biológicos e linguísticos eram comuns à época (PICKERING, 2011, p. 105). Em paralelo, havia certa rejeição a Durkheim devido à consideração de fatos sociais como “coisas”, exteriores aos indivíduos, restando à observação empírica o estatuto único de análise social. Assim, não havia espaço para referência ao indivíduo e à sua realização linguística. Porém, a discussão sobre a natureza inata ou social dominou as reflexões linguísticas, colocando-se como um problema que foi debatido pelos mais influentes linguistas do fim do século XIX e início do XX e adquirindo *status* de centro nas definições propostas para o que seria língua. Nesse ambiente, embora sem utilizar o termo “fato

social”, mas sim a terminologia “instituição social”, William Dwight Whitney, linguista, filólogo e lexicógrafo americano do século XIX, considerava a língua uma posse da sociedade e fora da alçada individual (MARRA; MILANI, 2012, p. 69).

Marra e Milani (2012, p. 70) asseveram que se encontra em Paul Jules Antoine Meillet, influente linguista do início de século XX, aluno de Saussure, a primeira menção a fato social no ambiente de estudos linguísticos. Parte do pensamento científico-social da época, o conceito foi incorporado pelo linguista francês, que defendia a linguagem como elemento central para socialização de membros de um grupo. Para ele, a linguagem não consiste em uma faculdade inata, mas em uma posse concreta adquirida no meio social. Com tal concepção, ajusta a linguística às correntes mais emergentes do pensamento científico da época, ao tratar as mudanças linguísticas atreladas sempre às estruturas sociais. Para tanto, apresenta referências a Durkheim e esvazia a ação produtora do indivíduo, submetendo-o às coercitividades da linguagem, social.

No entanto, é em Ferdinand de Saussure, embora não fazendo referências explícitas a Durkheim, que a língua passa a ser vista por longo tempo como um fato social. O valor que se atribui à sua concepção de língua como um fato social se deve à repercussão de seu corte metodológico, ao eleger a *langue* como objeto da linguística. Na publicação póstuma *Curso de linguística geral*, pode-se ler, enquanto trabalho de definição do objeto da linguística, a defesa de língua como convenção social e a natureza do signo linguístico como convencional (SAUSSURE, 2012, p. 45). Ao focar-se nas regularidades dos elementos que compõem o sistema linguístico, Saussure opera um corte metodológico que privilegia a visão de língua como externa aos indivíduos:

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo – esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação – é psicofísica. (SAUSSURE, 2012, p. 51).

Dessa natureza social do signo linguístico, muito embora Saussure não tenha tratado de representação social, infere-se, pois, a natureza social da língua.

Outras inquietações sobre a língua como um objeto dado ou como uma construção social estão presentes na Linguística. Como essa discussão se aprofunda no século XX, aguardemos a seção dedicada à representação na linguística, que se seguirá adiante, pois, antes, é preciso registrar um notável desenvolvimento da noção de representação, advindo da psicologia social.

### **A representação social em Moscovici**

Em meados do século XX, mais precisamente nos fins da II Guerra Mundial, as ciências ainda viviam um contexto de discussão sobre seus objetos de estudo, o que pode ser considerado uma espécie de “ressaca” dos conflitos vigentes no século XIX. Se o conceito de representações coletivas desenvolvido por Émile Durkheim foi fruto do esforço de definir a sociologia como disciplina científica autêntica, o desenvolvimento de representações sociais por Serge Moscovici também se centra nas ainda fortes discussões sobre os determinismos das instâncias indivíduo e sociedade para o mundo científico: ou seja, as disciplinas ainda debatiam sobre se determinado estudo compunha uma subdisciplina, se deveria ser alocado em uma nova disciplina, se deveria ser localizado dentro da sociologia ou da psicologia. A representação social, tal qual a representação coletiva, insere-se, pois, em um contexto de definições:

1) de caráter epistemológico, que ecoam as visões conflituosas sobre os determinismos sociais impostos sobre o indivíduo. Essa discussão pode ser entendida como um prolongamento do determinismo imposto pelo pensamento durkhemiano: ao defender as representações coletivas como coercitivas, independentes das vontades das pessoas, instaurou-se uma visão de que a sociedade moldava os indivíduos, provocando, ao longo do século XX, estudos relacionados à influência social sobre os seres humanos.

2) de caráter institucionalizador e acadêmico, que obedecem a um movimento de organização dos campos de estudos das ciências modernas. Desde o positivismo defendido por Auguste Comte, as ciências se preocuparam em definir seus objetos de estudo: Durkheim determinou que a sociologia se preocuparia com os fatos sociais, enquanto a psicologia com os indivíduos. Isso provocou na psicologia um conflito: quais as dimensões do social sobre as atitudes e vontades individuais? Embora tenha se favorecido de vertentes importantes do estudo do comportamento humano, a exemplo do Behaviorismo, a necessidade de investigação que inserisse esses indivíduos nos seus grupos sociais, entendendo que ele, embora um, era influenciado pelo coletivo, impôs uma necessidade de estudos interdisciplinares, entre a Psicologia e a Sociologia. Nasce a vertente sociopsicológica, que precisou se debruçar em defender sua autonomia e validade, num mundo científico contaminado pelo isolamento das disciplinas, que ainda via, como necessidade primeira, definir seu objeto de estudo e seus métodos.

Eis a grande contribuição do romeno Serge Moscovici (1925 – 2014). Questionando o caráter permanente dos fatos sociais sobre os indivíduos, percebe a necessidade de ajustar o conceito de “representações coletivas”. Substitui, então, o termo por “representações sociais” e o define como uma forma sociológica de psicologia social, abandonando a noção coercitiva e permanente dos fatos sociais e adequando as representações ao dinamismo no tempo e no espaço, mais conveniente à sociedade do século XX, complexa e mutável.

Ressalva-se, é claro, que esse alcance protagonizado pelo teórico não ocorre de modo tão linear e instantâneo, como pode, à primeira vista, parecer. Diversas contribuições predecessoras, como as de Kurt Lewin, Solomon Asch, Fritz Heider, são destacadas por autores da psicologia social, a exemplo Gerard Duveen (DUVEEN, 2015). Este último observa que o próprio Moscovici reconheceu que os paradigmas que envolvem a representação social são descontínuos, que se mudam e se substituem, surgindo “mais ou menos desconectados de seus predecessores”:

Na verdade, conceitos que operam em grandes profundidades parecem levar mais de cinquenta anos para penetrar no nível mais baixo de uma comunidade científica. É por isso que a maioria de nós só agora começa a sentir o significado de certas ideias que germinam em sociologia, psicologia e antropologia desde o início deste século, (MOSCOVICI, 1984, p. 941. Tradução nossa<sup>6</sup>).

Essas inúmeras e descontinuadas contribuições não serão aqui pormenorizadas, visto o objetivo desse apanhado para o presente trabalho: interessa-nos muito mais evidenciar o conturbado solo epistemológico em que surge a noção de representação social, bem como as contribuições que tornaram possível a incorporação desse conceito à vertente sociocognitiva da Análise do Discurso. Focando-se nesse propósito, registra-se apenas a existência de larga produção escrita sobre os surgimentos, desenvolvimentos e prolongamentos da psicologia social, a exemplo de, José Luis Álvaro e Alicia Garrido (ÁLVARO; GARRIDO, 2017).

Sob o objetivo de investigar as contribuições da psicologia social à representação social da teoria sociocognitiva, destacamos que o entendimento desse conceito em Moscovici se abre com os aproveitamentos e críticas às representações coletivas de Émile Durkheim. Duveen (2015, pp. 14-15) assinala que o objetivo do sociólogo francês de estabelecer a sociologia como disciplina autêntica o levou a considerar as representações coletivas dentro do interesse de entender como as sociedades se mantinham coesas, ou seja, que forças estruturais as conservavam ou as preservavam contra fragmentações ou desintegrações. Já Moscovici, em sua defesa sociopsicológica, concebe representações sociais como fenômeno – e não como conceito – e direcionou-se a questões sobre como as mudanças ocorrem na sociedade a partir de seus processos sociais, já que a novidade e a mudança ou a preservação e a conservação são partes da vida social. Tais considerações direcionaram o interesse a relevar não as forças

---

<sup>6</sup> Texto original: In truth, concepts that operate at great depths seem to take over fifty years to penetrate the lowest of a scientific community. That is why most of us are only now beginning to sense the meaning of certain ideas that have been germinating in sociology, psychology, and anthropology since the dawn of this century.

coercitivas, mas as dinâmicas sociais que orientam os indivíduos. Está criada, a partir disso, a interface que oferece interdisciplinaridade à psicologia social.

Duveen (2015, p.15) centra o trabalho de Moscovici na constituição de uma teoria do conhecimento. No contexto ainda da relação entre os mundos interiores e exteriores dos indivíduos, Moscovici (2015) analisa que durante milênios a humanidade esteve sob a égide do pensamento primitivo: a mente teria o poder de determinar o curso dos acontecimentos, ou seja, agindo sobre a realidade. Em oposição, o pensamento científico moderno concebe a internalização do que se experimenta, ou seja, o pensamento sendo uma réplica da realidade. Moscovici critica essa simetria e visualiza a construção do pensamento a partir da vivência no mundo, mas que, uma vez criado, age sobre a realidade. Cabe, pois, à Psicologia Social, quando estuda o sistema cognitivo, pressupor que os indivíduos reagem a fenômenos e que processam informações visando à sua compreensão.

Nesse quadro teórico, as representações sociais são criadas internamente, mentalmente: o processo coletivo penetra no pensamento individual. Assim, os indivíduos criam suas representações na vivência coletiva, mas não o fazem isoladamente: pessoas e grupos criam representações no decurso da comunicação e da cooperação (MOSCOVICI, 2015, p. 41). Uma vez criadas, elas se materializam, “adquirem vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem”. Fica evidente, pois, o caráter dinâmico das representações sociais, que tanto as distingue das representações coletivas.

Essa autonomia das representações, construídas coletivamente, está longe de apenas refletir o comportamento ou a estrutura social, como propunha o surgimento da sociologia. Assim, passou-se a afirmar que uma representação social condiciona as pessoas. Isso ocorre porque, muito mais do que o fato de ser um objeto coletivo, de origem coletiva, ela é compartilhada

por todos os membros, reforçada pelas tradições, constituindo-se uma realidade social. Para Moscovici,

Quanto mais sua origem é esquecida, e sua natureza convencional é ignorada, mais *fossilizada* ela se torna. O que é ideal, gradualmente, torna-se materializado. Cessa de ser efêmero, mutável e mortal e torna-se, em vez disso, duradouro, permanente, quase imortal. Ao criar representações, nós somos como artista, que se inclina diante da estátua que ele esculpiu e a adora como se fosse Deus (MOSCOVICI, 2015, p. 41).

Com relação a esse funcionamento da representação social, dois processos de construção são categorizados pelo psicólogo romeno: a ancoragem e a objetivação. No primeiro, diante de algo estranho e perturbador, faz-se uma comparação com um paradigma de uma categoria já apropriada. Subverte-se, pois, aquilo que é intrigante a um modelo já previamente assimilado. Ancorar é classificar e dar nome a alguma coisa, o que só pode ser realizado se houver um paradigma classificatório antecedente, estocado na memória. Quanto à objetivação, relaciona-se com a assimilação daquilo que é estranho, o que demanda tempo. Para tanto, transforma-se algo abstrato em algo quase concreto, transferindo o que está na mente em algo que exista no mundo.

Essa visão de representação social como um fenômeno que cria e perpetua realidades é determinante para sua inserção nos estudos da Análise Crítica do Discurso.

## **A Representação Social na Linguística**

A questão da representação esteve viva entre os estudiosos da língua, sobretudo em dois aspectos: o primeiro, na pujante discussão sobre a língua como algo dado, fechado nela mesma, ou como uma construção social; a segunda, que decorre da anterior, reside na inerente preocupação, dessa área do conhecimento, com a relação entre signo (objeto presente) e significação (objeto ausente), o que conduz ao fenômeno da representação. Saussure, como se disse nas seções anteriores, apesar de admitir a língua

como instância social, operou um corte epistemológico, elegendo a língua como objeto autêntico e possível dos estudos linguísticos, legitimando a vertente estruturalista e formalista<sup>7</sup> entre os estudiosos de grande parte do século XX. Entretanto, nesse mesmo século, evoluiu-se ao crescente deslocamento da relação significante / significado, proposta por Saussure (2012), à natureza relacional, implicada, entre significado e representação, o que pressupõe considerar os significados não como dados, mas sim, construídos socialmente. Essa evolução se inscreve na história própria da Linguística contemporânea, com enfoque nas multifacetadas mudanças de paradigma das abordagens formalistas à enunciação.

Rojo (1997) reconhece, no debate filosófico entre convencionalistas e naturalistas, na Grécia antiga, a centralidade da representação, ainda que tal conceito não tivesse sido plenamente estruturado. Cita Demócrito, como representante do primeiro grupo, defendendo a inexistência de harmonia entre o nome, que é resultado de um acordo entre os homens, e o mundo. Contrapõe-o a Heráclito, para quem as coisas da natureza têm essência, que é capturada pelo nome. Retoma também Aristóteles e a ideia de linguagem como secundária, tradutora da realidade pré-existente. Em seguida, Rojo (1997) avança para a Gramática Geral e Lógica de Port-Royal, em que a língua é vista como instrumento de representação das capacidades humanas de conhecer o mundo.

Da importante contribuição à Linguística dada por Saussure, destacamos nesta seção a arbitrariedade do signo linguístico, estabelecendo um laço arbitrário entre significado e significante. A partir dessa relação, a significação de cada signo linguístico vai sendo transmitida ao longo do tempo, de maneira imposta, propriedade que chamou de imutabilidade do signo (SAUSSURE, 2012). Essa visão influenciou os linguistas do século XX, a exemplo

---

7 Cf. CÂMARA JR., Matoso. Estruturalismo. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 11, p. 43-88, 1967. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3298/3025>. Acesso em: 25 mai. 2021.

de Benveniste, que estudou essa arbitrariedade saussuriana. Para o linguista francês, ao contrário de Saussure, a relação entre a língua e a realidade é de adequação completa: “o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade” (BENVENISTE *apud* SARTORI, 2015), sendo o falante o responsável por usar um significante (uma cadeia de sons) para ativar um conceito falado na mente. Por isso, ganha destaque o conceito de enunciação, em que os sentidos são evocados na mente, por significantes escolhidos pelo falante.

Nota-se, portanto, que as discussões que a Linguística propôs trazem a representação social de um modo não explícito. Mas algumas propostas se aproximaram de modo mais claro à noção de representação. Enquanto a perspectiva funcional da língua buscava romper com os pressupostos formalistas, o Círculo de Praga, no início do século XX, já promovia investigações para além da estrutura linguística e das relações internas entre seus elementos, tão defendidas pelos estruturalistas. Dentre eles, o psicólogo alemão Karl Bühler, ao elaborar três funções da linguagem, reconhece, como uma delas, a representação, também conhecida como referencial (MARTELOTTA, 2013). Nela, reside a defesa da ideia de que os objetos são representados por meio de elementos linguísticos que os referenciam.

Outra área propícia ao desenvolvimento da representação social é a Linguística Textual, especificamente devido ao espaço que ocupa a referenciação nesses estudos. Para Cavalcante (2013), desde os anos 1990, a Linguística Textual tem se interessado pela observação e análise de como a referenciação é construída nas práticas discursivas. Logo, perde força a ideia de que a linguagem é um espelho fiel do mundo. Assim, se retomarmos a caracterização dos processos referenciais, elencados pela autora, será notado o enveredamento para a noção de sentido como não dado, ou seja, como construído, o que se aproxima da ideia de representação. Retomando as características da referenciação: uma atividade discursiva de elaboração da realidade, uma reconstrução discursiva dessa elaboração e, por fim, uma negociação de sentidos, que ocorre na interação. Fica claro como a Linguística Textual,

neste estágio de estudos, apesar de não trazer com clareza o termo “representação”, trabalha um arcabouço teórico que se aproxima do fenômeno da representação.

Um exemplo mais claro da representação social na Linguística Textual está no desenvolvimento do termo “representação discursiva”, que admite a construção interativa e negociada de imagens para um determinado objeto do discurso, a partir das escolhas lexicais, na construção de um enunciado. Nesse sentido, “todo texto constrói, com maior ou menor explicitação, uma representação discursiva do seu enunciador, do seu ouvinte ou leitor e dos temas ou assuntos tratados” (RODRIGUES et al, 2010, p. 173). Trata-se, pois, de um uso mais explícito da representação social atualmente.

É, decerto, na Análise do Discurso, mais especificamente na Análise Crítica do Discurso, que o fenômeno da representação social tem sido mais fecundamente apropriado. Como se verá na seção seguinte, a noção de representação estará com forte presença nos estudos de van Dijk e de van Leeuwen.

Por fim, reafirma-se que, na Linguística, a representação social tem sido desenvolvida, ora com pouca utilização do termo, como nas noções de construção social de sentido, ora com maior visibilidade, como na proposta da representação discursiva e nos usos pelos autores que desenvolvem a Análise Crítica do Discurso.

## **A Representação Social na perspectiva sociocognitiva do discurso**

O fenômeno da representação social alcança expressão mais clara na Análise Crítica do Discurso, principalmente nos trabalhos de van Dijk e de van Leeuwen. Trata-se de uma grande contribuição à histórica concepção de representação social, que se localiza na possibilidade de análise das estruturas linguístico-discursivas que são construídas junto a essas representações. O primeiro autor, sob a concepção de que as realizações discursivas correspondem a escolhas representacionais, alia, pois, sociedade (culturas, crenças) e discurso (VAN LEEUWEN, 2008); o segundo, a partir da proposta

triangular de inseparabilidade entre sociedade, discurso e cognição, entende as representações sociais como um modelo instalado na memória de longo prazo, que reflete uma cognição social. Neste capítulo, focamos na proposta sociocognitiva, proposta por van Dijk.

Uma contribuição dos estudos sociocognitivos desenvolvidos por van Dijk está em uma associação entre três fundamentais dimensões dessa vertente: discurso, sociedade e cognição. Reforçando a natureza multidisciplinar da ACD, ele propõe que as estruturas do discurso, leia-se sua composição, sua natureza, suas origens, diferem-se das estruturas sociais, como grupos, comunidades e instituições, mas esses componentes sociais são influenciados pelo discurso e os influenciam. Isso ocorre por uma interface mental. Por isso, os componentes cognitivos funcionam como processadores: se a realidade é representável e se o discurso constitui uma representação de um estado de coisas (VAN DIJK, 2016a, p. 39), isso só pode ser intermediado pela estrutura de atividades cognitivas, incluindo o processamento de memória.

Assim, a proposta do triângulo discursivo (VAN DIJK, 2012) se baseia na relação entre discurso, sociedade e cognição como uma tríade. Isso significa que, numa situação de comunicação, os participantes ativam modelos mentais, que são representações na sua memória episódica, construídos socialmente. Por isso, esses três vértices se interligam de modo indissociável. Entre os vértices do discurso e sociedade, há, porém, uma relação que não é direta, visto que ela recebe a interface da cognição.

Para compreender o papel de interface da cognição, deve-se reconhecer as subjetividades no processamento das informações colhidas no mundo. Desde o declínio da teoria hipodérmica – modelo de teoria da comunicação, fundada no behaviorismo, reconhecedor de uma ligação direta entre estímulo e resposta –, já se admite a seletividade operada pelo espectador, a exemplo da memória e da atenção seletivas. Essa subjetivação está relacionada à cognição pessoal, porque faz uso de aparelhos cognitivos e de processos neurológicos individuais. Porém, o conjunto de

conhecimentos de qualquer ator social (ideologias, crenças, entre outros) é constituído de representações que são construídas em sociedade e que são compartilhadas (VAN DIJK, 2016b).

Esses processos que constituem a cognição são operados por meio de modelos mentais. Van Dijk assinala que a compreensão do discurso como ativação, atualização ou construção contínua de modelos mentais é bastante estabilizada já nos estudos da psicologia cognitiva (VAN DIJK, 2016b).

Essa noção de modelos se baseia na ideia de que o cérebro, frente a uma vastidão de informações, advindas das “cenas, situações, eventos, ações, pessoas e objetos” do seu entorno, opera uma redução e organização desses dados, utilizando representações menos complexas, tomando por base aquilo que foi relevante àquela situação. As experiências diárias são, portanto, organizadas em modelos de experiência, por meio de processos como generalização e abstração. Esses modelos se tornam base do conhecimento que construirá os novos modelos de experiência. Ao buscar, portanto, compreender o entorno, os usuários da linguagem não o copiam fielmente, mas elaboram, atualizam, abstraem modelos, o que se torna relevante à presente pesquisa, que se propõe a analisar representações.

Os modelos mentais recebem, pela abordagem sociocognitiva, um pressuposto construtivista, isto é, pela atividade da memória, com base em informações linguísticas e visuais da experiência, as pessoas constroem modelos de situação, como, por exemplo, de um acidente, sejam elas espectadoras de um evento trágico (experiências diretas ou imediatas) ou ouvintes de um relato dessa natureza (experiências indiretas ou vicárias). Essa construção, tendo como base experiências anteriores, torna-se discurso efetivo, uma representação cognitiva do evento, que pode ser, é claro, fragmentada ou enviesada.

Esse trabalho cognitivo só é possível graças a uma propriedade da memória, já bastante estudada pela psicologia cognitiva: Memória Episódica, parte da memória de longo prazo que promove a representação por símbolos e signos. Decerto, com

a repetição, advindos da experiência, os processos tendem a ser estandardizados e abstraídos pelas pessoas, formando modelos mais gerais. Nesse caminho, ganham o poder de se descontextualizar de situações específicas: temos noções sobre como tomar café, como fazer compras, como dar aula, como participar de uma festa, exemplifica van Dijk (2013).

Quando se pensa, no entanto, o participante do discurso, em uma situação específica, os modelos prévios de situação não são suficientes para explicar o processamento cognitivo da situação pragmática que o envolve. Desenvolve-se, a partir dessa constatação, a noção de modelos de contexto. Eles representam, nas palavras de van Dijk, “os aspectos do ambiente comunicativo, e, por consequência, os parâmetros sociais do uso da linguagem, definidos como relevantes para os e pelos participantes” (2016b). Isso significa que, embora se tenha estruturado algum nível de organização cênica espaço-temporal, advindo dos modelos de situação, o aqui-agora é representado mentalmente, de modo subjetivo, por cada participante, sendo capaz de definir que aspectos da comunicação vigente são relevantes. Nessa representação do contexto, são controladas as maneiras como os participantes vão gerir a interação e o discurso. Esses modelos mentais pragmáticos são também multimodais; também estão localizados na Memória Episódica.

Esse funcionamento cognitivo, que inclui interpretação subjetiva de informações socialmente compartilhadas, é processado por pessoas, que interagem socialmente com diversos grupos, com instituições e, por conseguinte, com todo modo vigente de organização social. Por isso, a dimensão social é tão importante dentro da perspectiva sociocognitiva do discurso.

É dessas relações sociais que surge, por exemplo, o poder, outro relevante conceito dentro dos estudos críticos do discurso. Van Dijk assinala que o poder é necessário nas relações sociais, mas, aos seus estudos, interessa especificamente o abuso de poder (ou “dominância”). O poder é entendido nessa abordagem em termos de controle de atos e de mentes dos grupos dominados. Ele se configura

de acordo com os recursos empregados para exercê-lo: poder coercitivo, poder econômico, poder baseado no conhecimento. Para o autor, o discurso produzido pelos agentes poderosos se torna ilegítimo quando se enquadra em termos de consequências mentais negativas dessa dominação, produzindo ou perpetuando violações aos direitos humanos ou civis ou promovendo desigualdade social e favorecimento dos que dominam.

Com relação ao discurso, trata-se, sob a ação cognitiva e social, uma ação comunicativa baseada em representações sobre estados de coisas. Nesse sentido, não recebe grandes diferenciações do texto, que consiste em uma organização semiótica do discurso. Van Dijk utiliza o termo “texto” ao se referir a uma publicação ou a uma fala proferida, por exemplo, mas seu interesse maior está no discurso.

Relativamente à sociocognição, é importante registrar os modos como são processados os discursos. Controlados pelos modelos mentais semânticos e pragmáticos, os usuários da linguagem estão constantemente envolvidos na compreensão e na produção de palavras, orações, frases, sequências de frases, parágrafos e turnos de fala. O que ocorre é uma projeção, via funcionamento cognitivo, de modelos mentais sobre estruturas proposicionais, que, obviamente, são simplificações desses modelos. As relações causais e temporais envolvidas controlam localmente as sequências coerentes das orações. Outras estruturas discursivas, como cabeçalhos, títulos ou outros componentes tópicos, definem e controlam a coerência mais global.

Na proposta sociocognitiva do discurso, deve-se destacar também a noção de conhecimento. Sob tal enquadre, conhecimento, assim como atitudes e ideologia, é forma de cognição socialmente compartilhada. A rigor, toda produção e compreensão do discurso requerem posse e ativação de um vasto conhecimento sobre o mundo, tanto em termos de um conhecimento genérico quanto de situações mais específicas. Esse conhecimento guardado – que são de diversos tipos e que estão em constante atualização – é compartilhado por diversos grupos que compõem a sociedade, acendendo a noção de comunidade

epistêmica, aquela que compartilha determinados saberes. Dentro delas, mostra-se importante o papel das organizações epistêmicas, como universidades, empresas jornalísticas, laboratórios e academias, na reprodução, regulação e legitimação do conhecimento socialmente compartilhado. Isso coloca o conhecimento como um componente importante do controle, que se faz pelo discurso e que produz o controle das mentes. Essa aproximação entre discurso e conhecimento permite averiguar de que modo conhecimentos novos e *common Ground* (termo em inglês para designar conhecimento compartilhado em status de consolidado, estabilizado) são controlados pelo discurso.

Admite-se, portanto, que o discurso é a maior fonte de conhecimento humano. Também admitimos que ele é capaz de se constituir em critérios de verificação e de validação. No caso específico de notícias jornalísticas, a mídia jornalística tem sido capaz de definir como verdade o que publica, ativando e reconfigurando modelos mentais do seu público.

A existência de um conhecimento compartilhado é explicada por van Dijk (2016, p. 34) pela necessidade de sobrevivência. A evolução da nossa espécie se deveu, entre outros fatores, à interação cotidiana com elementos naturais e com o entorno social. Essa interação social é fruto de percepção fiável da situação e do contexto, de uma representação mental, a partir dos aparelhos cognitivos, dessas percepções e, por fim, de uma capacidade de uso da linguagem para comunicar essas informações a outros membros da comunidade epistêmica. Essas representações mentais são chamadas de crenças, que, em outras palavras, são percepções sobre si mesmas e sobre o entorno natural e social. A criação de uma representação mental não ocorre baseada em tentativa-e-erro, mas em critérios de fiabilidade: observação de repetição de situações ou escuta de relatos. Crenças fiáveis podem ser colocadas no status de conhecimento. Nas palavras de van Dijk (2016), conhecimento são

crenças compartilhadas por uma comunidade epistêmica e justificadas por critérios variáveis (epistêmicos) de confiabilidade histórica, contextual e culturalmente (VAN DIJK, 2016, p. 37. Tradução nossa<sup>8</sup>).

Essa confiabilidade se dá pelo discurso produzido em sociedade. É nesse sentido que organizações, como as empresas jornalísticas, representando elites simbólicas, são determinantes na ativação de modelos mentais, construindo e ressignificando crenças junto aos seus públicos. Se as experiências cotidianas dos membros da maioria das comunidades contemporâneas são permeadas pelo discurso jornalístico, ele pode funcionar como agente de fiabilidade, criando conhecimento social.

Nesse sistema de produção de conhecimentos, elementos muito presentes na proposta sociocognitiva do discurso, como crenças, conhecimento, atitudes, ideologia, norma e valores se relacionam de modo sistêmico, não autômato. Também se constituem de modo funcional e não estanque, enrustado, perene ou universal. Os grupos sociais desenvolvem crenças específicas quando possuem um conhecimento sociocultural genérico em comum em toda a comunidade (o que explica graus variados de preconceitos, por exemplo, em grupos distintos). Para tanto, o conhecimento social é a base de toda a cognição. Estamos falando, portanto, do sistema de cognição social, que inclui crenças, ideologias de grupos e atitudes de grupo. Ao afirmarmos que esse sistema é funcional, estamos admitindo que as pessoas fazem parte de diversos grupos e, dessa interação, constroem seus conhecimentos. Essa construção considera os diversos mecanismos de fiabilidade das crenças.

Entendido o sistema de cognição proposto por van Dijk, encontramos terreno solidificado para compreendermos a representação social nesta vertente teórica. Primeiramente, destaca-se aqui que pouco se sabe sobre a estruturação e organização precisas

---

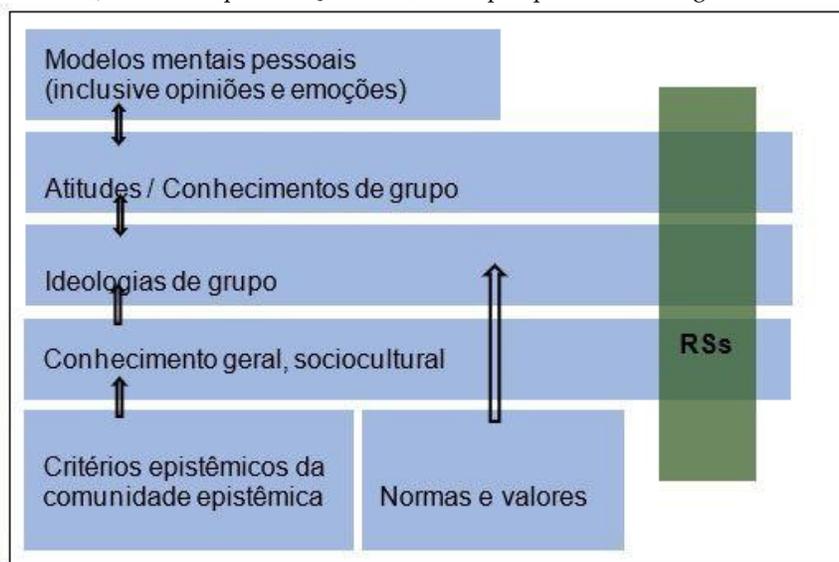
<sup>8</sup> Texto original em espanhol: “... creencias compartidas por una comunidad epistémica y justificadas por criterios (epistémicos) de confiabilidad histórica, contextual y culturalmente variables.”

das representações sociais. Algumas tentativas as explicaram em termos de *scripts* (ABELSON, apud VAN DIJK, 2017). Na perspectiva sociocognitiva do discurso, representações sociais são um sistema de referências socialmente compartilhadas que compõem o sistema de cognição social. Além disso, são instrumentos estratégicos para a manipulação nas situações de interpretação e de interação. Elas são operadas por uma hierarquização de categorias nucleares, como Aparência, Origem, Perfil Socioeconômico, Personalidade, entre outros. Essas categorias criam conhecimento social, mas com uma informação avaliativa. O que se diz é que a cognição social cria opiniões sobre pessoas, grupos, práticas sociais, que os avalia, mas se constitui socialmente. Isso significa que toda representação social passou pelo processo de abstração, adaptação e normalização, deixando de ser uma visão sobre uma situação única e atingindo a cognição social. Por isso, as representações sociais se localizam na memória social.

Nesse processo, é importante retomar a noção de modelos de situação. Ao viver uma situação, os participantes fazem representações de pessoas, de eventos, de ações, que são a contrapartida cognitiva das situações. As representações sociais não estão nessa memória episódica, visto que foram sendo construídas socialmente, localizando-se na memória semântica. Mas os modelos de situação são cruciais para se entender a interface entre cognição social e as percepções dentro de uma situação específica (VAN DIJK, 2017, p. 101).

Observando as representações sociais no quadro ilustrativo da arquitetura da cognição social, pode-se fazer a seguinte proposta:

**Quadro 1:** Representação social, sob a perspectiva sociocognitiva.



Fonte: VAN DIJK, 2016, p. 156.

As representações sociais, portanto, localizam-se na memória semântica e perpassam as outras formas de cognição social, influenciando-as.

### **Representação social de mulheres em situação de violência nas notícias jornalísticas: uma análise a partir da abordagem sociocognitiva dos estudos críticos do discurso**

Na abordagem sociocognitiva dos estudos críticos do discurso, a representação de atores sociais é uma categoria extremamente relevante por permitir desvelar ideologias subjacentes ao discurso a partir da maneira como os participantes são representados. Para van Dijk (2016b), o participante ou ator social é aquele que participa ativamente na sociedade desempenhando diferentes papéis sociais (mãe, mulher, amiga, filha etc.), papéis institucionais (professora, advogada, dona de casa, vendedora etc.), além de estabelecer relações sociais e interacionais com outros participantes ou com grupos de participantes na sociedade. Essas relações podem ser

profissionais, de amor, de respeito, de amizade, de familiaridade, entre outras, incluindo as relações de poder. No caso da representação social que envolve os participantes homens e mulheres, a relação é assimétrica e de poder.

As pesquisas sobre a representação das mulheres na mídia jornalística capixaba têm movido muitas pesquisas no Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia na Universidade Federal do Espírito Santo (Gedim/Ufes). Neste capítulo, sintetizamos essas pesquisas para demonstrar a relevância da representação social como categoria analítica (TOMAZI, 2019, 2020; TOMAZI, ROCHA; ORTEGA, 2016; TOMAZI; NATALE, 2015).

A partir da análise textual-discursiva das notícias do jornal *A Tribuna* durante os anos de 2014 a 2020, apresentamos como as mulheres em situação de violência ou vítimas de feminicídio são representadas nas notícias jornalísticas. Tal pesquisa demonstra uma tentativa de compreender um fenômeno tão complexo quanto a violência contra mulheres a partir da percepção de sua relevância cultural. Por esse motivo, para compreender esse problema social é preciso, acreditamos, mobilizar conhecimentos de base social, cognitivo e discursivo.

Como destacado por Tomazi e Almeida (2019), embora a sociedade brasileira seja regida por leis, a começar pela Constituição Federal, a maioria das pessoas ainda compartilha a crença de que as mulheres são inferiores aos homens. Tal ponto de vista faz parte da cognição social dos indivíduos que, ao partilharem desse ponto de vista, além de atitudes que engendram o machismo estrutural e menosprezam o feminino, passam a compartilhar uma ideologia (tomada aqui no sentido de crenças socialmente compartilhadas por um grupo social).

A mídia jornalística tem uma função primordial sobre a maneira que constrói a representação das mulheres em situação de violência ao reportar casos de violência em suas notícias. A análise das notícias sobre violência doméstica contra mulheres em relações afetivo-conjugais tem revelado um *continuum* de representações que culpabilizam a mulher pela agressão ou pela própria morte. Na

maioria das notícias, quer de forma explícita ou implícita, a narrativa é construída, já a partir da manchete, dando relevância a algum comportamento “inadequado” e anterior à agressão que possa explicar o ato agressor. É também nesse sentido que os machismos estruturais são reproduzidos, os casos são individualizados e as mulheres são representadas a partir de uma representação negativa: a mulher que traiu o homem (namorado, companheiro, noivo etc.); a mulher que mexeu nas coisas do homem; a mulher que usa rede social; a mulher que terminou o relacionamento; a mulher usuária de drogas; a mulher que não cuida da casa; a mulher que não cuida dos filhos, a mulher que nega sexo ao marido etc.

Para ilustrar este capítulo, fazemos a análise de uma nota publicada no jornal *A Tribuna*, em 18 de junho de 2020, que traz como informação mais relevante a masculinidade ferida do agressor e a culpabilização da mulher nos deveres matrimoniais, quer seja, o sexo.

#### **Agredida após negar sexo ao companheiro**

Após negar ter relações sexuais com o marido, uma mulher de 24 anos foi agredida na frente dos filhos pelo homem de 33 anos. O caso ocorreu na madrugada de ontem, em Nova Rosa da Penha, Cariacica.

A filha de 8 anos foi quem pediu ajuda em um Destacamento da Polícia Militar. O agressor foi preso em flagrante e encaminhado ao presídio.

(AT, 18/06/2020)

A nota apresenta a violência praticada pelo parceiro íntimo e tem relação com a violência sexual dentro do matrimônio que, muitas vezes permanece silenciada durante anos nas relações conjugais e ainda é vista como um tabu presente em nossa cultura. A ênfase na construção da nota, já a partir do título, traz a motivação para a agressão devido à negação da mulher ao ato sexual com o parceiro. As expressões “recusar sexo” e “negar sexo” prevalecem nas estruturas que colocam a mulher em primeiro

plano na oração, apagando, na maioria das ocorrências, a figura do agressor ou colocando-o na posição de passiva na oração.

Embora haja o apagamento da mulher no título da nota, é possível inferir que se trata de um caso de agressão física praticada pelo seu parceiro íntimo, nomeado como seu companheiro no título e como marido, logo no início da nota. Em termos de informação relevante, tanto o título quanto a nota retomam a motivação a partir de uma estrutura que indica uma relação de posterioridade no tempo e sua consequência. Foi o fato de a mulher dizer "não", negar um ato que soa como praticamente obrigatório na sociedade que levou o marido a agredi-la. É clara a culpabilização da mulher que foi agredida por ter se negado a cumprir uma obrigação e, portanto, a motivação da agressão se volta a favor do marido, que não esperava receber uma recusa, e contra a mulher, de quem se espera sempre o consentimento e nunca a negação. Há também a representação pela forma verbal do particípio passado do verbo *agredir*, ação que foi praticada pelo marido "após" a recusa de sexo da mulher. Essa relação de causa e consequência é uma maneira de representar essa mulher que foi agredida porque negou sexo ao companheiro. No decorrer da nota, ela é representada como mulher, uma pessoa adulta que pode ser generalizada como qualquer mulher do sexo feminino ou esposa. Além dessa forma genérica de representação, ela é representada pela idade e pela função de mãe e, portanto, de cuidadora do lar.

Nesse sentido, as palavras de Saffioti (1994) parecem esclarecer que esse tipo de violência só é considerado como ato violento quando praticada por estranhos, sendo aceita como normal quando se trata do lugar da mulher no casamento, legitimando a cultura da violência machista, a qual nos faz entender como dever da mulher satisfazer seu marido.

A retórica dos números, indicando a idade dos parceiros e a idade da filha que presenciou a agressão e foi quem socorreu a mãe pedindo ajuda a um Destacamento da Polícia Militar, não nos parece ser utilizada aleatoriamente ao pensarmos na representação

da mulher como aquela que tem a obrigação de zelar pela saúde do filho, inclusive a saúde mental.

Esse tipo de informação aparece diariamente em manchetes do jornal analisado, mas sem preocupação em apresentar qualquer discussão ou informação sobre a importância de como essa questão afeta as crianças que crescem em famílias nas quais existe esse tipo de violência. A presença da criança na cena do crime serve apenas como estratégia para a construção da narrativa policialesca, contribuindo mais para a espetacularização do crime do que para a informação do caso (TOMAZI, 2019).

### **Considerações finais**

A integração da representação social à perspectiva sociocognitiva do discurso deve-se, primordialmente, à concepção de que as realizações discursivas correspondem a realizações representacionais. A interface cognitiva torna-se, a partir dessa concepção, elemento de fundamental importância, envolvendo a cognição pessoal e social e a construção de conhecimento validado e compartilhado socialmente. Dentro dessa proposta, a representação social se localiza na composição da cognição socialmente construída e permite avaliações de elementos com os quais temos contato, direto ou indireto, nas nossas experiências diárias. Esse caráter interessa à Análise Crítica do Discurso, visto que a representação social permite a manipulação discursiva, em prol da desvalorização de pessoas, de grupos, de etnias, de nações, entre as mais diversas instâncias sociais. Por isso, a representação social, integrada à estrutura epistemológica da vertente sociocognitiva do discurso, oferece promissor caminho aos estudos que pretendem compreender fenômenos sociais e discursivos.

Diante da construção da representação social da mulher na nota analisada, fica evidente que a representação social produzida pelo jornal para o caso é de causa e consequência e, portanto, de transgressão da mulher. Com essa representação, a crítica que fazemos é justamente na repetição de padrões de comportamentos

masculinos que pertencem ao imaginário de muitos homens em nossa sociedade. É interessante notar que é a negação do ato por parte da mulher que é colocado em primeiro plano, seguido de seu lugar de mãe, de cuidadora, já para o homem há um reforço da masculinidade e da reafirmação da sua virilidade.

Os resultados das representações sociais nas notícias do jornal *A Tribuna* têm demonstrado que em grande parte das vezes as mulheres são representadas como responsáveis pela agressão, ao passo que a responsabilidade do agressor é atenuada pela transferência da culpa para a mulher ou pela terceirização da culpa para algum tipo de vício ou distúrbio psicológico (drogada, louca). Assim, uma sociedade que é exposta diariamente a esses discursos tende a reforçar estereótipos e reforçar uma representação social inferiorizada da mulher, além de atribuir a ela a culpa pela agressão.

## Referências

ALVARO, J. L.; GARRIDO, A. *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2013.

DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Martins fontes. 2007.

DUVEEN, G. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

IRINEU, L. M. Abordagem discursiva das representações sociais: sistematização de um construto teórico-metodológico. *Revista Mandinga*, v. 3, n. 1, p. 8-18, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.unilab.edu.br/index.php/mandinga/article/view/289>.

Acesso em: 26 jun. 2020.

JODELET, D. *Representação Social: fenômenos, conceitos e teoria*. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas, 1988.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UFRJ - Faculdade de Educação, dez. 1993, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti.

LALLEMENT, M. *História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MAGRITTE, R. *Les deux mystères*. 1966. Óleo sobre tela, 65 x 80 cm. Bruxelas, Cortesia Galerie Isy Brachot Disponível em: <https://ecole-durkheim.org/emile1.0/travaux/tableaux/magritte/magritte.htm>. Acesso em: 29 dez. 2018.

MARRA, D.; MILANI, S. Uma teoria social da lingua(gem) Anunciada no limiar do século XX por Antoine Meillet. *Revistas da USP: Linha d'Água*, São Paulo, v. 25, n.2, p. 67-90, 2012.

MARTELOTTA, M. E. Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, M. E. (org). *Manual de linguística*. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

MOSCOVICI, S. The myth of the lonely paradigm: A rejoinder. *Social Research*, 51, 1984, pp. 939-967.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PICKERING, W. A influência de Darwin na teoria linguística como um prelúdio às abordagens “evolucionárias” no século 21. In: BERNARDO, S.; AUGUSTO, M. R. A.; VASCONCELLOS, Z. *Linguagem: teoria, análise e aplicações* (6). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Letras, 2011.

RODRIGUES, M. G. S. et al. (Org.). “Voltarei. O povo me absolverá...”: a construção de um discurso político de renúncia. IN: ADAM, J. M.; HEIDEMANN, U.; MAIGUENEAU, D. *Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2010.

ROJO, R. H. R. Linguagem: representação ou mediação? *Veredas*: revista de estudos linguísticos, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 41-49, jul/dez. 1997. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/Nova-digitaliza%C3%A7%C3%A3o-Linguagem-representa%C3%A7%C3%A3o-ou-media%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2020.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. Perseu Abramo, São Paulo, 1994.

SARTORI, O. T. Signo linguístico versus signo onomástico: convencionalidade e motivação para falar e nomear. *Revista Científica Ciência em Curso*, Palhoça, SC, v. 4, n. 2, p. 123-133, jul./dez. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/joero/Downloads/3140-7719-2-PB.pdf>. Acesso: 20 dez. 2020.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

TOMAZI, M. M.; ALMEIDA, L. P. A mulher no direito penal em face da Constituição Federal e da Lei Maria da Penha. In: CABRAL, A. L. T.; BUENO; F. G. *Direito e Linguagem: a Constituição de 1988*. Londrina: Editora Thoth, 2019, p.159-176.

TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P.; ORTEGA, J. C. Violência machista em manchetes jornalísticas. In: TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P.; POMPEU, J. C. (Org.). *Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito*. 1ed. São Paulo: Terracota, 2016, v. 1, p. 43-64.

TOMAZI, M. M.; NATALE, R. (Des) caminhos da violência de gênero no Brasil: discurso, mídia e representação social. In: DA SILVA, D. G.; PARDO, M. L. (Orgs). *Pasado, presente y futuro de los Estudios em América Latina: homenaje a los 20 años de la Asociación Latino americana de Estudios del Discurso*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015, p. 137-155.

TOMAZI, M. M. Desconstrução de face da mulher nos títulos de notícias sobre feminicídio. *Revista Interdisciplinar*. São Cristovão, v. 31, 2019, p. 197-219.

TOMAZI, M. M. A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres. *DISCURSO & SOCIEDAD*, v. 14, 2020, p. 823-844.

VAN DIJK, T. A. *Discurso, notícia e ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Tradução de Zara Pinto-Coelho. Braga: Húmus, 2.ed. 2017.

VAN DIJK, T. A. *Discurso y conocimiento: una aproximación sociocognitiva*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2016a.

VAN DIJK, T. A. Discurso-cognição-sociedade: estado atual e perspectivas da abordagem sociocognitiva do discurso. *Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS (Letrônica)*. Porto Alegre, v. 9, n. esp. (supl.), s8-s29, 2016b. Disponível em: <https://www.revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

VAN DIJK, T. A. *Cognição, discurso e interação*. (Org. e apresentação de Ingedore V. Koch). 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.



# NECROPOLÍTICAS NOS PORÕES DA LINGUÍSTICA

Isadora Machado  
Luiz Felipe Andrade Silva

Os humanos, encarnações mascaradas da floresta, deverão se desmascarar do humano e se mascarar novamente do saber das abelhas. A mudança necessária é tão profunda que se costuma dizer que ela é impossível. Tão profunda que se costuma dizer que ela é inimaginável. Mas o impossível está por vir. E o inimaginável nos é devido. O que era o mais impossível e inimaginável, a escravidão ou o fim da escravidão? O tempo do animalismo é o do impossível e o do inimaginável. Este é o nosso tempo: o único que nos resta.  
Paul Preciado

Falar é totalmente diferente de produzir um exemplo de gramática.  
Michel Pêcheux

## 1

O ar representa a vida dentro da tradição judaico-cristã na qual se ancora a ocidentalidade - esse sistema complexo no qual interagem a colonialidade e o capitalismo. Conta-nos um dos seus mitos da criação do homem<sup>1</sup> que *Deus*, após ter moldado o corpo do homem (primeiro, em relação à mulher), insuflou-lhe o espírito.

---

<sup>1</sup> O livro de *Gênesis* traz duas versões do mito da criação do homem: a primeira, inserida na criação do mundo, encontra-se no primeiro capítulo. A segunda versão, mais extensa, e que alcançou maior visibilidade e circulação, é aquela em que primeiro o homem (ser humano masculino) foi criado e, depois, de sua costela, foi criada a mulher.

Esse ar-alma-espírito é que seria colhido na hora da morte. Daí que se diga “expirar”, com o sentido de “falecer”.

Outras tradições religiosas também trazem o ar como o elemento constitutivo da vida. Na tradição iorubana difundida no Brasil, *Òrìṣànlá* é o orixá da criação e do ar, é aquele que molda o homem e sua cabeça a partir da lama primordial e sopra o *emí* (sopro sagrado) em seus pulmões, mas é também aquele que recebe o mesmo *emí* de volta, quando da morte.

Na filosofia pré-socrática, Anaxímenes será aquele que dirá que o ar (“pneuma”) é a *arqué*, o elemento primordial, a causa primeira de toda a natureza. Em um dos fragmentos, extraído de Plutarco e retomado nas *Preleções à história da filosofia*, de Hegel, lê-se: “Como nossa alma, que é ar, nos mantém unidos, assim um espírito e o ar juntos mantêm unido também o mundo inteiro; espírito e ar são sinônimos” (SOUZA, 1996, p. 69). A diferença (sensível) entre os objetos do mundo se daria apenas pela variação da condensação do ar e, pela sua dispersão, esses objetos encontrariam seu fim como tais.

*Vāyu*, uma das deidades da cosmovisão hindu, é aquele que dá o suporte da vida. *Vāyu*, montado em um animal, é também a respiração (*prana*, energia vital), o ar, o sopro, os ventos e, como tal, é chamado de “o purificador” (*Pavana*). Por isso, no Rigveda, é o primeiro a receber o *soma*, a bebida ritual.

Também por isso, reaprender a respirar é parte fundamental de uma propedêutica yogi no Ocidente. O ar que a respiração faz circular no corpo é parte fundamental da movimentação, fixação e bom funcionamento do *prana*, a energia vital. É comum que “nós ocidentais” escutemos, nas primeiras tentativas nas variedades de Yoga, que mais importante que um *ásana*, uma postura corporal, é a consciência do percurso do ar no corpo. A consciência de si e a consciência da respiração são, portanto, duas faces da mesma moeda.

O *topos* do ar e da respiração tem sido infinitamente repetido e discutido desde que a pandemia do coronavírus se instaurou. Isso porque, quando o vírus se instala, um dos sintomas mais agudos é justamente a falta de ar e a consequente dificuldade de respirar. Daí

a afirmação de Mbembe (2020a), para quem “é preciso compreender a respiração para além de seus aspectos puramente biológicos, como algo que é comum a nós e que, por definição, escapa a todo cálculo. Estamos falando, portanto, de um direito universal à respiração”.

Se respirar é algo que nos torna comuns, é também a estamentalização do direito mais ou menos garantido à respiração que passa a definir, desde os fins de 2019, uma das feições do político (GUIMARÃES, 2005; 2018) enquanto divisão desigual do real materializada na quantidade e qualidade de distribuição do ar. As cenas grotescas de pessoas morrendo asfixiadas em Manaus (Amazonas/Brasil)<sup>2</sup> e as cenas do presidente da República do Brasil imitando alguém se asfixiando<sup>3</sup>; as imagens de George Floyd dizendo que não consegue respirar e as transcrições posteriores das câmeras corporais dos policiais que o assassinaram dizendo que se ele está falando é porque consegue respirar - todo esse amálgama de imagens, símbolos e narrativas nos dá a dimensão de um real morbidamente em disputa.

Neste ensaio, gostaríamos de revisitar os porões das Ciências da Linguagem, a fim de compreender as condições de possibilidade do *necrodiscurso* policial que compareceu no assassinato de George Floyd. Demonstramos, nesse gesto interpretativo, que o racionalismo que funda a Linguística - a ideia de que nos diferenciamos dos animais por sermos dotados de *lógos* - se presentifica no momento em que os policiais de Minneapolis (MO-USA) asfixiam Floyd até a morte.

---

<sup>2</sup> MINAS, Jornal Estado de. *Manaus: oxigênio acaba e pacientes morrem asfixiados*. Disponível em: <https://bit.ly/3vHiTuw>. Acesso em: 10 maio 2021.

<sup>3</sup> 360, Poder. *Bolsonaro volta a imitar pessoa com falta de ar e chama Mandetta de “canalha”*. Disponível em: <https://bit.ly/2SLL667>. Acesso em: 15 maio 2021.

Na manhã do dia 26 de maio de 2020, as imagens do assassinato de George Floyd pela polícia de Minneapolis percorrem o mundo inteiro. Replicada em todos os *media*, a cena de mais um homem negro asfixiado por um policial branco parece chocar até os mais incrédulos do racismo à brasileira. Junto à imagem, um enunciado específico passa a circular colado a ela - enunciado repetido mais de vinte e cinco vezes por Floyd: *I can't breathe*. Os jornais televisivos rapidamente traduzem: “Eu não consigo respirar”<sup>4</sup>.

Ao mesmo tempo, são rememoradas outras vidas tiradas nas mesmas condições. Os âncoras dos grandes jornais, em tom de consternação, anunciam a reprise do assassinato, em 17 de julho de 2014, de Eric Garner, que repetiu mais de dez vezes - *I can't breathe*. Apesar de serem 13% da população dos EUA, em 2020 28% das pessoas assassinadas pela polícia foram pessoas negras.<sup>5</sup> No Rio de Janeiro, que em 6 de maio de 2021 foi cenário da maior chacina de sua história, já conhecida como Chacina do Jacarezinho, 86% dos 1.814 assassinados pela polícia eram pessoas negras<sup>6</sup>. Os dados, apesar de não falarem por si, demonstram que o genocídio da população negra é um projeto colonial que atravessa as Américas (FLAUZINA, 2006; NASCIMENTO, 1978; JAULIN, 1976; QUIÑONEZ, 2016; ROSENBERG, 2012; SANTOS, 2017; TATZ, 2003; WOOLFORD, 2009).

Naquela manhã do dia 26 de maio, “uns e outros vão começar a ‘fazer trabalhar’ o acontecimento (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar” (PÊCHEUX, [1983] 2008, p. 19): o racismo nos EUA, o racismo no Brasil, a ação da polícia lá e cá, a possibilidade de haver diferença

---

<sup>4</sup>Ver, por exemplo, as reportagens disponíveis no G1 [<https://glo.bo/2SgrmlI>] e no R7 [<https://bit.ly/2SjIJXV>]. Acesso em: 03 jun. 2021.

<sup>5</sup> <https://mappingpoliceviolence.org/>

<sup>6</sup><https://www.brasildefato.com.br/2020/12/09/violencia-tem-cor-86-dos-1-814-mortos-pela-policia-do-rj-em-2019-eram-negros>

entre um racismo e outro, ou mesmo a possibilidade de referir ao acontecimento nos EUA sem fazer relação com o que acontece no Brasil; o *apartheid*, o movimento pelos direitos civis, Martin Luther King Jr., Malcolm X, mas também especialistas brasileiros, ecoando a denúncia de Abias Nascimento ([1978] 2016) sobre as ações de Estado que, mascarando-se sob uma pretensa “democracia racial”, seguem alijando sujeitos negros e sua cultura. Trata-se de um projeto *genocida*, portanto.

Este “acontecimento”, que parece delinear os tons de uma mudança nas condições de produção midiática, no que tem de absolutamente singular e profundamente coletivo, é um acontecimento difuso pela maneira como circula. Twitter, Facebook, Instagram, Tik Tok e tantas redes sociais que o fazem semovente, mas ao mesmo tempo são pontuais naquilo que se repete: o enunciado *I can't breathe* toma as redes sociais, estampa manchetes de jornais impressos e *on-line*. Se houve algum “confronto discursivo” para nomear o acontecimento na mídia brasileira - morte, assassinato, incidente, acidente - ele foi sendo significado a partir da obviedade instaurada pela repetição do enunciado-imagem *I can't breathe*.

Os protestos que se espalharam pelo mundo a partir do acontecimento fizeram o enunciado circular, escrito em cartazes, em máscaras (de prevenção à Covid-19), em palavras de ordem. *I can't breathe*: enunciado “ao mesmo tempo perfeitamente transparente [...] e profundamente opaco” (PÊCHEUX, [1983] 2008, p. 20). No acontecimento do encontro entre o real da língua e o real da história, entre a contingência da história e o equívoco da língua, o sentido (aparentemente) tão evidente desse verbo modal negativo e presente - *can't* - deslizou. *I can't breathe*: não estou conseguindo respirar; não me é permitido respirar; não tenho poder de respirar;<sup>7</sup> vai desvelando

---

<sup>7</sup> A tradução na mídia brasileira que circunscreve a polissemia do verbo *can* a um verbo menos polissêmico, como *conseguir*, indica esse processo de administração dos sentidos que delimita quem pode e quem não pode interpretar (originalmente).

a relação entre a atualidade de um crime racista de abuso policial e toda uma memória discursiva que se tece na escassez de ar dos porões de tumbeiros. *And yet, I can't breathe*.

A transcrição das gravações das câmeras corporais que os policiais usavam no momento do assassinato foram divulgadas pouco mais de um mês depois<sup>8</sup>. Neste trabalho, nosso arquivo se constitui por recortes dessas transcrições e por recortes que constituem discursos hegemônicos de constituição das Ciências da Linguagem, com objetivo de refletir sobre o discurso fundador da Linguística ocidental enquanto um discurso necropolítico<sup>9</sup>.

A *necropolítica*, de que nos fala Mbembe (2018), diz respeito justamente a um regime de poder que promove, no seio das democracias liberais, a manutenção dos mecanismos coloniais de administração da morte. Daí que “todo camburão [ainda tenha] um pouco [ou muito] de navio negreiro”<sup>10</sup>; e que “a carne mais barata do [super]mercado [ainda seja] a carne negra”<sup>11</sup>. A necropolítica diz respeito às “trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar” (MBEMBE, 2018, p. 17), a partir da distribuição dos grupos sociais a que chamamos *racializados*.

Em *Políticas da inimizade* (2020b), Mbembe (2020b) abordará, em diálogo com Césaire e Fanon, o modo como a democracia liberal se fundou a partir de seu duplo colonial, espécie de laboratório biopolítico e campo de libação para a pulsão de morte e o sadismo europeus. No entanto, como aponta Césaire (2010 [1955]), não se coloniza impunemente: a colonização promove não apenas a objetificação dos corpos dos sujeitos colonizados, mas acaba por desumanizar o colonizador e descivilizar a Europa. “Apesar de

---

<sup>8</sup> Ver, por exemplo, a reportagem da CNN: <https://cnn.it/3d4NWtQ> Acesso em 24 maio 2021.

<sup>9</sup> A transcrição completa foi disponibilizada pelo jornal The New York Times e é essa versão que citamos no trabalho. Disponível em: <https://bit.ly/3vKfTgR> Acesso em 05 de março de 2021.

<sup>10</sup> O RAPPÀ. *Todo camburão tem um pouco de navio negreiro*. Rio de Janeiro: Sony, 1994.

<sup>11</sup> FAROFA CARIOCA. *A carne*. Rio de Janeiro: Polygram, 1998.

externalizada especialmente nas colônias, essa violência permanece latente na metrópole” (MBEMBE, 2020b, p. 54). Nem tão latente assim, diríamos, mas redistribuída.

Para Mbembe (2020b), a democracia se instaura pela substituição da violência dos corpos por uma regulação dos comportamentos e uma vigilância das condutas, responsável pelo estabelecimento de duas ordens: uma comunidade de semelhantes e uma categoria de dessemelhantes, ambas regidas pela lei - uma espécie de um dentro e um fora da lei. Essa ordenação se estabelece por um jogo de visibilidade e sombras, que se materializa no espaço: de um lado, os brancos espaços iluminados onde a lei imperaria sob o regime da igualdade; de outro, os sombrios espaços periféricos onde a lei se estabeleceria como lei do mais forte, lei da selva, lei colonial, Estado de *apartheid*.

Essa divisão, pretensamente estabelecida na distinção entre a metrópole e a colônia, se reconfigura nas sociedades contemporâneas, constituídas desde sempre a partir de uma lógica fronteira, dependente de uma política da inimizade para se estabelecer. Se antes o *outro inimigo* estava fora, além dos trópicos, nas regiões “bárbaras” e “selvagens”, ali onde se come carne humana e se anda com as “vergonhas” à mostra; agora, o inimigo também se encontra no seio da sociedade. É o racializado, o generificado, o periférico: todos *suspeitos a priori* (MBEMBE, 2020b, p. 62), desculpa reprisada nos telejornais de crimes da hora do almoço para a manutenção de um “estado de exceção” continuado, para a manutenção do “terror estatal”.

Deixar uma parcela da população nas sombras é poder garantir o sigilo do crime de Estado, das ações fora da lei de preservação do Direito. É a ausência das câmeras de televisão nos subúrbios, a escassez de postes em suas vielas, a ausência de representatividade negra ou LGBTQIA+ nas ficções se não for para reprisar a imagem de banditismo, degenerescência e desumanidade, apenas reforçadas pelas exceções totêmicas que despontam aqui e ali. São os altos muros das prisões, dos hospitais psiquiátricos. E quando toda essa zona de sombra é trazida à luz,

porque cada cabeça tem um celular com câmera, justifica-se o terror pelo medo alimentado diariamente e pelo descuido humano, sempre dos “agentes da lei”.

Se não houvesse celulares filmando George Floyd, seria mais um sem nome a constar nas estatísticas de presumíveis criminosos (porque negro, suspeito *a priori*) a engordar a lista das “fatalidades” policiais. Ágatha Vitória Sales Félix, Evaldo dos Santos Rosa, Kauã Rozário, Kauê Ribeiro dos Santos, Kauan Peixoto, Kethellen Umbelino de Oliveira Gomes, Elivelto Leonardo dos Santos, João Alberto Silveira Freitas, Jenifer Cilene Gomes, Claudia da Silva Ferreira, Amarildo Dias de Souza - em uma lista de centenas de milhares crianças, jovens e adultos, cuja maioria é negra e pobre, é cruel que em uma busca por “nomes de pessoas assassinadas pela polícia”, o site Google entregue como resultado, não *nomes*, mas *números de pessoas* - uma deriva algorítmica bastante sintomática do que procuramos aqui analisar.

Entre a personalidade do nome e a despersonalização dos números, as necropolíticas estatais transformam pessoas negras e pobres em “vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos” (FOUCAULT, [1977] 2006, p. 210). Semelhante ao que Foucault ([1977] 2006) chama de *vidas infames*, a brutalidade dos assassinatos cometidos pelas diferentes polícias do continente americano transforma a existência das vítimas em um limbo discursivo, cuja materialidade não se faz “nem de escândalo ambíguo nem de uma surda admiração, não compõe com nenhuma espécie de glória” (FOUCAULT, [1977] 2006, p. 210).

Sobre essa conflituosa relação de luzes e sombras, visibilidade e enunciabilidade, que determinam quem pode falar e quem pode ser visto, reorganizando a distribuição de corpos no território e no espaço do direito, Audre Lorde ([1977] 2020, p. 53-54) já havia falado sobre o fato de, por um lado, a visibilidade tornar sujeitos negros mais vulneráveis, e, por outro, propiciar sua maior força. E, assim como a visibilidade, a fala.

Porque a máquina vai tentar nos reduzir a pó de qualquer maneira, quer falemos, quer não. Podemos ficar eternamente caladas pelos cantos enquanto nossas irmãs e nós somos diminuídas, enquanto nossos filhos são corrompidos e destruídos, enquanto nossa terra é envenenada; podemos ficar caladas a salvo nos nossos cantos, de bico fechado, e ainda assim nosso medo não será menor (LORDE, [1977] 2020, p. 54)

Remete-nos, assim, ao pensamento de Michel Foucault, a partir do qual Mbembe (2018, 2020b) constrói seu conceito de *necropolítica*. Essa relação entre ver/ser visto e falar/calar é constitutiva, de acordo com Foucault, dos regimes de poder que se constituem nas sociedades ocidentais<sup>13</sup> a partir da modernidade. Esse poder se baseia no “princípio da onivisibilidade” (FOUCAULT, [1973-1974] 2006, p. 61) dos corpos e no registro sistemático de tudo. Deleuze ([1986] 2005) afirmará que esse poder,

se considerado abstratamente, não vê e não fala. É uma toupeira, que sabe se orientar apenas em sua rede de galerias, em sua toca múltipla: ele “se exerce a partir de inúmeros pontos”, ele “vem de baixo”. Mas, justamente, como ele mesmo não fala e não vê, faz ver e falar. (DELEUZE, [1986] 2005, p. 89)

Sim, mas não a todos, não da mesma maneira. Há aqueles corpos que são visibilizados pela mira das pistolas e invisibilizados pelas políticas públicas e pela mídia; há aqueles corpos que são falados, mas deveriam permanecer em silêncio. E, em meio a tudo isso, o *ar* - meio material de propagação da luz, meio de propagação do som, combustível de manutenção da vida. Universal, poderíamos dizer, mas não equânime.

### 3

*I can't breathe*. Foi o enunciado que “pegou”. Do acontecimento do assassinato de George Floyd, foi esse o enunciado que se viu reproduzido de cima a baixo, por sua regularidade histórica, pela universalidade da respiração como elemento que nos coaduna como “humanidade”, pelo insólito do momento em que vivemos, em meio à pandemia de Covid quando respirar torna-se um nítido

privilégio de quem pode trabalhar em *home office* e se expor menos ao vírus ou pode participar de festas, ciente de um respirador reservado em um hospital de elite. *I can't breathe*.

No entanto, recuperando-se as gravações das câmeras corporais da polícia, chamam-nos a atenção outros enunciados, que reiteradamente compõem a fala dos oficiais de polícia que assassinaram, asfixiado, George Floyd. Enunciados que fazem comparecer uma relação transversal entre respirar (*breathe*), falar (*talk*) e gritar (*yell*).

O enunciado *I can't breathe* foi traduzido em português por *Não consigo respirar*. Apesar de em geral *can*, verbo modal da língua inglesa, ser traduzido por *poder/não poder* em português, há uma polissemia própria dos verbos modais, que nos permite algumas paráfrases desta tradução:

- A - Não consigo respirar.
- A' - Não sou capaz de respirar.
- A'' - Não posso respirar.
- A''' - Você me impede de respirar.
- A'''' - Estou sem ar/sem fôlego.
- A''''' - Você está me enforcando.

Trata-se de um funcionamento semelhante ao título do ensaio de Gayatri Spivak - *Can the subaltern speak?* (1998). Em português, foi traduzido como *Pode o subalterno falar?* (2010). Nesse caso, a polissemia está em torno de *poder* no sentido de *ter habilidade para*, e de *poder* no sentido de *ter permissão para*: 'o subalterno tem *capacidade/possibilidade* de falar?', e 'o subalterno tem *permissão* para falar?'

O assassinato de George Floyd se dá na deriva entre a capacidade e a permissão de respirar, mas nossas análises demonstram que essa capacidade se atrela à própria capacidade/permissão de falar: *can* é "ter meio de", e para ter meios é preciso ter permissão e ter capacidade. Não basta, seguindo uma escala argumentativa (DUCROT, 1981), ser capaz e não ter permissão. Assim, apesar de *ser capaz de* respirar, Floyd tem negada a *permissão de* fazê-lo. Na necropolítica, o outro (colonizado) fica

relegado, a partir de uma série de expedientes, a uma espécie de “terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto” (MBEMBE, 2018, p. 39). A distribuição desigual de bens, naturalizada, acaba por conferir uma aura de concessão e de privilégio ao próprio estatuto desse outro como “ser vivente”.

A necropolítica configura-se a partir da manutenção, no seio da sociedade dita democrática, dos expedientes coloniais. Dessa maneira, mantém-se determinada prática ideológica, segundo a qual os grupos racializados são considerados a partir de uma lógica escravocrata. De acordo com Mbembe,

O escravo [...] é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profundidade intensos. [...] A vida do escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte-em-vida. Como sugere Susan Buck-Moss, a condição de escravo produz uma contradição entre a liberdade de propriedade e a liberdade de pessoa. Uma relação desigual é estabelecida ao mesmo tempo em que é afirmada a desigualdade do poder sobre a vida. (MBEMBE, 2018, p. 28-29)

No livro *Memória da plantação* - episódios de racismo cotidiano, Kilomba (2019) compreende esse fenômeno a partir da lógica do trauma colonial, daí o título de seu livro. A autora compreende a *plantation* colonial como símbolo de um passado que é cotidianamente presentificado a partir de cenas de racismo vivenciadas no seio das sociedades contemporâneas (pós-coloniais). Sobre elas, Mbembe (2018, p. 27) afirma também que é o contexto no qual a humanidade do escravizado se apresenta como uma espécie de “sombra personificada”, condicionada por uma tripla perda: a perda de um lar, de direitos sobre o próprio corpo e dos direitos políticos.

No jogo entre capacidade/possibilidade/permissão, *can't breathe* passa a produzir efeito, no movimento da memória, de enunciado coletivo. Isso porque

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-

transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, [1983] 2010, p. 52).

*I can't breathe*. Enunciado que *pegou*, sintoma do acontecimento, que rearticula as memórias coletivas da plantação. É, ao mesmo tempo, enunciado a quem se confere uma autoria<sup>12</sup>: George Floyd; no entanto, recupera o “já-dito” de uma memória dispersa de todos aqueles que tiveram direitos sobre seus próprios corpos negados e todas as outras vítimas da *necro-polícia* em que a enunciação da falta de ar esteve entre suas últimas palavras. O enunciado desdobra-se: de um lado, o transparente enunciado (dito pragmático) de George Floyd, comunicação de uma informação presumivelmente óbvia e pedido/súplica ou ordem (implícita) para que o deixassem respirar; de outro, o enunciado tornado opaco pelo gesto analítico - esse que nos interessa - que restabelece, no acontecimento de sua enunciação e de sua repetição nas manifestações posteriores, a “memória da plantação” e a denúncia da “necropolítica”.

Ao recuperarmos essa memória, podemos compreender o funcionamento do enunciado *I can't breathe* pela possibilidade de um “nanorracismo” (MBEMBE, 2020b), recuperando dentro das práticas de violência policial de subjugação daqueles que são considerados “possíveis / presumíveis *criminosos*” os indícios da prática do capataz (feitor, capitão do mato, senhor, escravizador) colonial e as manifestações banalizadas de racismo. De acordo com Mbembe, o racismo (institucional, estatal) assim considerado pode passar indetectável: “é o racismo tornado cultura e respiração, em sua banalidade e capacidade de se infiltrar nos poros e veias da sociedade” (MBEMBE, 2020b, p. 101).

---

<sup>12</sup> De acordo com Orlandi ([1987] 2008, p. 77), autoria é a função exercida pelo *eu* enquanto produtor de linguagem “afetado pelo contato com o social e suas coerções”. No âmbito da “interação” entre Floyd e os policiais, compreendemos que essa afetação pelo social se dá a partir da forma-sujeito de direito, característica dos assim chamados estados democráticos liberais.

Há um já-dito funcionando no enunciado *I can't breathe*, como nas sequências dos enunciados policiais que retomaremos, que pode ser remontado à (imagem da) máscara de Anastácia<sup>13</sup>, referida por Kilomba (2019). No caso de Anastácia, a máscara desenhava uma anatomia particular na medida em que a impedia de falar e de comer, mas permitia que ela continuasse respirando - o poder de vida e de morte era, assim, definido pelo controle da boca. A boca, segundo Kilomba (2019), é o órgão de opressão por excelência do racismo, já que, ao representar a fala e a enunciação, representa também aquilo que o sujeito branco precisa controlar e censurar severamente no sujeito negro, sob pena de ouvir o contrário da bondade que projeta sobre si mesmo.

---

<sup>13</sup> Segundo Kilomba (2019, p. 35-36), “sem história oficial, alguns dizem que Anastácia era filha de uma família real Kimbundo, nascida em Angola, sequestrada e levada para a Bahia e escravizada por uma família portuguesa. Após o retorno dessa família para Portugal, ela teria sido vendida a um dono de uma plantação de cana-de-açúcar. Outros alegam que ela teria sido uma princesa Nagô/Yoruba antes de ter sido capturada por europeus traficantes de pessoas e trazida ao Brasil na condição de escravizada. Enquanto outros ainda contam que a Bahia foi seu local de nascimento. Seu nome africano é desconhecido. Anastácia foi o nome dado a ela durante a escravização. Segundo todos os relatos, ela foi forçada a usar um colar de ferro muito pesado, além da máscara facial que a impedia de falar. As razões dadas para este castigo variam: alguns relatam seu ativismo político no auxílio em fugas de ‘outras/os’ escravizadas/os, outros dizem que ela havia resistido às investidas sexuais do ‘senhor’ branco. Outra versão ainda transfere a culpa para o ciúme de uma sinhá que temia a beleza de Anastácia. Dizem também que ela possuía poderes de cura imensos e que chegou a realizar milagres. Anastácia era vista como uma santa entre africanas/os escravizadas/os. Após um longo período de sofrimento, ela morre de tétano causado pelo colar de ferro ao redor de seu pescoço. O retrato de Anastácia foi feito por um francês de 27 anos chamado Jacques Arago que se juntou a uma expedição científica pelo Brasil como desenhista, entre dezembro de 1817 e janeiro de 1818. Há outros desenhos de máscaras cobrindo o rosto inteiro somente com dois furos para os olhos; estas eram usadas para prevenir o ato de comer terra, uma prática entre escravizados(as) africanos(as) para cometer suicídio. Na segunda metade do século XX a figura de Anastácia começou a se tornar símbolo da brutalidade da escravidão e seu contínuo legado do racismo. Ela tornou-se uma figura política e religiosa importante em torno do mundo africano e afrodiáspórico, representando a resistência histórica. [...]”

Assim, se a máscara de Anastácia a impedia de falar e de comer, ao mesmo tempo que no entanto a permitia respirar, os assassinatos de pessoas negras por asfixia impedem o ar até que a fala se esvaia. Tudo funciona como se, na impossibilidade de fazer-calar a boca, fosse preciso fazer-cessar a condição de toda e qualquer fala<sup>14</sup>.

Inscritos nessa memória colonial e escravocrata, passamos a escutar os sentidos de outras sequências discursivas, que circularam menos na mídia, mas não deixaram de produzir efeito. São os enunciados produzidos pelos policiais enquanto assassinavam Floyd.

Tomemos as próximas três sequências discursivas<sup>15</sup>, em que Kueg e Lane indicam os sobrenomes dos assassinos de Floyd.

[SD1] Floyd: I can't choke, I can't breathe, Mr. Officer! Please! Please!  
Kueg: Fine.

[SD2] Floyd: I know I can't breathe. I can't breathe.  
Lane: Get him on the ground.

[SD3] Floyd: I can't breathe.  
Kueg: Stop moving.

As três sequências discursivas apresentadas podem ser consideradas a partir do jogo de formações imaginárias. Pêcheux ([1969] 2019) promove uma revisão do esquema comunicacional de Jakobson ([1960] 2007), de modo a não tomar o discurso como transmissão de informação, mas como “um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos *A* e *B*” (PÊCHEUX, [1969] 2019, p. 39), compreendidos como seu “destinador” e “destinatário”. Ao fazê-

---

<sup>14</sup> Isso se aplica às línguas orais, mas também podemos observar movimentos de silenciamento das línguas espaço-visuais. Queremos aqui lembrar a época em que pessoas surdas tinham suas mãos presas para que não pudessem gesticular e fossem oralizadas (isto é, aprendessem a falar e a ler lábios, mesmo sem ouvirem). Hoje, na ausência de pessoas que saibam falar línguas de sinais em instituições públicas, como a própria polícia, mantém-se permanentemente um “fazer-cessar a condição de fala” das pessoas surdas, falantes de línguas de sinais.

<sup>15</sup> Utilizamos aqui a definição de Orlandi (1984).

lo, passa a compreender os elementos estruturantes da “situação” (empírica) como condições (materiais) de produção do discurso:

os elementos *A* e *B* designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. [...] *A* e *B* designam lugares determinados na estrutura de uma formação social [...]. Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que *o lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. (PÊCHEUX, [1969] 2019, p. 39).

Devemos compreender, porém, que essa atribuição do lugar (a *si* e ao *outro*) é também condicionada sócio-historicamente. Tomados como sujeitos do discurso, os enunciados atribuídos a *A* e *B*, assim como as imagens que esses enunciados produzem a respeito de *si* e do *outro*, precisam ser compreendidos a partir da matriz de sentidos nas quais se inserem para significar. Nos avanços e reformulações sucessivas por que passa a teoria do discurso pecheuxtiana, o autor aponta que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de *seu* discurso) por formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 198).

Não estamos, portanto, na esfera de uma atribuição de imagens consciente, nem mesmo de uma responsabilização do “sujeito empírico” - ainda que seja esse o princípio que valde, juridicamente, a forma-sujeito do capitalismo mundializado. Enfatizamos que os lugares determinados na estrutura da formação social para policiais e para o “suspeito” se encontram inscritos em uma memória na qual ressoam os sentidos coloniais escravocratas; mais que isso, que há uma série de imagens projetadas que promoverão as imagens entrelaçadas das posições de *A* e *B* nos processos discursivos.

Se a *necropolítica* é um conjunto de estratégias de poder que regula as relações sociais no interior das sociedades capitalistas a partir de sua inscrição na memória colonial, as imagens constituídas para A (George Floyd) e B (policiais Lane e Kueng) no discurso recuperam e projetam, ainda que de modo não correspondente, as imagens dos papéis sociais que eles desempenham no processo discursivo analisado. Nesse cenário, não nos basta, simplesmente, considerar as posições de classe, mas também outros classificadores sociais, como, no caso, raça, “sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente” (MBEMBE, 2018, p. 18).

Pêcheux ([1969] 2019, p. 40), ao organizar algumas das possibilidades do complexo jogo entrecruzado de formações imaginárias em um processo discursivo, organiza uma série de questões implícitas subjacentes a essas construções: “Quem sou eu para lhe falar assim?”, “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”, “Quem sou eu para que ele me fale assim?”, “Quem é ele para que me fale assim?” etc.

Sugestivamente, remetem-nos ao “Sabe com quem você está falando?”, Roberto DaMatta (2020) analisa como um traço “tipicamente brasileiro” – no que discordamos, por considerarmos como constitutivo do modo como a fala é distribuída nas sociedades capitalistas e coloniais. Para Mbembe (2018; 2020b), assim como para Quijano (2009) e Dussel (1994), o colonialismo funciona como uma espécie de “substrato” mundializado pela expansão do sistema capitalista, de modo que as relações de autoridade produzem sentido em todo o mundo ocidental/ocidentalizado e se constituem a partir de relações desiguais, baseadas na racialização, na territorialidade, no binarismo de gênero, e outros classificadores sociais.

Uma perspectiva que abarcasse as SDs 1 a 3 a partir de uma vertente comunicativa e informacional, como a postulada por Jakobson ([1960] 2007), analisaria o reiterado *I can't breathe* de George Floyd como transmissão de informação. O que a teoria do discurso nos permite observar é que ele materializa um gesto argumentativo, proibido de ser explicitamente enunciado através

de verbos imperativos, senão da expressão “Please!” [SD1]. Ademais, podem também funcionar - e é esse um dos sentidos recuperados nas manifestações de protesto posteriores ao seu assassinato - como denúncia, igualmente silenciada: “Vocês estão me sufocando/matando”. Esses silenciamentos se constroem a partir das formações imaginárias por meio das quais se representam, no discurso, os papéis sociais dos policiais / capatazes / capitães do mato / escravizadores / senhores... brancos<sup>16</sup>.

Para observarmos esse sistema de silenciamento, retomemos a reflexão de Paul Gilroy ([1993] 2012) sobre a escravidão:

Os padrões extremos de comunicação definidos pela instituição da escravidão da *plantation* ordenam que reconheçamos as ramificações antidiscursivas e extralinguísticas do poder em ação na formação dos atos comunicativos. Afinal de contas, não pode haver nenhuma reciprocidade na *plantation* fora das possibilidades de rebelião e suicídio, fuga e luto silencioso, e certamente não há nenhuma unidade de discurso para mediar a razão comunicativa. Em muitos aspectos, os habitantes da *plantation* vivem de modo assíncrono. (GILROY, [1993] 2012, p. 129).

Essa “não-comunicação” própria da relação entre os habitantes da *plantation* ressoa nas falas de Floyd e dos policiais. De um ponto de vista informativo-comunicacional, não há comunicação ou manutenção do tópico conversacional na alternância de turnos de fala entre A e B, nas sequências discursivas observadas. No entanto, numa perspectiva discursiva, observa-se que essa “não-comunicação” é efeito do modo como se constroem as formações imaginárias das posições-sujeito ocupadas, nesse processo discursivo, por A e B. Afinal,

---

<sup>16</sup> O oficial J. Alexander Kueng é identificado como um sujeito negro. No entanto, abordamos os lugares sociais ocupados na prática discursiva em foco, de modo que não são os traços tidos como empíricos que interessariam, mas a formação imaginária construída a partir de sua posição como policial (agente do Estado; agente da branquitude). Compreender essa dinâmica nos ajuda a depreender a complexa rede interseccional que embasa e ao mesmo tempo constrói o racismo estrutural, tornando-o difícil de ser efetivamente apreendido a partir de uma perspectiva “pessoalista”, “empírica”.

a expressão “instrumento de comunicação” [conferida à língua] deve ser tomada em sentido figurado e não em sentido próprio, na medida em que esse “instrumento” permite, ao mesmo tempo, a comunicação e *não-comunicação*, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade, em razão do fato de não se estar tratando, *em primeira instância*, da *comunicação* de um sentido. (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 83).

Comunica-se essa divisão de classe/raça que irá projetar, na atualidade, a ausência de reciprocidade da *plantation*. No jogo de formações imaginárias que se constroem e se entrecruzam no “diálogo” entre George Floyd (A) e os oficiais de polícia (B), A não tem direito ou possibilidade de comunicar ou, caso comunique, não comunicará a “verdade”. Não tem direito ou possibilidade de realizar um pedido ou fazer uma denúncia, a não ser que essa denúncia seja “falsa”.

De certa forma, ao analisarmos a “questão implícita” trazida por Pêcheux ([1969] 2019) na reflexão sobre as formações imaginárias, que indaga quem seria George Floyd para falar com os policiais, os efeitos de sentido parecem nos conduzir a uma ausência. São falas esvaziadas; sons? Sim. Mas haveria sentido? Haveria um sujeito pleno, cuja fala merece ser “escutada”? Com outra nuance, isso também é pontuado por Césaire ([1955] 2010), ao tratar da questão colonial:

Nenhum contato humano, somente relações de dominação e de submissão que transforma o homem colonizador em vigilante, em suboficial, em feitor, em anteparo, e ao homem nativo em instrumento de produção.

Cabe-me agora levantar uma equação: colonização = coisificação (CÉSAIRE, [1955] 2010, p. 31).

*I can't breathe. Fine.* Como se não houvesse possibilidade para George Floyd enunciar nenhuma sentença que não exercesse apenas a “função fática” de que nos fala Jakobson, “típic[a] das aves falantes” (JAKOBSON, [1960] 2007, p. 127). Afinal, colonização também é igual efeito de animalização ou, ainda, efeito de despersonalização.

Na SD2, por exemplo, a interlocução entre Floyd e Lane não se realiza a partir da reciprocidade e alternância, compreendidas por Benveniste ([1958] 2005) a respeito da subjetividade na linguagem. De acordo com o teórico da enunciação, a linguagem é fundamental na constituição do falante como sujeito (*ego*), “unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas, que reúne, e que assegura a permanência da consciência” (BENVENISTE, [1958] 2005, p. 286). Apesar de adotarmos aqui uma perspectiva discursiva e materialista, a partir da qual o sujeito não é tomado como *ego* simplesmente, mas antes compreende a instância do inconsciente e da ideologia, compartilhamos com Benveniste a aferição de um caráter fundamental à língua (materialidade do discurso) no que tange ao processo de “interpelação do indivíduo em sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 2009; ALTHUSSER, [1970] 1996).

Para Benveniste, isso se organiza na língua a partir do “aparelho formal de enunciação”, de que fazem parte os pronomes pessoais e a concordância pessoal de verbos. Diz o autor, acerca das formas de primeira, segunda e terceira pessoa, que

Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que eu me torne *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu* (BENVENISTE, 2005 [1958], p. 286).

Na SD2, quando Floyd dirige-se a Lane (“I know I can’t breathe. I can’t breathe”), temos aí um *eu* [I] que pressupõe, para existir, a possibilidade de um *tu* [you], mas essa alternância é quebrada pela fala do policial, que fala de Floyd como *ele* [him] a um outro, presumido pelo uso do imperativo: “Get him on the ground”. Para Benveniste, essa terceira pessoa “*não* remete a nenhuma pessoa, porque se refere a um objeto colocado fora da alocação” (BENVENISTE, [1958] 2005, p.292); possui estatuto de “*não-pessoa*”.

Na SD2, Floyd repete que não pode/consegue respirar, mas acrescenta: *I know I can’t* [breathe]. Esse *saber sobre si* é justamente aquilo que é deixado de fora quando Floyd, que seria o *tu/você* (portanto 2ª pessoa do discurso) na relação com os policiais, é

colocado fora da alocação. No funcionamento imaginário, o que passa a funcionar é justamente *quem é ele para saber de si mesmo?*.

Essa, porém, não é a única forma de despersonalização de George Floyd encontrada nos registros do diálogo entre ele e os policiais que foram responsáveis pela sua morte. Observa-se, continuamente, uma não aceitação de sua palavra, uma dessemantização do seu dizer. Ora, se sujeito e sentido emergem concomitantemente, não atribuir sentido ao que é dito pelo outro é, de certa forma, também não atribuir a ele um papel de sujeito pleno.

#### 4

A possibilidade de deprender efeitos de sentido de uma espécie de “não semantização”/inclusão pelo fora, ou seja, de uma ausência de produção de significados validados na fala do colonizado/racializado que encontramos nas SD 1 a 3, analisadas até agora, é reforçada pela análise de outros trechos desse “diálogo” entre Floyd e os policiais.

Retomando a teoria de Benveniste a qual já fizemos referência, Orlandi e Guimarães ([1988] 2008) criticam sua noção de que há liberdade do produtor de um enunciado e a presumível transparência na relação entre linguagem e sujeito (“eu” é aquele que diz “eu”), tomando-as como efeitos ideológicos<sup>17</sup>. Em diálogo com a teoria polifônica da enunciação (DUCROT, 1987), os autores atribuem outras funções enunciativas ao sujeito falante:

---

<sup>17</sup> Em Guimarães (2005; 2018), temos a formulação de uma Semântica da Enunciação que funciona a partir de um deslocamento conseqüente em relação às teorias de Benveniste e de Ducrot. Guimarães (2005; 2018) destrói o corolário do sujeito da enunciação como dono de seu dizer e, ao ressignificar a noção de “agenciamento enunciativo” (Deleuze e Guattari, [1980] 2011), torna a enunciação um processo incontornavelmente político. Utilizamos aqui esse trabalho de Guimarães e Orlandi ([1988] 2008) em função do modo particular como a noção de autoria é trabalhada e que nos é útil para compreender o processo discursivo em questão. Na sequência, utilizaremos os termos *locutários* e *alocutários*, tal como conceituados em Guimarães (2018).

locutor, enunciador e autor. Onde o locutor é aquele que se representa como “eu” no discurso, o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói, e o autor é a função social que esse “eu” assume enquanto produtor da linguagem (ORLANDI, GUIMARÃES, [1988] 2008, p. 61).

Se, do ponto de vista da relação entre alocutores e alocutários, vemos assegurada, em diversas das sequências discursivas recortadas, a alternância que confere as posições de *eu* e *tu/você* (à exceção de [SD2], já vista); a relação entre locutário / alocutário se dá polemicamente: enquanto locutário, o policial não compartilha aquilo que é referido pelo alocutário Floyd. Com isso, dá-se o efeito de dessemantização de sua fala.

As declarações de Floyd acerca de sua impossibilidade / incapacidade de respirar são continuamente ignoradas, como já vimos (SD 1, 2 e 3). Nas próximas sequências discursivas (SD 4, 5, 6 e 7), veremos que essa dessemantização da fala de Floyd engendra um discurso transversal no enunciado policial.

[SD4] Floyd: I can't breathe or nothing man. This cold blooded man. Ah - !  
Ah -Ah! Ah-Ah!  
Chauvin: You're doing a lot of talking, man.

[SD5] Floyd: can't breathe.  
Kueng: You're fine, you're talking fine.

[SD6] Lane: Your talken, deep breath.  
Floyd: I can't breathe. I can't breathe. Ah! I'll probably just die this way.

[SD-7] Floyd: ... I can't breathe officer.  
Chauvin: Then stop talking, stop yelling.  
Floyd: You're going to kill me, man.  
Chauvin: Then stop talking, stop yelling, it takes a heck of oxygen to talk.

Nas SDs, aquilo que Floyd está dizendo é desconsiderado em virtude do próprio ato de ele estar dizendo algo: *se você está falando [não importa sobre o que/para quem/de quem] então você deveria se calar*. Quando Floyd diz que não está conseguindo / podendo respirar, isso é invalidado em virtude de ele estar falando,

produzindo uma fala, tendo a ação de falar. Essa relação de consequência entre *estou falando* então *não deveria estar falando* se materializa nas sequências pela repetição do advérbio *then*, que produz uma relação de causa e consequência a partir dos enunciados policiais: *se você está falando, então cale-se*. No entanto, Floyd não diz *I'm talking*, ele diz *I can't breathe*. Assim, a paráfrase das falas policiais seria: *se você não está respirando, então cale-se > quem não consegue respirar, deve se calar*. Além disso, *cale-se* se articula como resposta de *vocês vão me matar*. E, assim, temos que: *se você quer a gente não te mate, então se cale*. Por todas essas vias, o silêncio é a única opção que os policiais fornecem a Floyd.

As sequências discursivas analisadas até aqui sintagmatizam um discurso transverso (PÊCHEUX, [1975] 2009) sustentado em um efeito de sinonímia entre *talk, speak, say, tell*, e *breathe*. É um funcionamento regular nesse acontecimento, que se repete na SD-7 de maneira particular.

[SD-7] Floyd: I'm through, through. I'm claustrophobic. My stomach hurts. My neck hurts. Everything hurts. I need some water or something, please. Please ? I can't breathe officer.

Chauvin: Then stop talking, stop yelling.

Floyd: You're going to kill me, man.

Chauvin: Then stop talking, stop yelling, it takes a heck of oxygen to talk.

Na primeira intervenção de Floyd na SD-7, *I can't breathe* produz um efeito de condensação que é determinado pelo que é dito antes, mas solenemente ignorado pelos policiais: *"já deu, porque eu sou claustrofóbico, então, nessa situação, meu estômago e meu pescoço doem, tudo dói, então eu poderia melhorar se bebesse um pouco de água"* está contido em *"eu não consigo respirar"* pela relação de contiguidade entre os termos. Quando o policial responde: *"se X"* - em que X é tudo o que foi dito anteriormente, *"então Y"* - em que Y é deixar de falar/gritar, o efeito produzido pela relação anafórica estabelecida pelo *"então"* é o de que bastaria George Floyd parar de falar/gritar, que ele deixaria de ser claustrofóbico, o estômago e o pescoço deixariam de doer, ele não precisaria mais de água e, por

fim, conseguiria respirar. No entanto, o efeito de sinonímia que comparece igualando *speak/talk* e *breathe* se dá na articulação de um pré-construído que remonta, como veremos na próxima seção, aos *porões da Linguística*.

Para Pêcheux ([1975] 2009, p. 102), “por oposição ao funcionamento do pré-construído - que dá seu objeto ao pensamento sob a modalidade da exterioridade e da pré-existência -, a articulação de asserções, que se apoia sobre o que é conhecido como “processo de sustentação”, constitui uma espécie de *retorno de saber no pensamento*. Modo de funcionar do interdiscurso, Pêcheux ([1975] 2009, p. 151) caracteriza o “pré-construído” como correspondente ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”). Os elementos pré-construídos fornecem então “a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 154). Esses elementos, por sua vez, são atravessados e postos em conexão pelo que Pêcheux ([1975] 2009) chamou de discurso-transverso. É ao simular o “interdiscurso” no “intradiscurso” que a forma-sujeito pode se realizar incorporando/dissimulando esses elementos.

O pré-construído que funciona na fala dos policiais é a afirmação de que a fala é *expressão do pensamento*, o que recorta algo da Gramática de Port-Royal, mas também, de modo descontínuo, daquilo que funda o próprio Ocidente. Se *penso, logo existo* e *se falo, logo penso*, então, pela transversalidade do eixo paradigmático: *se falo, logo existo*.

É esse funcionamento de articulação em discurso transverso que comparece nas sequências. Ao produzir uma variação na cadeia sintagmática, por meio da articulação transversal dos verbos *talk / speak / say / tell -- yell / shout / scream*, essa variação produz um efeito de condicionamento entre a possibilidade de *falar* e a possibilidade de *respirar*. Por isso, se Floyd *ainda* fala/grita, é porque *ainda* pensa; se ainda pensa, logo, pode obedecer às ordens policiais independente do que a constrição de ar lhe cause. Afinal,

mesmo utilizando uma técnica de sufocamento, os policiais negam que Floyd esteja sem ar.

O epíteto *penso, logo existo* funciona apenas transversalmente para o subalterno. Para o subalterno, trata-se de *existo, logo obedeco*. A racionalidade exigida é justamente a de permanecer em silêncio e a de obedecer às ordens policiais. Quando Floyd afirma, na SD-7, que os policiais vão matá-lo, a resposta é *than stop talking/yelling* - “se você quer viver, permaneça em silêncio”.

George Floyd é assassinado não apenas porque lhe faltou ar, mas porque falava e, assim, *expressava* uma função cognitiva - o pensamento - que não é, no projeto colonial, atribuída ao subalterno. *Pode o subalterno falar?*, insiste a pergunta de Spivak ([1988] 2010). Nesse caso, a polícia responde que sim, sob pena de morte, e então a afirmação funciona como negação. A partir disso, passamos a nos perguntar sobre a implicação das Ciências da Linguagem no engendramento de um necrodiscurso que articula fala/raciocínio enquanto condicionante mesmo do humano.

## 5

Pessoas sem significado, falas sem significação. Esse binômio parece regular as relações necropolíticas que vimos observando. Vimos, até aqui, como essa relação produz efeitos nas sequências discursivas recortadas a partir das transcrições de gravações da “interação” entre George Floyd e os policiais. Poderíamos observar, ainda, como elas se reproduzem em outras “interações” entre agentes do Estado e pessoas racializadas.

De acordo com a Análise de Discurso, porém, compreende-se que, se estão preservadas as mesmas condições de produção, encontraremos regularidades no discurso produzido. Tais condições envolvem não apenas os protagonistas do discurso (PÊCHEUX, [1969] 2019), no caso: um sujeito racializado, negro, e um sujeito pretensamente não racializado, branco, em situações de poder nas quais o primeiro é subalternizado e o segundo validado

institucionalmente. Envolve também o todo complexo das formações discursivas (o interdiscurso).

A colonialidade é tomada como uma “lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 36); ou seja, podemos compreendê-la como um conjunto de práticas e formações discursivas que se mantêm como um “sempre-já-lá” que podemos remeter continuamente à colonização. De acordo com Quijano (2009), ela é

um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal (QUIJANO, 2009, p. 73).

Dessa forma, trata-se de um dos elementos das condições de produção de uma série de práticas discursivas, um elemento hegemônico (sobredeterminante, diríamos até) dentro da produção discursiva na modernidade colonial/capitalista. Acreditamos, assim, que não seja necessário analisar uma série de interações entre agentes do Estado e pessoas racializadas para darmos conta do funcionamento *necropolítico* no discurso, funcionamento que distingue pessoas e não-pessoas, sujeitos plenos e sujeitos em falta (de pensamento, raciocínio, obediência), um “nós” e um grupo dos “condenados da terra”<sup>18</sup>.

No entanto, chama a nossa atenção que essa mesma organização dicotômica possa ser observada nas bases dos estudos linguísticos, essa ciência valorosa e democrática, bastião da modernidade no século XX, ciência-piloto entre as humanidades. Chama-nos a atenção, mas não nos surpreende:

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se poder dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdade não podem ser dissociadas do poder

---

<sup>18</sup> FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, [1961] 2005.

e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdade, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam (FOUCAULT, [1977] 2012, p. 224).

Se assim é e se o colonialismo é condição de produção necessária do capitalismo, assim como a racialização não deve ser separada das relações de classe e gênero em análises de viés interseccional; e se as democracias liberais demandam esse duplo do “‘resto’ colonial” como forma de manutenção do poder, o abuso de poder como estamento da preservação dos direitos (MBEMBE, 2020b) - se assim é, encontraremos a “classificação social” (QUIJANO, 2009) que possibilita e é produzida pelo colonialismo também nas formulações dos teóricos dos estudos da linguagem, dentro de condições de produção semelhantes.

Aquilo que se sucede ao longo século XVI, nas Américas, será fundamental para o que Auroux ([1992] 2009) chama de “revolução tecnológica da gramatização”, ainda que o autor não reconheça a centralidade da expansão política e econômica da Europa sobre os territórios colonizados como determinante (cf. MACHADO; SILVA, 2021). Além disso, de acordo com Dussel (1994), a construção desse outro subalternizado, necessária à implementação da colonização, é condição de produção do pensamento cartesiano e também de uma concepção de ciência (objetiva, racional, universal) que será característica da modernidade. Para o autor, para ser possível produzir *ego cogito* cartesiano, no *Discurso do método* (DESCARTES, [1636] 2009), foram necessários o *ego conquiro* (“eu conquisto”) da colonização espanhola e portuguesa das Américas e o *ego extermino* (“eu extermino”) fundador dos Estados nacionais europeus (vide a expulsão dos mouros de Portugal e Espanha) e do genocídio de indígenas americanos, bem como africanos (DUSSEL, 1994, p. 53).

Esse *ego extermino* seria, de modo análogo, aquilo que Mbembe (2020b) chama de *necropolítica*; esse espaço do extermínio e do arbítrio como outro fundamental para o desenvolvimento econômico das metrópoles e, posteriormente, das democracias

liberais: “o mundo colonial não era a antítese da ordem democrática. Ele sempre foi seu duplo, ou melhor, sua face noturna. [...] A democracia carrega a colônia em seu seio” (MBEMBE, 2020b, p. 53). Da mesma forma, esse *ego* (do *ego conquiro*, *ego extermino*, *ego cogito*) precisa, constitutivamente, do seu outro, afinal “nosso ego sempre foi constituído por oposição ao outro: um negro, um judeu, um árabe, um estrangeiro que inferiorizamos” (MBEMBE, 2020b, p. 58).

Esse *ego* seria capaz de produzir o conhecimento verdadeiro e universal, a partir do momento em que se constitui como o neutro e objetivo, pela cisão entre mente e corpo. Isso se constrói pela corporalização do outro: hipersexualizado, violento, primitivo, ignorante do indígena e do escravizado africano. Da mesma maneira que a colônia é o duplo fundamental para a constituição da metrópole e da democracia, “[n]o mundo conceitual *branco*, o *sujeito negro* é identificado como o *objeto ‘ruim’*, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu” (KILOMBA, 2019, p. 37).

Retomando as ideias de Dussel, Grosfoguel (2016) enfatizará a importância do solipsismo, o monólogo interior (mental) do sujeito cartesiano, para a construção da ideia de uma produção do conhecimento com garantias de verdade. Sem ele, “o ‘Eu’ estaria situado nas relações sociais particulares, em contextos históricos e sociais concretos” (GROSFOGUEL, 2016, p. 29). Trata-se, portanto, de uma epistemologia que se baseia na dotação específica, constitutiva, transcendente de um “Eu” (*ego*) que se dá a partir da divisão sujeito (do conhecimento) - objeto (conhecido), que recobre a divisão mente - corpo. É um “Eu” que se configura a partir da exclusão de um outro, sem alma, sem racionalidade, passível de ser conquistado, exterminado e conhecido. E esse papel do outro será desempenhado pelo primitivo, pagão, selvagem, em suma, pelo colonizado racializado e corporalizado<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Essa compreensão do outro se dá por uma foco em sua corporalidade, de modo a subtrair ao máximo aquilo que possui de transcendente (a alma, o universal, a

Dessa maneira, Maldonado-Torres (2007, p. 144) atenta para o fato de que, no *cogito, ergo sum* (“eu penso, logo sou”), “por baixo do ‘eu penso’ poderíamos ler ‘outros não pensam’, e no interior do ‘sou’ podemos situar a justificação filosófica para a ideia de que ‘outros não são’ ou estão desprovidos de ser”<sup>20</sup> (tradução nossa).

A linguagem ocupa um lugar central nessa concepção. Na quinta parte do *Discurso do método*, Descartes ([1636] 2014) irá se ocupar da descrição da matéria (dos corpos extensionais). Em sua concepção, o corpo é uma espécie de autômato, que apresenta similaridades entre aqueles dotados de razão, logo, de alma, e os animais. Através de uma descrição anatômica e fisiológica do corpo, Descartes busca demonstrar que “os animais sem razão a nós se assemelham sem que por isso [eu] encontrasse nenhuma das [funções] que, dependentes do pensamento, são as únicas que nos pertencem enquanto homens” (DESCARTES, [1636] 2014, p. 81).

O primeiro elemento que serve a distinguir os homens dos animais, comprovando a existência de “uma alma racional” dada por Deus aos primeiros, reside justamente na propriedade da linguagem. Os animais

nunca poderiam servir-se de palavras nem de outros sinais, combinando-os como fazemos para declarar aos outros nossos pensamentos. Pois pode-se conceber que uma máquina seja feita de tal modo que profira palavras, e até profira algumas a propósito das ações corporais que causem alguma mudança em seus órgãos [...], mas não é possível conceber que as combine de outro modo para responder ao sentido de tudo quanto dissermos em sua presença, como os homens mais embrutecidos podem fazer (DESCARTES, [1636] 2014, p. 95).

Descartes salienta a diferença entre a produção de sons articulados e a produção de linguagem, distinguindo, portanto,

---

razão). Nesse sentido, mulheres, homossexuais e transexuais, assim como pessoas racializadas, serão tanto mais corporalizados quanto mais se faz necessário sua submissão para o exercício do poder.

<sup>20</sup> No original: “Debajo del ‘yo pienso’ podríamos leer ‘otros no piensan’, y en el interior de ‘soy’ podemos ubicar la justificación filosófica para la idea de que ‘otros no son’ o están desprovidos de ser” (MALDONADO-TORRES, 2007, p.144)

uma capacidade humana baseada na faculdade da razão de uma capacidade encontrada em aves como os papagaios (DESCARTES, [1636] 2014, p. 96), grupo específico cujas frases são tomadas por Jakobson como predominantemente fáticas (cf. *supra*). Para o filósofo, no entanto, “basta muito pouca razão para saber falar” (DESCARTES, [1636] 2014, p. 97); o que de fato diferenciaria a fala pouco racional e a fala racional, ou ainda a produção de sons articulados e a produção de linguagem repousa na produção do sentido, na relação que se estabelece com o pensamento. É justamente nesse ponto que incidem nossas análises das falas que antecederam o assassinato de Floyd Floyd, e tantas outras pessoas negras e racializadas, é assassinado por um discurso (uma prática) que o significa enquanto corpo que abriga um pensamento truncado porque sua fala é lida enquanto quebrada - black and broken english, mas também *pretuguês*<sup>21</sup>.

Em *Princípios da filosofia*, essa relação entre pensamento e linguagem é explicitada de forma mais objetiva. Nele, o autor afirma que “as palavras proferidas oralmente ou escritas fazem com que a alma conceba tudo o que elas significam” (DESCARTES, [1644] 1995, p. 270). Com isso, observa-se sua importância para o método solipsista que possibilita o exercício da razão e o desenvolvimento científico. Já em *As paixões da alma* ([1649] 1983), afirma que

ao falar, pensamos apenas no sentido do que queremos dizer, isto faz com que mexamos a língua e os lábios rapidamente e muito melhor do que se pensássemos em mexê-los de todas as formas necessárias para proferir as mesmas palavras, dado que o hábito que adquirimos de aprender a falar fez com que juntássemos a ação da alma, que, por intermédio da glândula<sup>22</sup>, pode mover a língua e os lábios, mais com a significação das palavras que resultam desses movimentos do que com os próprios movimentos (DESCARTES, [1649] 1983, p. 244).

---

<sup>21</sup> Gonzalez ([1984] 2018).

<sup>22</sup> Descartes defendia que a glândula pineal é a sede da alma, aquilo que promove a relação entre o corpo e a alma racional.

A significação e a racionalidade são, dessa maneira, centrais para caracterizar a linguagem em oposição à mecânica produção de sons, realizada por animais. Se a colonização se baseava em um critério de classificação social que desumanizava determinados grupos em proveito do colonizador europeu, também as línguas desses grupos precisam ser mais próximas da “comunicação animal” do que as assim chamadas línguas de cultura. É isso que as Ciências da Linguagem, de diferentes maneiras, têm garantido.

Em 1684, o jesuíta Antônio de Araújo, em *Catecismo brasileiro*, falava sobre a necessidade de aprender a gramática e o léxico das línguas indígenas. No trecho abaixo, observamos que, ainda que se considere a existência da alma nos indígenas, não há racionalidade suficiente para que se dê um encontro com *Deus* a partir do diálogo interno e do desenvolvimento da religião. Diz o autor que

como a noticia dos altissimos mysterios da Feê (taõ importante pera a saluação) não tenha entrada no interior da alma, saluo pella porta do ouuido. *Fides exauditu*, e o que por esta a mete dentro, he a palaura do filho de Deos. *Auditus autem per verbum Dei*: Quem duuida que a communicação desta diuina palaura se ha de fazer por meyo da lingoa daquelle, a quem pretendemos reduzir (ARAÚJO [1684], *apud* ROSA, 2013, p. 50).

As línguas dos povos colonizados não indicavam a plena capacidade da razão, pelo contrário: apenas através de seu uso pelos europeus, a partir do conhecimento desses, os indígenas e africanos escravizados seriam capazes de conhecer Deus, uma vez que a partir de si mesmos isso não se daria. Gândavo, em 1576, anotara que a língua indígena usada na costa da América Portuguesa “carece de três letras, convém a saber, não se acha nela, *f*, nem *l*, nem *r*, coisa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei. E desta maneira vivem desordenadamente sem terem além disto conta, nem peso, nem medido” (GÂNDAVO, [1576] 2020, p. 134-135) - em suma, sem razão.

Nos antecedentes do desenvolvimento dos estudos modernos da linguagem, encontramos essa divisão entre a produção mecânica do som e a produção de linguagem em sua relação com o pensamento.

Essa distinção se coloca como um “pré-construído”, um já-dito, que respalda as práticas necropolíticas do racismo. Quando falar é sinônimo de respirar e a fala de Floyd não é considerada como significando algo válido racionalmente, recupera-se essa memória diretamente dos porões dos estudos da linguagem.

No entanto, talvez ainda estejamos longe demais no tempo para dizermos que esse discurso ainda produza sentidos atualmente... Infelizmente não é o que acontece, mas sigamos por partes. Estávamos em Descartes, passemos à *Gramática de Port-Royal*. Essa gramática foi um empreendimento bem sucedido de transpor as reflexões do racionalismo cartesiano para o estudo das línguas. Baseava-se, então, na premissa de que se poderiam encontrar os princípios básicos da linguagem mental, mecanismo funcional da razão, na linguagem verbal. No entanto, concretamente, isso se dá pela comparação das “principais línguas” (ARNAULD, LANCELOT, [1660] 2001, p. 12): o latim e as línguas latinas (especialmente o francês e o espanhol), o grego e o hebraico. O critério de definição dessas línguas não é apenas de natureza política e econômica, mas também filosófica (o grego) e teológica (o hebraico).

É comum talvez a todos os racionalistas a ideia de que uma estrutura universal do pensamento seria propriedade de toda a humanidade, ou pelo menos do homem civilizado. Essa estrutura seria basicamente independente de qualquer língua particular e, por isso mesmo, capaz de ser expressa por uma língua universal [a linguagem da mente] (ROBBINS, [1979] 1983, p. 92).

Impulsiona-a, assim como aos demais empreendimentos de gramáticas racionais e gerais, o universalismo europeu nascente; na base do desenvolvimento do “privilegio epistêmico de definir o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais” (GROSGOUEL, 2016, p. 25) e que tem, como contrapartida, o racismo e o sexismo epistêmicos.

Os gramáticos de Port-Royal reforçam essa divisão entre o aspecto material extensional das línguas, seu corpo, e seu aspecto

imaterial, espiritual e transcendente<sup>23</sup>. Redobra-se, assim, no plano teórico e filosófico, aquilo que constitui o princípio da classificação social encontrada na base mesma da produção da gramatização das línguas de ameríndios e africanos, da invasão e catequização coloniais. Dizem Arnauld e Lancelot:

Até aqui consideramos na palavra apenas aquilo que ela tem de material e que é comum, pelo menos em relação ao som, aos homens e aos animais. Resta-nos examinar aquilo que ela tem de espiritual, que a torna uma das maiores vantagens que o homem tem sobre todos os outros animais e que é uma das grandes provas da razão: é o uso que dela fazemos para expressar nossos pensamentos (ARNAULD, LANCELOT, [1660] 2001, p. 29).

De um lado, a forma, a produção do som; de outro, sua significação, sua essência imutável. Por isso, após algumas páginas destinadas ao estudo das letras e dos caracteres da escrita (ainda não há uma distinção clara entre fonemas e letras), os gramáticos de Port-Royal passam a se dedicar à relação entre o que se passa no “espírito” e os fundamentos da gramática. Baseiam-se, para tanto, em três operações racionais e seus correlativos elementos na linguagem: conceber / nome; julgar / cópula; raciocinar / silogismo.

Mais uma vez os critérios de compreensão daquilo que se constitui como “principal” na linguagem, base de sua universalidade, é marcado sócio-historicamente dentro dos limites de uma tradição ocidental. Concepção, julgamento e raciocínio, ao modo como são abordados por Arnauld e Lancelot, são traços característicos de uma tradição de pensamento que toma como discurso fundador (ORLANDI, 1993) a filosofia grega, que por sua vez se constrói na distinção entre gregos e bárbaros. Isso se reforça pelo que acontece concomitantemente no plano sócio-político, quando se afirma a ausência de pensamento abstrato, religião racional e mesmo de história entre os povos colonizados.

---

<sup>23</sup> “[P]ode-se considerar duas coisas nesses signos. A primeira: o que são por sua própria natureza, isto é, como sons e caracteres. A segunda: sua significação, isto é, o modo pelo qual os homens deles se servem para expressar seus pensamentos” (ARNAULD, LANCELOT, [1660] 2001, p. 3).

No século XX, os modelos gramaticais racionalistas e gerais foram retomados pelo estadunidense Noam Chomsky ([1966] 1972), dentro do empreendimento gerativo. Para ele,

os gramáticos universais dos séculos XVII e XVIII fizeram uma contribuição de permanente valor, pelo simples fato de terem estabelecido de maneira absolutamente clara o problema de mudar a orientação da linguística, fazendo-a deixar de ser “história natural” para se tornar “filosofia natural”, e por terem acentuado a importância da procura de princípios universais e de uma explicação racional do fato linguístico (CHOMSKY, [1966] 1972, p. 72-73).

Pêcheux e Gadet ([1977] 2011) compreendem no chomskismo, como herdeiro da tendência logicista dos estudos da linguagem, uma forma de “denegação da política”, cuja filosofia espontânea ou seu nó oculto encontra-se justamente “nas evidências jurídicas, morais e tecnológicas do *humanismo burguês clássico*” (PÊCHEUX, GADET, [1977] 2011, p. 304). Dessa forma, a colonialidade mantém-se como o não-dito de sua teoria, mantendo a construção de um referente humano a-histórico que funciona idealmente. Não à toa, Chomsky retoma o solipsismo (a intuição) como método de apreensão das leis da língua.

Sintomaticamente, essa concepção se vê atrelada a uma onda de gramatização de línguas indígenas no século XX, entre os missionários do *Summer Institute of Linguistics* (SIL). De acordo com Eni Orlandi (2002), trata-se de uma organização científico-religiosa, que contribuiu, ao longo de sua instalação em diversos países da América Latina, para a expansão das áreas de exploração capitalista estadunidenses. Ademais, justificam-se seus esforços na preservação de línguas indígenas do Brasil como um conjunto de gramática e léxico, no qual a discursividade e a historicidade não se revelam importantes. Pelo contrário, há ainda o mesmo propósito salvacionista (e genocida) que encontramos nos jesuítas do século XIX: “Nós só levamos a palavra de Deus. Se eles (índios) se desestruturaram, é obra de Deus. Nós não transformamos nada. Só Deus tem essa capacidade” (ORLANDI, 2002, p. 78).

Ao passo que as pessoas indígenas constantemente estejam em gestos de resistência, essas línguas são constantemente impedidas de produzir sentidos que são próprios aos seus povos e acabam muitas vezes reduzidas a um conjunto de diretrizes formais que servirão à “comunicação desta diuina alaura” “pella porta do ouuido” (cf. ARAÚJO [1684], *supra*).

De outro lado, mas na mesma direção, o presidente da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2019, declarou, acerca da extinção de diversas línguas indígenas, que “em vez de procurar quem é culpado pela extinção dessas línguas, o mundo deve se concentrar no que precisa ser feito para garantir a sua sobrevivência” (ONU, 2019). Haveria línguas sem seus falantes? Haveria a possibilidade de preservar as línguas sem o compromisso com a vida de seus falantes e a preservação da integridade cultural e histórica de seus povos? Afinal, como afirmou o presidente da Assembleia Geral, “*nestas línguas, existem ideias científicas, conselhos de sabedoria e práticas comunitárias*” (ONU, 2019; grifo nosso).

Há uma contradição que se estabelece, no âmago dessas reflexões sobre a linguagem, contradição essa que continua produzindo sentidos que se desdobram nas abordagens policiais racistas, como aquela que vimos com George Floyd, e nas abordagens igualmente racistas de missionários e linguistas. Há toda uma dinâmica que se organiza em torno do falar e do respirar, contemplada pela *necropolítica*.

As duas ações se valem de um mesmo conjunto de órgãos do corpo, tomados diferentemente de acordo com a função exercida. As duas ações não dizem respeito à vida da mesma maneira. Por um lado, respirar e falar se equivalem, quando a fala não importa, quando não importa quem fala (o suspeito *a priori*, o selvagem, o primitivo). Esse é um dos movimentos possíveis da classificação hierarquizada promovida pela racialização colonial: aqueles que são tomados como corpos (docilizados, escravizados, passíveis de genocídio) produzem falas cujos sentidos são constantemente bloqueados pelas tentativas de interdição, e que significam como

validação de um comportamento mecânico, igual entre humanos e animais. Por outro lado, as línguas produziram sentido, independente de corpos e comunidades que as usem, elas existiriam sem a respiração... Afirmam que é possível preservar uma língua, quando se preservam suas gramáticas e léxicos, sem preservar as sociedades que as falam, bem como as religiões que nelas se praticam. Trata-se, em suma, para o “colonizado”, de escolher, numa lógica disjuntiva necropolítica: respirar ou falar; calar ou morrer.

## 6

O ar. Condição material da fala e da respiração. Aquilo que possibilita que os estudos da linguagem toquem a necropolítica, e vice-versa. Ar também é o meio fundamental no qual se dão todas as trocas e interações, em nosso planeta (é o que nos diz a física). Ar: condição aparentemente universal do humano, também um “bem” regulado pelos critérios de desigualdade de distribuição dos meios de vida na modernidade colonial/capitalista.

Como vimos também, o ar é objeto de uma série de mitos que refletem acerca da vida e sua possibilidade de existência. No meio dessa série, evocamos *Òrìṣànlá*, o grande orixá que veste branco, na tradição iorubana do Brasil. Senhor da vida, é ele quem recebe o *emí*, condição das vidas. Seu filho, *Omolu*, o senhor da terra, realiza essa coleta: toma entre as mãos o *emí*, extinguindo a vida nas pessoas, depois devolvendo-o ao pai. No entanto, esse sopro vital não se fica em um reservatório, intocável aos humanos, em outro plano do *Orun*. É aqui, entre nós, que ele circula livre. Recebe-o *Òrìṣànlá*, ele mesmo é *Òrìṣànlá*.

Daí que digamos, a partir disso, que a vida de George Floyd e inumeráveis outros, a vida, esse sopro, essa centelha, continue aqui, e possa animar a combustão do fogo da revolta. Daí que também afirmemos que, discursivamente, um discurso não é interrompido, não deixa de produzir sentido. Do discurso não se faz, tão simplesmente, silêncio: “a força corrosiva do silêncio que faz

significar em outros lugares o que não ‘vinga’ em um lugar determinado. O sentido não pára; ele muda de caminho” (ORLANDI, [1992] 2007, p.13).

*I can't breathe*, ao ser interrompido como enunciado que faz sentido pelos policiais, desliza por outros sentidos. O enunciado torna-se coletivo (*I* passa a designar muitos), torna-se a fala que pega nas manifestações políticas e pluricêntricas que sucedem ao assassinato de Floyd, continua produzindo sentidos. Desliza. Continua. Significa.

Esse ar negado, ar rarefeito que saiu da boca de George Floyd, circula entre nós, junta-se ao fôlego de outras tantas vozes. A necropolítica, com toda a sua tecnologia voltada aos corpos, deixa uma brecha - “não existe ritual sem falha”, garante a Análise de Discurso - para que se mantenha viva a memória, a vida, a luta, o próprio ar que ela nega.

No momento em que terminamos esse texto, o Brasil atinge a tenebrosa marca de 640.000 pessoas mortas pela Covid-19; 640.000 pessoas para quem *faltou ar* - em decorrência do vírus, sim, mas sobretudo em função da política genocida e racista engendrada pelo Estado brasileiro que tem escolhido matar corpos pobres, pretos, periféricos.

Dedicamos esse texto às famílias dos seiscentos e quarenta mil brasileiros que morreram asfixiados. Dedicamos esse texto às famílias das milhares de pessoas que, nesse punhado de terra que chamamos *continente americano*, foram e continuam sendo assassinadas pelas necropolíticas eugenistas que encontram combustível nos porões da Linguística.

*Nosso nome é Legião, porque somos muitos...*

## Referências

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação). In: ŽIŽEK, S. (org.). *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [1970], p.105-142.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. Trad. Bruno F. Bassetto e Henrique Graciano Murachco. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1660].

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1992].

BENVENISTE, É. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005 [1958], p.284-293.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Anísio G. Homem. Porto Alegre: Letras Contemporâneas, 2010 [1955].

CHOMSKY, N. *Linguística cartesiana: um capítulo da história do pensamento racionalista*. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EdUSP, 1972 [1966].

DAMATTA, R. *Você sabe com quem está falando?: estudos sobre o autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

DELEUZE, G. *Foucault*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins et al. São Paulo: Brasiliense, 2005 [1986].

DELEUZE, G. GUATTARI. *Mil platôs volume 1: Capitalismo e Esquizofrenia 2*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2011.

DESCARTES, R. As paixões da alma. In: DESCARTES, R. *Os Pensadores*. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Jr. São Paulo: Abril Cultural, 1987 [1649], p.225-304.

DESCARTES, R. *Princípios da filosofia*. Trad. João Gama. Lisboa: Edições 70, 1995 [1644].

DESCARTES, R. *Discurso do método*. Trad. Maria E. A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2014 [1637].

- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Rev. da tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- DUCROT, O. Escalas argumentativas. In: DUCROT, O. *Provar e dizer*. São Paulo: Global, 1981 [1973].
- DUSSEL, E. *1492: El encubrimiento del Otro*. Hacia el origen del “mito de la Modernidad”. La Paz: Plural Editores; UMSA, 1994.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005 [1961].
- FLAUZINA, A. L. P. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- FOUCAULT, M. *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006 [1973-1974].
- FOUCAULT, M. Poder e saber. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*, v. IV: estratégia, poder-saber. Org. Manoel Barros da Motta; trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012 [1977], p.199-217.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames [1977]. *Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- GÂNDAVO, P.M. *História da província Santa Cruz*. Org. Ricardo M. Valle. 2. ed. São Paulo: hedra, 2020 [1576].
- GILROY, P. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012 [1993].
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018 [1980], p.190-214.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, E. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas: Pontes Editores, 2018.

GROSGUÉL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

HALL, S. O ocidente e o resto: discurso e poder. *Projeto História*, São Paulo, n.36, p.314-161, mai./ago. 2016 [1996].

JAUIN, R. *El etnocidio a través de las Américas*. México: Siglo XXI Editores, 1976.

JAKOBSON, R. Linguística e poética. In: JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. Trad. Izidoro Blinkstein e José Paulo Paes. 24. ed. São Paulo: Cultrix, 2007 [1960], p.118-162.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, A. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. In: LORDE, A. *Irmã outsider*. Trad Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020 [1977], p.51-55.

MACHADO, I.; SILVA, L.F.A. *Ferramentas linguísticas da modernidade colonial-capitalista*. 2021. (mimeo.)

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p.127-167.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, A. O direito universal à respiração. Trad. Ana Luiza Braga. *n-1 edições - Pandemia crítica*, 2020a. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/53>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MBEMBE, A. *Políticas da inimizade*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2020b.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2016 [1977].

ONU marca fim do Ano Internacional das Línguas Indígenas. *ONU News*, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/12/1698211#:~:text=BR&text=Presidente%20da%20Assembleia%20Geral%20disse,desaparece%20a%20cada%20duas%20semanas>. Acesso em: 14 jun. 2021.

ORLANDI, E. Segmentar ou recortar? *Linguística: questões e controvérsias. Série Estudos 10*. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

ORLANDI, E. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993, p.11-25.

ORLANDI, E. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007 [1992].

ORLANDI, E. Nem escritor, nem sujeito: apenas autor. In: ORLANDI, E. *Discurso & Leitura*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008 [1987], p.75-83.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: ORLANDI, E. P. *Discurso & Leitura*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008 [1988], p.53-73.

PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. E. P. Orlandi. 5.ed. Campinas: Pontes, 2008 [1983].

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010 [1983], p.49-57.

PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*. Trad. Eni P. Orlandi e Grcieliy Costa. Campinas: Pontes, 2019 [1969].

PÊCHEUX, M.; GADET, F. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? In: ORLANDI, E.P. (org.). *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011 [1977], p.295-310.

QUIÑONEZ, Santiago Arboleda. Plan Colombia: descivilización, genocidio, etnocidio y destierro afrocolombiano. *Nómadas*, n. 45, p. 75-89, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, 2009, p.73-117.

ROBBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Trad. Luiz M. M. de Barros. 2.ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983 [1979].

ROSA, M. C. *Uma língua africana no Brasil colônia dos seiscentos: o quimbundo ou a língua de Angola na Arte de Pedro Dias, S.J.* Rio de Janeiro: 7letras, 2013.

ROSENBERG, S. P. "Genocide is a process, not an Event". *Genocide Studies and Prevention: an International Journal*. V 7, 2012.

SANTOS, C. F. *Genocídio Indígena no Brasil – Uma Mudança de Paradigma*. Belo Horizonte, 2017.

SILVA, L.F.A. *O diabo da língua: discursos da possessão em religiões brasileiras*. 2019. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUZA, J. C. (org.). *Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TATZ, C. *With Intent to Destroy: Reflecting on Genocide*. Londres: Verso, 2003.

WOOLFORD, A. Ontological destruction: Genocide and canadian aboriginal peoples. *Genocide Studies and Prevention*, v. 4, n. 1, p. 81-97, 2009.



# LINGUA(GEM) E ENUNCIADO: UMA PROPOSTA VERBIVOCOVISUAL<sup>1</sup> DA/NA FILOSOFIA BAKHTINIANA

Luciane de Paula  
José Antonio Rodrigues Luciano

## Introdução

Um dos pontos centrais deste capítulo, que se propõe a pensar as noções de língua/linguagem e enunciado desenvolvidas na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (doravante *MFL*, 2017), é compreender como a proposta sociológica de Volóchinov (2017) se constitui como parte da construção de uma filosofia da linguagem e da significação em geral, conforme propõe Brandist (2002).

Ao procurar estabelecer uma periodização para as produções do Ao procurar estabelecer uma periodização para as produções do Círculo (sem, contudo, limites intransponíveis), o pesquisador britânico (BRANDIST, 2002) localiza o livro *MFL*, de Volóchinov, juntamente com os textos *Problemas da Obra de Dostoiévski (POD)*, de Bakhtin e *Método Formal nos Estudos Literários (MFEL)*, de Medviédev, em um momento no qual os trabalhos do, como designam Medviédev e Medviédeva (2014), “coletivo pensante”

---

<sup>1</sup> Apesar do termo “verbivocovisualidade” não ter sido usado pelo Círculo B. M. V. e ser extemporâneo aos seus estudos acerca de uma filosofia da linguagem, consideramos, como mostraremos, que as concepções de língua(gem) e enunciado existentes no *MFL* apresentam uma visão tridimensional que antecipa, germina e propõe uma visão ampla da linguagem em suas dimensões, potenciais ou concretas, a depender da configuração enunciativa e genérica, como estudam Paula (2017), Paula e Serni (2017), Paula e Luciano (2020a, 2020b, 2020c, 2020d), fundamentados nas obras do Círculo e em estudiosos contemporâneos que se voltam a materialidades multimodais, como Bubnova (2011, 2016), Haynes (2008), Stam (1989, 1992), Wall (2014, 2015), Zavala (1969, 2011), entre outros.

“B.M.V.” (a expressão “Círculo B.M.V.” foi cunhada por Vauthier (2010), para pensar a “auctoriedade” e o ato de “tornar-se autor” de maneira coletiva, sem se esquecer dos demais integrantes do Círculo e, ao mesmo tempo, dando relevo aos três membros mais traduzidos e estudados), “tratam da filosofia da linguagem e da significação em geral, com particular referência ao material literário” (p. 12, tradução nossa<sup>2</sup>).

O período compreendido entre os anos de 1927 e 1929 é o último de escrita coletiva, uma vez que, posteriormente, as reuniões foram interrompidas em virtude do aumento da perseguição e da morte de alguns membros. Este também é considerado por estudiosos da arqueologia do Círculo o mais maduro do grupo, com as três obras supracitadas formando as linhas mestras da formulação filosófica do Círculo<sup>3</sup>.

Nossa posição torna-se mais evidente nas palavras de Iúri Medviédev e Dária Medviédeva (2014), os quais, retomando dizeres de Bakhtin em cartas, afirmam que

Segundo Bakhtin, na base dos três livros – de Medviédev, de Volóchinov e dele mesmo sobre Dostoiévski - “estava o conceito geral da linguagem e da criação literária. [...] A presença de contato criativo e de colaboração não priva cada um desses livros da independência e da originalidade”. O conceito surgiu em Vítebsk, em conversas. Lá se manifestou com evidência aquele apoio dialógico que compartilhavam entre si os membros do “Círculo” e do qual, apesar da independência de raciocínio, todos eles precisavam. [...] (p. 39)

Assim, em *POD*, encontramos a formulação do método filosófico. Em *MFL*, a especificidade técnica da linguagem, no caso, a

---

<sup>2</sup> No original: “[Works] dealing with the philosophy of language and of signification in general, with particular reference to literary material.”

<sup>3</sup> Isso não significa, é claro, que o desenvolvimento e a delimitação conceituais tenham sido feitos exclusivamente por Bakhtin, Medviédev e Volóchinov. Ao contrário, a proposta filosófica do Círculo é fruto de intensa discussão e trabalho intelectual do grupo, que contou com a participação de filósofos, biólogos, musicistas, poetas, escultores, matemáticos, biólogos e físicos, entre os integrantes (BRANDIST, 2002; EMERSON, 2003; CLARK e HOLQUIST, 2008).

linguística. E, em *MFEL*, a poética como objeto metonímico para o estudo da linguagem<sup>4</sup>. Juntos, esses três textos formam a base para a filosofia da linguagem e da significação geral formulada pelo Círculo.

De acordo esse excerto, embora o projeto filosófico do “coletivo pensante” B.M.V. esteja consolidado na última fase, podemos observar a sua construção desde as primeiras discussões em Vítebsk, com trabalhos filosóficos iniciais, voltados para ética e estética. Contudo, é quando o Círculo se transfere para Leningrado, por volta de 1924, que a filosofia da linguagem emerge como fundamento central para o grupo na psicologia, na poética e na filosofia (BRANDIST, 2002), momento em que se desenvolveram os trabalhos mais significativos desses intelectuais em torno da linha de pesquisa voltada para a filosofia da linguagem e da significação em geral.

O desenvolvimento da filosofia da linguagem proposta pelo “coletivo pensante” B.M.V. tem, em sua base: 1) influências kantiana e neokantiana (esta, a partir da Escola de Marburgo, com Cohen e Cassirer); 2) o jogo ambivalente de busca de superação do materialismo histórico dialético (a sociologia marxista), do

---

<sup>4</sup> Conforme explicamos em outros trabalhos (PAULA e LUCIANO, 2020b; LUCIANO, 2021), a escolha do Círculo por se centrar, particularmente (mas não exclusivamente), na materialidade verbal acontece devido a: 1) a impossibilidade em se estudar, com acuidade teórico-metodológica, o fenômeno concreto da linguagem com toda a sua heterogeneidade e peculiaridades semióticas no processo de reflexo, refração e constituição do mundo – prova disso é que, simultaneamente, há outros membros (e mesmo Bakhtin, Medviédev e Volóchinov) se debruçando sobre a materialidade visual e sonora, de modo a contribuir para o entendimento da significação geral da linguagem. A título de ilustração, citamos os trabalhos de Sollertínski (2016), Volóchinov (2019) e Bakhtin (2011); 2) a condição da palavra, pois a literatura consistia no mundo “real” daquele momento da União Soviética. Em especial, o gênero romanesco, que tem como traço estilístico genérico o sujeito e sua palavra (BAKHTIN, 2015) e, conseqüentemente, abriga, em seu desenvolvimento histórico, a palavra viva em diferentes esferas da sociedade (BAKHTIN, 2016). O material verbal possui especificidades que o tornam central para a filosofia da linguagem bakhtiniana, como a pureza sígnica (ou a sua flexibilidade ideológica, a capacidade de estar em todas as instâncias da comunicação discursiva e de acompanhar outros signos) (VOLÓCHINOV, 2017).

formalismo russo e do idealismo alemão, em cena na União Soviética dos anos 20 e 30 (isso aparece, sobretudo, nos trabalhos de Nikolai Bukhárin, autor de forte influência na época e um dos principais nomes do Partido Comunista Soviético).

Para realizar essa superação, segundo nos aponta Brandist (2002), Bukhárin concebe a ideia de ideologia como determinados sistemas unificados de formas, pensamentos, regras, como, por exemplo, arte, ciência, jurídico, moral, o que converge para um conceito amplo de cultura, de base neokantista (vide, por exemplo, a noção de formas simbólicas, de Cassirer). Essa interpretação do marxismo propiciou a articulação com a sociologia clássica de fundamentos neokantianos, de maneira a ser base para o desenvolvimento de um diálogo entre o neokantismo (com a noção de cultura) e o materialismo histórico (com o conceito de ideologia). Por esse viés, entendemos a opção por uma perspectiva sociológica realizada pelo Círculo B.M.V na construção de sua filosofia da linguagem, posto que a sociologia era concebida como o fundamento sobre o qual marxismo e neokantismo tinham a possibilidade de articulação.

Tendo em vista essas questões, para refletirmos sobre a concepção de linguagem para o Círculo, traçamos um caminho na seara da filosofia da linguagem, não apenas pela expressão aparecer explicitamente no título da obra *MFL*, de Volóchinov, mas porque tal perspectiva constitui um dos vértices da construção do pensamento bakhtiniano, como expusemos, partindo das pesquisas de Medviédev e Medviédeva e também de Brandist<sup>5</sup>. A filosofia da linguagem constitui o método do Círculo, denominado metalinguística/translinguística.

---

<sup>5</sup> Brandist (2002, p. 15) ainda afirma que “O trabalho do Círculo de Bakhtin só pode ser entendido adequadamente se alguém tiver uma compreensão geral das tradições filosóficas com as quais se cruzou e das quais se desenvolveu” (Tradução nossa) [The work of the Bakhtin Circle can only be properly understood if one has a general understanding of the philosophical traditions with which it intersected and out of which it developed].

A propósito da metalinguística/translinguística, Bakhtin (2011, p. 400) direciona nosso entendimento do conceito para o aspecto filosófico nas análises do Círculo. Para o autor, a filosofia é compreendida e definida como a metalinguagem de todas as ciências e de todas as modalidades de conhecimento e consciência, ou seja, está situada na fronteira entre as disciplinas das ciências humanas. Isso nos fica claro ao pensar a própria questão da linguagem, posto que enquanto o enunciado pertence ao campo da ideologia, os gêneros estão localizados no campo da linguagem. Desse modo, então, de acordo com o estudioso russo, há “um campo limítrofe. Uma filosofia da linguagem” (BAKHTIN, 2016, p. 134) que fundamenta a proposta do Círculo. Afinal, com a noção de metalinguística/translinguística, chegamos ao método (dialético-dialógico), que possui, em sua natureza, caráter filosófico. Essa discussão pode ser sintetizada no seguinte excerto, que evidencia a filosofia como aspecto central da/na abordagem analítica dos intelectuais russos:

Cabe denominar *filosófica* a nossa análise antes de tudo por considerações de índole negativa: não é uma análise linguística, nem filológica, nem crítico-literária ou qualquer outra análise (investigação) especial. As considerações positivas são estas: nossa pesquisa transcorre em campos limítrofes, isto é, nas fronteiras de todas as referidas disciplinas, em seus cruzamentos e junção. (BAKHTIN, 2011, p. 307, grifos do autor)

Explicitadas as duas entradas – a existência de uma filosofia da linguagem e os parâmetros para o seu desenvolvimento – de nossa investigação, que pretende refletir sobre uma possibilidade de compreensão das noções de língua(gem) e enunciado como desenvolvidas no *MFL* e da produção do “coletivo pensante” “B.M.V.”, passamos à definição dos limites sobre os quais discorreremos nossas considerações. Para tal, tomamos o método dialético-dialógico, conforme denominam Paula L., Figueiredo e Paula S. (2011) acerca da proposta bakhtiniana, uma vez que nos voltamos para o movimento, o jogo, a interação ininterrupta que constitui a realidade social, sem solução (o centro nevrálgico se

encontra justamente na comunicação discursiva que altera os sujeitos – uns aos outros, considerando a diversidade de vozes e valores heterogêneos que compõem a plurissignificação constitutiva da língua(gem), especialmente ao pensarmos na relação do(s) outros(s)/alter para com o eu/idem, mas também vice-versa – sem, necessariamente, uma solução. A síntese, do ponto de vista filosófico, não possui a significação que circula no senso comum, de “resumo”, “solução”, “finalização”, “fechamento”. Ao contrário. A síntese instaura o diálogo ininterrupto e sem solução, num outro nível, dada a mútua alteração instaurada entre os sujeitos em interação.

O binômio dialética-dialógica se justifica porque, se, por um lado, o Círculo nega a dialética idealista hegeliana, por outro, instaurado no materialismo histórico dialético, como Marx, inverte a lógica hegeliana e traz para o mundo concreto/material a relação, o diálogo entre discursos e sujeitos (enunciados). Assim, a crítica à dialética como método idealista se desfaz pelo diálogo. Daí, o termo composto.

Como partimos da ideia bakhtiniana de que o enunciado é, ao mesmo tempo, elo na cadeia discursiva, concretizada de maneira singular, como ato-evento único de linguagem, retomaremos outros capítulos e noções, anteriores e posteriores, encontradas no *MFL*, bem como nos voltaremos a produções do Círculo (conforme temos feito até o momento), como método de estudo da arte que busca compreender a construção processual das noções por nós aqui estudadas (língua/gem e enunciado). A razão para isso ocorre por dois motivos: 1) esse movimento compõe a escrita e o método bakhtiniano, o que nos leva a pensar que a compreensão discursiva da proposta filosófica da linguagem do Círculo demande o estabelecimento da relação enunciativa de seus textos; e, 2) o capítulo do *MFL* voltado à língua(gem) e enunciado está, em especial, diretamente imbricado com o anterior e o posterior, uma vez que apresenta, de forma objetiva, as duas tendências do pensamento filosófico-linguístico submetidas à “análise crítica minuciosa” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 173).

A título de situar aqueles que por ventura desconhecem ou têm pouca familiaridade com a obra (*MFL*) de Volóchinov, situamos a estrutura em que se encontra o capítulo ao qual nos voltamos. O livro é dividido, além da Introdução, de um Anexo, do Plano de Trabalho de Volóchinov, um Ensaio Introdutório, um Glossário e uma sessão sobre o autor e outra sobre as tradutoras, por três partes: a primeira subdividida em três capítulos; a segunda, em quatro; e a terceira, em outras quatro.

O capítulo “Língua, linguagem e enunciado” é o segundo da segunda parte do *MFL*, intitulada “Os caminhos da filosofia da linguagem marxista”, que tem como objetivo discutir algumas abordagens feitas por outras tendências e definir o objeto da filosofia da linguagem marxista. Assim, o primeiro capítulo, “Duas tendências do pensamento filosófico-linguístico”, apresenta as principais correntes da época voltadas para a linguagem: o subjetivismo individualista (que tem como maior representante Wilhelm von Humboldt) e o objetivismo abstrato (que tem sua formulação teórica mais consistente em Saussure). Nos dois capítulos seguintes, o autor analisa criticamente as duas tendências - em “Língua, linguagem e enunciado”, o objetivismo abstrato; em “A interação discursiva”, o subjetivismo individualista - e expõe as premissas teóricas, consideradas por ele, “equivocadas” de cada uma (trataremos de algumas ao longo de nosso texto), para, em seguida, delimitar o objeto da filosofia da linguagem ao apresentar a importância do conjunto de sentido para a base da construção das formas de linguagem, no quarto capítulo, “Tema e significação na língua”.

Ao termos em mente a estrutura da obra, adentremos na discussão a que nos propomos: a relação entre as concepções de língua(gem) e enunciado, desenvolvidas no *MFL* (2017), na relação com outras obras de autores do Círculo, entendidas como germe de uma proposta verbivocovisual da/na filosofia bakhtiniana.

## A relação entre língua(gem) e enunciado

Segundo demonstramos em outro texto (PAULA e LUCIANO, 2020b), ao refletir sobre o problema da linguagem, o “coletivo pensante” “B.M.V.” transfere-o para o enunciado, pois o considera a unidade de expressão concreta da linguagem. Isso está explicitado, tanto pela segunda parte do *MFL* (a qual trataremos em seguida), quanto pelos termos utilizados nas obras pelos intelectuais russos para se referirem à linguagem. No decorrer da produção do Círculo, deparamo-nos com expressões como “texto” e “palavra”, comumente utilizados por Bakhtin; “material sógnico”, “signo” e “fenômeno ideológico”, presentes frequentemente nas obras de Volóchinov; “produto ideológico” e “criação ideológica”, recorrentes nos trabalhos de Medviédev<sup>6</sup>. Por conceberem tais termos na interação discursiva (no ato enunciativo), a sua (dos termos) utilização pelos autores ganha um aspecto comum: a linguagem, ao ser entendida no ato enunciativo na forma de gêneros, assume as peculiaridades do enunciado (por exemplo, o projeto de dizer do sujeito, a sua realização, a alternância de sujeitos que expressam vozes de grupos sociais, a presença de relações dialógicas etc).

A título de ilustração, vejamos os trechos a seguir:

. “Todos os produtos da criação ideológica – obras de arte, trabalhos científicos, símbolos e cerimônias religiosas etc – são objetos materiais e partes da realidade que circundam o homem” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 48);

. “o texto é realidade imediata (realidade do pensamento e das vivências)” (BAKHTIN, 2011, p. 307);

. [qualquer signo – acréscimo nosso] “(...) é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também uma parte material dessa mesma realidade” (VOLOCHINOV, 2017, p. 94).

---

<sup>6</sup> Os termos utilizados, embora apareçam mais frequentemente em um ou outro autor, não são propriedades exclusivas. A depender da obra e da época em que foi escrito o texto, cada expressão pode aparecer nos demais autores também. Um exemplo é o lexema “palavra”, que aparece em Volóchinov em “A palavra na vida e a palavra na poesia” (2019), entre outros.

Esses exemplos mostram que a concepção estratégica dos pensadores russos para unificarem o problema da linguagem é a sua expressão concreta: o enunciado. Para os estudiosos, apenas no enunciado é possível efetivar a existência da linguagem, do homem e do mundo, semiotizados de maneira “real”, pois, fora dele (do ato enunciativo), a linguagem torna-se mera possibilidade potencial de devir.

Ao se referir à palavra, ao texto, ao material sígnico, produto da criação ideológica, mais do que pensar no aspecto verbal, o Círculo reflete, de forma alargada, sobre a linguagem materializada em enunciados, uma vez que

Qualquer enunciado concreto é um ato social. *Por ser também um conjunto material peculiar – sonoro, pronunciado, visual* – o enunciado ao mesmo tempo é uma parte da realidade social. Ele organiza a comunicação que é voltada para uma reação de resposta. Ele mesmo reage a algo: ele é inseparável do acontecimento da comunicação (MEDVIÉDEV, 2012, p. 183, grifos nossos).

O argumento de Medviédev é retomado por Volóchinov ao explicitar que “qualquer fenômeno ideológico sígnico é dado em algum material: *no som, na massa física, na cor, no movimento do corpo e assim por diante*. (...) o signo é um fenômeno do mundo externo” (2017, p. 97, grifos nossos), de modo que a especificidade de cada materialidade se manifesta sob as condições de cada esfera de atividade humana e as suas finalidades, na forma de enunciados “relativamente estáveis”, ou seja, nos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2016). Por isso, tanto o enunciado quanto o gênero são compostos pelos mesmos traços conceituais: conteúdo temático, forma composicional e estilo, autoral e genérico, em movimento processual de produção, circulação e recepção, nas esferas de atividades (em geral, em intersecção), como maneira de arquitetar o projeto de dizer do autor-criador, com dado acento valorativo, que reflete e refrata uma (ou mais) voz(es) social(is), em embate entoativo axiológico e emotivo-volitivo.

Ao considerarmos a questão da tridimensionalidade potencial constitutiva da(s) linguagem(ns) (chamada por Paula, 2017, e seu

grupo de estudos, como verbivocovisual), antes de prosseguirmos, destacamos algumas ponderações:

O primeiro apontamento se volta à evidência, a partir dos excertos supramencionados, de uma concepção geral de linguagem feita por meio do enunciado, que converge com a ideia de Brandist (2002) sobre a preocupação do Círculo com uma filosofia da linguagem e da significação em geral, com particular referência ao material literário. Essa leitura confirma nossa proposição, que temos denominado verbivocovisual (PAULA, 2017b; PAULA e SERNI, 2017; PAULA e LUCIANO, 2020a, 2020b, 2020c, 2020d; LUCIANO, 2021)<sup>7</sup>, a respeito de uma concepção tridimensional da linguagem presente no interior da filosofia bakhtiniana.

A segunda consideração, diretamente relacionada ao primeiro apontamento, centra-se no caminho que leva à compreensão da concepção (tridimensional) de linguagem, que perpassa pela relação entre enunciado e linguagem (compreendida nos “tipos de enunciados”, os gêneros), que desenvolvemos neste trabalho.

Por estarem imbricados, os dois conceitos (enunciado e gênero, ambos, relacionados à linguagem) são pouco diferenciados nos estudos bakhtinianos. Contudo, para uma reflexão conceitual (metalinguística, de estado da arte), precisamos compreender os limites (dadas as peculiaridades) e as intersecções de cada noção. Como pontuamos, a distinção dessas duas noções pode ser elucidada pelas palavras de Bakhtin: “o enunciado se insere no campo da ideologia, mas as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros, pertencem à linguagem” (2016, p. 134). O filósofo enfatiza que não é possível separar um conceito do outro, uma vez que entende o discurso – o enunciado (concreto) – como língua(gem) *in actu*.

---

<sup>7</sup> O desenvolvimento desta proposta tem apresentado resultados em diferentes formas de divulgação científica (apresentações de trabalho, conferências, simpósios, artigos em periódicos e capítulos de livros). Exemplos: Paula (2017a), Paula e Luciano (2020a; 2020c; 2020d; 2020e), Paula e Serni (2017).

Nesse sentido, torna-se “inadmissível contrapor língua e discurso em qualquer que seja a forma. O discurso é tão social quanto a língua. As formas de enunciados também são sociais e, como a língua, são igualmente determinadas pela comunicação” (2016, p. 117). Posição semelhante é reiterada por Volóchinov (2017, p. 93), no *MFL*, ao salientar que “o ideológico coincide com o campo dos signos. Eles podem ser igualados. Onde há signo há também ideologia”. A coincidência entre o campo da linguagem e o campo da ideologia resulta, pois, na proposta filosófica de linguagem do Círculo, já que a linguagem só pode se constituir, ser constituída e constituir a vida por meio de enunciados, de maneira concreta. Estes (os enunciados) refletem e refratam, por meio da relação entre sujeitos (de linguagem) situados num tempo-espço (cronotopo) sócio-histórico-cultural, vozes em embate. Por isso, o deslocamento feito pelo “coletivo pensante” “B.M.V.” para estudar a linguagem e a justificativa da opção adotada por nós neste trajeto reflexivo para ressaltar a concepção de língua(gem) e enunciado da/na filosofia bakhtiniana, especialmente desenvolvida no *MFL*.

Ao voltarmos-nos para a segunda parte da obra de Volóchinov (2017) e, mais especificamente, para o capítulo “Língua, linguagem e enunciado”, compreendemos a posição do pensador russo em delimitar o enunciado como objeto da filosofia da linguagem bakhtiniana. Para justificar essa opção metodológica, o autor entra em embate com a tese do subjetivismo individualista e com a antítese do objetivismo abstrato, na busca por uma síntese dialético-dialógica acerca da existência da língua(gem) viva e em jogo, de maneira objetiva. Segundo o linguista e musicista,

O objetivismo abstrato, ao considerar o sistema da língua como único e essencial para os fenômenos linguísticos, negava o ato discursivo - o enunciado - como individual. Nisso, como havíamos dito certa vez, está o *proton pseudos* do objetivismo abstrato. O subjetivismo individualista considera justamente o ato discursivo - o enunciado - como único e essencial. No entanto, ele também define esse ato como individual e por isso tenta explicá-lo a partir das condições da vida psicoindividual do indivíduo falante. Nisso está o seu *proton pseudos*. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 200)

A partir da tese central postulada por cada uma das duas tendências contestadas/relativizadas por Volóchinov, sob a perspectiva do Círculo, há a incidência de alguns equívocos de suas premissas, pois, segundo Volóchinov:

1) a língua como um ininterrupto fluxo de criação de atos discursivos condicionados às leis da consciência, conforme estabelece a corrente do subjetivismo individualista, não pode ser apreendida fora do domínio material sógnico. Essa tendência faz uma inversão ao abordar a linguagem: a vivência interior, ou seja, a consciência não condiciona o enunciado, ao contrário, ela é igualmente determinada por cada ato discursivo. A consciência só pode ser encarnada em um signo (o que Volóchinov denomina como “consciência cognoscível”). O equívoco dessa corrente, desse ponto de vista, é o de considerar o enunciado como um ato puramente individual (do mesmo modo que o objetivismo abstrato), determinado pelas leis do psiquismo, pois, de acordo com a proposta bakhtiniana, desconsidera-se, nessa perspectiva, o outro, com seu papel ativo no processo de produção dos fenômenos ideológicos;

2) a língua como sistema sincrônico, estável e imutável de formas linguísticas normativas e idênticas, tal como considera o objetivismo abstrato, só pode ser compreendida sob o prisma da consciência subjetiva de um indivíduo inserido em uma dada comunidade de certo momento histórico, mas que desaparece no olhar histórico para a linguagem, uma vez que ela está em constante processo de constituição. A própria consciência individual não lida diretamente com o sistema, pois está voltada para o sentido que as formas linguísticas podem adquirir e expressar no contexto concreto da vida. A língua não pode ser entendida sem a presença ativa do sujeito (também de linguagem) na sua construção, como se fosse algo pronto e acabado, exterior ao indivíduo e seus atos espaço-temporais. A crítica de Volóchinov, nesse caso, recai sobre a concepção de língua enquanto sistema linguístico abstrato, com propósitos teóricos de reflexão apartados da realidade/sociedade.

Para Volóchinov (2017) e o “coletivo pensante” “B.M.V.”, de modo geral, o entendimento da natureza social do enunciado é fundamental para a abordagem propositiva da filosofia da linguagem e dos estudos da linguagem, pois, para os autores do Círculo, “não é o sistema abstrato de formas linguísticas nem o enunciado monológico isolado, tampouco o ato psicofisiológico de sua realização, mas o acontecimento social da interação discursiva que ocorre por meio de um ou de vários enunciados” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 218-219).

Esse embate com as duas tendências do pensamento filosófico-linguístico, mais do que o lugar efetivo do material semiótico, revela a posição do sujeito nesse problema, de modo que a díade linguagem e enunciado torna-se, em realidade, uma tríade: sujeito, linguagem e enunciado<sup>8</sup>.

Além da possibilidade de realizar a síntese dialética entre as duas tendências dominantes no início do século XX (não apenas na Rússia) e entre o neokantismo e o marxismo, a importância do deslocamento da linguagem para o enunciado feito pelo Círculo ocorre porque instaura uma proposta de abordagem de estudo que evita a incorrência numa abordagem subjetivista ou abstrata, ao se centrar apenas na linguagem, tal qual, segundo o “coletivo pensante” “B.M.V.”, acontece com o objetivismo abstrato na linguística e com o formalismo idealista nos estudos literários, que tinham como objeto a linguagem poética e não a construção da obra (isto é, o enunciado e sua forma) (MEDVIÉDEV, 2012). Ao contrário. A perspectiva bakhtiniana apresenta uma outra maneira de pensarmos a língua(gem) – os pensadores russos não se voltam especificamente à distinção língua e linguagem como, por exemplo, ocorre, como centro de investigação, nos estudos estruturalistas europeus – , designada, por Volóchinov (2017), como

---

<sup>8</sup> Trataremos oportunamente sobre essa questão em outro trabalho, dado o aprofundamento que o tema demanda e a extensão desta reflexão, para que as reflexões compreendidas não se tornem confusas.

“heterociência”, calcada na heterogeneidade e no plurilinguismo constitutivos e característicos da língua e da linguagem.

No final da terceira parte de *MFEL* (mais especificamente no terceiro capítulo) há uma profícua relação entre linguagem (vista sempre a partir dos gêneros) e enunciado. Logo na colocação do problema, Medviédev (2012, p. 193) expõe que o “gênero é uma forma típica do todo da obra, do todo do enunciado. Uma obra só se torna real quando toma a forma de determinado gênero”. Ao considerarmos essa passagem juntamente com as de Bakhtin (2016) e de Volóchinov (2017) sobre a coincidência do enunciado e dos signos e a indissociabilidade entre eles, torna-se nítida a reiteração da ideia de que a linguagem só pode se concretizar na interação de sujeitos situados em determinado tempo-espço sócio-histórico e cultural, expresso pelo e no enunciado que, ao organizar arquitetonicamente o projeto de dizer do autor-criador, materializa os signos (verbal, visual, sonoro), que dão forma e constituem determinada realidade social, a partir de dado acento valorativo emotivo volitivo que reflete e refrata voz(es) social(is) em embate vivo. Nesse sentido é que nos referirmo aos gêneros (e à linguagem) expressos pelos e nos enunciados.

Medviédev coloca o problema dos gêneros da seguinte maneira:

O problema da totalidade construtiva tridimensional, o tempo todo, foi substituído pela questão superficial da composição como distribuição das massas verbais e dos temas verbais, e, às vezes, simplesmente como massas verbais transmentais. (2012, p. 195).

É desse lugar de princípio constitutivo que buscamos compreender a concepção geral tridimensional da linguagem da/na filosofia bakhtiniana, que revela aspectos da realidade, a depender de determinada forma material, concretizada em e no enunciado. Isso se evidencia ao pensarmos a dupla orientação dos gêneros na realidade, a qual determina qualquer tipo da totalidade construtiva do enunciado.

Como podemos observar nos escritos de Bakhtin (2011; 2016), Medviédev (2012) e Volóchinov (2019), o enunciado e suas formas se voltam, tanto para o outro (o auditório e as condições materiais de produção e percepção da realidade situada), quanto para a vida (o mundo), por meio do conteúdo temático. Essas particularidades nos revelam, de um lado, a forma da linguagem, o que inclui não apenas o gênero, mas o material; e, de outro, a apreensão dessas formas de determinados aspectos da realidade, de modo que os gêneros lidam com o objeto inserido em determinado contexto, ou seja, com a realidade objetiva (e esse é o caráter constitutivo da linguagem). Por isso, não é possível dissociar o enunciado e seus “tipos relativamente estáveis” (os gêneros), pois as “formas determinadas da realidade da palavra estão ligadas a certas formas da realidade que a palavra ajuda a compreender” (MEDVIÉDEV, 2012, p. 197). Desse ponto de vista é que o sujeito compreende e se localiza na realidade, materializado enunciativamente.

Sobre a relação da linguagem e do enunciado com a realidade, Medviédev afirma que

Se abordarmos o gênero do ponto de vista da sua relação interna e temática com a realidade e sua formação, então, podemos dizer que cada gênero possui seus próprios meios de visão e de compreensão da realidade, que são acessíveis somente a ele. Assim como a arte gráfica é capaz de dominar aspectos da forma que a pintura é incapaz de alcançar e vice-versa, igualmente, nas artes verbais, os gêneros líricos, para dar um exemplo, possuem meios de atribuir forma conceitual à realidade e à vida que são inacessíveis ou menos acessíveis à novela ou ao drama. [...]. Cada um dos gêneros efetivamente essenciais é um complexo sistema de meios e métodos de domínio consciente e de acabamento da realidade. (2012, p. 198).

Assim, cada (nova) forma de expressão (re)vela novos domínios da realidade de um determinado momento histórico. A realidade que as formas do enunciado e a realidade apreendida por elas estão fundidas, de modo que a compreensão de uma época em suas distintas configurações e níveis (familiar, cotidiano, político, artístico, social, psicológico, biológico, histórico etc) ocorre por meio da relação ininterrupta das possibilidades das formas de

expressão, que reflete e refrata o “pequeno” e, de certa forma, o “grande tempo” da cultura.

Ao considerarmos as formas do enunciado e o tema na relação com determinado cronotopo, em contínua formação, compreendemos que cada estrutura enunciativa permite ao sujeito possuir certa visão da realidade, acessível a essa organização formal-arquitetônica, de modo que o ato (sempre enunciativo) seja um mecanismo de acabamento e apropriação consciente (cognoscível) da realidade do outro, de si e do mundo (MEDVIÉDEV, 2012), a partir e por meio de vozes sociais e diálogo.

O gênero manifesta-se pela unidade global do enunciado (que não é acabado/finalizado/fechado), construído pelos atos (de dizer-fazer) de sujeitos discursivos que refletem e refratam pontos de vista (ideologias) de dadas vozes e grupos sociais, de uma determinada maneira (com dado acabamento).

Essa configuração arquitetônica se refere à totalidade temática, orientada pela realidade circundante, em um tempo-espço sócio-histórico. Nesse sentido é que podemos pensar a linguagem como concepção tridimensional constitutiva (enquanto dimensão/ões), pois, ao constituir dada realidade social, a materialidade semiótica é limitada em sua apreensão. Afinal, o enunciado se apoia na verbivocovisualidade da linguagem em seu potencial (desse ponto de vista, sempre tridimensional – a entonação prosódica revela a vocalidade; a tipografia, a visualidade; e assim por diante) valorativo que, a depender da configuração (enunciativa e genérica), materializa-se explicitamente numa ou noutra (verbal – romance, editorial, tratado filosófico ou científico, bula, receita, dicionário, etc; vocal/sonora – música, entonação prosódico-discursiva, onomatopeia, entre outros; ou visual – pintura, escultura, arquitetura, infográficos, emojis etc) ou na síncrese de duas (verbo-vocal – como canção, por exemplo; ou verbo-visual – memes, revistas, cartazes, panfletos etc) ou das três dimensões (caso da maior parte dos enunciados do audiovisual – filmes, séries, videoclipes, novelas, peças publicitários, entrevistas, jornais televisivos, entre outros).

A verbivocovisualidade da linguagem se articula, em seu potencial constitutivo e valorativo, a determinada realização material-enunciativa, que configura explicitamente determinada arquitetura genérica que evidencia uma, duas ou as três dimensões, sem deixar de obedecer às leis gerais de entrelaçamento verbivocovisual potencial da linguagem, que aparecem por meio de marcas enunciativas (como pontuação, figuras de linguagem, pausas, silêncios, tipografia, expressões faciais e corporais, gestualidades, entonação prosódico-discursiva, entre outras).

Nesse sentido da potencialidade e das marcas da verbivocovisualidade mesmo em enunciados explicitamente constituídos por uma dimensão, como é o caso da pintura, por exemplo, é que podemos ouvir o grito do quadro de Munch, conforme apontamos em trabalhos anteriores (PAULA e LUCIANO, 2020b; 2020c) ou ver a primavera florescer na obra musical de Vivaldi e, como mostrou Bakhtin (2013, p. 36), ver também, à nossa frente, o viajante que esfrega os olhos sonolento nos versos (verbais ou, se quisermos, verbo-vocais, se pensarmos na prosódia que engata a imagem acústica e a valoração discursiva pela entonação oral – na leitura em voz alta, tão cara a Bakhtin, por exemplo) de Gógol. Isso é possível porque a tridimensionalidade constitutiva da linguagem e a materialidade na relação entre gênero e enunciado é interseccional sem que haja total recobrimento entre níveis (processo mental e expressão de língua/gem), uma vez que a linguagem constitui os gêneros, que se realizam no enunciado, lugar de concretude do material semiótico.

A evidência dessa concepção de linguagem se encontra, sobretudo, em um texto posterior de Bakhtin (2011), “O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas”, em que o autor destaca que “por trás de cada texto está o sistema da linguagem” (idem, p. 309). Conseqüentemente, “a atitude humana é um texto em potencial e pode ser compreendida (como atitude e não ação física) unicamente no contexto dialógico da própria época (como réplica, como posição semântica, como sistema de motivos)” (ibidem, p. 312). Isso posto, destacamos que

Todo sistema de signos (isto é, qualquer língua), por mais que sua convenção se apoie em uma coletividade estreita, em princípio sempre pode ser codificada, isto é, traduzido para outros sistemas de signos (outras linguagens); conseqüentemente, *existe uma lógica geral dos sistemas de signos, uma potencial linguagem das linguagens única* (que, evidentemente, nunca pode vir a ser uma linguagem única concreta, uma das linguagens). [...] *é indiscutível a potencial linguagem das linguagens.* (BAKHTIN, 2011, p. 311, grifos nossos)

A essa “indiscutível potencial linguagem das linguagens”, denominamos, partindo do termo utilizado pela Poesia Concreta (a partir de Joyce), como tridimensionalidade verbivocovisual, conforme explicitamos:

Aqui, chamamos essa “linguagem das linguagens” de protolinguagem e a entendemos por sua constituição potencial intrinsecamente tridimensional, que pode se materializar numa língua/linguagem específica, com seu sistema estrutural típico, num código material enunciativo singular ou sincretizar duas (verbo-visualidade, verbo-vocalidade/musicalidade ou voco/músico-visualidade) ou três dessas dimensões (verbo-voco-visualidade) na composição enunciativa arquitetônica de sua unidade global multimodal.

[...]

Assim, potencialmente, toda manifestação languageira (seja de que código for) é verbivocovisual, uma vez que a linguagem assim se constitui e essa potencialidade tridimensional pode estar evidenciada materialmente ou não pela composição material de determinado enunciado/enunciação, a depender da configuração semiótica da unidade arquitetônica concreta. (PAULA e LUCIANO, 2020e, p. 156)

A relação entre o interno e o tema com a realidade sócio-histórica e sua constituição nos mostra justamente que as formas do enunciado revelam e determinam certa compreensão e visão da realidade, que se distingue e é inacessível uma a outra, a depender da estrutura enunciativa (MEDVIÉDEV, 2012). Por isso, a linguagem das linguagens não pode vir a ser concretizada, segundo Bakhtin (2011), porquanto cada realização concreta dessa linguagem, verbal, sonora, visual ou sincrética, expressa um determinado aspecto da realidade sócio-cultural, conforme assinala o filósofo russo em “O autor e a personagem na atividade estética”:

**A forma material, que determina se uma obra é de pintura, poesia ou música, determina de maneira substancial também a estrutura do objeto estético correspondente, tornando-o um tanto unilateral e acentuando um ou outro aspecto seu.** Ainda assim, o objeto estético é multifacetado, *concreto* como a realidade ético-cognitiva (o mundo vivenciável) que nele se justifica e se conclui artisticamente, cabendo observar que é na obra verbalizada (o menos possível na música) que esse mundo artístico é mais concreto e multifacetado. (p. 85, grifos do autor e destaques nossos)

No entanto, isso não impede que as suas dimensões constitutivas internamente se entrelacem e se organizem para expressão do potencial valorativo do ato enunciativo, uma vez que essa apreensão da realidade é uma resposta da consciência constituída tridimensionalmente pelo material *sígnico* (cognoscível) ao acontecimento social e a sua efetivação, como realidade objetiva concreta da existência (VOLÓCHINOV, 2017). Trata-se da orientação sócio-histórica do enunciado, ligada ao conteúdo temático. Ao enunciar, os sujeitos se voltam a determinada situação histórica, com um ato discursivo que, de maneira refletida e refratada, com determinado acabamento (forma composicional), num dado material e num dado gênero, expressa um ponto de vista (ideológico), com um estilo (autoral e genérico) específico.

Por meio da linguagem, o sujeito se orienta, vive e se constitui no mundo. Com ela e nela, os sujeitos “despertam pela primeira vez” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 198). Trata-se do “mundo dos signos” em que vivemos. Para isso, o sujeito supera imanentemente o material semiótico e “torna-se expressão do mundo dos outros e expressão da relação do autor com esse mundo” (p. 180). Em outros termos, “(...) trata diretamente com o objeto enquanto momento do acontecimento do mundo” (p. 180) e com as formas da linguagem propriamente ditas. Sem o acontecimento axiológico do mundo, sem os sujeitos em interação uns com outros e com a existência, a linguagem não pode se realizar concretamente, tampouco o indivíduo se efetiva no mundo-existir como sujeito. Certamente, do ponto de vista físico-natural, seres e mundo continuam presentes na existência, mas não de forma acabada e consciente, pois

A realidade do gênero é a realidade social de sua realização no processo da comunicação social. Dessa forma, o gênero é um conjunto de meios de orientação coletiva na realidade, dirigido para seu acabamento. Essa orientação é capaz de compreender novos aspectos da realidade. A compreensão da realidade desenvolve-se e origina-se no processo da comunicação social ideológica. (MEDVIÉDEV, 2012, p. 200)

A concepção de linguagem e as questões por nós elencadas são abordadas no enunciado, que funciona como núcleo imprescindível e concreto da linguagem no tratamento da realidade. Centrados no material concreto, os intelectuais russos concentram (e resolvem) os problemas de linguagem e as contribuições das tendências de polos opostos (subjetivistas e objetivistas), como colocado por Volóchinov, no *MFL* (2017), no capítulo por nós aqui estudado.

### **Considerações finais**

De acordo com o que vimos, para o “coletivo pensante” “B.M.V.”, por meio do enunciado, as manifestações (sempre verbivocovisuais – potenciais e/ou explícitas) da linguagem (entendida por nós como tridimensional) constituem o acontecimento discursivo. A confirmação de nossa leitura acerca da existência de uma concepção tridimensional verbivocovisual da linguagem no interior da filosofia bakhtiniana adquire mais sentido ao pensarmos o contexto russo (ou, se quisermos, a situação de enunciação) no(a) qual os intelectuais do “coletivo pensante” “B.M.V.” estavam inseridos, as áreas de atuação dos membros e a produção dialogada entre si e entre diferentes pensadores, grupos e escolas, bem como áreas do saber e interesses de investigação e atuação dos integrantes do Círculo.

Ressaltamos, conforme expõe Schnaiderman (2010), o momento privilegiado em que se encontrava o processo de interpenetração das artes. O envolvimento dos poetas cubo-futuristas russos, em especial Maiakóvski, com o cinema; Meyerhold e a semiótica do teatro expandindo o campo para a

totalidade dos signos verbais, sonoros e visuais; os trabalhos de Tátlin, dentre outras produções, as quais visavam unir arte, ciência e técnica para o uso cotidiano. Trata-se de um período rico em pesquisa, inovação e experimentação da linguagem, desde o final do século XIX e que teve seu apogeu nos anos 20 do século XX. A linguística na União Soviética buscou novidades em outros campos da criatividade humana (como no teatro, na música, na literatura, nas belas-artes etc) durante essa fase, com a finalidade de criar objetos, materiais, caminhos e metodologias de estudo, abordagens e outros modos (perspectivas) (IVANOVA, 2011).

Os diálogos travados pelo Círculo com outras tendências teóricas, filosóficas, científicas e artísticas mostram a preocupação com a linguagem e com a significação geral. Por exemplo, os formalistas, que tinham forte relação com o cinema (como Chklóvski, roteirista); o futurismo (com Potbniá como um de seus expoentes), que tinha, entre suas preocupações, o som como constitutivo do sentido da palavra; Nietzsche, especialista na cultura grega, que pensava a tragédia nascida sobretudo do coro etc. Essas condições socioculturais e históricas colaboraram para que o Círculo pensasse numa concepção ampla (nomeada por nós, contemporaneamente, como tridimensional, considerando a verbivocovisualidade constitutiva) da linguagem.

Essa constatação tem ressonância, entre outros textos, de momentos variados e autores diferentes do “Círculo B.M.V.”, no ensaio “Em busca de um estilo de concerto”, de Volóchinov (2019), em que o musicólogo russo confirma ser legítima a combinação entre música (som) e outros fenômenos de linguagem, como a palavra (verbal-vocal), a linha e a cor (visual), e que “na prática, há muito tempo essa possibilidade foi provada pela existência da ópera, do balé etc” (2019, p. 363).

Com base na reflexão empreendida, elucidarmos algumas delimitações e alguns caminhos teórico-metodológicos trilhados em nossa abordagem sobre lingua(gem) e enunciado nesta reflexão, realizada a partir do *MFL* (2017):

1) pensar, a partir da filosofia da linguagem, a compreensão do conceito de tridimensionalidade verbivocovisual no pensamento bakhtiniano, a fim de compreender as raízes filosóficas do Círculo, os debates que constituem suas formulações teóricas e seus objetivos. Com isso, não afirmamos que outras são menos legítimas, evidentemente. Apenas precisamos pensar que, a depender do enfoque da abordagem, outras questões se sobressaem. Por exemplo, numa abordagem a partir da Análise Dialógica do Discurso no Brasil, destacam-se mais as referências linguísticas que emergem da produção do Círculo, em virtude da própria constituição do campo (situado na área das Letras, em específico a linguística; a forte aproximação e influência da recepção e tradição francesa nos estudos da linguagem etc). O mesmo podemos dizer da pedagogia, dos estudos culturais ou da sociolinguística. Assim, nossa leitura, de linguistas e analistas do discurso que somos, propõe adentrar o universo da filosofia da linguagem e os campos da arte e da história, sempre de maneira dialógica, como fizemos aqui, como peculiaridade de nossa voz e de nossa escuta ativa bakhtiniana, na relação com outras abordagens, outros estudos e pesquisadores;

2) salientar a importância do deslocamento feito pelo Círculo, da língua(gem) para o enunciado, enquanto unidade de análise e a sua relação com o sujeito e a situação sócio-histórico-cultural (temas não abordados com a devida profundidade em função do espaço disponível e do foco desta reflexão). Afinal, as considerações feitas a partir desse deslocamento nos permitiram refletir e entender a concepção tridimensional (verbivocovisual) constitutiva da linguagem manifestada por meio dos gêneros concretizados em enunciados, como abordado por Volóchinov (2017), na relação com outros integrantes do Círculo, outras áreas do saber e diversas linguagens.

Essas são duas das diretrizes que buscamos desenvolver aqui, em outros trabalhos, anteriormente publicados, em nossas pesquisas atuais, em andamento, e ao longo de nossos trabalhos futuros, como balizas constitutivas de nossas leituras e de nossos

estudos, aqui, entendidos como uma proposta da/na filosofia bakhtiniana. Isso significa dizer que esta reflexão tem o seu propósito e o seu acabamento, mas não se encerra aqui e nem ao diálogo. Ao contrário. Com sua singularidade, trata-se de um elo na cadeia discursiva bakhtiniana.

## Referências

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: 34, 2016.

BAKHTIN, M. *Questões de Estilística no Ensino de Língua*. São Paulo: 34, 2013

BAKHTIN, M. *Teoria do Romance I: A Estilística*. São Paulo: 34, 2015.

BRANDIST, C. *The Bakhtin Circle: Philosophy, Culture and Politics*. London: Pluto Press, 2002.

BUBNOVA, T. *Do corpo à palavra – Leituras bakhtinianas*. São Carlos: Pedro & João, 2016.

BUBNOVA, T. Voz, sentido e diálogo em Bakhtin. *Bakhtiniana*, São Paulo, ano 6, n. 1, p. 268-280, ago./dez. 2011.

CLARK, K.; HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

EMERSON, C. *Os 100 primeiros anos de Mikhail Bakhtin*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

HAYNES, D. J. *Bakhtin and the visual arts*. Nova Iorque: Cambridge, 2008.

IVANOVA, I. O diálogo na linguística soviética dos anos 1920-1930. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*, [S.l.], n. 6, p. 239-267, nov. 2011. ISSN 2176-4573. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/6089> >. Acesso em: 23 maio 2020.

LUCIANO, J. A. R. *Filosofia da linguagem bakhtiniana: concepções verbivocovisuais*. 2021. 278f. Dissertação (Mestrado em Linguística

e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Araraquara, SP, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/204473> >

MEDVIÉDEV, I. P.; MEDVIÉDEVA, D. A. O Círculo de M. M. Bakhtin: sobre a fundamentação de um fenômeno. *Bakhtiniana*. Revista de Estudos do Discurso, [S.l.], v. 9, p. 26-46, jun. 2014. ISSN 2176-4573. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/view/11535> >. Acesso em: 20 maio 2020.

MEDVIÉDEV, P. *O Método Formal nos estudos literários*. São Paulo: Contexto, 2012.

PAULA, L. de. O enunciado verbivocovisual de animação: a valoração do "amor verdadeiro" Disney - uma análise de Frozen. In: FERNANDES Jr, A.; STAFUZZA, G. B. (Orgs). *Discursividades contemporâneas: política, corpo, diálogo*. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2017a, p. 287-314. Disponível em: [https://www.academia.edu/41087684/O\\_enunciado\\_verbivocovisual\\_de\\_animacao\\_a\\_valoracao\\_do\\_amor\\_verdadeiro\\_Disney\\_uma\\_analise\\_de\\_Frozen](https://www.academia.edu/41087684/O_enunciado_verbivocovisual_de_animacao_a_valoracao_do_amor_verdadeiro_Disney_uma_analise_de_Frozen).

PAULA, L. de. *Verbivocovisualidade: uma abordagem bakhtiniana tridimensional da linguagem*. Projeto de Pesquisa em andamento. UNESP, 2017b (Mimeo).

PAULA, L. de; FIGUEIREDO, M. H. de; PAULA, S. L. de. O marxismo no/do Círculo de Bakhtin. In: STAFUZZA, G. B. (Org). *Slovo*. Curitiba: Appris, 2011. Disponível em: [https://www.academia.edu/44881844/O\\_marxismo\\_no\\_do\\_Circulo\\_de\\_Bakhtin](https://www.academia.edu/44881844/O_marxismo_no_do_Circulo_de_Bakhtin).

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. A filosofia da linguagem bakhtiniana e sua tridimensionalidade verbivocovisual. *Revista Estudos Linguísticos*. São Paulo, v. 49, n. 2 (2020a), p. 706-722. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2691>. DOI: <https://doi.org/10.21165/el.v49i2.2691>. Acesso em: 04 de julho 2020.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. A tridimensionalidade verbivocovisual da linguagem bakhtiniana. *Revista Linha D'Água*,

São Paulo (SP), v. 33, n. 3 (2020b), p. 105-134. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/171296>. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v33i3p105-134>. Acesso em: 17 dez. 2020.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. *As noções bakhtinianas de linguagem e enunciado*. Letras de Hoje, 56(3), 2021b, p. 453-464. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/42207>. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2021.3.42207>

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. Filosofia da linguagem bakhtiniana: concepção verbivocovisual. *Revista Diálogos – RevDia*. Cuiabá (MT), v. 8, n. 3 (2020d), p. 132-151. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/10039>. Acesso 30 de outubro 2020.

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. Recepções do pensamento bakhtiniano no Ocidente: a verbivocovisualidade no Brasil. In: BUTURI Jr, A.; BRAA, S.; SOARES, T. B. *No campo discursivo: teoria e análise*. Campinas: Pontes, 2020e. Disponível em: [https://www.academia.edu/44544219/Recep%C3%A7%C3%B5es\\_do\\_pensamento\\_bakhtiniano\\_no\\_Ocidente\\_a\\_verbivocovisualidade\\_no\\_Brasil](https://www.academia.edu/44544219/Recep%C3%A7%C3%B5es_do_pensamento_bakhtiniano_no_Ocidente_a_verbivocovisualidade_no_Brasil).

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. R. *The Verbivocovisual Architectonic of the Stage la Conversione di un Cavallo*. Global Journal of Human Social Sciences-A - GJHSS-A, V. 21, 13, 2021a, p. 01-13. Disponível em: [https://globaljournals.org/GJHSS\\_Volume21/E-Journal\\_GJHSS\\_\(A\)\\_Vol\\_21\\_Issue\\_13.pdf](https://globaljournals.org/GJHSS_Volume21/E-Journal_GJHSS_(A)_Vol_21_Issue_13.pdf)

PAULA, L. de; LUCIANO, J. A. Rodrigues. Dialogismo verbivocovisual uma proposta bakhtiniana. *Revista Polifonia*, Cuiabá (MT), v. 27, n. 49 (2020c), p. 15-46. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/11366>. Acesso 13 de abril de 2021.

PAULA, L. de; SERNI, N. M. A vida na arte a verbivocovisualidade do gênero filme musical. *Ráido*, Dourados (MS), v. 11, n. 25, jan./jun. 2017 p. 178-201. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/>

Raido/article/view/6507. DOI: <https://doi.org/10.30612/raido.v1i25.6507>. Acesso em 10 de novembro 2020.

SCHNAIDERMAN, B. Semiótica na U.R.S.S.: uma busca de “elos perdidos” (á guisa de introdução). In: SCHNAIDERMAN, B. (org.). *Semiótica russa*. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2010. p. 9-27.

SOLLERTINSKIJ, I. I. *Musica e letteratura al tempo dell'Unione Sovietica*. Italia: Lucca, I Quaderni di M/R, LIM Editrice 2016.

STAM, R. *Bakhtin – Da Teoria Literária à Cultura de Massa*. São Paulo: Ática, 1992.

STAM, R. *Subversive Pleasures – Bakhtin, Cultural Criticism, and Film*. London: Johns Hopkins University Press, 1989.

VAUTHIER, B. “Auctoridade” e tornar-se-autor: origens da obra do “Círculo B.M.V” (Bakhtin, Medvedev, Voloshinov). In: PAULA, L. de; STAFUZZA, G. B. (orgs.). *Círculo de Bakhtin: teoria inclassificável*. Série Bakhtin Inclassificável, v. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2010, p. 69-114.

VOLÓCHINOV, V. *A palavra na vida e a palavra na poesia*. São Paulo: 34, 2019.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: 34, 2017.

WALL, A. A bisbilhotice na pintura. *Bakhtiniana*. v. 11, n. 1, pp. 228-263, nov. 2015.

WALL, A. La place du lecteur – Livres et lecture dans la peinture française du XVIIIe siècle. *Remmes*: Presses universitaires de Rennes, 2014.

ZAVALA, I. M. *La Posmodernidad y Mijail Bajtin – Una poética dialógica*. Madrid: Espasa-Calpe, 1969.

ZAVALA, I. M. *Tango – Música, cuerpo y sensualidad*. España: Montesinos, 2011.

# OS LUGARES DO CÍRCULO DE BAKHTIN NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: REFLEXÕES EM DUAS ESFERAS

Luciano Vidon  
Guilherme Brambila

## Os estudos bakhtinianos<sup>1</sup> e seus desafios na contemporaneidade

Os postulados de Bakhtin e o Círculo, que comungam com a proposição de se pensar a linguagem em seu plano não só estético, mas também ético, responsivo e responsável em meio à interação verbal, constituem uma perspectiva filosófica de trabalho na qual a linguagem é observada a partir das relações sociais e históricas que a carregam de valor ideológico. É possível visualizar pelo menos três dimensões principais que, pensadas no escopo bakhtiniano, são ressignificadas para além de um trato instrumental, exigindo à linguística contemporânea uma compreensão menos estática de seus fenômenos, isto é, em interlocução com a essencialidade dialógica da vida. Tais dimensões encontram-se:

Na linguagem: na ótica bakhtiniana, a linguagem reflete e refrata a (inter)subjetividade de seus interlocutores. Não há, no Círculo, uma proposta de linguagem morta ou rotulável. Por outro lado, pensar a linguagem *bakhtinianamente* requer observar as

---

<sup>1</sup> Referimo-nos aos estudos desenvolvidos, na atualidade, tendo por embasamento teórico-metodológico e filosófico a obra construída pelo chamado Círculo de Bakhtin, grupo de pensadores de diferentes áreas do conhecimento, que se reuniam na ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) no início do século XX, e publicaram ensaios, artigos e livros considerados hoje seminais, como *Marxismo e filosofia da linguagem* (VOLÓCHINOV, 2019), *Problemas da poética de Dostoiévski* (BAKHTIN, [1963] 2008) e *O método formal nos estudos literários* (MEDVIÉDEV, 2012), entre outros.

tensões ideológicas que atravessam o discurso e participam socialmente da interação social.

A palavra, como todo signo ideológico, não só reflete a realidade, mas também a refrata na comunicação social viva, na interação discursiva viva. Isso ocorre porque as relações de classe, ao se refletirem na palavra, ditam-lhe diferentes nuances de sentido, introduzem nela diferentes pontos de vista, atribuem-lhe diferentes avaliações. (VOLÓCHINOV, 2019, p. 320).

Na ideologia: é um elemento que percorre a vida e todos os campos de interação do sujeito, incluindo seus enunciados. Da premissa de que todo signo é ideológico, o Círculo nos instiga a observar de que formas as ideologias atravessam os enunciados, permitindo-nos observá-los para além do paradigma textual, mas de maneira muito mais profunda e pautada nas relações humanas.

Nós, de bom grado, imaginamos a criação ideológica como um processo interior de entendimento, de compreensão, de penetração e não nos damos conta de que, na realidade, ela está completamente manifesta exteriormente – para os olhos, para os ouvidos, para as mãos –, que ela não se situa dentro de nós, mas entre nós. (MEDVIÉDEV, 2012, p. 40).

Na vida: a partir de sua noção de linguagem atrelada à vida (BAKHTIN, 2010), conseguimos obter aprendizados com a filosofia bakhtiniana para além da academia. Ao nos engajarmos na noção de vida dialógica e não sistematizável, conforme nos propõe Bakhtin, conseguimos transformar nossa prática, não só como linguistas, mas também como sujeitos em sociedade, em uma ação continuamente ética e responsiva.

Cada um de meus pensamentos, com o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo: eu ajo com toda a minha vida, e cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu viver-agir. Tal pensamento, enquanto ato, forma um todo integral: tanto o seu conteúdo-sentido quanto o fato de sua presença em minha consciência real de um ser humano singular, precisamente determinado e em condições determinadas – ou seja, toda a historicidade concreta de sua realização – estes

dois momentos, portanto, seja o do sentido, seja o histórico-individual (factual), são dois momentos unitários e inseparáveis na valoração deste pensamento como meu ato responsável (BAKHTIN, 2010, p. 44).

Enquanto campo de estudo que atravessa décadas de contribuição acadêmica, a teoria bakhtiniana pode, como demais linhas de pensamento, cair no fetiche da modelização, algo que precisa ser evitado, conforme Sobral (2017, p. 37) propõe em seu posicionamento, em entrevista concedida à *PERcursos Linguísticos*,

Desejo com isso dizer que a teoria bakhtiniana contribui para uma LA não do ponto de vista da modelização (achatamento de saberes para caber na disciplinaridade estrita) ou da aplicação de saberes como redução da teoria a uma técnica repetida a ponto de criar, em vez de examinar, objetos, mas ao acentuar que a linguagem é demasiado ampla para ser enquadrada em categorias e que uma teoria da linguagem não pode ser estritamente linguística, mas também não pode recusar saberes sobre a língua, uma vez que, se saber só a língua não leva a entender a linguagem, a linguagem não existe sem língua. (SOBRAL, 2017, p. 37).

Concordamos com a reflexão de Sobral a respeito deste não ajustamento da perspectiva bakhtiniana a um modelo teórico que ditará, frente a processos repetíveis, aquilo que o objeto de estudo é ou não é. Os estudos bakhtinianos exigem do pesquisador em linguagem um olhar atento ao enunciado e à enunciação em seu estatuto de acontecimento (ZANDWAIS, 2019), levando em consideração as circunstâncias históricas e sociais que circundam sua produção e interlocução.

Todavia, cabe-nos questionar: de que formas, então, os princípios e conceitos oriundos do trabalho do Círculo devem ser encarados, apreendidos e trabalhados para a pesquisa e educação linguística? Afinal, apesar da constante vontade e esforço em trazer os conceitos bakhtinianos para um plano social, de modo que possamos apreciá-los em seu acontecimento vivo e dialógico, não podemos negar que, para garantir certo encaixe à didatização, há a necessidade de encará-los como moldes em certa medida. Um

encaminhamento de resposta é encontrado também nas palavras de Sobral (2017, p. 33):

Claro que toda transposição didática envolve algum grau de modelização, de redução temporária de objetos complexos com o objetivo de entendê-los, explicá-los, torná-los compreensíveis. A modelização só não precisa ser excessiva, paralisante, algo como propor um dicionário de gêneros, como se gênero não fosse um dispositivo enunciativo, mas textual. Sim, há regularidades, ou teríamos de reinventar cada um sempre e sempre, mas o foco não é essa regularidade, mas a singularidade irreproduzível do ato de enunciar.

Dessa maneira, um possível limite na teoria bakhtiniana encontra-se não necessariamente em seu conteúdo, mas na forma com que este pode ser encarado na prática. Em outras palavras, considerar a perspectiva bakhtiniana em uma análise ou prática linguística meramente rotular levará o (a) linguista ou o professor a incorrer em erro ou a realizar uma exploração rasa frente à potencialidade da linguagem na inter-relação de sujeitos. Nos estudos da linguagem percebemos a teoria bakhtiniana fortemente presentes em pesquisas de Linguística Aplicada (LA), o que se dá pelos pressupostos básicos da LA contemporânea, focados em uma compreensão transdisciplinar da linguagem sempre reconhecida como elemento social e identitário na vida dos sujeitos em interação (MOITA LOPES, 2009).

Institucionalmente, também podemos nos referir à área dos estudos bakhtinianos como grupo acadêmico de grande produtividade em trabalhos e contribuições à linguística brasileira contemporânea. O Grupo de Trabalho de Estudos Bakhtinianos da Anpoll (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística) é fruto da reunião de pesquisadores de diferentes universidades com especial interesse pela perspectiva dialógica da linguagem e com foco de trabalho pautado no pensamento bakhtiniano. Os pesquisadores que compõem o GT de Estudos Bakhtinianos são nomes de presença ativa na área de Letras/Linguística, com trajeto reconhecido em diversas atividades acadêmico-científicas, como apresentação e discussão de pesquisas

em vários encontros científicos nacionais e internacionais; cursos regulares e minicursos ministrados em instituições de ensino superior e em eventos científicos, tendo por tema e base a teoria/análise do discurso bakhtiniana; orientação de Iniciação Científica, dissertações e teses; participação em bancas de Mestrado e Doutorado, em que, de alguma forma, os trabalhos se apoiem na fundamentação teórica advinda de Bakhtin e o Círculo.

Focalizando o contexto no qual se inscreve o presente texto, daremos continuidade à compreensão da expansão e produtividade dos estudos bakhtinianos na academia brasileira, com destaque ao histórico do Gebakh (Grupo de Estudos Bakhtinianos), na Universidade Federal do Espírito Santo, e seu lugar de promotor da filosofia bakhtiniana através do trabalho contínuo de seus membros.

### **Estudos bakhtinianos na Universidade Federal do Espírito Santo: histórico, abrangência e avanços do Gebakh**

Oficialmente, o Gebakh iniciou suas atividades na Ufes em 2010, quando teve seu projeto de grupo de estudos aprovado junto ao Departamento de Línguas e Letras e intensificou seus encontros quinzenais ou mensais. No entanto, a gestação do grupo pode-se dizer que começou bem antes, pelo menos desde 2006 quando o Prof. Luciano Novaes Vidon ingressou na universidade.

Desde 2006, portanto, o Prof. Vidon orienta trabalhos de Iniciação Científica de graduandos em Letras e áreas afins, como, por exemplo, História, e, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL) da Ufes, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado. Até 2011, o PPGEL contava apenas com duas linhas de pesquisa, Estudos analítico-descritivos e Estudos textuais-discursivos. A linha de Linguística Aplicada surgiria apenas em 2012. Inicialmente, portanto, as orientações de Vidon se concentravam na linha de Estudos de texto e discurso, ainda que os trabalhos orientados nesse período não pudessem ser considerados fechados nessa área, deslizando, na maioria das vezes, para o campo da Linguística Aplicada. Incluem-se nesse

“entrelugar” as dissertações de Kátia Regina Franco, Maria Angélica Lopes da Costa Almeida, Isaura Maria de Carvalho Monteiro e Ivan Rozário Jr. Os trabalhos mais “típicos” da linha de texto e discurso são os de Tatiana Aparecida Moreira, André Effgen Aguiar e Mariléia Tenório Dionísio, esta última uma reflexão filosófica em torno do conceito de “valor” para o Círculo de Bakhtin.

É importante destacar a enorme influência sofrida por esse grupo (o embrião do Gebakh, vamos dizer assim) das Rodas de Conversa Bakhtiniana, realizadas na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) a partir de 2009. Em 2010, por exemplo, o prof. Vidon e suas orientandas, Tatiana, Isaura e Mariléia, participaram do evento em São Carlos, quando tiveram oportunidade de ver e ouvir renomados estudiosos do Círculo, como João Wanderley Geraldi, Carlos Alberto Faraco e Augusto Ponzio. O Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso (Gegê), coordenado pelo Prof. Valdemir Miotello, também organizador das Rodas, exerceu muita influência na constituição e configuração do Gebakh, seja através do formato das discussões nas rodas de conversa, seja através das publicações “bakhtinianas” do grupo, como os Cadernos de Estudos Bakhtinianos, atualmente com vinte volumes.

Essa interação com o Gegê também foi responsável por levar a então Mestra Tatiana Aparecida Moreira a ser aprovada no Doutorado em Linguística da Ufscar, finalizado em 2016.

A partir de 2012, então, o PPGEL cria uma nova linha de pesquisa, Linguística Aplicada, e as orientações do prof. Vidon passam a ser divididas, oficialmente, entre essa linha e a de estudos textuais-discursivos. Nesta, concentravam-se os trabalhos mais voltados a análises discursivas de enunciados de gêneros diversos, sem relação direta com questões de ensino de línguas; naquela o foco passou a ser justamente as questões de ensino de língua, seja o português ou a Libras (língua brasileira de sinais), enquanto língua materna, seja o inglês ou a ASL (língua americana de sinais), línguas estrangeiras. Segue abaixo um quadro listando as dissertações produzidas no âmbito do Gebakh entre 2006 e 2016,

quando o PPGEL entra numa nova fase, iniciando seu curso de Doutorado em Estudos Linguísticos<sup>2</sup>:

**Quadro 1** – Dissertações de membros do Gebakh defendidas no PPGEL/UFES (2006-2016)

Kátia Regina Franco: “O editorial na situação de redação do vestibular” (FRANCO, 2008)
Isaura Maria de Carvalho Monteiro: “Indícios de autoria em narrativas de estudantes” (MONTEIRO, 2009)
Tatiana Aparecida Moreira: “A constituição da subjetividade em raps dos Racionais MC’s” (MOREIRA, 2009)
Maria Angélica Lopes da Costa Almeida: “As escolhas discursivas na produção escrita de um sujeito-criança: subjetividade, gênero e ethos” (ALMEIDA, 2009)
Mariléia Tenório Dionísio: “A questão do valor na linguagem para (o Círculo de) Bakhtin” (DIONÍSIO, 2010)
Ivan Rozário de Almeida Jr.: “Metamorfoses do eu: a alteridade na (re)construção da subjetividade no discurso do adolescente em conflito com a lei” (ALMEIDA JR., 2011)
Evandro Santana: “Tradução e ensino de língua estrangeira: estudo sobre a mediação entre a língua materna e estrangeira propostas por dois materiais didáticos” (SANTANA, 2015). Orientadora: Profa. Dra. Lillian de Paula
Janny Aparecida Bachiete: “Inserção da língua americana de sinais no ensino de língua inglesa: uma proposta dialógica de translanguismo entre surdos e ouvintes” (BACHIE TE, 2015)
Philipe Domingos: “Contribuições do Círculo de Bakhtin para o estudo dos gêneros do discurso acadêmico em Libras” (DOMINGOS, 2015)
Vivian Pinto Riolo: “O depoimento como discurso de alteridade/autoridade na publicidade televisiva” (RIOLO, 2015)
Olivaldo da Silva Marques Ferreira: “Sujeitos de papel: um estudo bakhtiniano acerca da construção de subjetividade promovida pela revista Capricho” (FERREIRA, 2015)

<sup>2</sup> Não foram incluídas nessa lista dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas em outros programas de pós-graduação, como o PPGE (Educação) da Ufes, que tem aluna/os e professora/es que participam do Gebakh desde 2010, como, por exemplo, Geyza Vidon, Vanildo Stieg, Regina Godinho, Kallyne Kafuri e Andréa Grijó.

De 2016 até o momento atual, o grupo teve as seguintes dissertações de mestrado defendidas ou em andamento:

**Quadro 2 - Dissertações de membros do Gebakh concluídas ou em andamento (2016-presente)**

Núbia Lyra Rogério: “Click” em tecnologia: uma experiência multiletrada com alunos do ensino médio público. (ROGÉRIO, 2018)
Adriana Gomes Bandeira: Cultura surda e transculturalidade: a questão das identidades numa comunidade acadêmica da Grande (BANDEIRA, 2018)
Uéilton Oliveira: O uso de anglicismos em memes: políticas e práticas linguísticas. (OLIVEIRA, 2018)
André Freitas Miranda. A carta do leitor como reflexo e refração do posicionamento ideológico do jornal. (MIRANDA, 2017)
Jackson Gomes Reder. A leitura em língua inglesa: problematizações a partir do Teatro Lido. (REDER, 2017).
Guilherme Brambila Manso. A produção de textos na “era Enem”: subjetividade e autoria no contexto político-pedagógico contemporâneo. (BRAMBILA, 2017)
Luana Mattos. Por uma compreensão dialógico-discursiva de Peter Pan. (MATTOS, 2017)
Marina da Silva Gomes. Artes visuais em analogia com a literatura: ensino de modalidades artísticas com viés interdisciplinar. [em andamento]
Isadora Cássia Lúcio da Rocha. O ensino de leitura em tempos de escola sem partido. [em andamento]

Em 2016, o Programa de Pós-Graduação em Linguística, após aprovação da Capes em 2015, inicia o curso de Doutorado em Estudos Linguísticos, criando, assim, oportunidade aos egressos do curso de Mestrado no PPGEL e em outros programas, de outros estados, inclusive, de continuarem seus estudos, suas pesquisas. Essa oportunidade será muito bem aproveitada pelo Gebakh, que terá vários nomes do seu quadro aprovados no novo curso, conforme mostramos a seguir:

**Quadro 3** – Teses defendidas e em andamento de membros do Gebakh no PPGEL/UFES (2016-presente)

Rossana Martins Furtado Leite ( <i>In memoriam</i> ): Diálogos do cotidiano nas redes sociais: a liquidez discursiva nos memes [concluído]
Rafael da Silva Marques Ferreira: A Cultura Popular na Contemporaneidade: o Contexto da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo em Três Dimensões – Memória, Protesto e Festa [concluído]
Gisele de Freitas Paula Oliveira: Diálogos e silenciamentos docentes: o(s) gêneros(s) do discurso argumentativo em sala de aula [concluído]
Philipe Domingos: A invenção de um “entrelugar dialógico” nas interações culturais entre “maiorias” e “minorias” linguísticas para a construção de uma vida translinguageira [concluído]
Guilherme Brambila Manso: O processo de escrita na pós-graduação: o academicismo como prática de dessubjetivação [concluído]
Adriana Gomes Bandeira: Culturas surdas: práticas culturais na comunidade surda metropolitana da Grande Vitória [em andamento]

Como apontamos em Gebakh (2016), pode-se dizer que os eixos de sustentação desses trabalhos de pesquisa, desenvolvidos no âmbito do PPGEL, nas linhas de pesquisa “Estudos textuais-discursivos” e “Linguística Aplicada”, são três: uma meta-reflexão sobre o fazer-científico, em especial nas ciências humanas; uma relação dinâmica entre teoria-prática; e a questão da (inter)subjetividade.

Quanto à primeira questão, entendemos que

Há, assim, na episteme ocidental positivista, uma desvalorização do ato-atividade em prol do conteúdo-sentido, e, com isso, conforme Bakhtin (2010, p. 42), uma perda do todo daquele ato-sentido, provocada por uma separação entre dois mundos, o mundo da vida, “mundo no qual se objetiva o ato da atividade de cada um e o mundo em que tal ato realmente, irrepetivelmente, ocorre, tem lugar”, e o mundo da cultura, o mundo das criações ideológicas, religiosas, científicas, jurídicas, pedagógicas, artísticas, etc. O grande problema, para Bakhtin, é a separação entre esses dois mundos, algo comum à sua época (e também à nossa), configurando, assim, visões de mundo teoricistas, esteticistas, juridicistas, etc. (GEBAKH, 2016, p. 150).

Esse posicionamento do Círculo de Bakhtin levou e leva o Gebakh a também se posicionar sobre a relação teoria e prática, da seguinte forma:

Dentro dessa perspectiva, o grupo tem sido marcado por uma visão *antiteoricista* e *anticientificista* do fazer científico, da construção de conhecimento. Para isso, busca diálogos com outros campos do saber, como a Educação, a Sociologia, a Antropologia, os Estudos Culturais, etc. Ainda surpreende como nossas pesquisas, especialmente na Linguística, mas não só, são obedientes ao cartesianismo, ao abstracionismo, ao positivismo, enfim, enquanto as realidades concretas, com as quais nos deparamos, são dinâmicas, multiplanares. Teorias e categorias rígidas de texto, discurso, gênero, sujeito, autoria, educação, não dão conta dessa multiplicidade e complexidade. É imprescindível uma outra ciência, uma *heterociência*, que possa compreender realidades complexas como as das línguas minoritárias e suas práticas de ensino e tradução, ideologias não-oficiais, como a ideologia dos jovens, do movimento hip hop, dos negros, dos surdos, dos indígenas, a arte contemporânea, as novas tecnologias, etc. (GEBAKH, 2016, p. 151).

Por fim, a questão da (inter)subjetividade, em Bakhtin, não se desvincula das noções de responsabilidade e responsividade. O ato individual é único, singular e, por isso mesmo, responsivo e responsável, porque tem em seu horizonte o outro, a alteridade:

Há três grandes características na concepção moderna de sujeito: o universalismo (não-singularidade), o racionalismo (logicismo, não-ideológico), o cognitivismo (não prático, não à experiência). A concepção moderna de sujeito é atravessada, no contexto do positivismo, por um “teoricismo fatal”, a abstração do meu eu singular (como se “eu” não existisse). Um efeito dessa visão de mundo ‘maquinal’, forjada, principalmente, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, e consolidada no século XIX, é a transformação ou pelo menos a tentativa de transformar tudo em técnicas. E ainda vivemos uma atualidade em que o pragmatismo, o tecnicismo, o funcionalismo são “forças” de um mesmo discurso. (GEBAKH, 2016, p. 158).

É com base nessa *heterociência*, que visa, principalmente, auscultar as relações dialógicas em toda parte, que o Gebakh tem procurado compreender os seus sujeitos de pesquisa, limiares, contraditórios. Nesse sentido, o foco principal é nas relações

dialógicas desses sujeitos. A linguagem, o discurso, os textos são pensados, também, como sujeitos em processo, inacabados, constituídos dialógica e ideologicamente.

Em continuidade a essas reflexões, avançamos para a parte final deste trabalho, cujo objetivo é compreender de que formas se expressa a produtividade da teoria bakhtiniana nos estudos linguísticos brasileiros, tomando a Revista *PERcursos Linguísticos* como parâmetro de observação.

### **O Círculo nas ciências da linguagem: focalizando produções da *PERcursos Linguísticos***

Focalizamos nesta seção a segunda esfera de apreciação da abrangência qualitativa dos estudos bakhtinianos nas ciências da linguagem. Especificamente, e em conformidade com a proposta na qual este artigo está inserido, utilizamos como recorte os números publicados pela Revista *PERcursos Linguísticos* desde sua criação, em 2011, até a última publicação do ano de 2020. Buscamos, através deste estudo, não apenas percorrer historicamente pelas contribuições da *PERcursos* enquanto plataforma de divulgação científica dos estudos linguísticos, como também observar qualitativamente de que maneiras as ciências da linguagem têm recepcionado e desenvolvido suas propostas ancoradas na filosofia bakhtiniana.

Conforme afirmamos, trata-se de um estudo bibliográfico e de natureza qualitativa. Apesar de não ignorarmos a representatividade do quantitativo de trabalhos filiados à teoria bakhtiniana publicados na *PERcursos Linguísticos*, é de maior relevância observar e analisar quais temas fazem interface mais frequente com os estudos bakhtinianos. Assim, identificamos ao menos duas importantes características nessa proposta em específico: a de ser um documento de memória, que visa contribuir na viabilização do acervo existente na história da revista em sua primeira década de existência, e a de contribuir no norteamento da leitura de pesquisadores e interessados na teoria bakhtiniana sobre

parte do estado da arte produzido pelos postulados do Círculo na academia brasileira.

Com a finalidade de selecionarmos criticamente os trabalhos já publicados na *PER* cursos, visto que são muitos ao longo de uma década de contribuição científica do periódico, estabelecemos alguns parâmetros para enquadramento dos artigos considerados de filiação bakhtiniana, tais como: presença de trabalhos do Círculo de Bakhtin na composição teórico-metodológica; aplicação de conceitos-chave do Círculo ao processo de análise; trabalho a partir dos postulados do Círculo em interface com outras áreas/teorias dos estudos da linguagem. Nesse processo, não foram selecionados artigos que citassem os estudos bakhtinianos apenas como exemplificação/contextualização ou que não apresentassem engajamento em exercitar conceitos-chave do Círculo, mesmo que em interface com outras correntes de pensamento. Assim, com base nos parâmetros delineados, pudemos selecionar sessenta e cinco trabalhos, tornando-se objeto de nosso estudo.

Os títulos selecionados das edições da revista, e que poderão ser visualizados em detalhes no Anexo I, passaram por uma análise que tinha como objetivo identificar temas principais presentes no trabalho com a teoria bakhtiniana.

A respeito do tema mais presente nos sessenta e cinco trabalhos selecionados, a educação linguística e suas vertentes afins (ensino-aprendizagem de língua materna e estrangeira, aquisição da escrita, produção textual, avaliação educacional, letramentos etc.) são os de maior volume. Entender a abrangência dos trabalhos do Círculo na pesquisa e nas publicações voltadas à educação linguística requer uma compreensão de que há uma pertinência incutida da perspectiva bakhtiniana para se pensar a linguagem no contexto educacional e nas relações estabelecidas pelos sujeitos mediadas pela esfera escolar.

A respeito da pertinência do pensamento do Círculo nos estudos da linguagem endereçados a práticas educacionais, comumente localizados na área da Linguística Aplicada, entendemos que tal convergência se dá pela constituição teórico-

filosófica bakhtiniana caminhar na esteira da alteridade, permitindo um horizonte dialógico que alcance as dissonâncias, em geral marginalizadas pelo discurso oficial. Magalhães e Silva (2016, p. 985) propõem compreender essa perspectiva como

[...] movimento de ouvir o outro a partir de um lugar que não é o do poder, o do *mainstream*, mas do lugar do próprio outro a quem se deseja ouvir parece, de algum modo, ecoar o movimento inerente às investigações discursivas de orientação dialógica tal como postulada por Mikhail Bakhtin e o Círculo. Isso porque, para esses pensadores russos, a tarefa das ciências humanas envolve o desafio de tomar como objeto de estudo um sujeito que se enuncia, que diz de si e, por isso, como bem pondera Amorim (2004), constitui um objeto não apenas falado – condição de qualquer objeto – mas também falante – especificidade do objeto em ciências humanas. Portanto, dessa perspectiva, na relação que o investigador estabelece com o objeto, há o desafio de aquele estabelecer uma trama dialógica que prevê justamente a sensibilidade de ser alterado pelo que o objeto diz de si sem, no entanto, perder-se de seu lugar de pesquisador. (grifo dos autores).

Cabe, desse modo, indagar em que medidas a esfera escolar, bem como as práticas de linguagem nela realizadas, pode ser entendida para fora do *mainstream*, visto que também podemos enxergá-la dentro de sua institucionalidade, poder e, por que não, violência simbólica, conforme asseverado por Bourdieu ([1989] 2010). Sem desconsiderar a historicidade silenciadora (BAKHTIN, 2013), bem como o neoliberalismo que também dela se apropria, é na perspectiva bakhtiniana que não perderemos de vista a centralidade constitutiva da esfera escolar: os sujeitos que existem e resistem no dia a dia alteritariamente entre si e com o discurso oficial, concretizado nos documentos que legislam sobre a organicidade e o currículo educacional nacional.

Um encaminhamento dado pelo Círculo e que nos permite compreender sua adequação para se investigar a linguagem em práticas educacionais está na própria proposta de signo, defendida por Volóchinov como aquele que

[...] só pode surgir em um *território interindividual*, que não remete à “natureza” no sentido literal dessa palavra. O signo tampouco surge entre

dois *Homo sapiens*. É necessário que esses dois indivíduos sejam *socialmente organizados*, ou seja, componham uma coletividade – apenas nesse caso um meio sócio pode formar-se entre eles. A consciência individual não só é incapaz de explicar algo nesse caso, mas, ao contrário, ela mesma precisa de uma explicação que parta do meio social e ideológico (VOLÓCHINOV, 2017, p. 96-97, grifos do autor).

A esse respeito, consideramos a esfera escolar o lugar no qual os confrontos interindividuais, éticos, ideológicos, políticos, históricos e sociais ocorrem em meio ao processo formativo de ensino-aprendizado. Em termos mais práticos, podemos visualizar os confrontos obtidos das relações dialógicas da esfera escolar em diversas assimetrias e dinâmicas, que vão desde os efeitos muitas vezes monologizantes do discurso oficial que legisla politicamente o ensino-aprendizagem, até a compreensão do sujeito estudante em sua historicidade e ideologia constitutivas. Assim, munidos de uma perspectiva que concebe a esfera escolar como território da interindividualidade, reconhecemos a compatibilidade dos estudos bakhtinianos para o debate das práticas linguísticas, discursivas e pedagógicas, em constante reconhecimento de sua dimensão histórica, social e ideológica.

No interesse por uma perspectiva ideológica do signo, somos conduzidos, via teoria bakhtiniana, à recepção do sujeito em sua dialogicidade responsiva, manifestada nas esferas de atividade humana, como é o caso da escola. A esse respeito, concordamos com a percepção de Sampaio (2009, p. 45), quando afirma que

O que Bakhtin (1993; 1997) está propondo é um paradigma filosófico moral de interpretação da realidade de atos responsáveis por sujeitos responsáveis. Isso fica claro quando ele reconhece que uma filosofia do ser-evento unitário e único, tanto em relação ao seu conteúdo-sentido como de um produto objetivado, não pode ser abstraída do ato-ação real, único e de seu autor – aquele que está pensando teoricamente, contemplando esteticamente e agindo eticamente.

Desse modo, consideramos que as ações do sujeito em sociedade guiam-se, sob o olhar bakhtiniano, por uma consciência de responsabilidade. O Círculo compreende que, por exemplo, uma

composição teórica, apesar de essencialmente não alcançar a moral do sujeito, é recepcionada e trabalhada em consonância com a ética e responsabilidade que o guiam em sua participação social. A partir de tais noções, questionamos: de que maneiras esse tipo de premissa orienta a pesquisa e o debate sobre o ensino e na educação linguística? Em busca de um encaminhamento a tal problematização, recuperamos a proposta de Sobral e Giacomelli (2018, p. 25) para se pensar a escola dialético-dialógica, na defesa de que esta

[...] reconhece, sem idealismos, que há um nível de troca - tensa, complexa e sujeita a erros, como tudo no mundo humano - em que todos os sujeitos sempre ganham, porque aquilo que cada sujeito dá em troca permanece com ele, somando-se ao que ele recebe, o que aumenta os saberes sociais e, portanto, torna o mundo mais rico. Trata-se da troca de pontos de vista sobre o mundo, que negocia sua objetivação e sua apropriação, uma vez quem, por menos que saiba, todo sujeito traz em si saberes que os outros não têm - porque são outros seres.

Como exemplos de práticas em educação linguística orientada pela perspectiva dialético-dialógica do Círculo, trazemos alguns trabalhos publicados na Revista *Percursos* e que nos permitem compreender de que maneiras essa proposta é enunciada.

O primeiro deles, intitulado “Língua e cultura trançadas na palha: relação entre ensino aprendizagem e representações identitárias em Porto do Sauípe, Bahia”, de Cristiane Santana Sodré, foi publicado no primeiro número da revista, em 2011. O artigo tem como objetivo a discussão do conceito de língua, cultura e identidade em meio ao processo de ensino-aprendizado, focalizando as narrativas orais no contexto escolar. A autora movimentada, além da perspectiva bakhtiniana, outras perspectivas que são colocados em interface, como as de Hall (2006), de Bhabha (2007), de Rajagopalan (1998), de Signorini (1998) e de Moita Lopes (1998). Um aspecto importante a ser destacado nessa produção é sua atenção à historicidade dos sujeitos e de onde enunciam como componente constituinte da produção científica.

O artesanato de palha é uma atividade essencialmente feminina, passada através de gerações de maneira espontânea e capaz de representar plenamente um papel educativo, de formação ética e cultural. Enquanto trançavam a palha, extraída da palmeira da piaçava, as artesãs compartilhavam e transmitiam contos e cantos tradicionais, perpetuando a voz dos descendentes de escravos e de senhores de uma pretérita aristocracia rural. (SODRÉ, 2011, p. 92-93).

Importa, como bem aponta o trabalho de Sodré, reconhecer o papel referencial e simbólico do trançar da palha, na constituição dos sujeitos da região e, conseqüentemente, para o artigo analisado, por sua filiação ao Círculo, permitindo-nos observar a condução da heterociência bakhtiniana.

A interpretação das estruturas simbólicas tem de entranhar-se na infinitude dos sentidos simbólicos, razão porque não pode vir a ser científica na acepção da índole científica das ciências exatas. A interpretação dos sentidos não pode ser científica, mas é profundamente cognitiva. Pode servir diretamente à prática vinculada às coisas. 'Cumprir reconhecer a simbologia não como forma não científica, mas como heterocientífica do saber, dotada de suas próprias leis e critérios internos de exatidão' (*Aviérintsiev*) (BAKHTIN, 2011, p. 399).

Desse modo, a perspectiva dos estudos bakhtinianos, corporificada na práxis da pesquisa contemporânea, conduz a um engajamento em reconhecer os sentidos, as identidades e as inexatidões, em geral excluídos da ciência convencional, como horizontes nos quais as relações dialógicas também se estabelecem, fornecendo-nos caminhos de uma compreensão não mecanizada do sujeito e suas existências na e pela linguagem.

Ainda no artigo de Sodré, em suas considerações sobre o trabalho com gêneros orais na escola e sua relação intrínseca com a constituição histórica e situada da comunidade investigada, somos confrontados com encaminhamentos que auxiliam no desafio de repensarmos a esfera escolar, bem como o trabalho com a língua (gem) na Linguística Aplicada.

Muitos estudiosos, a exemplo de Luiz Paulo da Moita Lopes, fazem um trabalho de empoderamento de minorias através de narrativas orais em sala de aula. O propósito é observar como as identidades vão sendo construídas por meio dessas narrativas, do diálogo estabelecido entre um EU e um OUTRO. No caso das narrativas orais, a ideia de que os alunos poderão conhecer sua cultura, ouvindo as histórias que os avós contam, além de terem a possibilidade de fazer uma releitura do que ouvem, é crucial para entender essa relação dialógica de que fala Bakhtin e as relações de poder que existem na sociedade. (SODRÉ, 2011, p. 105).

Depreendemos, a partir da experiência de Sodré, sobre a importância do horizonte bakhtiniano nas práticas em linguagem, sobretudo as situadas em sala de aula. É no princípio alteritário do Círculo, e em seu reconhecimento da constituição do eu pelo e com o outro, que o trabalho na e com a escola não só é visualizado como acontecimento das relações humanas, como também poderemos, enquanto linguistas, professores e interessados pelos estudos da linguagem, buscar na vida escolar subsídios para uma compreensão prática dos postulados de Bakhtin.

Outro destaque que damos sobre trabalhos bakhtinianos situados no ensino-aprendizado de língua e publicados na *PERcursos Linguísticos* é o artigo “Perspectiva dialógica de ensino no aprendizado do português para estrangeiros e as constituições de *ethos*”, de Rita de Cássia Souto Maior e Márcia Vanessa Souza, de 2018. A partir de uma proposta de interface da perspectiva dialógica bakhtiniana aliada ao conceito de *ethos*, de Maingeneau (2008) e Amossy (2005), as autoras refletem sobre o contexto cultural de ensino-aprendizagem de português como língua estrangeira (PLE), do qual sobressaem por parte dos estudantes diversas construções de *ethos* do que é ser brasileiro e de si próprios, enquanto sujeito que aprende uma língua estrangeira.

Sobre a dimensão da subjetividade, consideramos que essas construções de *ethos* do/a brasileiro/a no contexto de ensino de Português para Estrangeiros revelam a construção do próprio *ethos* desse/a aluno/a, levando-nos, como professores/as, a compreender as diferenças culturais a partir da noção de diferença do outro (estrangeiro/a). Para o/a aluno/a desses cursos, é uma tarefa extremamente positiva quando o/a docente problematiza explicitamente esse

aspecto, porque ao mesmo tempo que a ação docente desestabiliza “verdades”, reconduz os indivíduos para o espaço da convivência ética. Como o contexto social nos fornece práticas culturais do local onde vivemos que adquirimos ao longo do tempo (WOODWARD, 2014), quando nos deparamos com diferenças, é possível observar que os discursos são construídos socialmente e a partir do outro numa relação de *alteridade* (BAKHTIN, 2014). (SOUTO MAIOR; SOUZA, 2018, p. 26, grifo das autoras).

Um aspecto presente no trabalho das autoras, além de também ocorrer na experiência de Sodré, é a indissolubilidade entre língua, cultura e, conseqüentemente, o lugar do sujeito frente às suas relações. Tendo a linha bakhtiniana no processo investigativo, conduzem a uma compreensão complexa do quanto esses elementos se imbricam nas relações dialógicas, inerentes à vida. A esse respeito, recuperamos Bakhtin (2011, p. 366), que propõe:

A cultura do outro só se revela com plenitude e profundidade (mas não em toda a plenitude, porque virão outras culturas que a verão e compreenderão ainda mais) aos olhos de *outra* cultura. Um sentido só revela as suas profundidades encontrando-se e contactando com outro, com o sentido do outro: entre eles começa uma espécie de diálogo que supera o fechamento e a unilateralidade desses sentidos, dessas culturas. Colocamos para a cultura do outro novas questões que ela mesma não se colocava; nela procuramos resposta a essas questões, e a cultura do outro nos responde, revelando-nos seus novos aspectos, novas profundidades do sentido.

A reflexão crítica do Círculo sobre a cultura e seu acontecimento na recepção alteritária que a reconhece e a potencializa é um desafio para o ensino-aprendizado em linguagem, especificamente. No aprendizado de uma língua adicional, como é o caso do trabalho em questão, são colocados em pauta posicionamentos sociais que cristalizam a língua, em busca de sua apreensão enquanto objeto estático, ou sinal (VOLÓCHINOV, 2017). A partir de uma perspectiva responsiva com a linguagem, o ensino-aprendizado da língua traz para dentro de seu escopo o conhecimento das identidades alteritárias que compõem a constituição linguística, corporificada em enunciados concretos que se estabelecem na interação verbal. Na mesma

perspectiva, Souto Maior e Souza (2018, p. 36-37) a partir de sua experiência de análise afirmam que

[...] adotar uma abordagem de ensino dialógica na sala de aula implicou uma reflexão sobre o processo de ensino/aprendizagem de Português para Estrangeiros como um lugar onde os significados podem ser construídos por meio de uma ação-reflexão-ação e que provocam opiniões e representações de identificações culturais (HALL, 2006) por meio da língua-alvo, fazendo com que o sujeito seja instigado a dialogar em uma língua estrangeira, a partir de discussões temáticas sobre seus próprios interesses e curiosidades, numa perspectiva de desnaturalizações (SOUZA, 2017).

Outros dois trabalhos escolhidos dentre os destacados são “Prática de análise linguística no ensino fundamental e sua relação com os gêneros discursivos”, de Terezinha da Conceição Costa-Hübes, publicado em 2017, e “Bakhtin e linguística aplicada: ações metodológicas na construção do ensino de língua portuguesa”, de Flávio Biasutti Valadares e Marcela Langa, de 2012. Apesar de os artigos trabalharem com temáticas distintas entre si, há um ponto de convergência em suas discussões e que diz respeito ao lugar dos gêneros discursivos na escola brasileira, desde sua presença em documentos curriculares até os projetos de didatização do gênero como objeto de ensino da educação linguística.

Dentre os documentos curriculares, citamos os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que contemplam as etapas de educação básica e obrigatória brasileira, tendo como objetivo principal fornecer orientações curriculares às escolas de todo o território nacional. Neles, há a especificação de abordagens e perspectivas sobre o ensino em todos os componentes curriculares obrigatórios do sistema educacional, a fim de cumprir acordos iniciados em 1990 na Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida na Tailândia e que foi assinada por nove países, incluindo o Brasil. Especificamente, na elaboração do documento para língua portuguesa, foram tratadas as perspectivas de linguagem que entrariam em vigor no sistema escolar, bem como a

inclusão dos gêneros discursivos enquanto objeto de ensino de leitura, compreensão e produção de textos.

Surge, diante de tal contexto, a necessidade de compreender e problematizar a transposição didática dos gêneros discursivos, enquanto tipos relativamente estáveis (BAKHTIN, 2011), para o dia a dia da escola que convive continuamente com a perspectiva da avaliação como crivo da existência subjetiva dos estudantes nesta esfera. Assim, é possível considerar que as pesquisas e publicações sobre os gêneros discursivos são, especialmente na academia brasileira, permeadas por minimamente dois propósitos: o de se compreender de que maneiras os postulados bakhtinianos se atualizam diante das novas demandas de interação verbal via gêneros, e o de se observar qualitativamente como ou se tem sido possível na escola brasileira a vivência dos gêneros discursivos, apesar do molde avaliativo que os enclausura sistematicamente.

O caminho de compreensão dos gêneros do discurso à luz do pensamento bakhtiniano exige que se parta de seu pressuposto social, histórico e dialógico da linguagem, que acompanha a perspectiva do Círculo. Mesmo o signo, elemento de partida que constituirá o gênero, é uma refração ideológica do sujeito que enuncia em meio à interação verbal. “O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desses ou daquele campo da atividade humana” (BAKHTIN, 2011, p. 261).

Em face da existência dos gêneros discursivos enquanto conteúdo conceitual de documentos que regulamentam o currículo escolar, são colocadas em tensão duas forças: de um lado a sistematização do conhecimento, pelos sistemas escolares que são exigidos a se comprometer com uma prática voltada aos processos seletivos e avaliativos, e do outro a constituição dialógica e alteritária do gênero refletido e refratado pela vida, que não é sistematizável.

A respeito do contexto do gênero discursivo no dia a dia da escola, recuperamos o posicionamento de Costa-Hübes (2017, p. 283), que defende

[...] na escola, estudamos o enunciado na maioria das vezes distante de seu contexto de produção, deslocando-o para a sala de aula, desprendendo-o de sua real função social, já que, nesse âmbito, passa a ser estudado como um procedimento de uso da linguagem a ser ensinável. Todavia, mesmo que em uma situação de ensino não seja possível garantir a sua real concreticidade e toda a amplitude que o momento histórico lhe confere, é possível olhar, desse lugar do ensino, para seu contexto sócio-histórico e ideológico e reenunciá-lo, repensá-lo, reconhecê-lo, revisitá-lo; é possível resgatar seu momento de produção e todo o contexto que o envolve; é possível aproximar-nos dos elementos extraverbiais para melhor compreendê-lo. Entendemos que o processo de ensino envolve enunciados de diferentes gêneros; por isso, possibilita que o aluno reflita, analise, compreenda e visualize os diferentes contextos de usos da linguagem. Portanto, defendemos a importância de se trabalhar com os gêneros na sala de aula, mesmo que em situação didática.

A experiência da pesquisadora, em seu artigo cujo objetivo era propor uma possibilidade de trabalho à Prática de Análise Linguística (PAL) a partir do gênero discursivo autobiografia, subsidiando a prática docente no contexto do ensino fundamental, coloca essa zona de conflitos como uma esfera a ser considerada e vivida, em virtude das potencialidades da perspectiva dialógica da linguagem que acompanham a constituição do gênero bakhtiniano. Ao mesmo tempo, colocamos essa perspectiva em interface com a consideração de Valadares e Langa (2012, p. 37) que levantam outra percepção sobre esse tema, em seu artigo que expõe a potencialidade da perspectiva bakhtiniana na condução metodológica do ensino de língua portuguesa:

Cabe, aqui, destacarmos que a teoria dos gêneros foi tão fortemente difundida, passando, inclusive, a orientar documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que houve grande desgaste na teoria proposta por Bakhtin (1952/53), isto é, com sua difusão, um dos principais estrangulamentos teóricos refere-se à objetificação dos gêneros, prática adotada principalmente nas escolas de educação básica, o que fez com que os gêneros, que deveriam ser instrumentos (porque instituem a interação), passassem a ser objetos de estudo, e a ação escolar tende a ser organizada, previamente, com a definição de quais gêneros serão estudados em cada série.

Ambas as considerações colocam em relevo a complexidade que se instaura em torno do conceito de gêneros discursivos e em seu acontecimento didático na vida da escola, sobretudo a pública. Ao mesmo tempo que é possível observar as ideologias que se reverberam em sistematizações curriculares que travam, enquadram e compreendem o gênero discursivo na limitação avaliativa, há também de se considerar uma valoração de resistência no trabalho com os gêneros discursivos, como reconhecimento de que as relações dialógicas estabelecidas alteritariamente são processos inerentes do ser/estar na escola.

Ainda, cabe reiterar que a existência do conceito de gêneros discursivos nos documentos do currículo escolar para ensino-aprendizado de texto é uma realidade que não pode ser ignorada, o que mostra, com ainda mais força, a importância de publicações científicas voltadas ao tema, uma vez que seu papel social é o de problematizar, propor e ressignificar a recepção dos gêneros discursivos no sistema escolar, contribuindo, em escuta ativa à realidade escolar, com encaminhamentos que visem a uma prática cada vez mais dialógica. É o que também afirmam Valadares e Langa (2012, p. 38):

Assim, para um ensino produtivo de língua portuguesa, com base nos preceitos filosóficos que apresentamos, devemos entender o texto como texto-enunciado, ou seja, como materialização dos usos da língua nas interações instituidoras por meio dos gêneros. Em outras palavras, praticar o ensino da língua tendo o gênero como instrumento de ensino significa levar o aluno a entender, mais que sua estrutura gramatical, suas condições de produção, e a escola existe para habilitar os indivíduos à vida social. O foco, portanto, deve ser as práticas (orais e escritas) de uso da língua em diferentes atividades humanas, e não leitura e produção de texto.

Os exemplos trazidos, apesar de não exaurirem a produtividade do Círculo nos trabalhos em Linguística Aplicada focados no contexto de educação linguística, são demonstrativos do impacto paradigmático que a filosofia bakhtiniana provoca no lugar do pesquisador diante de sua prática. Em outras palavras, consideramos que há um diferencial explícito nos postulados de

Bakhtin que não apenas fornecem um enquadre teórico distinto, mas que provocam uma postura analítica que abarca a historicidade e as ideologias como inerentes de seu escopo.

À pesquisa com a educação linguística, em específico, visualizamos um campo profícuo para o trabalho via teoria bakhtiniana. Apesar de contarmos com produções do Círculo em documentos do currículo educacional brasileiro (PCNs e PCNEM, de maneira explícita), reconhecemos que essa apropriação se deu de maneira objetificada em uma agenda que ignora a dimensão dialógica contida na vertente bakhtiniana. Assim, na posição de professores de língua e de pesquisadores, consideramos primordial tomar os postulados do Círculo como filosofia primeira que nos auxilia no debate do discurso oficial.

Do ponto de vista da socialização científica, visualizamos na *Percursos Linguísticos* uma plataforma potente para a divulgação de propostas inscritas nos estudos bakhtinianos. Por sua constante abertura às diversas linhas de pesquisa linguística, mostra-se, historicamente, como um espaço de constante diálogo de saberes dentro da Universidade Federal do Espírito Santo.

## Referências

AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BAKHTIN, M. *Problemas da Poética de Dostoiévsky*. 5ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2008.

BAKHTIN, M. Os estudos literários hoje. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4.ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4.ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

- BAKHTIN, M. *Questões de estilística no ensino de língua*. Tradução, posfácio e notas: Sheila Grillo e Ekaterina Vólkora Américo. 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 2013.
- BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 2010.
- BOURDIEU, P. *O poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- COSTA-HÜBES, T. C. Prática de análise linguística no ensino fundamental e sua relação com os gêneros discursivos. *PERcursos Linguísticos*, v. 7, n. 14, p. 270-294.
- GEBAKH. A palavra viva do Círculo de Bakhtin apimentando a moqueca linguístico-educacional capixaba. *RevistAleph*, nº 25, 2016, p. 141-165.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MAGALHÃES, A. S.; SILVA, A. P. P. F. Heterogeneidade na pesquisa em Linguística Aplicada: dialogismo como princípio da construção do conhecimento. *D.E.L.T.A.*, n. 32, v. 1, 2016, p. 981-1010.
- MAINGUENEAU, D. A propósito de ethos. In: MOTTA, A. R; SALGADO, L. (org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários*: introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Ekaterina Vólkova Américo e Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOITA LOPES, L. P. Discursos de identidade em sala de aula de leitura de L1: a construção da diferença. In: SIGNORINI, I (Org.). *Linguagem e identidade*: elementos para discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- MOITA LOPES, L. P. Da aplicação da Linguística à Linguística Aplicada Indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, P. *Linguística Aplicada*: um caminho com diferentes acessos. Editora Contexto, SP, 2009, p. 11-24.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (Org.) *Linguagem e identidade: elementos para discussão no campo aplicado*, Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SAMPAIO, M. C. H. A propósito de para uma filosofia do ato (Bakhtin) e a pesquisa científica nas Ciências Humanas. *Bakhtiniana*, v. 1, n. 1, 2009, p. 42-56.

SOBRAL, A.; BRAMBILA, G.; GONCALVES, J. C. Dialogia, Linguística Aplicada e tradução: uma entrevista com Adail Sobral, comentada por Jean Gonçalves. *PERcursos Linguísticos (UFES)*, v. 7, 2017, p. 13-41.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Comentários sobre o círculo de Bakhtin e Vygotsky para uma concepção dialógica de educação. *PERcursos Linguísticos*, v. 8, n.19, 2018, p. 12-27.

SODRÉ, C. S. Língua e cultura trançadas na palha: relação entre ensino aprendizagem e representações identitárias em Porto do Sauípe, Bahia. *PERcursos Linguísticos*, v. 1, n. 1, 2011, p. 92-106.

SIGNORINI, I. (Des) construindo bordas e fronteiras: letramento e identidade social. In: SIGNORINI, I (Org.). *Linguagem e identidade: elementos para discussão no campo aplicado*, Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

SOUTO MAIOR, R. C.; SOUZA, V. M. Perspectiva dialógica de ensino no aprendizado do português para estrangeiros e as constituições de ethos. *PERcursos Linguísticos*, v. 8, n. 18, 2018, p. 23-38.

VALADARES, F. B.; LANGA, M. Bakhtin e linguística aplicada: ações metodológicas na construção do ensino de língua portuguesa. *PERcursos Linguísticos*, v. 2, n. 6, 2012, p. 29-45.

VOLÓCHINOV, V. N. A construção da enunciação. In: VOLÓCHINOV, V. N. *A construção da enunciação e outros ensaios*. Organização, tradução e notas de João Wanderley Geraldi. Edição e supervisão da tradução Valdemir Miotello. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013 [1930].

VOLÓCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: editora 34. 2017.

ZANDWAIS, A. O Ser, o Acontecimento e o Outro tomados a partir da ótica do 'Círculo de Bakhtin'. IN: VIDON, L.; ZANDWAIS, A. *A pesquisa sob o enfoque dos estudos do Círculo de Bakhtin*. Vitória, ES: EDUFES, 2019.

**Anexo I – Trabalhos de filiação bakhtiniana publicados na *PERcursos Linguísticos* (2011-2020)**

AUTORIA	TÍTULO	EDIÇÃO
DE PAULA, Adriana.	Desenho e escrita: duas formas de manifestação de um querer-dizer	N. 1 v. 1 2011
SODRÉ, Cristiane Santana.	Língua e cultura trançadas na palha: relação entre ensino aprendizagem e representações identitárias em Porto do Sauípe, Bahia	N. 1 v. 1 2011
MONTEIRO, Isaura.	Indícios de autoria em narrativas de estudantes	N. 2 v. 1 2011
SANTOS-DE-ARAÚJO, Jefferson.	O trabalho pedagógico de uma professora e suas concepções sobre gêneros orais no primeiro ano do ensino fundamental	N. 2 v. 1 2011
ALMEIDA, Maria Angélica.	As escolhas discursivas na produção escrita de um sujeito-criança: subjetividade, gênero e ethos	N. 2 v. 1 2011
LEMONS, Luana.	A incorporação do discurso alheio: a análise de uma reportagem	N. 3 v. 1 2011
DIONÍSIO, Mariléia Tenório.	A questão do valor na linguagem para (o círculo de) Bakhtin	N. 3 v. 1 2011
MOREIRA, Tatiana Aparecida.	A constituição da subjetividade em raps dos racionais Mc's	N. 3 v. 1 2011
FERRAZ, Luana; CARMELINO, Ana Cristina.	O estilo nos contos de Chico Anysio: uma análise linguística	N. 4 v. 2 2012
OLIVEIRA, Gisele de Freitas.	A função de orientador argumentativo dos rótulos em artigo de opinião: uma questão de entonação de valores sociais	N. 5 v. 2 2012

FROSSARD, Elaine.	Vozes que revelam: como entender a manipulação nos gêneros midiáticos através da polifonia	N. 6 v. 2 2012
VALADARES, Flávio Biasutti; LANGA, Marcela.	Bakhtin e linguística aplicada: ações metodológicas na construção do ensino de língua portuguesa	N. 6 v. 2 2012
VIDON, Luciano; SANTOS, Izabelle de Jesus dos; RICARDO, Flávia Conceição da Rocha; SANTOS, Rejiane dos.	Subjetividade e dessubjetivação em textos dissertativo-argumentativos: concepções, propostas pedagógicas e práticas de produção de texto	N. 8, v. 4, 2014
SILVA, Ananias Agostinho da.	Por uma redefinição do conceito de gênero	N. 8, v. 4, 2014
NOGUEIRA, Mayara Oliveira.	Olhares bakhtiniano e vygotkiano: contribuições teóricas às pesquisas em contextos pedagógicos	N. 9 v. 4, 2014
SEIDEL, Verônica Franciele.	Enunciado: um contraponto entre os conceitos de Benveniste e Bakhtin	N. 10, v. 5, 2015
SANTOS, Tiago Souza.	A avaliação da produção textual no ensino médio	N. 11 v. 5 2015
CELESTINO, Ricardo; COSTA, André Lopes da.	O amor de Mariana Alcoforado: a noção de conceito e a categoria de gêneros de discurso em cartas portuguesas	N. 11 v. 5 2015
BRAMBILA, Guilherme.	O gênero discursivo dentro da escola: dialogia, avaliação e subjetividade	N. 12 v. 6 2016
AMARAL, Gabriela Pacheco.	Um eu de Graciliano Ramos que se desdobra em diversos eus no romance	N. 13, v. 6 2016
PRADO, Losana Hada de Oliveira.	Intertextualidade, crônica, mídia impressa	N. 13, v. 6 2016

SOBRAL, Adail; GONÇALVES, Jean Carlos; BRAMBILA, Guilherme.	Dialogia, linguística aplicada e tradução: uma entrevista com Adail Sobral, comentada por Jean Gonçalves	V. 7 n. 14 (2017)
SANTOS, Layane Rodrigues de Lima.	Interação autor/leitor na gramática descritiva: por uma educação linguística	V. 7 n. 14 (2017)
COSTA-HÜBES, Terezinha da Conceição.	Prática de análise linguística no ensino fundamental e sua relação com os gêneros discursivos	V. 7 n. 14 (2017)
GUIMARÃES, Joice Eloi.	Língua portuguesa em Timor-Leste: análise de orientações para o ensino da escrita	V. 7 n. 14 (2017)
QUARANTANI, Ana Paula; LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia.	O gênero discursivo crítica de games: caracterização	V. 7 n. 14 (2017)
MARLOW, Rosani Muniz.	Piada em sala de aula é coisa séria: o potencial dos textos chistosos para o ensino de língua portuguesa	V. 7 n. 15 (2017): Revista percursos Linguísticos - Dossiê temático: linguagem humorística
GONÇALVES, Tamiris Machado.	Charge e humor: eis a questão	V. 7 n. 15 (2017): Revista percursos Linguísticos - Dossiê temático: linguagem humorística
OLIVEIRA, Naiara Medeiros de; JÚNIOR, Orison Marden Bandeira de Melo.	Da oralidade ao ideograma no conto The man who was almost a man de Richard Wright: uma análise dialógica	N. 16 v. 7 2017

STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos; DO VALE, Rosiney Aparecida Lopes.	O ensino médio e o desenvolvimento de competências para que o aluno continue seu aprendizado: o Enem e o vestibular	V. 7 n. 17 (2017): Revista percursos Linguísticos - Dossiê- O texto em sala de aula: práticas e sentidos
ANGELO, Cristiane; MENEGASSI, Renilson.	Práticas de análise linguística e de escrita em sala de apoio à aprendizagem	V. 7 n. 17 (2017): Revista percursos Linguísticos - Dossiê- O texto em sala de aula: práticas e sentidos
SOUTO MAIOR, Rita de Cássia; SOUZA, Márcia Vanessa dos Santos.	Perspectiva dialógica de ensino no aprendizado do português para estrangeiros e as constituições de ethos	V. 8 n. 18 2018
SOUZA, Ester Maria Figueiredo; LADEIA, Rayana Thyara Lima Rêgo.	O livro didático de língua portuguesa: um destaque discursivo para o ensino de gramática	V. 8 n. 18 2018
CABRAL, Éderson de Oliveira; PIRES, Vera Lúcia.	Uma análise semiolinguística do esquete encontro	V. 8 n. 18 2018
ARAÚJO, Maria Dolores Martins de; FILHO, Sinval Martins de Souza; LIMA, Lucineia Mendonça de.	Espelho, espelho meu: concepções de linguagem e ensino de gramática/análise linguística no ensino médio	V. 8 n. 18 2018
SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina.	Comentários sobre o Círculo de Bakhtin e Vygotsky para uma concepção dialógica de educação	•v. 8 •n. 19 • 2018 • Dossiê- O dialogismo nos estudos contemporâneos da linguagem

VIDON, Luciano; DA SILVA, Marina Gomes.	Gêneros do discurso argumentativo em um livro didático de português: contexto de produção e diálogo entre os gêneros	•v. 8 •n. 19 • 2018 • Dossiê- O dialogismo nos estudos contemporâneos da linguagem
BRAMBILA, Guilherme.	O dialogismo na LA contemporânea: reflexões a partir do 18º Congresso Mundial da AILA	•v. 8 •n. 19 • 2018 • Dossiê- O dialogismo nos estudos contemporâneos da linguagem
LIMA, Sandra Mara Moraes.	Sujeito em Bakhtin: autoria e responsabilidade	•v. 8 •n. 19 • 2018 • Dossiê- O dialogismo nos estudos contemporâneos da linguagem
CARVALHO, Letícia Queiroz de.	Dialogismo e literatura: contribuições para a formação do leitor crítico na educação básica	•v. 8 •n. 19 • 2018 • Dossiê- O dialogismo nos estudos contemporâneos da linguagem
GIOVANI, Fabiana; D'AVILA, Alessandra Goulart.	Rádio escolar como propulsora do dialogismo bakhtiniano	•v. 8 •n. 19 • 2018 • Dossiê- O dialogismo nos estudos contemporâneos da linguagem
FERREIRA, Maria Helena; VILLARTA-NEDER, Marco Antonio.	Imagem, sala de aula e leitura: diálogos e descobertas possíveis	•v. 8 •n. 19 • 2018 • Dossiê- O dialogismo nos estudos contemporâneos da linguagem
GONÇALVES-PENNA, Márcia de Moura; PADILHA, Simone de Jesus.	Dialogismo e interação em sala de aula de inglês com estudantes visuais (surdos) e ouvintes	•v. 8 •n. 19 • 2018 • Dossiê- O dialogismo nos estudos contemporâneos da linguagem
MARTINS, Alessandra Avila; RODRIGUES, Cíntia da Silva.	O ingresso do aluno da educação de jovens e adultos: uma análise bakhtiniana	•v. 8 •n. 19 • 2018 • Dossiê- O dialogismo nos estudos contemporâneos da linguagem

JÚNIOR, Silvio Nunes da Silva.	Relações dialógicas: movimentos axiológicos e responsivos em processos de letramento literário de graduandos em letras	•v. 8 •n. 19 • 2018 • Dossiê- O dialogismo nos estudos contemporâneos da linguagem
SIPRIANO, Benedita França; GONÇALVES, João Batista Costa.	Uma leitura dialógica da verbovisualidade dos signos 'Nordeste' e 'popular' no fascículo 'João do Vale', na coleção Nova História da Música Popular Brasileira (1977)	•v. 8 •n. 19 • 2018 • Dossiê- O dialogismo nos estudos contemporâneos da linguagem
ZAKIR, Maisa de Alcântara.	Língua e cultura no contexto Teletandem: a perspectiva discursiva de Bakhtin em foco	•v. 8 •n. 19 • 2018 • Dossiê- O dialogismo nos estudos contemporâneos da linguagem
BRAMBILA, Guilherme.	O texto em avaliação: do gênero discursivo ao cronotopo	V. 8 n. 20 2018
STRIQUER, Marilúcia dos Santos Domingos; SENE, Aline Regina Lemes de.	O desenvolvimento de capacidades de linguagem de alunos da educação básica para a produção textual do gênero discursivo/textual conto maravilhoso	V. 10, n. 24 2020
FRANCO, Ana Paula Cordeiro Lacerda; RODRIGUES, Cláudio Ribeiro; DE CASTRO, Marcelo; COELHO, Shirlene Ferreira.	Letramento acadêmico na UFMG: visões, crenças e práticas de um grupo de graduandos	V. 10, n. 24 2020

DA SILVA, Michel Pratini Bernardo; FRANCELINO, Pedro Farias.	Gestualidade em perspectiva dialógica: apontamentos nos textos volochinovianos de 1926 e 1930	V. 10 n. 25 (2020): Revista percursos Linguísticos - Dossiê: Discursos de resistência e corpos (re)existentes
GONÇALVES, Jean Carlos; BRAND, Angela María Chavera.	Cuerpo y fiesta en Bajtin	V. 10 n. 25 (2020): Revista percursos Linguísticos - Dossiê: Discursos de resistência e corpos (re)existentes
PAULA, Luciane de; DINIZ, Marana Luísa Tregues; ALMEIDA, Juliana Beatriz Prates de.	Johnny Bravo em: Johnny Bravo e o homem carnavalizado	V. 10 n. 25 (2020): Revista percursos Linguísticos - Dossiê: Discursos de resistência e corpos (re)existentes
SILVA, Rafael Oliveira da; ALVES, Maria da Penha Casado.	O corpo mágico num mundo (quase) real: ações imunológicas na fantasia distópica Temporada dos Ossos	V. 10 n. 25 (2020): Revista percursos Linguísticos - Dossiê: Discursos de resistência e corpos (re)existentes
HELOISE, Leila; FARIA, Marília.	O embate na construção identitária do personagem Eric Effiong na série Sex Education	V. 10 n. 25 (2020): Revista percursos Linguísticos - Dossiê: Discursos de resistência e corpos (re)existentes
DOS SANTOS, Rainy Sena; PINTO, Mayra.	Análise dialógica de Maria da Vila Matilde: a canção no embate contra a violência de gênero	V. 10 n. 25 (2020): Revista percursos Linguísticos - Dossiê: Discursos de resistência e corpos (re)existentes
BARBOSA, Ângela Alves de Araújo;	O ato de nomear no discurso de ódio contra a mulher	V. 10 n. 25 (2020): Revista percursos Linguísticos - Dossiê:

SILVA, Richardson; DA SILVA, Denise Lima Gomes.		Discursos de resistência e corpos (re)existentes
SILVA, Anderson.	Discurso de resistência às avessas: o caso do pronunciamento presidencial a respeito da pandemia	V. 10 n. 25 (2020): Revista percursos Linguísticos - Dossiê: Discursos de resistência e corpos (re)existentes
CONCEIÇÃO, Fabiana Zogbi Lontra da.	Da palavra viva à palavra de ordem: uma leitura da agitação e propaganda a partir do contexto russo-soviético	V. 10 n. 25 (2020): Revista percursos Linguísticos - Dossiê: Discursos de resistência e corpos (re)existentes
DOS SANTOS, Alana Driziê Gonzatti; OLIVEIRA, Maria do Socorro.	Nova(s) descoberta(s) do nosso bairro: letramento comunitário, gêneros discursivos e ação social	V. 10 n. 25 (2020): Revista percursos Linguísticos - Dossiê: Discursos de resistência e corpos (re)existentes
SOUZA, Albanyra dos Santos.	Influência espaço-temporal nas pesquisas científicas da revista Linguagem e Ensino	V. 10 n. 25 (2020): Revista percursos Linguísticos - Dossiê: Discursos de resistência e corpos (re)existentes
LUNA, Tatiana.	Entre as prescrições do concurso e a constituição do sujeito-autor: discursos de resistência em crônicas estudantis	V. 10 n. 25 (2020): Revista percursos Linguísticos - Dossiê: Discursos de resistência e corpos (re)existentes

# OS INCOMODADORES E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES E PROVOCAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA<sup>1</sup>

Daniel Ferraz<sup>2</sup>  
Janaina Gonçalves

## Introdução: Os incomodadores

Assim, o que pode existir em comum entre Giordano Bruno e Joana D'Arc? E entre Garcia Lorca e Abraham Lincoln? Entre Sócrates e Alan Turing. Entre Galileu e Julian Assange? Madame Curie e Oscar Wilde? Alfred Dreyfus e Julius Oppenheimer? E entre os personagens míticos Sísifo e Prometeu? E entre Martin Luther King e Marielle Franco. Entre Copérnico, Van Gogh, Tiradentes, Malala Yossfzai, Trotsky, Jesus Cristo, Wolinski, Raif Badawi, Raul Seixas, Nelson Mandela, Zumbi dos Palmares. E no conjunto deles? TODOS ERAM INCOMODADORES (ZILBER, 2018, p. 3<sup>3</sup>).

O dramaturgo Sylvio Zilber (2018) escreveu o texto intitulado “Incomodadores (ou culpas e desculpas): as regras confirmando o estado de exceção”, em que explica a realidade que nos cercava com o surgimento de discursos (neo)fascistas em nossa sociedade escravocrata do século XX. Alguns desses incomodadores, destacados na epígrafe acima, são seres humanos que, pelos

---

<sup>1</sup> Agradeço ao CNPq por financiar esta pesquisa.

<sup>2</sup> Agradeço à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas por me proporcionar a escrita deste texto com Janaína Gonçalves, em período que me encontro em estudos para pós-doutoramento na Bélgica.

<sup>3</sup> Os autores gostariam de agradecer o dramaturgo e ator Sylvio Zilber pela disponibilização do texto “Os incomodadores”. Informamos que temos a autorização do autor para circulação do texto, que pode ser realizada via e-mail destes autores.

incômodos ao *status quo* e pelas mudanças revolucionárias que causaram, foram perseguidos, assassinados ou presos:

Suas vidas, obras, pensamentos e/ou atitudes incomodavam as velhas e tradicionais estruturas de poder estabelecidas e as regras, os costumes e tradições de suas épocas. E estas, sentindo-se ameaçadas, reagiam. E os puniam por isso. As punições sempre foram exemplares: desde as torturas e fogueiras da Inquisição até o assassinato, o suicídio induzido, a prisão, o isolamento compulsório, o banimento de suas comunidades, a rejeição social e também a forca, as chicotadas, o apedrejamento, a intimidação, o fuzilamento, a internação psiquiátrica etc. (ZILBER, 2018, p. 2).

A naturalização das condenações sem crime e sem provas, as perseguições políticas e as notícias falsas criadas para manter um grupo fascista e nazista em vários momentos do século XX (e até séculos anteriores) são revisitadas como um espelho do obscurantismo atual de nossa história. O texto de Zilber compara trajetórias de diversos incomodadores desses sistemas escritos, reescritos e reinterpretados pelos “donos da bola” (ou donos dos meios de produção, numa terminologia marxista) de uma sociedade injusta que absorve somente o conhecimento, então conveniente, de fontes socialmente pré-determinadas.

O estado de exceção em que vivemos é desvelado nas palavras do autor em comparação com diversas narrativas de punição, de violência e de injustiças, como forma de alerta para que possamos desconfiar sempre de regras e dualidades que nos pareçam incorretas, de violências naturalizadas, de exceções e mais exceções às quais nos acostumamos diariamente nesta primeira década do século XXI, com o retorno do discurso (neo)fascista e o genocídio pulverizado das chamadas minorias (que constituem, na verdade, maiorias sem poder, como as mulheres, por exemplo). Tais alertas se levantam como formas de combater o status quo, também presente na Educação Linguística (EL) por meio de presenças discursivas de colonialidade, apropriação e desvalorização dos povos, línguas, práticas e culturas (especialmente do Sul global).

Assim é que este texto propõe estabelecer diálogos inter ou transdisciplinares em direção à pesquisa, no sentido de vincular os estudos advindos desde a filosofia da linguagem pós-estruturalista, e da sociologia até a EL em línguas estrangeiras e a formação do docente da área de Letras. As questões principais aqui propostas se relacionam aos vínculos potencialmente estabelecidos entre essas áreas e os processos sociais atuais, buscando, assim, aprofundar as bases epistemológicas (relativas ao conhecimento) e ontológicas (relacionadas à natureza do ser, à existência e à realidade). Analisamos as relações dialógicas entre essa formação e os fundamentos que compõem nossa prática como educadores linguísticos. A partir dos novos mergulhos em fontes filosóficas, propomos formas por meio das quais poderíamos ressignificar tais práticas educativas em nosso processo educacional linguístico e nos repensarmos como educandos e educadores.

Como justificar um texto que fala dos incomodadores da história, aqui adaptado às áreas de educação, linguística aplicada e formação? Bem, talvez esses incomodadores nos ajudem a amenizar as angústias causadas em profissionais da educação mediante a realidade sociopolítica de universos (hetero) patriarcais, coloniais e capitalistas. Por meio da releitura dos incomodadores, quais sejam, filósofos da desconstrução, sociólogos e educadores, buscamos fomentar releituras essenciais às criações epistemológicas (e ideológicas) que nos levaram às circunstâncias controversas e difíceis no universo da educação do século XXI.

Dito isso, a metodologia para a escolha dos incomodadores (escolha difícil, havia muitos outros e outras) discutidos neste texto se deu por meio de uma perspectiva qualitativa-interpretativista, em que selecionamos os autores e algumas de suas contribuições filosóficas a partir de nossos encontros com a disciplina Filosofia de Linguagem, Educação Linguística (EL) e Formação Docente, ministrada por um destes autores no ano de 2020 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Assim, escolhemos cinco incomodadores (três filósofos da linguagem, um filósofo e um sociólogo do Direito Internacional),

os quais, a depender de nossas conversas e perspectivas, são problematizados em diferentes proporções no texto (essa proporcionalidade não se refere a hierarquizações epistêmicas).

Em cada seção, iniciamos com leituras realizadas sobre o incomodador para em seguida enriquecer o texto com as teorias do próprio incomodador, todas acompanhadas das vozes desses autores e, quando possível, também com exemplos do Brasil da década de 2020. Ao final de cada seção/incomodador, propusemos a responder às seguintes questões: por que esse incomodador nos ajuda a pensar a sociedade? Por que esse incomodador incomoda a EL? Por fim, além de agradecer a todos os estudantes de pós-graduação que nos ajudaram a construir a disciplina mencionada (e a você que nos acompanha neste momento), gostaríamos de convidar o leitor a escolher o seu próprio caminho de leitura, ou seja, que o leitor possa escolher qual incomodador gostaria de ler primeiro e qual leria por último (ou mesmo qual não teria interesse em ler e o “pularia”). Nas considerações finais, encerramos com algumas autocríticas sobre a escritura deste texto, bem como as suas muitas limitações. Vamos aos incomodadores!

### **Incomodador 1 – Bakhtin: Novas – e antigas – visões de língua/linguagem**

As propostas bakhtinianas de compreensão linguística, segundo Vidon e Brambila (2016), observam a importância e a complexidade do Círculo de Bakhtin não apenas para os cursos de Letras, mas também para a própria concepção de linguagem e língua dos estudantes. Além disso, discursam sobre o desenvolvimento do conceito de dialogismo pelo Círculo e a percepção da língua e da linguagem a partir da socialização, da presença de sujeitos entrelaçados no processo de pensamento. Tal visão difere das concepções estruturalistas, uma vez que estas se alinhavam às correntes positivistas e que, de certa forma, negligenciavam a língua viva e dinâmica (VIDON; BRAMBILA, 2016).

Menezes de Souza (2004, p. 128) afirma que “Bakhtin (1973), por exemplo, denunciou a ilusão da autorreferencialidade da linguagem, que provoca a ilusão de que os significados estão nas palavras e que o processo de significação é algo abstrato e desligado de qualquer contexto sócio ideológico”. Ainda nas palavras do autor, “Bakhtin criticou a ilusão de que a língua é um sistema abstrato, neutro e homogêneo sem variações socioculturais, temporais e, portanto, ideológicas, e mostrou como a significação se dá sempre de forma contextualizada, dialógica e ideológica” (Ibid.). Nessa esteira de pensamento, Dentith (1995), sobre Voloshinov e Bakhtin, explica a proposta de concepção bakhtiniana de linguagem como sorvida para direções opostas: a centrípeta em direção ao centro unitário e a centrífuga em direção a várias “línguas”.

As propostas do Círculo, portanto, especialmente nas vozes de Bakhtin e Voloshinov (1986 e 2010<sup>4</sup>), tornam-se essenciais para o desenvolvimento de estudos de língua/linguagem, e influenciaram toda a concepção sobre os processos de significação e sobre o signo ideológico. Por exemplo, Bakhtin nos ajudou a revisitar os conceitos de língua e linguagem, afirmando que a língua é um fenômeno social, ou seja, de que “a língua é um processo contínuo e generativo, implementado na interação socio-verbal dos falantes” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1986, p. 9, tradução nossa<sup>5</sup>); eles explicam, ainda, que “tudo que é ideológico possui significado: representa, retrata e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outras palavras, trata-se do signo. Sem signos, não há ideologia”.

Como resumo, ressaltamos que as teorias do Círculo trazem as seguintes contribuições: elas alteram o jogo dos processos de construção de sentidos, propondo visões diversas de língua e linguagem e suas realizações como algo que acontece no seio da

---

<sup>4</sup> Especificamente duas obras principais observadas na disciplina e na pesquisa, quais sejam: BAKHTIN, M. M. *The dialogic imagination: Four essays*. University of Texas Press, 2010; e VOLOSHINOV, Valentin Nikolaevich; BAKHTIN, Michail M. *Marxism and the Philosophy of Language*. Harvard University Press, 1986.

<sup>5</sup> Na sentença original: “*Language is a continuous generative process implemented in the social-verbal interaction of speakers*” (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1986, p. 9)

interação, entre os sujeitos; com isso, reafirmam a dialogia como fundamental para essa interação verbal; elas demonstram, ainda, que a língua não é formada por signos fixos, transparentes e independentes da história; pelo contrário, afirmam que todo signo é ideológico; tais signos estão num entrelugar de forças centrípetas (que tentam manter a ilusão de que são sentidos unívocos) e centrífugas (que mostram que os signos adquirem e se expandem em novos sentidos, a depender dos contextos em que ocorrem); nesse sentido, a ideia de heteroglossia (a diversidade linguística proveniente das forças sociais atuantes, provendo a concomitância de diversas vozes) como característica fundamental da língua traz uma nova possibilidade de visão e de dinamismo dos processos de significação; tais noções assim ajudam a inaugurar e adensar as perspectivas pós-estruturalistas de língua/linguagem;

✚ E por que esses conceitos (ou incomodadores) nos ajudam a pensar a sociedade?

Com as contribuições dos estudos do Círculo, adensam-se os estudos pós-estruturalistas da linguagem e, conforme tentamos brevemente demonstrar, entenderemos que, em todo processo dialógico da linguagem e das línguas,

a diferença e alteridade são elementos constitutivos tanto da linguagem quanto do processo da significação. E aí nesse processo dialógico, em que não há garantia de significação fora dos contextos de produção e da recepção dos enunciados, os interlocutores da língua travam uma luta constante pelo significado (MENEZES DE SOUZA, 2004, p. 128).

✚ Por que esse(s) incomodador(es) incomoda(m) a EL?

Essa visão incomoda enormemente todos aqueles que defendem o não diálogo e, conseqüentemente, as visões *top-down* proferidas via língua e linguagem. Entendemos que nosso processo reflexivo como educadores e educandos linguísticos seja fortemente materializado a partir de nossa concepção de língua e dos processos

de significação. A forma como lidaremos com nossos educandos ou pares, tendo a língua como meio, objeto e sujeito de trabalho, torna-se nossa materialização como sujeitos atuantes nos processos sociais (meta)linguísticos. Mais especificamente, não passaremos horas de nossas aulas ou orientações debatendo sobre conceito de língua, mas a forma como lidaremos com sua heteroglossia<sup>6</sup> diante de uma explicação sobre os significados envolventes de um conceito específico, que será certamente mais diversificada do que seria diante de uma ideia fixa de língua e linguagem, em que os conceitos estejam vinculados diretamente de um para um.

## **Incomodador 2 - Derrida: desconstrução e descentralização**

Derrida tenha sido talvez um dos grandes teóricos que, via linguagem, desconstruiu não somente entendimentos de linguagem, mas, com eles, toda a metafísica ocidental e, com isso, todos os pilares das linguagens que sustentam os da modernidade: positivismo, racionalismo, logocentrismo, estruturalismo, para citar alguns (FERRAZ, 2021). Acompanhado da leitura de Nietzsche, Freud, Heidegger, para quem deu as mãos, e Saussure e Levis Strauss, dos quais foi crítico, Derrida criou uma filosofia da linguagem própria, criticando toda e qualquer metafísica universalista (Ibid., 2021).

Por meio de uma contextualização bem-humorada (e imagética) da intelectualidade europeia (especialmente francesa) como berço ideológico de grandes movimentações revolucionárias

---

<sup>6</sup> *Heteroglossia* is an interesting and thoughtful literary term to discover and understand to get the taste of a novel. The term was introduced by the Russian linguist Mikhail Bakhtin in his "Discourse in the Novel" in 1934. *Heteroglossia* describes the coexistence of varieties within a single "linguistic code". Bakhtin argues that the power of the novel originates in the coexistence of, and conflict between, different types of speech: the speech of characters, the speech of narrators, and even the speech of the author. He defines *heteroglossia* as "another's speech in another's language, serving to express authorial intentions but in a refracted way. Disponível em: <https://faisaltamal.wordpress.com/2009/08/30/heteroglossia/> Acesso em 25 maio 2021.

das décadas de 1960 e 1970, Powell e Howell (2000) afirmam, em *Derrida for Beginners* (Ibid.), que tal intelectualidade teria sido seguida de uma desmotivação por parte desses vanguardistas, gerando uma pós-modernidade desiludida com seus próprios ideais. Paralelamente a essa pós-modernidade desiludida, nos Estados Unidos da América (EUA) do final dos anos 1960, Derrida iniciava sua carreira com a ideia principal da desconstrução (POWELL; HOWELL, 2000). Em seguida, pela leitura então do próprio Derrida (1978 ou 2002/1967<sup>7</sup>) sobre estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas, visualizamos as questões de suas propostas de desconstrução:

Se for realmente assim, toda história do conceito de estrutura, antes da ruptura de que falamos, tem de ser pensada como uma série de substituições de centro para centro, um encadeamento de determinações do centro. O centro recebe sucessiva e regularmente formas diferentes. A história da metafísica, como a história do ocidente, seria a história dessas metáforas e dessas metonímias (DERRIDA, 2002/1967, p. 231).

Assim,

O jogo é sempre jogo de ausência e de presença, mas se o quisermos pensar radicalmente, é preciso pensá-lo antes da Alternativa da presença e da ausência: é preciso pensar o ser como presença ou ausência a partir da possibilidade do jogo e não inversamente. (DERRIDA, 2002/1967, p. 248).

Da mesma forma que o nosso pensamento sociopolítico, Derrida apresenta algo impactante aos estudos linguísticos: sua crítica e seus questionamentos quanto à centralidade de nossa formação epistemológica. Assim como as propostas dialéticas dos materialistas, ele questiona nossa própria necessidade de centralizar o pensamento, como se houvesse apenas uma única forma “correta” e “central”, enquanto todas as demais seriam submetidas a um lugar

---

<sup>7</sup> Na disciplina, foi possível optar pelo texto em inglês ou em português: DERRIDA, Jacques. *Structure, sign, and play in the discourse of the human sciences. Writing and difference*, v. 278, 1978; ou DERRIDA, J. *A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas*, 2002/1967, p. 227-248. Livro: *A escritura e a diferença*.

marginalizado. Ele explica, por exemplo, como a etnologia, como uma ciência europeia e tradicional, acaba pressupondo o etnocentrismo mesmo que na intenção de denunciá-lo, e, por isso, suas implicações acabam necessitando de muito cuidado. Para ele, no entanto, isso não significa entender que as formas de ceder ao tradicionalismo sejam iguais, ponderando que:

A qualidade e a fecundidade de um discurso talvez sejam mensuradas pelo rigor crítico com o qual essa relação com a história da metafísica e com os conceitos herdados é pensada. Aqui está uma questão de uma relação crítica com a linguagem das ciências humanas e uma questão de uma *responsabilidade crítica do discurso*. Trata-se de colocar expressa e sistematicamente o problema do status de um discurso que empresta de uma herança os *recursos necessários para a desconstrução dessa mesma herança*. Um problema de *economia e estratégia* (DERRIDA, 1978, p. 3, tradução e grifos nossos<sup>8</sup>).

Essa responsabilidade crítica do discurso que Derrida menciona, por sua vez, está profundamente atrelada a toda forma com que entendemos a língua e nosso posicionamento discursivo dentro e por ela. Como um filósofo pós-estruturalista, suas propostas descentralizantes e desconstrutivas oferecem “os recursos necessários para a desconstrução dessa mesma herança” (Ibid.), como ele propõe.

As contribuições de tais críticas pós-estruturalistas, que questionariam o foco numa estrutura abstrata central em detrimento das profundas relações envolvidas nos processos linguísticos ideológicos e materializados no enunciado linguístico, fundamentam a possibilidade de um trabalho feito a partir de

---

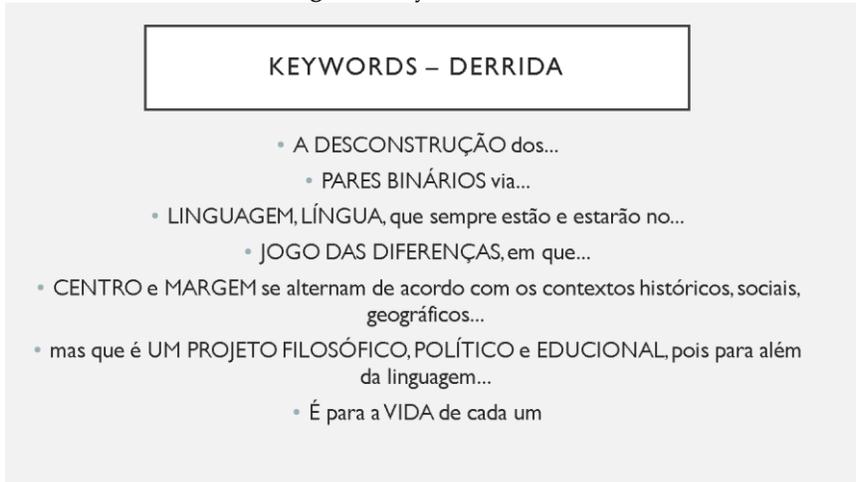
<sup>8</sup> Fazemos aqui uma tradução livre, a fim de manter o texto mais acessível, do seguinte trecho: *The quality and the fecundity of a discourse are perhaps measured by the critical rigor with which this relationship to the history of metaphysics and to inherited concepts is thought. Here it is a question of a critical relationship to the language of the human sciences and a question of a critical responsibility of the discourse. It is a question of putting expressly and systematically the problem of the status of a discourse which borrows from a heritage the resources necessary for the deconstruction of that heritage itself. A problem of economy and strategy* (DERRIDA, 1978, p. 3).

economia e estratégia, sem deixar de recorrer às heranças linguísticas necessárias a essa desconstrução proposta.

A esse respeito, é inevitável observar o mesmo tipo de desilusão nas esferas políticas nos últimos anos com o que convencionamos chamar de esquerda para definir o grupo de pessoas que se reúnem (com ou sem formação partidária) para discutir e aplicar ideias socialmente progressistas em relação e combate ao *status quo* (patriarcal, colonial e capitalista). Como podemos observar em diversos colegas progressistas, a forma de pensamento binário (por ex., quando entramos para grupos com os quais nos identificamos, idealizamos que ali haverá consenso em diversos aspectos), leva-nos a acreditar que estamos finalmente entre iguais e nossas ideias estariam, então, centralizadas. Na realidade, entretanto, o dissenso é muito mais corrente. Além disso, em formações progressistas, as críticas são amiúde sustentadas por argumentos considerados “válidos” pelos próprios progressistas, o que acaba estimulando a sensação de não pertencimento ou de impossibilidade de ações quando os dissensos ocorrem nas discussões. Para tanto, acreditamos que os estudos de Derrida com suas propostas de questionamento ao logocentrismo e às centralizações paradigmáticas são de extrema relevância, de forma que podem ajudar-nos a lidar com as críticas e os dissensos em nossa prática pedagógica, política e social a partir de um pensamento mais plural e inclusivo.

Como resumo, encerramos com as palavras-chave do movimento de desconstrução/descentralização via linguagem de Jacques Derrida:

**Imagem 1:** Keywords – Derrida



Fonte: arquivo pessoal dos autores.

✚ E por que esses conceitos (e esse incomodador) nos ajudam a pensar a sociedade?

- “Ao retirar a credibilidade das grandes narrativas e transformá-la em problema, em interrogação, as ideias mais caras deste projeto, as filosofias da diferença abandonam a perspectiva universalista, a ordem fixa das coisas, as certezas que buscam a unidade e calam as diferenças, criando como alternativa aos grandes sistemas de sentido elaborados no curso de toda a história da filosofia as micrologias, ou os pequenos relatos, entendidas como linguagem própria da comunidade de vida” (HEUSER, 2005, p. 85).

- “As filosofias da diferença questionam os pressupostos que dão origem ao pensamento binário que teria conduzido e tiranizado o pensamento ocidental até o nosso século, com o qual estamos acostumados a raciocinar guiados pela lógica identitária que acaba por subordinar o movimento da diferença” (HEUSER, 2005, p. 85).

Quando falamos aqui de pensamento binário e desconstrução das ideias hegemônicas, é importante esclarecer que não estamos questionando absolutamente todos os pressupostos científicos nem mesmo epistêmicos em relação às narrativas, mas sim sua

hegemonia, sua única vertente, sua certeza de verdade diante de todos os supostos “erros” construídos a partir de narrativas diversas não centrais. Nesse ponto, vale uma leitura rápida de Oswald de Andrade: “Quando o português chegou debaixo duma bruta chuva vestiu o índio. Que pena! Fosse uma manhã de sol o índio tinha despido o português” (DE ANDRADE, 2017). Nessa leitura poética e desconstruída, percebe-se o advento das condições por trás das narrativas que prevalecem. E Derrida nos traz então a ideia do jogo binário da ausência e da presença, da centralidade narrativa e de como nossa epistemologia se construiu a partir das centralizações.

✚ Por que esse incomodador incomoda a EL?

Derrida pode ser potente para pensarmos outras visões via línguas e linguagem, EL e formação docente. Por meio da desconstrução das oposições binárias em nossas aulas, e por meio do ensino da Língua Estrangeira (LE), por exemplo, podemos repensar e inverter algumas oposições binárias das sociedades contemporâneas, já que, para Derrida, um dos polos é geralmente privilegiado nas relações: mulher x homem, verdade x mentira, cultura x primitivo/popular, corpo x alma, professor x aluno.

Com isso, Derrida mostra como essas oposições estão imbricadas e como uma sempre é central, natural e privilegiada enquanto a outra é ignorada, reprimida e marginalizada. Após essa constatação, o autor sugere que refaçamos e subvertamos essa hierarquia fazendo com que o texto signifique exatamente o oposto do que originalmente era. Então, abre-se para a possibilidade de vislumbrarmos ambos os termos da dicotomia em um jogo de sentidos não hierárquico e não estável (FERRAZ, 2021).

### **Incomodador 3 - Foucault: micropoderes e domínio do corpo**

Na mesma atmosfera de intelectualidade progressista de Derrida, o pensamento de Foucault emerge como uma tendência contra o autoritarismo das relações de poder. Com Mills (2003),

entendemos as condições dessa análise foucaultiana progressista de eventos comuns, como o perfil de situação acadêmicas, o trabalho doméstico e todas as suas relações com a vida política. Ela explica que Foucault vê a significância dessa mudança de visão para uma ampliação da política, incluindo assuntos como psiquiatria, relações domésticas e confinamento nos problemas a serem tratados na esfera pública (uma vez que representam os micropoderes espelhados na esfera privada). Os protestos contra a repressão ao ativismo político nas universidades da França se classificariam como um tipo de contracultura, de rejeição aberta aos valores burgueses, e nessa corrente progressista desenvolve-se o pensamento foucaultiano (MILLS, 2003).

Nossas observações anteriores sobre a desilusão comum de pessoas com os grupos de esquerda também se ligam ao que Mills traz sobre a vida de Foucault e sua relação com o Partido Comunista Francês. Ela conta que ele teria se filiado em 1950 e deixado o partido logo em seguida, desiludido com algumas instâncias doutrinárias. Ela acredita que as desilusões do filósofo estariam relacionadas à invasão soviética à Hungria em 1956 e à condenação do partido em relação à sexualidade (MILLS, 2003). Assim, Foucault parece ter enfrentado questões do heteropatriarcado dentro do próprio partido, o que soa provável principalmente porque grupos de esquerda historicamente categorizaram a homossexualidade como um vício burguês, em especial no século XX.

Assim como uma realidade assustadora do neoconservadorismo do século XXI, a perseguição aos grupos LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e <sup>9</sup>) também ocorria em relação aos grupos e partidos progressistas no século XX. O progresso desses grupos muitas vezes se limitava a atualizar seus posicionamentos sobre a esfera privada de acordo com as orientações de

---

<sup>9</sup> A inserção do + foi determinada a fim de incluir aqueles casos de identidade de gênero e sexualidade que não se sentissem contemplados na sigla por nenhuma das iniciais.

organizações científicas e acadêmicas. Como exemplo, apenas em 1973 a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade do Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais, e apenas em 1990 a OMS (Organização Mundial de Saúde) publicou a versão atualizada de Classificação Internacional de Doenças (CID)<sup>10</sup>. Com esse aporte científico, a própria esquerda sempre se dividiu em relação às definições políticas de combate à discriminação, e até mesmo assumiu, em alguns casos, o papel de perseguir essa comunidade<sup>11</sup>. Além disso, as relações com grupos religiosos (especialmente catolicismo e protestantismo) mantiveram historicamente diversos dogmas justificando atos de discriminação de gênero e de sexualidade dentro de grupos progressistas (mesmo que, em casos especiais em nossa história, grupos religiosos tenham servido também de acolhimento para perseguições a vítimas dessas mesmas discriminações).

Após tais desilusões com o partido, Foucault teria se tornado um anticomunista, e suas relações com o marxismo deveriam, segundo Mills, ser desvinculadas de suas relações com o partido. Ela explica que:

Muitas vezes, Foucault reconhece sua dívida com o pensamento marxista e há vários elementos em seu trabalho que sugerem a profunda influência das análises marxistas das relações de poder e o papel da desigualdade

---

<sup>10</sup> Mais detalhes sobre essa modificação nos manuais científicos podem ser consultados em: <http://www.clam.org.br/noticias-clam/conteudo.asp?cod=11863#:~:text=Pelomundo-,Orienta%C3%A7%C3%A3o%20sexualnaCID%2D11,ofMentalDisordersE2%80%93DSM>). Acesso em 25 de jun. 2020.

<sup>11</sup> Como exemplo, citamos o trecho de uma reportagem de 2018 sobre a reforma constitucional para o reconhecimento do casamento homossexual em Cuba: “Uma das páginas mais obscuras do castrismo foi a existência, entre 1965 e 1968, das Unidades Militares de Ajuda à Produção, campos de trabalhos forçados para a “reeducação” de indivíduos que o regime do Fidel Castro considerava extraviados com relação à moral revolucionária. As tenebrosas UMAP recebiam delinquentes comuns, dissidentes políticos, religiosos e homossexuais, entre outros. Estima-se que nelas foram encarcerados cerca de 30.000 cubanos, sendo 800 deles especificamente por serem gays.” Fonte: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/22/internacional/1532287928\\_730414.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/22/internacional/1532287928_730414.html)> Acesso em jul. 2020

econômica na determinação das estruturas sociais. No entanto, igualmente forte é a sensação de Foucault reagindo contra grande parte do pensamento marxista. Fundamentalmente, é o foco puramente econômico e centrado no Estado<sup>12</sup> do qual Foucault se distanciou, enfatizando que o poder precisa ser reconceituado e que o papel do Estado e a função da economia precisam de uma revisão radical (MILLS, 2003, p. 17, tradução nossa).

Nesse aspecto, Foucault traz a visão de que o pensamento marxista, com toda sua contribuição essencial para o entendimento das estruturas de poder, também precisaria de uma repaginação para o aprimoramento dos tempos, então no século XX. Nessa linha, acreditamos que, embora todas as previsões de Marx sobre as ondulações e crises do capitalismo estejam de fato ocorrendo e a dominação ideológica de classe tenha contribuído para a manutenção das demais dominações (como o heteropatriarcado e a colonialidade), encontramos novas perspectivas de suas propostas em autores que se propuseram a essa reestruturação ou, como preferimos chamar, recontextualização. Em especial, acreditamos que as maiores contribuições de Foucault nessas releituras materialistas estejam nas críticas ao heteropatriarcado, aos micropoderes cotidianos e à estrutura manicomial (como formas exemplares do domínio do corpo dos indivíduos pelas estruturas de micropoder).

Entendemos que, assim como Bakhtin, em suas visões sobre heteroglossia e signo ideológico, e Derrida, com sua ideia de desconstrução, Foucault teria então operado nos trabalhos de ressignificação de uma sociedade com problemas de opressão estrutural, sem descuidar das construções críticas progressistas que

---

<sup>12</sup> Nesse aspecto, acredito que exista certa desatenção acadêmica e geral em relação às discussões filosóficas e epistemológicas concebidas por Marx e Engels, e até uma crença comum em sua exclusividade sobre classe. Em diversos textos dos autores, podemos observar contribuições filosóficas superestruturais, apontando inconsistências de leituras cujos argumentos se baseiam numa exclusividade economicista. Como exemplo, menciono *The German Ideology* (Referência completa: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *The german ideology*. International Publishers Co, 1970).

o precederam filosoficamente, como o materialismo (mesmo que em relações controversas com este).

Consideramos, portanto, uma releitura de contextualização materialista toda a questão trazida por Foucault sobre o corpo como um instrumento de poder. Mills conta que o pensamento do autor amplia parâmetros das lutas socialistas e seus objetivos, e por isso tem sido influente na teoria pós-colonial e até mesmo na teoria feminista. Embora ele tenha sido considerado misógino, teóricas feministas encontraram utilidade em seu pensamento no sentido de identificar o corpo como um local de poder (MILLS, 2003). Especialmente tais proposições se encaixam nos estudos sobre o patriarcado e o domínio do corpo da mulher. Tal perspectiva, portanto, seria válida tanto para estudos relacionados ao gênero quanto para aqueles relacionados ao poder no ambiente de trabalho, pois ambos usam o corpo e o tempo das pessoas como forma clássica de dominação, controle e exploração.

Em uma de suas entrevistas, Foucault (2005) sugeriu que as relações de poder ultrapassam os limites estatais, uma vez que o Estado seria incapaz de atuar num microgerenciamento dos corpos, mas seria capaz de atuar neles de forma superestrutural, ideológica. Nessa visão, o Estado seria normalmente responsável por visões mais gerais de comportamento e correção, mas no cotidiano das pessoas, haveria diversas outras micro manifestações de poder. Este estaria estabelecido entre chefes e empregados, homens e mulheres, adultos e crianças.

Assim, embora sejam inúmeras (e até controversas) as contribuições do autor como filósofo da sociedade e da linguagem, acreditamos que as críticas sobre o controle do corpo e as aceitações epistemológicas de forma geral sobre as definições de sanidade e de insanidade dos sujeitos sejam as mais significativas como contribuições às pesquisas da linguagem. E isso ocorre porque, como oferece o reflexo e a refração de uma sociedade estruturada sobre o domínio do corpo (e aqui utilizamos a terminologia escolhida por nosso primeiro incomodador, Bakhtin, sobre

aspectos linguísticos), a língua necessariamente permite tais leituras e até a observação das naturalizações da dominação.

Como resumo, ressaltamos que as teorias de Foucault trazem as seguintes contribuições:

Foucault (2011, p. 8) nos provoca a repensar nossas visões sobre verdade e poder indagando: “Se o poder fosse apenas repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que ele seria obedecido?” E continua:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2011, p. 08)

Esses sentidos não estão longe do cenário político atual brasileiro: parece claro que os discursos de verdade e poder têm sido produzidos por meio do velho ditado: “Uma mentira contada mil vezes se torna uma verdade”. São tantos os descabros proclamados pelo governo federal brasileiro desde 2019 que não podemos pensar em outra coisa senão o prazer da imposição de UMA verdade, pelo poder (FERRAZ, 2021).

✚ E por que esses conceitos (ou incomodador) nos ajudam a pensar a sociedade?

Foucault, por nos apresentar a forma como os poderes controlam ou buscam controlar não apenas nossos pensamentos por meio de uma esfera (super)estrutural, ideológica no sentido amplo do termo, mas também pela opressão do corpo, pelas formas de controle da liberdade, como o sistema penitenciário quase totalmente voltado à população negra e periférica de nosso país, como os sistemas de saúde e de trabalho voltados aos privilégios de corpos masculinos heteronormatizados em detrimento de outros corpos, aos privilégios de corpos atuantes dentro dos valores

comportamentais de seu tempo, em detrimento de corpos destoantes de tais valores. Enfim, pela forma como os sistemas hegemônicos manifestam suas potencialidades de poderes e micropoderes sobre os corpos mais ou menos vulneráveis de acordo com a hegemonia dicotômica de “verdade” e de “razão”.

✚ Por que esse incomodador incomoda a EL?

As respostas vêm do próprio Foucault, sobre as suas visões da escola como prisões, ou seja, educadores devem problematizar todas essas questões colocadas por Foucault em suas práticas, e visões de língua:

Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas; analisar as pluralidades confusas, maciças ou fugidias. O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 1987, p.169-170).

Aos educadores linguísticos de Línguas Estrangeiras ou Adicionais, essas formas de controle podem talvez parecer pouco próximas de nossa realidade, uma vez que já estamos há décadas envolvidos com metodologias ativas e colaborativas (especialmente se comparadas a outras realidades disciplinares). No entanto, há ainda várias marcas desse controle em nossa prática, ou mesmo nas formações trazidas por nossos estudantes por uma busca constante da “verdade” única, do “correto” e do “errado”, da disciplinaridade pura (sem inter ou trans), nas neutralizações de subjetividades, no controle dos corpos

aprendizes. Enfim, Foucault nos incomoda também em nossas posições hierárquicas, em nosso micropoder educacional, em nossa prática educador-educando, em nossas verdades estabelecidas, em nossos corpos controlados e até controladores por vezes. Acreditamos que esse seja também um dos incômodos essenciais.

#### **Incomodador 4 – Deleuze (e Guattari): a filosofia como criação**

Uma das grandes contribuições de Deleuze e Guattari se dá em suas propostas de visualizarem o filósofo como amigo do conceito, como um criador que é potencialmente o próprio conceito, e não como um observador simplesmente reflexivo. Falaremos aqui mormente de Deleuze, embora entendamos os vários entrecruzamentos com Guattari em sua obra.

A posição ativa de criador proposta por Deleuze vem na corrente de pensamento das afirmações (de Marx, inclusive) em relação a nosso papel (filósofos, pensadores, educadores, trabalhadores, seres humanos) como atuantes na história, de modificadores de nossa realidade naquilo tudo em que ela precise ser modificada. Esse aspecto propositivo pode ser visto na explicação de Gallo (com base em Deleuze) sobre a visão de educação maior e menor. Ele explica que, para Deleuze, a educação maior se refere às políticas públicas (como a LDB<sup>13</sup>), planejada comumente a serviço do poder. Acreditamos que tais afirmações, por exemplo, precisem ser avaliadas à luz das transformações do século XXI, no sentido de que tal poder volta a ser fortemente representante do discurso dominante com as retomadas de políticas neoconservadoras. E Deleuze aponta então para o que chama de educação menor:

Uma educação menor é um ato de *revolta e de resistência*. Revolta contra os fluxos instituídos, resistência às políticas impostas; *sala de aula como trincheira*, como a toca do rato, o buraco do cão. *Sala de aula como espaço a*

---

<sup>13</sup> Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em jul. 2020.

*partir do qual traçamos nossas estratégias, estabelecemos nossa militância, produzindo um presente e um futuro aquém ou para além de qualquer política educacional (GALLO, 2003, p. 64-65, grifos nossos).*

Assim, seu entendimento filosófico se aproxima da realidade do educador com o processo educativo em ação, traz a proposta de transformação por meio da Educação, na corrente de muitos dos filósofos com quem nos encontramos na disciplina Filosofia da Linguagem. Além disso, Deleuze ainda se relaciona profundamente com a nossas proposições epistemológicas a partir de seu modelo de rizoma como forma de pensamento não binário. Como explica Souza:

Deleuze e Guattari procuraram construir um pensamento que não se resumiria a pensar sobre, a refletir e a interpretar a história da vontade de verdade. Atendendo a Nietzsche (1998) eles vão além da interpretação, eles procuraram a *produção de pensamento, produção de conceitos*. [...] E para atender a isto eles tiveram que se voltar ao próprio modelo convencional de pensamento humano, para produzir pensamento era preciso sair do modelo arborescente, remissivo e essencial, para um modelo que proporcionasse uma representação mais próxima da superfície, do pensamento que se propaga em vastidão, para isso eles produziram o modelo *rizoma*. [...] Estas extensões do caule em um platô [como o modelo de rizoma] formam a imagem de um emaranhado de linhas conectadas, *onde não se distingue início, fim e núcleo fundante ou central*, a imagem são de linhas que se propagam *ad infinitum*, cada uma comportando o seu próprio devir (SOUZA, 2012, p. 12, grifos nossos).

De certa forma, as ideias de conceituar o rizoma dialogam com as críticas ao logocentrismo apresentadas por Derrida; a postura propositiva de Deleuze dialoga com a postura de Marx em relação à necessidade de transformação social; e suas visões de educação como militância dialogam profundamente com as contribuições construtivistas.

Como resumo, ressaltamos que Deleuze e Guattari trazem um aporte mais propositivo da palavra, no sentido de olharem para nossas práticas como ação de criação, de mostrar a sala de aula como lugar de formação e de atuação professoral, de militância, menos como hierarquia e mais como processo criativo e educativo a partir

da ideia rizomática. Nessa militância atrelada à criação de conceitos, eles se aproximam muito do que Paulo Freire chama de palavração. Em sua proposta de rizoma, o autor ainda nos aproxima do conhecimento com uma imagem não centralizada e sim pulverizada e dinâmica.

✚ E por que esses conceitos (ou incomodadores) nos ajudam a pensar a sociedade?

Especialmente no Brasil, por estarmos atrelados a uma ideia de educação arborescente, fortemente tecnocrata e pouco dialética, a uma imagem dura e dicotômica de conhecimento (bem diversa do modelo rizomático), bem como a uma expectativa enrijecida de sala de aula como linha de produção (distante da sala de aula como trincheira).

✚ Por que esses incomodadores incomodam a EL?

Porque, apesar de termos nos conectado a novas metodologias, conforme mencionamos há pouco, estamos ainda imersos no universo educativo e ideológico do tecnicismo. Para além disso, a EL muitas vezes reproduz os conceitos eurocêntricos ou mesmo centrados nos países do Norte global, componentes de nossas bases epistêmicas, inclusive aqui pelo próprio acesso que temos aos autores desse hemisfério. Tal dinâmica poderia ser subvertida com o modelo rizomático de conhecimento, como ocorre também neste artigo pelas leituras de brasileiros sobre tais autores e nossa própria releitura interpretativa e adaptativa ao ambiente latinoamericano.

### **Incomodador 5 – Boaventura de Sousa Santos: pensamento pós-abissal e *acção-com-clinamen***

Sousa Santos propõe uma análise profunda e inquietante de nossa realidade por meio das linhas abissais, do pensamento jurídico abissal mundial e de uma realidade colonial ainda em

tempos presentes. Assim é que o autor propõe novas epistemologias, novas formas de pensamento com o reforço da humanização nos países do Sul global.

Em sua análise, Sousa Santos (2014) desvela uma hipocrisia presente nas relações documentais e jurídicas das colônias do Sul, sempre em situação de subserviência política, econômica e ideológica sob domínio dos países do Norte (essa hipocrisia pode ser um exemplo do Brasil atual). Tais relações perpetuam o que ele chama de linhas abissais, considerando aqui tais linhas de forma física e geográfica e de forma virtual, ideológica. Ou seja, não apenas linhas geográficas nos separam de nossos colonizadores, como também linhas criadas a partir das narrativas de dominação. Ele explica que sua tese é sobre a real continuidade das relações do período colonial:

O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante *linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano*, de tal forma que *princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas*. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece actualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial. Hoje, como então, a criação e ao mesmo tempo a negação do outro lado da linha fazem parte integrante de princípios e práticas hegemónicos. Actualmente, Guantánamo representa uma das manifestações mais grotescas do pensamento jurídico abissal, da criação do outro lado da fractura enquanto um não-território em termos jurídicos e políticos, um espaço impensável para o primado da lei, dos direitos humanos e da democracia. Porém, seria um erro considerá-lo uma excepção. Existem muitos Guantánamos, desde o Iraque à Palestina e a Darfur. Mais do que isso, existem milhões de Guantánamos nas *discriminações sexuais e raciais* quer na esfera pública, quer na privada, *nas zonas selvagens das megacidades, nos guetos, nas sweatshops, nas prisões, nas novas formas de escravatura, no tráfico ilegal de órgãos humanos, no trabalho infantil e na exploração da prostituição* (SOUSA SANTOS, 2014 p. 10-11, grifos nossos).

Nesse aspecto, o que o autor considera uma manifestação do pensamento jurídico abissal se reflete necessariamente nas práticas linguísticas e no pensamento pedagógico abissal. Os ideais de modernidade e internacionalização até mesmo no ambiente

acadêmico tendem a repetir e perpetuar tais padrões de pensamento obscurecidos pela colonialidade, reforçando as linhas abissais em inúmeros aspectos. Como estamos do lado de lá das linhas, ou seja, somos latinos, brasileiros, sulistas e trabalhadores, estamos sujeitos às condições sub-humanas mencionadas pelo autor. As práticas desumanas refletem as narrativas ideológicas que nos cercam, como a busca pelo ideal linguístico de um norte branco, masculino e “moderno”. A discriminação de gênero, racial e de classe nos rodeia diariamente em nossa realidade privada e pública, por estarmos do lado de lá da linha traçada como ideário de mundo. E dentro de nosso próprio “lado de lá”, há ainda mais divisões abissais, e estas marginalizam de forma ainda mais violenta subgrupos desta nossa colonialidade de acordo com suas identidades sociais.

O autor detalha ainda a tensão entre regulação e emancipação presentes nas relações da colonialidade, convivendo com a tensão entre apropriação e violência. Além disso, exemplifica as formas de fascismo social estruturadas em nossa sociedade e as formas assumidas por esse fascismo na contemporaneidade:

Em suma, a minha tese é que a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal das *amity lines* que separavam o Velho do Novo Mundo. *A injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global.* A luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma *luta pela justiça cognitiva global.* Para ser bem sucedida, esta luta exige um novo pensamento, um pensamento pós-abissal. (SOUSA SANTOS, 2014, p. 11, grifos nossos).

A partir do entendimento de língua como heteroglóssica, pelo aporte bakhtiniano, podemos pensá-la no sentido contra-hegemônico e de forma transdisciplinar. Entendemos que, se buscamos, como pesquisadores, a justiça social e cognitiva e trabalhamos especificamente com EL, nossa visão de que a “injustiça social global está, desta forma, intimamente ligada à injustiça cognitiva global” nos traz a responsabilidade de transformar essa forma de cognição, essa formação epistemológica sobre e pela língua. Se a EL critica os

conceitos e termos da hegemonia cultural, os conceitos contra-hegemônicos poderiam, assim, ser trazidos à luz para direcionar a formação linguística em conjunto com a conscientização social proposta por Paulo Freire em toda sua obra.

Nessa vertente, além de emprestar os conceitos do Círculo de Bakhtin e de Freire, cabem os conceitos de Sousa Santos (2007) sobre a Ecologia de Saberes, como a *acção-com-clinamen* e o pensamento pós-abissal. Sobre a *acção-com-clinamen*, ele explica que, diferente das qualidades reprodutivas e repetitivas de uma ação conformista, a *acção-com-clinamen* traz a perturbação e o inexplicável:

Ao contrário do que acontece na acção revolucionária, a criatividade da acção-com-clinamen não assenta numa ruptura dramática, *antes num ligeiro desvio, cujos efeitos cumulativos tornam possíveis as combinações complexas e criativas* entre átomos, assim como entre seres vivos e grupos sociais. *O clinamen não recusa o passado; pelo contrário, assume-o e redime-o pela forma como dele se desvia.* O seu potencial para o pensamento pós-abissal decorre da sua capacidade para atravessar as linhas abissais (SOUSA SANTOS, 2007, p. 32, grifos nossos).

Nossos grifos assim realçam a ação que se propaga em direção a um desvio discursivo nos componentes curriculares da EL, por meio de posicionamentos contra-hegemônicos, decoloniais e provenientes sobretudo das forças centrífugas linguísticas, refletindo e refratando lutas contra o heteropatriarcado capitalista.

Como resumo, ressaltamos que as teorias de Sousa Santos nos ajudam a repensar a sociedade moderna em sua totalidade e historicidade, por meio de sua proposta do pensamento pós-abissal, qual seja, precisamos pensar em como esses abismos e binarismos (humanos *vs.* desumanizados; ciência absoluta *vs.* cosmologias, por ex., indígenas; heteropatriarcado *vs.* outras formas de existência e sociabilidades não patriarcais, por ex., as mulheres), podem e devem ser urgentemente problematizados. De início, Sousa Santos propõe uma ecologia de saberes, rejeitando uma visão harmoniosa e revolucionária em que saberes teoricamente dialogariam, e mostrando que, ao invés da ruptura dramática, precisamos dos

desvios ligeiros (ação-com-clinamem), “cujos efeitos cumulativos tornam possíveis as combinações complexas e criativas” (Ibid.) dentro de uma ecologia de saberes.

✚ E por que esses conceitos (ou incomodador) nos ajudam a pensar a sociedade?

Concordamos com Sousa Santos quando ele nos alerta que, em meio à pandemia do Covid-19, é muito importante que nos atentemos ao conceito de crises. Segundo ele houve muitas crises, antes e depois da pandemia. Sem retirar ou diminuir a gravidade da pandemia, ele nos mostra que há três outras grandes crises provocados por três grandes desafios que as sociedades contemporâneas devem enfrentar, se desejam algum tipo de justiça cognitiva e social: o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado. Sousa Santos nos lança esse desafio e suas teorias vêm tentando indicar alguns caminhos alternativos (por ex., os discutidos aqui: pensamento pós-abissal e ecologia dos saberes).

✚ Por que esse incomodador incomoda a EL?

Sousa Santos pode nos ajudar a entender, então, os legados da colonialidade, do capitalismo e patriarcado em nossas formações docentes, práticas pedagógicas, nas relações com nossos estudantes e, principalmente, pode ser potente (e incomodador) para a desconstrução de nossas próprias bases de pensamento (de discursos e ações), nos colocando algumas questões: “Nas minhas aulas de inglês, como vejo as questões de *nativelikeness* ou mesmo a dicotomia *North-American (US) vs. British English?*” Na mesma esteira, “discuto essas questões com meus estudantes, toco no colonialismo britânico e imperialismo estadunidense, em termos de língua, linguagem e culturas?” Ainda, como as questões em torno do capitalismo e neoliberalismo, todas elas, da simples lição “*Go shopping*” à discussão do mercado de trabalho para os educadores linguísticos no Brasil, podem colaborar com visões amplas sobre

formação docente? Como os nossos estudantes podem participar desses debates, trazendo as suas vozes nas aulas? Finalmente, é possível (ou necessário?) discutirmos as questões de um patriarcado insurgente e extremamente tóxico em nosso país (algo, aliás reforçado não somente pelo Presidente da República, mas pela maioria que controla os capitais econômicos, simbólicos e culturais)? É importante que alunos de LE saibam que nossa história privilegiou o homem branco, “rico”, heteronormativo e criou assim linhas abissais geográficas e ideológicas, marginalizando todos os demais lugares sociais?

### **Considerações finais**

Em vez de encerrarmos com o resumo de tudo que foi apresentado, gostaríamos de propor a você, leitor, uma última conversa (embora, já num movimento autocrítico, percebemos que estabelecemos mais teorias filosóficas do que conversas com você) sobre a realização deste texto. Gostaríamos de encerrar com dois movimentos, o primeiro subjetivo e o segundo referente às limitações desta conversa filosófica.

Eu, Daniel Ferraz, fui o docente da disciplina mencionada e, de maneira ainda muito tímida, acredito ter sido um incomodador local para essa turma. Meu encontro com este texto de Zilber foi deveras impactante e levá-lo à sala de aula foi o início de várias provocações filosófico-educacionais que estariam por vir, por meio dos filósofos discutidos neste texto. As provocações filosóficas vieram por meio de aulas 100% on-line, em meio à pressão, da noite para o dia, para o ensino remoto emergencial. No texto original, tínhamos, ainda, a pretensão de trabalhar com os incomodadores educacionais, como, por exemplo, o grande Freire, ou Giroux e Bourdieu (bem, esses ficam para uma outra conversa). Os filósofos (e sociólogo) aqui discutidos, bem como suas teorias, podem ser potentes para pensarmos uma nova EL e uma nova academia; uma EL que discuta as suas bases linguístico-filosófico-educacional, como vem defendendo Monte Mór (2014; 2015). Pensar

filosoficamente a EL significa, principalmente, vislumbrar que tipo de sociedade queremos e estamos criando todas as vezes que adentramos nossas salas de aula, em todas as atividades por nós propostas, em toda e qualquer resposta e interação de nossos estudantes. Proposta complexa, mas necessária. Há muitas limitações deste texto, como bem coloca proximamente a minha coautora Janaína. Para mim, a principal delas é buscar simplificar e didatizar a linguagem filosófica. Embora tenhamos tentado ao máximo fazê-lo no percurso do texto, ao encerrá-lo, percebemos que ainda temos muito a caminhar, dialogar, repensar, reposicionar os pensamentos filosóficos e suas contribuições para a Educação Linguística, esse é também o próprio exercício filosófico da criação e amizade do conceito de Deleuze; assim seguimos com o desafio da criação de uma filosofia didática (talvez mais Marilena Chauí em nossa vidas).

Eu, Janaína Gonçalves, participei da disciplina como estudante e doutoranda, mergulhei nas leituras dos autores diretamente em contato com a escrita de capítulos fundamentais de minha tese, especialmente com Bakhtin e Sousa Santos, sendo este último um incomodador contemporâneo que tive o privilégio de conhecer no prédio da História da USP (Butantã), em junho de 2019. Os incomodadores de Zilber me vieram como grandes motivadores para os estudos dos demais autores, e houve momentos, inclusive durante este artigo, em que me incomodou a ausência de mulheres nesta nossa lista de pensadores. No entanto, mais do que sua ausência, incomoda-me a constante dificuldade das mulheres, como eu, dentro do convívio profissional e acadêmico, dificuldade que tantas incomodadoras enfrentam devido a toda essa centralidade do pensamento capitalista, heteropatriarcal, colonial, centralizado que tais pensadores nos ajudam a superar (talvez nosso próximo texto deva realmente problematizar incomodadoras, por exemplo, Hannah Arendt, Judith Butler, Maria Lugones, Gayatri Spivak, Marilena Chauí, Sharon Todd, Walkyria Monte Mór, Marcia Tiburi, Angela Davies, Djamila Ribeiro, Linda Alcoff, bell hooks, Simone de Beauvoir, Virginia Woolf, entre

muitas outras). Se a ausência delas aqui me incomoda, minha presença nos “desincomoda”, pois além de mulher, sou latino-americana, e na área de Letras minhas companheiras fazem valer a representatividade feminina de forma valente. Neste ponto, o acolhimento e a confiança do meu coautor fazem toda a diferença dentro de tais condições.

Ademais, voltando aos incomodadores que tanto valem para nossa reflexão filosófica sobre as línguas e seus papéis na história humana, pensar a heteroglossia (proposta bakhtiniana) como uma potencialidade linguística é também um incômodo, mesmo que prazeroso já nesse ponto. É um incômodo ao nosso pensamento binário reforçado a cada ano pela herança ideológica tradicional. Observar a centralidade desse pensamento fora das vertentes binárias e centrais (proposta de desconstrução de Derrida) e analisar o domínio do corpo sempre presente nesta hegemonia (como Foucault sugere) são ações incômodas, porém necessárias em nossa contemporaneidade cruel e opressora. Acreditamos ainda que fechamos com pensadores “de ouro”, trazendo Deleuze e Sousa Santos, já como intelectuais de uma modernidade, embora condenada, com esperança de uma educação criadora e rizomática, bem como de uma construção epistêmica baseada nos conhecimentos do Sul, do nosso lado esquecido atrás das linhas abissais.

## Referências

BAKHTIN, M. M. *The dialogic imagination: Four essays*. University of Texas Press, 2010.

BAKHTIN, M. M.; VOLOSHINOV, V. N. *Marxism and the Philosophy of Language*. Harvard University Press, 1986.

DE ANDRADE, O. *Poesias reunidas*. Editora Companhia das Letras, 2017.

DENTITH, S. *Voloshinov and Bakhtin on Language*. Simon Dentith. London: Routledge, v. 40, 1995.

DERRIDA, J. *Structure, sign, and play in the discourse of the human sciences. Writing and difference*, v. 278, 1978.

DERRIDA, J. *A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas*, 2002/1967, p. 227-248. Livro: *A escritura e a diferença*.

FERRAZ, D. M. *Filosofias da linguagem, decolonialidades e educação linguística: diálogos com Menezes de Souza*. In: MARTINEZ, J. Z.; SILVA, K. *Os chapéus de Menezes de Souza*, 2021, no prelo.

FOUCAULT, M. *The Foucault Reader*, ed and intro P. Rabinow. 1991.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

GALLO, S. *Deleuze & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

HEUSER, E. M. D. *No rastro da filosofia da diferença*. In: SKLIAR, C. (Org.). *Derrida & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 69-98.

MARX, K.; ENGELS, F. *The german ideology*. International Publishers Co, 1970.

MILLS, S. *Routledge Critical Thinkers: Michel Foucault*. Abingdon: Routledge, 2003.

MONTE MÓR, W. *Convergência e diversidade no ensino de línguas: expandindo visões sobre a "diferença"*. *Polifonia*, v. 21, n. 29, 2014.

MONTE MÓR, W. *Learning by design: Reconstructing knowledge processes in teaching and learning practices*. In: *A pedagogy of multiliteracies*. Palgrave Macmillan, London, 2015. p. 186-209.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições*. *Educação & Sociedade*, v. 23, n. 78, p. 15-35, 2002.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. *Bourdieu & a educação*. Autêntica, 2013.

POWELL, J; HOWELL, V. *Derrida for beginners*, 2000.

SOUZA, R. M. Rizoma deleuze-guattariano: representação, conceito e algumas aproximações com a educação. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, v. 18, 2012.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 78, p. 03-46, out. 2007.

SOUSA SANTOS, B.; PAULA, M. M. *Epistemologias do sul*. Cortez Editora, 2014.

VIDON, L.; BRAMBILA, G. A importância do pensamento do Círculo de Bakhtin para os cursos de letras: apontamentos e reflexões da formação à prática docente. In: REZENDE, P. (Org.). *Interfaces com a linguística: dialogando saberes*. 1ed.: Pedro & João, v. 1, p. 45-58, 2016.

ZILBER, S. *Incomodadores (ou culpas e desculpas)*. As regras confirmando o estado de exceção. 2018. [texto não publicado]

# LER HISTÓRIAS EM SALA DE AULA: PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO COM INTERTEXTUALIDADE

Janayna Bertollo Cozer Casotti

## Introdução

Desde as práticas conversacionais cotidianas com seus diversos textos orais até as práticas que envolvem textos escritos ou multimodais, tudo exige de nós um olhar arguto de leitor/interlocutor que busca interagir. Muitas são, de fato, as situações em que leitor, autor, texto e mundo se espelham mutuamente, de modo que a leitura vai se constituindo como *coprodução*. Nesse sentido, Geraldi (2015, p. 103) defende que, para a atividade de leitura, não basta “reconhecer o signo com suas significações do passado. Ler é construir uma compreensão no presente com significações que, entranhadas nas palavras, são dissolvidas pelo seu novo contexto – que inclui também as contrapalavras do leitor”.

Ler é, portanto, uma prática social que mobiliza conhecimentos diversos. Essa atividade em que o leitor se engaja a fim de construir os sentidos de um texto envolve a participação desse mesmo leitor no processo dialógico que permite recuperar e atualizar textos marcados pelas variadas experiências culturais que o circundam. Afirmamos aqui a importância da intertextualidade na construção de sentidos de um texto e é exatamente por isso que buscaremos pensar algumas possibilidades para o trabalho com a intertextualidade no ensino de leitura. Partimos, então, do pressuposto de que as relações cotextuais não dão conta da produção de sentidos de um texto por parte do leitor, o que justifica

a importância de se estabelecerem estratégias intertextuais para o que não pode ser resolvido intratextualmente.

Como a interação tem papel fundamental nas práticas em sala de aula, um trabalho de construção conjunta de conhecimentos que torne possível não só a revelação do universo de experiências do leitor, mas também do processo de negociação de conhecimentos entre leitores, pode permitir o estabelecimento das relações contextuais e intertextuais. Reconhecemos, pois, a intertextualidade como construção social, passível de se instaurar na dinâmica de interação verbal, assim contribuindo diretamente na compreensão de textos.

O tema deste trabalho está inserido nas discussões do Grupo de Pesquisa em Leitura e Produção de Textos, sob a nossa coordenação na Universidade Federal do Espírito Santo, e, para desenvolvê-lo, tomaremos por base fundamentos de um quadro teórico que possibilita o tratamento de questões relativas à intertextualidade, tal como a concebem Bakhtin (1999), Kristeva (1977), Jenny (1979), Koch (1997), e à intertextualidade em eventos sociais de leitura, considerando os trabalhos de Bloome e Egan-Robertson (1983), Maybin e Moss (1993) e Palma (1998).

O presente artigo organiza-se, portanto, da seguinte maneira: na primeira seção, apresentamos as bases teóricas que fundamentam a concepção de intertextualidade; na segunda, discutiremos aspectos de intertextualidade presentes na produção de uma história: *Ao Roã Meija ou o Passarinho*, de Flávio de Souza; e na última, apresentaremos algumas perspectivas para a construção social da intertextualidade nas práticas de leitura na escola.

### **Abordagens teóricas sobre intertextualidade**

Olhar um texto nas relações que ele mantém com outros textos é concentrar a atenção neste fenômeno chamado intertextualidade, de que Bakhtin (1999) lançou as bases com o conceito de dialogismo. Ao questionar, de um lado, as teses do objetivismo abstrato e, de outro, as do subjetivismo idealista, Bakhtin mostra a linguagem não como um

produto acabado, mas como um grande diálogo que se constitui na corrente de comunicação verbal e que acompanha a trajetória do homem no seu contexto sócio-histórico. Desse modo, a categoria básica da concepção de linguagem em Bakhtin é a interação verbal, cuja realidade fundamental é o caráter dialógico, que liga locutor/interlocutor, num processo contínuo de interlocução. O sujeito bakhtiniano só se constitui na relação com o *outro*. É, portanto, um sujeito inacabado, que funda seu discurso no *outro*, numa relação dialógica. Nesse sentido, o *eu* e o *outro* se alternam na constituição do processo discursivo e na constituição do sentido:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. (BAKHTIN, 1999, p. 113).

A enunciação é, pois, produto da interação do locutor e do interlocutor, ambos inseridos em uma situação social mais imediata e num meio social que determinam seu discurso. Assim, a enunciação não parte do interior subjetivo do indivíduo, mas do meio social em que se insere e que a determina. Bakhtin (1999) concebe, desse modo, a significação como uma construção histórica e, portanto, ideológica, sustentando, na linguagem, o princípio da prevalência do social. O diálogo, para Bakhtin, não é somente a linguagem assumida pelo sujeito, mas uma escrita em que se lê o outro. Essa escrita propõe-se, ao mesmo tempo, como subjetividade e como comunicatividade. No dizer de Kristeva (1977), trata-se do fenômeno da intertextualidade.

Seguindo a linha de Bakhtin, Julia Kristeva (1977, p. 71), em *Semiótica do Romance*, procura definir o estatuto da palavra, ou seja, as articulações dessa palavra com outras, a partir de um eixo horizontal – em que a palavra do texto pertence tanto ao sujeito da escrita quanto ao destinatário, e de um eixo vertical – em que a palavra do texto se orienta para um corpus literário anterior ou

atual. Segundo a autora, esses eixos acabam revelando um fator maior: a palavra (o texto) é um entrecruzar de palavras (de textos) onde se lê pelo menos uma outra palavra (texto). Kristeva apresenta uma concepção dinâmica para o texto, na medida que o concebe como um aparelho translinguístico, ou seja, como lugar do encontro com outros textos: “todo o texto se constrói como mosaico de citações, todo o texto é absorção e transformação de outro texto. No lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de intertextualidade” (Kristeva, 1977, p. 72). Para ela, o escritor, normalmente, assimila outros textos e, quando produz o seu próprio texto, vai refletir essas influências. Assim, a intertextualidade constitui um *cruzamento de superfícies textuais*.

Vale ressaltar que o próprio Bakhtin já havia observado a necessidade de uma ciência translinguística, que, partindo do dialogismo da linguagem, compreendesse as relações intertextuais. Em toda a sua obra, Bakhtin (1997, p. 123) reitera constantemente esta ideia de natureza relacional do discurso: “Qualquer desempenho verbal inevitavelmente se orienta por outros desempenhos anteriores na mesma esfera, tanto do mesmo autor como de outros autores, originando um diálogo social e funcionando como parte dele”. Essa questão da intertextualidade que se constitui na medida que um enunciado é concebido como um reflexo de outro enunciado por refutação, confirmação ou complementaridade, pressupondo assim seu conhecimento prévio é, de fato, uma constante em Bakhtin. Para esse autor, qualquer enunciado, inclusive o monólogo solitário, tem seus *outros*, e só existe em relação ao contexto de outros enunciados:

(...) todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por uma névoa ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. (...) O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de fios dialógicos existentes, tecidos pela consciência ideológica em torno de um dado objeto de enunciação, não pode deixar de ser participante do diálogo social.

Essa dialogicidade interna do discurso não se limita, contudo, apenas ao fato de que todo discurso remonta a um já-dito, mas também se relaciona com o discurso resposta-futuro “que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo” (BAKHTIN, 1993, p. 89). O modo como estamos articulando a questão das várias vozes que perpassam um discurso procura deixar claro o motivo pelo qual Bakhtin define o enunciado como um elo na cadeia de comunicação verbal, inseparável dos elos que o determinam interna e externamente e que nele provocam reações-respostas imediatas, uma ressonância dialógica.

Bakhtin (1999, p. 144-54) faz referência ao discurso citado, confirmando, assim, a existência de um interlocutor. Verifica-se, então, que, atrás da voz do autor, insere-se o discurso de um outro, sugerindo a ideia do discurso dentro do discurso. Essas vozes polifônicas podem se manifestar em forma de discurso direto – considerado como citação textual do discurso de um outro locutor, de discurso indireto – considerado enquanto processo de reelaboração da palavra de outrem, e de discurso indireto livre – considerado como mesclagem de duas “vozes”, a do narrador e a do personagem.

Associado também ao conceito bakhtiniano de dialogismo, Jenny (1979) traz grande contribuição para os estudos de intertextualidade. Em seu trabalho *A estratégia da forma*, cujo objeto de investigação constitui-se de textos literários, o autor apresenta duas formas de intertextualidade: a implícita e a explícita. Para conceituar a intertextualidade implícita, parte do pressuposto de que todo texto remete implicitamente para textos que o antecedem, apresentando-se de forma atualizada. Segundo ele (1979, p. 5), o fenômeno da intertextualidade é condição precípua da legibilidade literária:

Fora da intertextualidade, a obra literária seria muito simplesmente incompreensível, tal como a palavra numa língua ainda desconhecida. De fato, só se apreende o sentido e a estrutura numa obra literária se a relacionarmos com os seus arquétipos – por sua vez abstraídos de longas séries de textos, de que constituem, por assim dizer, a constante.

Diante desses modelos arquetípicos extraídos das séries textuais, cada texto literário entra numa relação de realização, transformação ou transgressão. Esse trabalho de assimilação e de transformação caracteriza todo e qualquer processo intertextual. A intertextualidade explícita, segundo Jenny, é a que se faz presente no conteúdo formal da obra. Em outras palavras, seria o fato de um texto deixar transparecer a sua relação com outro(s): “A determinação intertextual da obra é então dupla: por exemplo, uma paródia relaciona-se em simultâneo com a obra que caricatura e com todas as obras parodísticas constitutivas do seu próprio gênero.” (JENNY, 1979, p. 6). A intertextualidade explícita não se dá apenas por meio de citações, resenhas, paráfrases, mas também por meio de itens lexicais que permeiam o texto, possibilitando despertar na memória do leitor informações ou textos reminiscentes.

A esse respeito, acrescenta Jenny (1979, p. 21):

Cada referência intertextual é o lugar duma alternativa: ou prosseguir a leitura, vendo apenas no texto um fragmento como qualquer outro, que faz parte integrante da sintagmática do texto – ou então voltar ao texto-origem, procedendo a uma espécie de anamnese intelectual em que a referência intertextual aparece como um elemento paradigmático ‘deslocado’ e originário duma sintagmática esquecida.

Há, de acordo com Jenny, três espécies de tratamento que objetivam assegurar a inserção de um enunciado num novo conjunto textual:

- verbalização: pressupõe um texto cuja substância significativa esteja uniformemente verbalizada;
- linearização: pressupõe um texto em linearidade;
- engaste: pressupõe uma harmonização entre forma de expressão e substância de conteúdo.

A montagem intertextual pode se assentar em três tipos de relações semânticas, que visam à transformação dos textos arquetípicos:

- isotopia metonímica: em que se utiliza um fragmento textual com o objetivo de dar prosseguimento ao fio condutor do texto;

- isotopia metafórica: em que se convoca um fragmento textual por analogia semântica com o novo texto;

- montagem não isótropa: em que se insere um fragmento textual num contexto, sem nenhuma relação semântica, *a priori*, com ele.

Jenny, então, propõe um novo tratamento para as figuras de linguagem no texto literário, situando-as na intertextualidade. Sem que pretenda delimitar o vasto campo de exploração que as figuras de intertextualidade oferecem, Jenny sugere algumas como ponto de partida:

- Paronomásia: altera-se o texto original, conservando as sonoridades, mas modificando a grafia, o que carrega o texto de um novo sentido.

- Elipse: repete-se, de forma truncada, o texto arquétipo.

- Amplificação: transforma-se o texto original, desenvolvendo suas virtualidades semânticas.

- Hipérbole: transforma-se o texto original, superlativando sua qualificação.

- Interversões:

- Interversão de situação enunciativa: muda-se o alocutário ou o sujeito da enunciação, quando da estabilidade do teor do discurso.

- Interversão da qualificação: aproveitam-se os actantes ou circunstâncias do texto original, mas para caracterizá-los antiteticamente.

- Interversão da situação dramática: modifica-se, por transformação negativa ou passiva, o esquema das ações do texto recuperado.

- Interversão dos valores simbólicos: retomam-se os símbolos elaborados pelo texto original, porém, com significações opostas no novo texto.

- Mudança de nível de significado: retoma-se um esquema semântico no novo texto, mas em um outro nível de sentido.

Concordamos, pois, com Jenny, quando concebe o fenômeno da intertextualidade como fator essencial para a legibilidade de um texto literário. A nosso ver, um texto não pode ser visto apenas em relação à sua imanência, mas também em relação ao referente extratextual e, em primeiro lugar, na relação que estabelece com outros textos.

Enquanto Jenny investiga a intertextualidade sob o prisma literário, Koch o faz numa perspectiva linguística e, partindo da concepção de Beaugrande e Dressler (1981), propõe uma ampliação dessa noção. Segundo Koch (1997, p. 46), esses estudiosos definem a intertextualidade como a relação existente entre um determinado texto e o conhecimento de outros textos com os quais se relaciona.

A autora atribui então à intertextualidade um sentido amplo, em que esse fenômeno ocorre sempre de maneira implícita, e um sentido restrito, em que ele ocorre tanto implícita quanto explicitamente. Em sentido amplo, Koch equipara a intertextualidade à interdiscursividade, uma vez que o intertexto constitui condição de existência do próprio discurso. Em sentido restrito, Koch designa a intertextualidade como a relação efetiva de um texto com outros textos previamente existentes. Nesse sentido, Vigner (1997, p. 34) afirma que será legível, numa perspectiva intertextual,

(...) todo texto que, pela relação que estabelece com textos anteriores ou com o texto geral, dissemina em si fragmentos de sentido já conhecidos pelo leitor, desde a citação direta até a mais elaborada reescritura. Ler significa aí perceber esse trabalho de manipulação sobre os textos originais e interpretá-los.

Koch (1997) considera quatro tipos de intertextualidade em sentido restrito: 1) de conteúdo/de forma e conteúdo, que ocorre, por exemplo, entre textos científicos de mesma área do conhecimento ou entre textos literários de mesma escola ou de mesmo gênero; 2) explícita ou implícita, que ocorre, respectivamente, quando o texto apresenta citação da fonte do intertexto, ou, então, sem a citação expressa da fonte, ficando, neste caso, o leitor com a tarefa de recuperá-la na memória, para assim construir o sentido do texto; 3) das semelhanças/das diferenças, que ocorre, respectivamente, quando

ao texto se incorpora o intertexto para seguir-lhe a orientação argumentativa, ou, então, para mostrar sua impropriedade; 4) com intertexto alheio (intertextualidade propriamente dita), com intertexto próprio (intra-textualidade) ou com intertexto atribuído a um enunciador genérico (autotextualidade).

Tanto Koch quanto os demais teóricos aqui apresentados apontam a intertextualidade como regra de base do processo de construção dos sentidos de um texto, e não apenas como um dos aspectos a serem observados. De fato, não podemos ler um texto apenas em relação ao que lhe é imanente, mas, sobretudo, em relação aos outros textos com os quais dialoga, uma vez que são intertextuais, por definição, as operações em ação em um texto.

Nesse sentido, na próxima seção, buscaremos observar como um texto assimila enunciados pré-existentes em sua construção e qual a relação desses enunciados com o(s) texto(s) de origem. Temos como hipótese que, compreendendo melhor como se estabelecem as relações intertextuais, poderemos trabalhar com elas no ensino de forma consciente. A partir disso, apresentaremos perspectivas para o trabalho de construção social da intertextualidade em sala de aula.

### **Intertextualidade em histórias**

Para observarmos como ocorre a intertextualidade em histórias, e, então, podermos apresentar possibilidades de um trabalho para construção social da intertextualidade em sala de aula, selecionamos o texto *Ao Roã Meija ou o Passarinho*, de Flávio de Souza (1995), uma vez que constitui uma história, cujo título já desperta a curiosidade diante do desconhecido: o que será *Ao Roã Meija*?

Em linhas gerais, os episódios dessa história apresentam-se ligados por uma situação inicial, em que o passarinho, além de não saber voar, é inferiorizado em relação aos seus irmãos que eram bem maiores que ele; por um fazer transformador, em que o passarinho é submetido às mais diversas situações que o induzem a voar; e, por uma situação final, em que o passarinho aprende a

voar, conquistando, assim, a admiração da mãe e dos irmãos. Associada a isso, temos uma moral implícita, que pode ser resumida pelo seguinte provérbio: “Há males que vêm para bem”. O passarinho teve de se submeter a situações embaraçosas que lhe ameaçavam a vida, mas, sobretudo, que o levaram a alçar voo, deixando, assim, de ser aquele passarinho pequenininho para ser grande e forte, por estar voando.

Observamos, no percurso narrativo do texto de Souza, elementos que foram anteriormente estruturados nas histórias infantis: *O Patinho Feio* e *João e Maria*, bem como na fábula de Fedro, *A Raposa e as Uvas*. Ler, portanto, o texto implica uma leitura dos textos que lhe deram origem e com os quais mantém relações, ora concordantes, ora dissonantes. Por isso, há que se promover um primeiro movimento de articulação entre o texto de Flávio de Souza e os outros com os quais ele dialoga.

Tanto no início quanto no final do texto *Ao Roã Meija ou O Passarinho*, percebemos o que Jenny (1979) aponta como dupla determinação intertextual: trata-se de uma história que, simultaneamente, se relaciona com textos preexistentes (*O Patinho Feio*, *João e Maria*, *A Raposa e as Uvas*) e com todas as narrativas do tipo história que apresentam situação inicial, fazer transformador e situação final e que, além disso, criam em torno de si o clima do faz-de-conta, iniciando-se pelo *Era uma vez* e finalizando sempre com o *felizes para sempre*. O texto em questão inicia-se da seguinte maneira: “Era uma vez um passarinho. Um passarinho bem passarinho mesmo, porque ele era bem pequenininho...”. (SOUZA, 1995). E apresenta também um final bastante comum: “E a família dele comeu bastante. E todos abraçaram e beijaram o passarinho. E ele voou bastante. E cresceu bastante. E viveu bastante feliz para sempre. Fim.”.

Embora a referência seja a família do passarinho, observamos a utilização do adjetivo *feliz* no singular, o que pode sugerir que esse sentimento só é atribuído ao passarinho, porque os demais não eram tratados com indiferença, por isso podiam ser considerados felizes. Este é, portanto, o momento em que o passarinho, verdadeiramente, se liberta da indiferença com que a mãe e os

irmãos o tratavam. Trata-se aqui, conforme proposto por Koch, da intertextualidade de forma/conteúdo.

No primeiro parágrafo do texto *Ao Roã Meija ou O Passarinho*, sugere-se implicitamente, pela apresentação do passarinho e de sua vida em família, a relação existente entre o texto e uma das mais tradicionais histórias infantis, *O Patinho Feio*, que também se inicia pela apresentação do patinho e de sua vida em família:

Cascas de ovo se espalharam por todos os lados quando nasceu o último patinho de uma grande ninhada, numa ensolarada manhã de primavera. – Até que enfim! – disse a mamãe pata. – Mas como você é magrinho! (...) Depois de terem brincado bastante no lago, a mamãe pata levou a ninhada de volta para o galinheiro para mostrá-la aos outros. O patinho mais moço ficou para trás. Seus pés eram desajeitados, seu pescoço comprido demais e ele tinha um bico tão grande! Todos acharam que a ninhada era muito bonita. – Mas é uma pena! – disse um velho galo – que aquele último seja tão feio! (O PATINHO FEIO).

Ocorre, neste caso, o que Jenny define como isotopia metafórica, tendo em vista que, na leitura do primeiro parágrafo do texto de Flávio de Souza, já identificamos, como hipótese de leitura, uma aproximação em relação à história *O Patinho Feio*, por analogia semântica com seu contexto. Esse processo serve tão somente para enriquecer a história de Flávio de Souza, com um jogo de recordações associativas que sugerem uma leitura: a história do passarinho será, então, tomada em relação à do patinho.

No segundo parágrafo, confirmamos essa hipótese de leitura acerca do trabalho intertextual, uma vez que, agora, torna-se explícito o que se havia apresentado sutilmente: “A história que este passarinho mais gostava era ‘O Patinho Feio’. Quando a mãe dele contava essa história ele ficava todo feliz.” (SOUZA, 1995). Assimila-se a história do patinho feio, resignificando-a, transformando-a. E, assim, revela-se o fato de que o passarinho gostava da história *O Patinho Feio*, não porque fosse feio: “Mas era muito pequenininho, coitado. E ele sonhava que um dia ia crescer e ficar forte. Do mesmo jeito que o patinho feio fica grande e bonito naquela história.” (SOUZA, 1995).

A transformação dessa história acontece, então, não por se tratar de um passarinho feio, mas de um passarinho pequenininho que se assemelhava ao patinho pela inferioridade a que ambos estavam sujeitos por sua condição física: um feio e o outro pequeno. É o que Jenny (1979) define, dentre as figuras de intertextualidade, como mudança de nível de sentido, já que o esquema semântico que envolve a história do patinho é retomado no texto de Flávio de Souza em um outro nível de sentido. Ao mesmo tempo em que percebemos semelhanças entre as histórias aqui analisadas, percebemos também diferenças: na história *O Patinho Feio*, por não mais aguentar aquela situação, o patinho sai pelo mundo em busca de outros lugares. A partir daí, ele se envolve em várias situações que acabam por redundar a sua inutilidade: “Quando a noite caiu, o patinho saiu do pantanal e foi até uma cabana humilde, onde encontrou uma velha que morava com um gato e uma galinha. Mas como ele não podia pôr ovos nem ronronar no seu colo, a velha não sabia o que fazer com o patinho. Em pouco tempo, ele resolveu partir uma vez mais.” (O PATINHO FEIO).

Por outro lado, na história de Flávio de Souza, o passarinho não foge, mas cai do ninho. Ele passa por situações - o gato querendo comê-lo, o garoto querendo acertar-lhe uma pedra - que acabam fazendo com que se torne grande. Grande porque aprende a voar e um pássaro que não voa é um arremedo de pássaro. Por meio da transposição dessas situações difíceis, o passarinho vê, então, sua potencialidade.

Além disso, percebemos uma intertextualidade implícita, uma vez que sugere-se a presença da fábula *A Raposa e as Uvas* em sua história *Ao Roã Meija ou O Passarinho*. Quando o gato, embora faminto, não consegue capturar o passarinho que havia se escondido no tronco da árvore, resolve, então, ir embora, dizendo: “- Sabe que eu estou com vontade de comer um ratinho?” (SOUZA, 1995). Na fábula de Fedro, a situação é semelhante: a raposa, faminta, embora tivesse se esforçado ao máximo para apanhar as

uvas numa alta videira, não consegue alcançá-las e, então, afasta-se, dizendo: “*Nondum matura est, nolo acerbam sumere.*”<sup>1</sup>

Os contextos são variados, porém, como vimos, o sentido que deles deriva é o mesmo: tanto o gato quanto a raposa acabam dando uma desculpa, por não terem conseguido fazer o que pretendiam. Neste caso, ocorre tanto a isotopia metonímica, em que o autor utiliza o fragmento enunciado pelo gato, intertextualizando-o com o que foi dito pela raposa, para prosseguir, com precisão, o fio condutor da narrativa; quanto isotopia metafórica, em que convoca a fábula de Fedro, por analogia semântica com o contexto da história por ele construída.

No quinto parágrafo, o autor começa a sugerir uma intertextualidade com a história *João e Maria*, tomada na versão que narra as aventuras de dois irmãos abandonados pelos pais e que acabam chegando à casa de uma velha feiticeira:

O passarinho já estava pensando em fingir que era um esquilo e comer uma avelã que estava ali perto. Mas então aconteceu uma coisa extraordinária! Um menino e uma menina vieram pelo caminho da floresta de mãos dadas. Este menino e esta menina eram muito parecidos. Tão parecidos, que o passarinho pensou assim: “Eles devem ser irmãos!” O mais interessante é que o menino estava com um pedaço de pão na mão. E o passarinho ficou de boca aberta quando viu o que o menino estava fazendo, e exclamou: - Mas que coisa! Ele está tirando pedacinhos de pão e jogando no chão! Que sorte a minha! O passarinho não perdeu tempo e já foi comendo um pedacinho de pão. E outro. E outro. O passarinho seguiu a menina e o menino, aos pulinhos. E assim que o menino jogava um pedacinho de pão, o passarinho abocanhava. Mastigava. Engolia. E ia dando seus pulinhos. E abocanhando. E mastigando. E engolindo. (SOUZA, 1995).

Dissemos “começa a sugerir”, porque o autor não se utiliza dos nomes próprios das crianças, mas somente faz alusão ao conteúdo da história. Podemos, então, observar que há incorporação da história *João e Maria* ao texto pela situação dramática, uma vez que continua trabalhando com os meninos que, para não se perderem na floresta,

---

<sup>1</sup> O enunciado acima citado em latim assim se traduz: “Ainda não estão maduras, não quero apanhá-las verdes”.

vão jogando pedacinhos de pão pelo caminho, formando, assim, uma trilha. Desse modo, percebemos que o passarinho de Flávio de Souza parece ser o mesmo que comeu os pedacinhos de pão que os meninos lançaram ao chão.

Na história *João e Maria*, temos:

Antes de saírem para o passeio, receberam para comer um pedaço de pão velho. João, em vez de comer o pão, guardou-o. Depois, ao longo do caminho, jogava os pedacinhos no chão, para marcar o caminho da volta. Chegando a uma clareira, a madrasta ordenou que esperassem até que ela colhesse algumas frutas, por ali. Mas eles esperaram em vão. Ela os tinha abandonado mesmo! – Não chore, Maria, disse João. Agora, só temos é que seguir a trilha que eu fiz até aqui, e ela está toda marcada com as migalhas do pão. Só que os passarinhos tinham comido todas as migalhas de pão deixadas no caminho. (JOÃO E MARIA)

Todavia, na história de Flávio de Souza, os meninos veem o passarinho comendo os pedacinhos de pão: “Foi bem quando o pão acabou que as crianças olharam para trás. E descobriram que os pedacinhos de pão tinham sumido. - Foi aquele passarinho! – Disse a menina. - Ele vai ver só uma coisa! – Disse o menino. E foi logo pegando uma pedra para atirar no passarinho.” (SOUZA, 1995). Então, encontramos um elemento que não aparece na história *João e Maria*, em que os meninos não percebem que o passarinho estava comendo a trilha, nem pensam, conseqüentemente, em atirar uma pedra nele. Certamente, uma intertextualidade como essa não é gratuita. Pelo contrário, expressa que a história recontada por Flávio de Souza ganha um matiz mais atualizado, no sentido de indicar a reação de uma criança que se revolta contra um pássaro: *atirar uma pedra*.

Ressaltam desse trabalho intertextual dois tipos de interversão, dentre as figuras de intertextualidade que foram propostas por Jenny: a de qualificação, segundo a qual o autor aproveita os actantes da história original - no caso, João e Maria – mas os caracteriza antiteticamente, pela atitude que eles tomam em relação ao passarinho - atirar uma pedra; e a interversão da situação dramática que modifica o esquema das ações da narrativa

recuperada, uma vez que, no texto de Flávio de Souza, os meninos veem o passarinho comendo os pedacinhos de pão.

No final do texto, entre tudo o que o passarinho vê ao levantar voo, há

(...) uma casa muito esquisita, mas muito bonita, com as paredes marrons e muitos enfeites coloridos. Parecia até que aquela casa era feita de coisas para se comer. Mas o passarinho nem pensou em voar para perto desta casa. Porque ele não estava mais com fome. Porque ele estava com a barriga cheia de pedacinhos de pão. E porque na frente daquela casa tinha uma velha descabelada e com cara de má. (SOUZA, 1995).

Estabelece-se, aqui, novo diálogo intertextual com a obra *João e Maria*, em que, depois de terem se perdido pela floresta:

(...) andaram, andaram, andaram muito até que chegaram a uma casinha toda feita com chocolate, biscoito e doces. Famintos correram, correram e começaram a comer. De repente, apareceu uma velhinha, dizendo: - Entrem, entrem, entrem, que lá dentro tem muito mais para vocês. Mas a velhinha era uma bruxa e aprisionou João numa jaula para que ele engordasse. Ela queria devorá-lo bem gordo. E fez da pobre e indefesa Maria, sua escrava. (JOÃO E MARIA).

Com isso, confirmamos o fato que tomamos anteriormente como hipótese de leitura: a história era mesmo a de João e Maria. Além disso, há outra ocorrência de intertextualidade explícita com relação à história *O Patinho Feio*, quando o autor revela que o sentimento do passarinho era o mesmo que o do patinho – o de felicidade. Na história de Flávio de Souza,

o passarinho voou e voou e conseguiu voltar para o ninho dele. A mãe e os irmãos se admiraram dele estar vivo. E grande. E forte. E voando! O passarinho se sentiu como o patinho feio, quando ele descobre que se transformou num lindo cisne (...) E todos abraçaram e beijaram o passarinho. E ele voou bastante. E cresceu bastante. E viveu bastante feliz para sempre. Fim. (SOUZA, 1995).

Na história *O Patinho Feio*, a situação é a mesma:

Um dia ele viu os mesmos pássaros brancos no lago. – Vou juntar-me a eles – disse o patinho corajosamente, mesmo que me matem por causa de minha feiúra. Nadando devagar no meio dos outros, ele baixou a cabeça e pediu que o matassem. Mas, ao fazer isso, viu sua imagem refletida entre as plantas do lago, e – que felicidade! – ele era tão bonito quanto os outros! Os velhos cisnes balançaram a cabeça para mostrar como estavam admirados e também para dar-lhe as boas-vindas. O patinho feio tinha-se tornado um cisne maravilhoso!

Todo esse trabalho intertextual fica evidente na pergunta com que se encerra o texto: *Que história é essa?*, como que indicando haver uma história, ou melhor, história(s) dentro da que foi contada. Acontece, na história de Flávio de Souza, o que Rodari<sup>2</sup>, em sua obra *A Gramática da Fantasia* (1982), define como *salada de fábulas*, uma atividade que pressupõe a transposição de personagens de histórias pré-existentes numa nova história e que se sustenta por serem seus personagens de domínio público. Segundo ele, mesmo as imagens mais comuns, submetidas a esse tratamento, parecem ressurgir. Tal atividade mexe, entretanto, com o repertório do leitor, uma vez que o leva a estabelecer constantemente um confronto entre histórias e seus elementos como cenários e personagens, por meio do acionamento dos conhecimentos enciclopédicos em sua memória. Isso também possibilita uma tomada de posição resultante da análise crítica da adequação dos novos procedimentos, das situações inesperadas.

Observamos, portanto, que nessa construção narrativa há lugar para todo um *corpus* intertextual: nela, as referências intertextuais não irrompem autonomamente, mas prendem-se à ficção, apresentam-se como parte integrante da *trama-tecido* do texto. Portanto, ler textos como *Ao Roã Meija* ou *O Passarinho* na escola demanda um trabalho de mediação leitora que também

---

<sup>2</sup> Gianni Rodari, professor e escritor italiano, notabilizou-se por obras voltadas para o interesse das crianças, pois enfatizava em seus livros a importância da fantasia, da criatividade, como artífices do conhecimento.

pode ocorrer na interação em sala de aula. Considerando isso, procuraremos apresentar algumas possibilidades de construção social da intertextualidade em eventos sociais de leitura.

### **Perspectivas para o trabalho com intertextualidade em sala de aula**

Concebida como prática social, a leitura constitui não apenas um encontro estabelecido entre leitor e autor por meio do texto, mas, sobretudo, um encontro fundado na interação entre leitores. Nesse sentido, Bloome e Egan-Robertson (1983) defendem que não se pode mais compreender a leitura apenas como interação leitor/texto, mas sim como processo social e cultural. Ao conceberem a leitura como evento cultural, os autores pressupõem que, na realização dessa atividade, o indivíduo utiliza conhecimentos culturais<sup>3</sup>, adquiridos e partilhados pelos membros de seu grupo em contexto de interação, o que lhe permite interpretar a situação em que se encontra.

Nesse evento social e cultural, vários aspectos estão envolvidos. A particularidade é um desses aspectos e diz respeito ao conjunto de fatores que tornam o evento único: as condições específicas do local, os participantes envolvidos, as relações sociais instauradas entre eles, a atividade em que se engajam. No caso dos eventos de leitura em contexto escolar, cada aula, cada encontro, cada momento de discussão de um texto constitui um evento particular, em que a interação entre os participantes do grupo determina o tipo de relação entre eles (simetria/assimetria) e

---

<sup>3</sup> Para ler, as pessoas fazem uso, por exemplo, de vários conhecimentos culturais: conhecimento dos sinais linguísticos e não-linguísticos dispostos no papel; conhecimento de que uma sentença, na base de uma página, continua no topo da página seguinte; conhecimento do significado dos espaços e das linhas; conhecimento da direção a ser seguida pelos olhos (da esquerda para a direita, do topo da página para a base). O conhecimento cultural fundamenta, portanto, a “navegação” de um leitor sobre um texto.

também a existência de um maior ou menor número de interpretações possíveis.

Mesmo em um evento particular de leitura, como, por exemplo, o que envolve a leitura de um texto como *Ao Roã Meija ou O Passarinho*, a indeterminação também está presente, afinal nem tudo é dito explicitamente. Neste caso, exige-se dos interlocutores uma ação no sentido de apreender o implícito, o não-dito, para então construir a significação daquele evento específico. Segundo Garcez (1998), a

indeterminação provém do fato de que nenhum enunciado tem em si mesmo, isoladamente, condições necessárias e suficientes para permitir uma interpretação unívoca, ou seja, a língua dispõe de múltiplos recursos expressivos, e só na associação entre os diversos contratos sociais – situação, contexto, relação entre interlocutores, leis conversacionais e sistemas de referência – pode-se chegar à determinação de um dado enunciado. A linguagem não existe num vácuo, mas imersa numa rede de valores discursivos de vários níveis. Assim, todo o universo lingüístico constrói-se, existe e funciona num universo social, coletivo, e não pode ser abstraído dessa condição. (GARCEZ, 1998, p. 48).

A intertextualidade também é um aspecto que caracteriza a leitura como evento social. Em relação a estes elementos – particularidade, indeterminação e intertextualidade – podemos dizer que todos eles são muito relevantes para a construção de sentidos de um texto, sobretudo, quando proposta na dinâmica de interação verbal.

A nosso ver, as possibilidades de interação social e cultural que se abrem numa leitura, até mesmo na que envolve aparentemente um único participante, são inúmeras e imprevisíveis: o leitor pode interagir não só com o autor do texto, como também com outros leitores que tornam explícitas suas interpretações em relação ao texto e com outros autores de outros textos que, de alguma forma, se relacionam com o texto lido, como ocorre, por exemplo, com o texto que foi objeto de análise na seção anterior.

Na visão de Bloome e Egan-Robertson, o significado emerge da interação entre os participantes do evento de leitura, por meio

da negociação. Neste trabalho, portanto, pautamo-nos em uma abordagem construtivista<sup>4</sup>, para a qual a leitura bem sucedida ocorre quando os participantes chegam a um consenso sobre os possíveis interpretativos e sobre o significado do evento de leitura.

De fato, como defende Charaudeau (2008), não podemos pretender a análise do sentido de um texto, mas sim a análise dos *possíveis interpretativos*. Para chegar a essa noção, Charaudeau trata o sentido como resultante de uma cointencionalidade, a qual compreende os efeitos visados pelo produtor, os efeitos possíveis e os efeitos produzidos pelo leitor. É dessa combinação que o sentido depende. A esse respeito, Charaudeau chama a atenção, como já dissemos, para a análise de texto que se constitui na análise dos *possíveis interpretativos*.

Esta concepção de leitura como prática social pressupõe que o texto constitui mais do que simples veículo de comunicação entre escritor e leitor. De fato, há muito mais significado do que meramente as ideias expressas por alguém ao escrever e os objetivos de alguém ao ler. Bloome e Egan-Robertson esclarecem que, em todo e qualquer texto, o autor estabelece uma relação social com o leitor, estabelece identidades sociais para si e para o leitor. Para além disso, a significação desse texto depende do que ocorre durante o evento social em que ele está sendo discutido.

Para os autores, os eventos sociais de leitura são construídos pela interação entre indivíduos, num processo de negociação de sentidos do texto. Portanto, a interação, no contexto deste nosso trabalho, não diz respeito somente ao processo que se estabelece entre autor e leitor por meio do texto, tal como propunham os modelos interacionistas, mas também ao fenômeno em que estão envolvidos dialogicamente sujeitos que ocupam posições e lugares

---

<sup>4</sup> Essa visão de leitura como evento social se pauta no paradigma construtivista, porque compreende o conhecimento como processo em permanente construção, um conhecimento que se transforma mediante a ação do indivíduo no mundo, o que implica a não aceitação do pronto, do acabado, do imutável.

sociais determinados e que, pela negociação, vão construir os sentidos do texto.

Assim, os participantes desse evento social, conjuntamente, constroem não só os sentidos do texto, mas também maneiras de pensar sobre o texto e sobre o universo criado pela leitura. Os sentidos de um evento de leitura baseiam-se, portanto, na natureza do contexto criado pelos participantes, no processo de interação pela linguagem. Um evento de leitura assim configurado objetiva atribuir sentidos ao texto-base e, sobretudo, estabelecer relações/identidades sociais. Daí a importância de se considerar o contexto social em que ocorre o evento.

Maybin e Moss (1993) apresentam uma concepção de leitura que muito se aproxima da proposta por Bloome e Egan-Robertson (1993). Essas autoras procuram mostrar como a interação que se estabelece por meio de uma conversa sobre o texto pode esclarecer o processo de leitura como um todo. Para isso, fundamentam-se nas ideias de Vygotsky (1930), que postula a primazia da interação social no desenvolvimento cognitivo e sociocultural do indivíduo. Interagindo com o outro, por meio da linguagem, o indivíduo constrói conhecimentos que vão sendo internalizados e, assim, vão fazendo parte de seu próprio conhecimento cognitivo.

Como essa construção de conhecimentos procede do social para o individual, as autoras mostram que a conversa sobre textos pode contribuir para o “repertório” dos sujeitos. Para elas, esse tipo de interação cria um contexto em que a desenvolvimento acontece no espaço entre o nível de desenvolvimento real do aprendiz e o nível de desenvolvimento potencial que ele pode atingir em interações com indivíduos mais experientes. Qualquer compreensão colaborativa de textos pode dialogar com as interpretações individuais.

Assim, Maybin e Moss observam que as leituras são moldadas pelas circunstâncias sociais nas quais os textos são discutidos e pelos relacionamentos dos leitores. O processo de construção de sentidos se dá, pois, a partir do momento em que o texto circula

socialmente, o que determina a sua audiência legítima e a posição do leitor dentro dele:

Seria um erro definir como relevante para o processo de leitura apenas a apreensão do conteúdo do texto. Tão importante quanto isso é o conhecimento do modo como o texto circula, de sua audiência legítima e também da forma como o texto pode ser interpretado por outros leitores. (MAYBIN; MOSS, 1993, p. 144).

Ao focar o processo de leitura como evento social, as autoras apontam diretamente para o contexto dentro do qual a leitura acontece, o que sugere que as leituras nunca estão terminadas: elas são continuamente feitas e refeitas na interação com os textos. A nosso ver, a mais importante contribuição de Maybin e Moss diz respeito a essa concepção de leitura enquanto empreendimento social provisório, cujo processo colaborativo de construção de significados fornece a base para subseqüentes significados atribuídos.

Para essas situações de leitura em que o sentido do texto é construído coletivamente, Palma (1998) utiliza a expressão *leitura participativa*:

Metodologicamente, a pluralidade de leituras concretiza-se através da técnica da 'leitura como evento social' (Bloome, 1980) ou do 'protocolo em grupo'<sup>5</sup> (Zanotto, 1995). Vemos esse procedimento como o processo cujo resultado ou prática pedagógica é a 'leitura participativa'. Essa modalidade de ler tem em sua base a cooperação e o engajamento dos participantes do evento. Essa atitude implica ações compartilhadas em função de um objetivo comum, qual seja, a construção de sentido(s) plausíveis para o texto. A construção desses possíveis sentidos resulta da negociação dos diferentes pontos de vista explicitados pelos componentes do grupo, tendo como ponto de partida o conhecimento prévio de cada um e as experiências vividas individualmente. (PALMA, 1998, p. 75).

Assim, percebemos que a *leitura participativa* possibilita a ampliação da rede cognitiva do leitor, a partir desses

---

<sup>5</sup> O protocolo em grupo constitui uma variação do protocolo verbal individual e foi utilizado por Zanotto (1995) como prática pedagógica de incentivo à leitura em grupo, com o objetivo maior de socializar os significados individuais.

conhecimentos construídos conjuntamente. A interação verbal é, portanto, fundamento constitutivo dessa prática de leitura como evento social.

Todavia, no contexto escolar, muitas vezes, as práticas de leitura ainda estão muito associadas ao livro didático, ou então, a uma folha de exercícios que se prepara para a aula, para que, em seguida, se possa corrigi-los e, dessa maneira, o trabalho de interação que poderia envolver os alunos não ocorre. Em uma direção inversa a essa, podemos criar oportunidades para os alunos interagirem a partir da leitura de um texto como o de Flávio de Souza, que estabelece uma ampla rede intertextual, e, assim, possam negociar entre si os possíveis interpretativos de um texto. Nesse sentido, o conhecimento que tivermos acerca do processo intertextual possibilitará uma prática pedagógica bem informada e fundamentada.

### **Considerações finais**

Por tudo o que foi aqui discutido, confirma-se o fato de o texto, habitado como está pela pregnância cultural de textos anteriores, não poder ser mais tratado somente sob uma concepção imanente, cotextual. Todo texto se constitui, verdadeiramente, em função de textos pré-existentes. Portanto, se os textos vivem dialogando uns com os outros – como ficou evidente no que foi objeto de análise neste trabalho – é fundamental oportunizar práticas de leitura participativa, de maneira que, na interação com outros leitores, o aluno possa apreender as diversas vozes que perpassam um texto e também possa ter postura crítica para ressignificá-las.

A análise do trabalho intertextual, então, corrobora que esse processo nunca pode ser considerado como anódino, tampouco gratuito, uma vez que parte de um texto já estruturado e, portanto, qualificado como algo já interpretado, para requalificá-lo como algo passível de nova interpretação, o que faz com que o texto se converta noutro discurso a ser interpretado.

## Referências

- BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 3. ed. São Paulo: Unesp: Hucitec, 1993.
- BAKHTIN, M. V. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 9. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BLOOME, D.; EGAN-ROBERTSON, A. Reading as a Social Process. *Advances in Reading Language Research*, vol. 2, p. 165-195, 1983.
- BLOOME, D.; EGAN-ROBERTSON, A. The social construction of intertextuality in classroom reading and writing lessons. *Reading Research Quarterly*, 1993, 28(4), 305-333.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GARCEZ, L. H. C. *A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- GERALDI, J. W. *A aula como acontecimento*. 2. ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2015.
- JENNY, L. A estratégia da forma. *Intertextualidades*. Coimbra: Almedina, 1979.
- KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- KRISTEVA, J. *Semiótica do Romance*. 1. ed: Arcádia, 1977.
- MAYBIN, J.; MOSS, G. Talk about texts: reading as a social event. *Journal of Research in Reading*, 1993, 16(2), 138-147.
- PALMA, D. V. *A leitura do poético e as figuras de pensamento de oposição: caminhos e descaminhos de paradigmas na modernidade*. São Paulo, 261 p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.
- RODARI, Gianni. *A Gramática da Fantasia*. São Paulo: Summus, 1982.
- SOUZA, Flávio de. *Que história é essa?* São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1995.

VIGNER, G. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: GALVEZ, C. ORLANDI, E. P. e OTONI, P. (orgs.). *O texto: leitura e escrita*. Campinas: Pontes, 1997.

## FILOSOFIA DA ALEGRIA COMO DISCURSO DO SAMBA

Júlia Almeida  
Monyque Assis Suzano

A pesquisa das formas culturais afro-brasileiras consolida seu lugar nas universidades à medida que mais estudantes negras e negros passam a ocupar, como resultado de políticas afirmativas, os espaços acadêmicos e a demandar a tradução de sua herança cultural em textos de pesquisa. Os estudos do discurso têm dado sua contribuição neste cenário, transformando em *corpus* de pesquisa, desde gêneros discursivos institucionais que têm caráter definidor quanto às formas do discurso racista e antirracista na sociedade brasileira, como os advindos do campo jurídico, mas também gêneros que advêm da sociabilidade da juventude negra, como o *rap* e o *slam* que, assim como a literatura afro-brasileira, fomentam expressões de resistência da cultura negra em uma sociedade fortemente desigual.

Inúmeros aspectos da vida social das populações negras estão fixados no cancionário nacional, sendo o samba o gênero musical que nos últimos cem anos expressa mais intimamente a vida popular urbana, transformando-se em objeto de pesquisa importante na historiografia do Rio de Janeiro e na sociologia dos territórios e grupos populares desta cidade. Aqui trataremos do samba, perspectivando-o como um discurso e, como tal, passível de constituir comunidades e mundos discursivos. Em especial, nos acercaremos de canções que aproximam o samba da filosofia e que o celebram como um saber.

Não são poucas as letras de samba que reivindicam ser o samba uma filosofia, não são poucos os enunciados de sambistas que traçam

caminho semelhante, como afirma Bira, Presidente do Cacique de Ramos e fundador do grupo Fundo de Quintal, em entrevista<sup>1</sup>:

Nos meus 83 anos de vida, de viver a vida como se deveria viver, fazendo o que eu mais gosto, que é conviver no meio dos grandes nomes da música popular brasileira, que meu pai levava, e simplesmente eu estou dando continuidade a isso com as pessoas que eu vejo que têm talento, as pessoas que eu vejo que têm essa filosofia dentro de si próprias, que é muito importante, quem canta samba.

O samba aqui se diz como uma filosofia, um saber comunitário, que vem dos antigos e que deve ser levado adiante, internalizado e compartilhado. Michel Pêcheux (2014, p. 296) usa o termo “filosofia espontânea” para tratar da Linguística e dos valores (sobre o político, sobre a relação entre linguagem e pensamento etc.) que imantam uma filosofia residual da disciplina em suas subáreas e contradições. Tomamos o termo aqui de empréstimo, por permitir colocar em foco formulações, valores e práticas que instituem e legitimam autorrepresentações do samba como um saber compartilhado. Essa autorrepresentação como uma filosofia se consolida não só nas letras de sambas que traduzem sua força em versos, mas existe também nas práticas discursivas e não discursivas que circulam nas rodas e comunidades de samba, resgatando tradições rítmicas, melódicas, corporais etc. associadas a esse fazer cultural, que sempre envolvem formas de sociabilidade em relação a territórios e modos de existência.

Procuramos, então, aproximar essas indagações sobre a autorrepresentação do samba de conceitos de Dominique Maingueneau (2009) sobre o fazer literário que buscam descompartmentar a dicotomia entre interior (texto) e exterior (contexto) – e as várias possibilidades de leitura dicotômica dela resultantes – e colocar a literatura sob o escopo da teoria da enunciação. Lembramos que esta teoria produz uma virada na

---

<sup>1</sup> Entrevista feita pelo produtor Luiz Henrique Faria, do Apê Estúdio, em julho de 2020. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/B\\_8MQp3pOuM/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/B_8MQp3pOuM/?utm_medium=copy_link) Acesso em: 30 jul 2020.

Linguística para além do estruturalismo e “combina um estudo da marca do processo de enunciação no enunciado” (PÊCHEUX, 2014, p. 299). Maingueneau (2009, p. 54) vai conduzir sua teorização nessa direção, dando ênfase aos processos criadores como “instituição discursiva”, que combinariam aspectos das condições de produção – as comunidades discursivas, seu posicionamento no campo literário, os estatutos do autor, os gêneros, os suportes, a circulação etc. – e a criação de “um certo mundo em seu enunciado”, um mundo que existe na medida em que é discurso e, ao mesmo tempo, legitima a cena de fala e o posicionamento que sustentam este enunciado.

É nesse bojo teórico que gostaríamos de inserir o samba que se diz filosofia, de modo a pensar seu papel na instituição discursiva do universo do samba, desde suas comunidades, aqui entendidas como comunidades discursivas, instituintes e instituídas pela prática discursiva: criam-se e legitimam-se através de suas obras, de modo que o produto deixa ver as marcas desse processo de criação e sociabilidade, seus modos de vida, seus ritos etc.

Faremos um percurso que se inicia pelas comunidades de samba, que traz os pilares de uma cosmovisão africana, em que o corpo, a dança, a música e a alegria são práticas da espiritualidade, para então entrarmos no *corpus* de duas letras de canções em análise; em ambos os momentos faremos um aprofundamento da teoria proposta.

## **Comunidades discursivas do samba**

O gesto de restituir os produtos estético-literários aos espaços e processos que os tornam possíveis, onde são produzidos e avaliados, é parte, segundo Maingueneau (2009), da postura maior de tratar o fenômeno em pauta como discurso, o que conceitualmente exige a consideração das condições de enunciação que permeiam o dito. Assim, o autor não separa instituição literária e enunciação: “refletir em termos de discurso nos obriga a considerar o ambiente imediato do texto (seus ritos de escrita, seus

suportes materiais, sua cena de enunciação...)” (MAINGUENEAU, 2009, p. 44). Ainda sobre o conceito de instituição, o teórico afirma que este permite enfatizar as “complexas mediações” em cujos termos a literatura é instituída, um “complexo institucional de práticas”, que é tanto processo de construção quanto “organização de práticas e aparelhos” (MAINGUENEAU, 2009, p. 53). É, assim, no seio de comunidades discursivas que produzem e gerem o discurso literário que diferentes papéis sociodiscursivos se exercem, para além dos autores: críticos, professores, livreiros etc. E, por fim, há uma circularidade constitutiva entre a representação e o dispositivo enunciativo, autorizando que o texto legitime o seu próprio “direito à fala que ele pretende receber de alguma fonte (a Musa, Deus...)” (MAINGUENEAU, 2009, p. 70).

Aproximar o samba dos discursos constituintes, em que figuram a filosofia, a literatura, as artes, as ciências, as religiões, tem a vantagem de expor seu papel inegável de fundação de sentidos para coletividades que não encontram, na sociedade brasileira do início do século XX, quaisquer benefícios e direitos. Essas coletividades se formam a partir do processo repetido de deslocamento das populações negras para os territórios mais frágeis do Rio de Janeiro (das fazendas para os centros, dos centros para morros e subúrbios), em que as práticas da religiosidade, do canto e da dança fazem parte desses processos de (re)territorialização comunitária, de afirmação reiterada da existência e de laços de afeto: “nesse processo, redutos de descendentes de africanos funcionaram como verdadeiros territórios de pertencimento e circulação de saberes não canônicos, que afrontavam o recorte ocidentalizante que a cidade cosmopolita pretendia ter” (SIMAS, 2015, p. 5).

Também na Bahia, em que as manifestações culturais africanas eram proibidas, o batuque era dispositivo de resistência a dar existência às vozes que o acompanhavam. Com o decorrer das décadas e das políticas de mestiçagem, os batuques tornaram-se menos ostensivos e as táticas de preservação hibridizaram-se para incorporarem-se a festas populares e religiosas. Especialmente após a

Abolição, novos modos de sociabilidade passaram a ser buscados, visando a uma adaptação em um quadro urbano hostil (SODRÉ, 2003). No Rio de Janeiro, o samba, segundo Luiz Antônio Simas, é oriundo de “instituições associativas (zungus, terreiros de santo, agremiações carnavalescas etc.) de invenção, construção, manutenção e dinamização de identidades comunitárias” (SIMAS, 2015, p. 1). Como resposta a reiteradas dinâmicas de expropriação das condições de vida da população negra, a vida comunitária encontra, nas festas religiosas, nas rodas de samba, na capoeira e nos blocos, novas formas de interação, tantas vezes também perseguidas.

Os espaços erguidos de resistência eram as casas de mulheres negras, espaço matricial, reservado a resguardar valores importantes à cultura diaspórica e à preservação da história. A casa de Tia Ciata simboliza bem a estratégia de resistência musical frente à marginalização erguida contra o negro após a Abolição. Sodré (1998, p. 16) pontua que “o samba já não era, portanto, mera expressão musical de um grupo social marginalizado, mas um instrumento efetivo de luta para a afirmação da etnia negra no quadro da vida urbana brasileira”. Da casa de Tia Ciata surgiram os primeiros sucessos do gênero musical produzidos por Donga, Caninha, Sinhô, Pixinguinha, entre outros frequentadores. O samba é desenlace de formas musicais da cultura negra no Brasil e foi “graças a um processo dinâmico de seleção de elementos negros que o samba se afirmou como gênero-síntese adequado à reprodução fonográfica e radiofônica, ou seja, à comercialização em bases urbano-industriais” (SODRÉ, 1998, p. 32)

As praças também constituem interseções de espaço para manifestações de corpo e voz, uma vez que funcionam como suportes relacionais que concorrem para a singularização do território e de sua potência. Esses ambientes merecem atenção, pois são os mais estratégicos enquanto pontos de convergência para os fluxos de socialização da juventude, sobretudo a periférica. A praça é o lugar onde as pessoas se reúnem por passeio ou afetos. O histórico de ocupação das praças pela população negra, como instauradora de ordenamentos sociais, paira desde o período após

a Abolição. As forças desses territórios socializantes atravessam os limites geográficos e atam seus participantes a lugares distantes no tempo e espaço: a memória e a ancestralidade africanas, proibidas, que constituem fonte maior para essas práticas culturais.

A África como berço matricial de parte da humanidade foi descrita em seu aspecto formativo por Diop (1974, p. 220, tradução nossa), que aponta como a “natureza moldou os instintos, temperamentos” e as condições climáticas e geográficas atuaram intrinsecamente nas formas de relação do ser humano e da terra, na formulação de cosmovisões e espiritualidades. Diop se baseia na distinção entre as estepes da Eurásia e a abundância de recursos vitais do Vale do Nilo:

uma natureza suave, idealista, pacífica, dotada de um espírito de justiça e alegria. Todas essas virtudes eram mais ou menos indispensáveis para a convivência diária. Por causa das exigências da vida agrícola, conceitos tais como matriarcado e totemismo, a mais perfeita organização social [...] (DIOP, 1974, p. 221-222, tradução nossa).

É também a esses saberes matriciais que a diáspora africana deseja se conectar através de todas as formas culturais que constitui pelo mundo.

Delimitam-se, assim, alguns aspectos da instituição do samba: comunidades em geral em processos de (re)territorialização encontram nos espaços interativos das casas e praças o suporte para práticas e formas culturais que devolvem a comunidade à sua origem maior (a África), negada, atando formas de expressão e sociabilidade. Com o avanço do século XX e o deslocamento dessas populações para os morros, que passam a ser conhecidos como “favellas”, o destino do samba será selado ao desses territórios. É a percepção da escritora capixaba Lydia Besouchet, em texto intitulado “O samba desceu do morro” (1931, p. 5):

A Favella está na moda [...] mandou o samba pra gente. E o samba desceu do morro e ficou. [...]

Agora uma coisa: o samba sempre foi bom. E o brasileiro sempre soube disso – mas “cadê” coragem para gostar alto?

Nesse texto, a escritora fala em uma “carta de alforria” que o samba recebeu para circular com “liberdade: a única maneira de se ter música bonita, característica, expressiva, nacional”. E o cuidado que se deveria ter com “as deturpações dos ‘autores’ que a ouvem, de corrida, atrás do muro de latas velhas de kerozene e correm para pôr ‘aquilo’ depressa nas cinco linhas de papel de música”; não, só “a Favella sabe o que faz” (BESOUCHET, 1931, p. 5). Trata, portanto, de uma mudança de perspectiva na recepção do samba pelas elites culturais do país, ao mesmo tempo em que reitera a proibição que marca seu surgimento, sua condição enraizada nos bairros populares, as práticas de apropriação de sua riqueza, seu caminho rumo a símbolo nacional etc. Assim, contra a negação dos saberes populares pelas elites brasileiras como parte de um processo contínuo de apagamento da África, de seus conhecimentos, de sua memória e oralidade, o samba e outras formas culturais respondem com uma permanente rememoração dessa ancestralidade de partida, sua condição inaugural.

Propomo-nos, então, a examinar um *corpus* de dois sambas em que a referência ao termo “filosofia” aparece no título ou na letra, visando perceber, no que chamaremos de cenografia filosófica do samba, as marcas de um mundo instituído pelo discurso que ao mesmo tempo legitima e consagra práticas coletivas de existência e resistência.

## **Sambas em análise**

Assim como iniciamos o tópico anterior com um aprofundamento do conceito de instituição discursiva, aqui é necessário o detalhamento de duas noções a ele relacionadas, a cenografia e a paratopia. Entendida no âmbito da teoria discursiva de Maingueneau (MAINGUENEAU, 2008; 2009) como uma encenação que inscreve enunciador, lugar, tempo e a partir da qual a enunciação pretende surgir e legitimar-se, a cenografia, no discurso literário, é movida por um motor paratópico, isto é, um pertencimento problemático aos espaços e discursos estáveis ou tópicos – aqueles que têm um lugar reconhecido –, podendo

instituir elementos de variadas ordens que mobilizam esse despertencimento paradoxal: personagens e espaços paratópicos, boêmios, errantes, cafés, ilhas...

A situação paratópica do escritor o leva a identificar-se com todos que parecem não ser incluídos nas linhas divisórias da sociedade: boêmios, judeus, palhaços, aventureiros, índios americanos... a depender das circunstâncias. Basta que seja estabelecida na sociedade uma zona percebida como potencialmente paratópica para que a criação literária a possa explorar. Nesse sentido, Bakhtin mostrou o importante papel que desempenhou para a criação literária a contracultura “carnavalesca”, que visava subverter a cultura oficial por meio do escárnio (MAINGUENEAU, 2009, p. 99).

Nosso entendimento é de que o samba, na constante afirmação de sua existência e ressurgimento, institui nas letras de canções uma encenação filosófica, sustentada por um enunciador que assegura valores que demarcam uma zona paratópica própria que cabe ao samba explorar. Assim, dizer-se como uma filosofia e representar-se como parte de uma contracultura em relação aos valores dominantes são gestos instituintes das dinâmicas de instauração e legitimação do universo do samba. É o que nos propomos mostrar na análise de dois sambas, aqui representados por suas letras, mas analisados também quanto aos elementos sonoros que o compõem além do verbal, especialmente os aspectos melódicos e rítmicos. Lembrando que a canção é cruzamento de matrizes sonoro-verbais (orais), rica nos elementos sonoros da fala: durações, articulações, entonações e ritmos (SANTAELLA, 2005, p. 381).

Trataremos aqui de dois sambas que fazem parte de uma amostra maior de canções em que o termo “filosofia” está presente, ambos produzidos na ambiência da primeira metade do século XX, período de fundação e consolidação do samba: “Filosofia” de Noel Rosa, de 1933, e “Mora na filosofia”, de Monsueto Menezes e Arnaldo Passos, de 1955. Curiosamente, esses dois sambas vão ser regravados na década de 1970, por Chico Buarque e Caetano Veloso, respectivamente, alcançando grande sucesso, ao mesmo

tempo em que emprestam essa “voz filosófica” para outros enunciadores (não sambistas) e outros contextos (da ditadura).

Considerado o “filósofo do samba”, Noel Rosa produziu no intervalo de alguns poucos anos uma obra de muitos e grandes sucessos, entre eles essa canção que consolida uma cenografia filosófica e radicalmente paratópica para o samba e os sambistas:

Filosofia  
(Noel Rosa)

O mundo me condena  
E ninguém tem pena  
Falando sempre mal do meu nome  
Deixando de saber se eu vou morrer de sede  
ou se vou morrer de fome

*Mas a filosofia hoje me auxilia*  
a viver indiferente assim.  
Nesta prontidão sem fim  
Vou fingindo que sou rico  
Pra ninguém zombar de mim

Não me incomodo que você me diga  
Que a sociedade é minha inimiga  
Pois cantando neste mundo  
vivo escravo do meu samba, muito embora vagabundo.

Quanto a você da aristocracia  
Que tem dinheiro, mas não compra alegria  
Há de viver eternamente sendo escrava dessa gente  
Que cultiva hipocrisia

Reconhecendo a divisa que a sociedade impõe às classes populares, o enunciador introduz aqui os valores (ou mundo ético) que passam a integrar essa “filosofia espontânea” do sambista que viveria “cantando indiferente”, “fingindo-se de rico”, “em prontidão”, “ainda que vagabundo”. Estão aí caracterizadas as figuras paratópicas do boêmio e do malandro que vão povoar o imaginário brasileiro sobre o mundo do samba. Espaço-tempo do conflito social

que a canção demarca, resolvido pelo engajamento em uma escravidão voluntária ao samba e descolamento dessa sociedade desigual, “essa gente da aristocracia” que, no final da canção, figura como alocutário/a: “você da aristocracia, que tem dinheiro, mas não compra alegria, há de viver eternamente sendo escrava dessa gente que cultiva hipocrisia”. A canção encena, assim, a divisão de classes, o conflito entre quem tem dinheiro e quem não tem, fazendo pender a balança para aqueles que preferem os valores que o samba passa a assumir, em especial a alegria.

O samba assume esse pertencimento problemático à sociedade, mobilizando a paratopia de identidade dos boêmios e malandros, em um mundo de valores “tópicos” relativizados (dinheiro, indiferença e hipocrisia). Curioso que esse samba vai acolher uma outra paratopia criadora nos anos 1970, a de Chico Buarque que, censurado e cerceado pela ditadura, enuncia a condição das artes sob o regime militar nos termos que o samba criou para se dizer sob a Era Getúlio Vargas. O samba-filosofia torna-se, assim, uma matriz contradiscursiva que permite a uma elite cultural branca resistir contra a condição radicalmente paratópica (prisão, exílio, clandestinidade) que a ditadura impõe ao artista.

Uma breve incursão aos elementos sonoros da canção entre a gravação original de Noel Rosa e a de Chico Buarque, 40 anos após, deve notar a ambiência alegre da primeira, com uma orquestra de sopros e andamento de marcha, que repete, na divisão estanque entre voz e fundo instrumental, a divisão social que a letra tematiza, dando destaque à voz que enuncia seus (novos) valores. Já a gravação de Chico Buarque traz um arranjo com instrumental mais complexo, que permite frases melódicas, entonações e pausas que criam um ambiente mais dramático para a letra – menos alegre, portanto. Como o próprio Chico Buarque afirma em documentários e entrevistas, a tradição do samba tem esta disjunção fundamental: de ter uma rítmica alegre num crescendo que convive com a tristeza dos versos. Diríamos que, na instauração do samba como uma filosofia da alegria, a rítmica

alegre da tradição é ela própria o elemento que transmuta a tristeza em alegria, fazendo parte dessa cenografia que o verbal postula.

Destino semelhante teve “Mora na Filosofia”, samba de Monsueto Menezes e Arnaldo Passos, lançado em 1955, regravado em 1970 por Caetano Veloso.

Mora na Filosofia  
(Monsueto Menezes e Arnaldo Passos)

Eu vou lhe dar a decisão  
Botei na balança  
E você não pesou  
Botei na peneira  
E você não passou

*Mora na filosofia*  
Pra quê rimar amor e dor  
Mora na filosofia  
Pra quê rimar amor e dor

Se seu corpo ficasse marcado  
Por lábios ou mãos carinhosas  
Eu saberia, ora vai mulher  
A quantos você pertencia  
Não vou me preocupar em ver  
Seu caso não é de ver pra crer  
Tá na cara

Aqui a cenografia é de um espaço-tempo de amor que passa por provas, cujo refrão “Mora na filosofia / Pra que rimar / Amor e dor” encarna a voz filosófica da sabedoria popular. A canção inscreve um enunciador que fala à mulher amada, fazendo o julgamento severo de seu passado. O refrão, em tom de máxima, autoriza a decisão reprovadora do enunciador com relação à mulher, com base em uma “sábia” dissociação dos termos “amor” e “dor”, tão celebrados pela rima popular.

A gravação original, com Marlene, tem instrumental muito alegre, com percussão, sopros, coro e comentário em voz

masculina, “Tá na cara”, mas supressão de “ora vai mulher”. A gravação da cantora é exemplar nessa disjunção de que fala Chico Buarque entre rítmica e letra, fazendo parte do modo como o estilo responde ao mundo: com alegria. O arranjo da gravação de Caetano Veloso, com violão, cordas e bateria, desfaz essa roupagem alegre e retira essa voz filosófica da cenografia típica do samba, mas legitima sua amplificação em outros cenários e tempos. É difícil pensar a versão de Caetano fazendo sucesso no carnaval, como emplacou a de Marlene, logo após a morte de Getúlio.

A leitura dos dois sambas em cotejo reforça a percepção dos elementos que constroem essa cenografia filosófica do samba – que se encontram, por sua vez em uma ontologia da alegria –, não só a partir do verbal, mas sobretudo a partir de uma construção rítmica-melódica que transmuta qualquer dor dos versos (e da alma) em alegria do corpo. Assim como Diop sustenta, uma cosmovisão africana da fartura e da alegria que atravessa os tempos, garantindo sentidos de plenitude e afirmação da vida para a diáspora afro-brasileira, ainda que nas condições de desigualdade resultantes da Abolição inconclusa no Brasil.

O samba na cultura brasileira é capaz de prover não só às comunidades negras desse manancial de afirmação da vida e alegria, que se soma a inúmeros fazeres que a cultura popular negra produziu e produz como legado civilizatório. Não por acaso temos visto vir do carnaval as mais eficazes críticas contra os sucessivos ataques antidemocráticos recentes que temos sofrido como uma sociedade que ensaiava os primeiros passos de uma reparação, que é o único caminho para a construção de um país melhor, que não pode negar e matar sua população. Longo e tortuoso trajeto ainda temos pela frente.

O samba é esse alimento que muitos precisam para não apenas sobreviver, mas viver uma felicidade conquistada e ensinada pelo corpo negro em nós, sociedade brasileira: um processo coletivo, comunitário e criador, de matriz africana, que carrega saberes e confere sentidos aos corpos, à vida social e aos espaços de convivência, a despeito da tentativa permanente de arruinamento

físico, simbólico e espiritual das populações negras pelo Estado e pela sociedade racista.

## Referências

BESOUCHET, L. O samba desceu o morro. *Vida Capichaba*, Ano IX, n. 264, p. 5, Vitória, 21 fev 1931.

DIOP, C. A. *The African origin of civilization: myth ou reality?* Westport: Lawrence Hill, 1974.

MAINGUENEAU, D. *Discurso literário*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAINGUENEAU, D.. *Cenas da Enunciação*: São Paulo: Parábola, 2008.

PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso Michel Pêcheux*. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2014.

SANTAELLA, L. *Matrizes da linguagem e do pensamento: sonora, visual, verbal*. São Paulo: Iluminuras, Fapesp, 2005.

SODRÉ, M. *Samba, o dono do corpo*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SODRÉ, M. *A verdade seduzida*. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SIMAS, L. A. Dos arredores da Praça Onze aos terreiros de Oswaldo Cruz: uma cidade de pequenas Áfricas. *Revista Z Cultural*, Programa Avançado de Cultura Contemporânea, PACC-UFRJ, n. 15, p. 1-5, 2015.



# **SOBRE TRADUZIR E ENSINAR: O LOCAL DA QUINTA HABILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Patrick Rezende

Tudo em tradução se pergunta. Por que o português ficou mais longo que o inglês, que é mais longo que o francês? ... “sou” ou “estou” em palavras? ... “étrangers” = “strangers” = “estranhos”? ... E vai, como nas melhores histórias, sem nunca chegar ao fim.

Lillian DePaula

## **Sobre a relação entre tradução e ensino de línguas estrangeiras**

Historicamente, a atividade tradutória sempre esteve nas discussões relacionadas à aprendizagem de uma língua estrangeira, transitando, a depender da abordagem, entre um local central e um periférico. Na tradição romana, por exemplo, a tradução era um modo não apenas de aprendizagem dos aspectos gramaticais, mas de desenvolvimento também da retórica (FURLAN, 2001). Durante muitos séculos, o ensino de línguas era basicamente focado em questões gramático-lexicais, tendo a tradução uma centralidade nessa tarefa por meio de exercícios que demandavam traduzir de uma língua clássica para outra, sobretudo do grego para o latim, e promover o cotejo sobre as formas de significação entre as línguas em questão. “Os alunos recebiam listas de verbos e vocabulários relevantes e precisavam memorizá-las para que depois pudessem traduzir textos, geralmente clássicos e herméticos” (REZENDE, 2017). Esse modo de se aprender uma língua estrangeira foi batizado posteriormente

como Abordagem Gramática e Tradução (AGT) por teóricos da área de ensino de línguas. Leffa (1988, p. 214) afirma que

[...] basicamente a AGT consiste no ensino da segunda língua pela primeira. Toda a informação necessária para construir uma frase, entender um texto ou apreciar um autor é dada através de explicações na língua materna do aluno. Os três passos essenciais para a aprendizagem da língua são: (a) memorização prévia de uma lista de palavra, (b) conhecimento das regras necessárias para juntar essas palavras em frases e (c) exercícios de tradução e versão.

No século XVI, por outro lado, passamos a ter os primeiros registros de modos de se ensinar idiomas que tinham como foco a língua-alvo, alocados dentro do escopo do que foi chamado de Abordagem Direta. Howatt (1991), de modo sucinto, afirma que essa terminologia se refere aos métodos que adotam o princípio do uso de apenas uma língua, ou seja, os alunos estudam a língua estrangeira sem se utilizar da materna. O objetivo é o de proporcionar um ambiente no qual o aprendiz supostamente criaria uma relação direta entre as palavras e os significados na língua-alvo. Leffa (1998) enfatiza que foi nessa abordagem que se utilizou, pela primeira vez, as quatro habilidades – escrever, ler, falar e ouvir – de modo integrado. Ainda assim, é somente com o declínio do latim, no século XIX, e com a valorização das línguas vulgares, que as abordagens com maior foco na produção e compreensão oral passam a ter mais espaço. Da Abordagem Direta, outras perspectivas foram desenvolvidas, como a Abordagem Oral e o Método Audiolingual, retirando o protagonismo da tradução nas aulas de línguas. A partir da década de 1970, o local da tradução como ferramenta de ensino passa a ser ainda mais escamoteado com o desenvolvimento da Abordagem Comunicativa (AC), cuja forma de ensinar enfatiza “os efeitos semânticos-pragmáticos da língua, trabalhando com os alunos o uso da linguagem em situações de fala, sobretudo focalizando nas necessidades do aluno” (BRAMBILA; REZENDE, 2016, p.236).

A Abordagem Comunicativa traz mudanças drásticas na forma de se ensinar um idioma, pois foca na língua em uso, sendo

seu primeiro objeto a comunicação efetiva, não a precisão no idioma estrangeiro. O foco está “na relação do aluno com a língua em situações supostamente reais, do cotidiano do falante de língua estrangeira” (REZENDE, 2018).

Segundo Canale e Swain (1980), a AC tem como objetivo desenvolver a competência comunicativa do falante. Para isso, quatro fatores são necessários:

- **Competência gramatical:** habilidade de não apenas reconhecer estruturas de uma língua, mas de também usá-las de forma eficaz no ato comunicativo.

- **Competência sociolinguística:** está relacionada ao reconhecimento e aplicação das regras sociais que norteiam o uso da língua, ou seja, entender os diversos contextos sociais nos quais se utiliza o idioma em questão.

- **Competência estratégica:** relaciona-se à habilidade do falante em reconhecer quaisquer lapsos, incidentes ou imperfeições no uso das regras e ser capaz de compensá-los.

- **Competência discursiva:** está relacionada à habilidade do falante de interpretar os contextos e conseguir construir sentenças que constituem um todo significativo. Implica a capacidade de participar de modo efetivo em contextos discursivos compartilhados, seja entre falante e ouvinte ou escritor e leitor. Refere-se também à habilidade de relacionar os mais diversos tipos de discursos de maneira que tanto leitores quanto ouvintes sejam capazes de estabelecer uma comunicação em que se entenda o que se sucede e, assim, eleger os aspectos mais relevantes.

Tendo isso posto, é possível notar que não há nos quatro pilares da AC, descritos por Canale e Swain, um posicionamento contrário ao uso da tradução. A tarefa tradutória, ao contrário do que se vende junto à ideia da AC, está intimamente relacionada ao desenvolvimento das quatro características descritas pelos teóricos. “O tradutor necessita possuir domínio sobre o código linguístico, estar ciente das regras sociais, transitar entre estratégias compensatórias e, principalmente, levar em consideração as formas

discursivas imbuídas na produção linguística, de ao menos duas línguas” (BRAMBILA; REZENDE, 2016, p. 237).

Sob um olhar mais crítico, cabe marcar que as tentativas de diminuir a importância da tradução na aprendizagem de uma língua estrangeira, sobretudo quando focamos no caso do inglês, é fruto de uma política linguística imperialista bem-sucedida que tem como pano de fundo os interesses dos grandes mercados que ditam, com ar de cientificismo, de que modos se aprende ou não uma língua estrangeira.

É fato que a pedagogia mundial de línguas estrangeiras, principalmente do inglês, que hoje movimentam uma indústria editorial bilionária, desde os seus primórdios, esteve calcada em paradigmas importados dos países do círculo *central*, difundidos em escala global. Essa pedagogia sempre encampou suas teorias de aquisição de segunda língua, seus métodos de ensino, modelos curriculares, livros didáticos e materiais complementares impregnados de conteúdos voltados para a(s) cultura(s) alvo, em especial as hegemônicas e de maior prestígio (SIQUEIRA, 2011, p. 101).

Os conglomerados editoriais, educacionais e de testes de proficiência movimentam bilhões todos os anos “com a elaboração de livros didáticos, cursos dos mais variados tipos, certificados para as mais diversas finalidades, aplicativos para smartphones etc.” (REZENDE, p. 8, 2018). No caso da língua inglesa, cabe lembrar que já no início da década de 1990, Phillipson (1992) marcava que o mais valioso commodity do Reino Unido não era o óleo do Mar do Norte, mas sua própria língua. E tal feito só foi possível porque “sempre contou com a aquiescência ou com o silêncio confortável de uma boa parte dos profissionais da área”, como bem pontuou Siqueira (2011, p. 101).

O advento da AC, calcada em falácias como a de que só se aprende uma língua estrangeira “esquecendo” a materna ou que o processo de aprendizagem é mais eficiente com um falante nativo, esvaziou as potencialidades de utilização de atividades tradutórias em sala de aula de línguas e fez com que a tradução fosse entendida como algo fora de moda ou, pior, antipedagógico. Cabe pontuar,

entretanto, que o problema não está na AC em si, mas na forma como ela vem sendo tomada há décadas por uma agenda capitalista neoliberal que vende, por exemplo, principalmente no caso da língua inglesa, os mesmos cursos e livros didáticos para realidades completamente distintas como China, Rússia e Brasil, criando uma infinidade de terminologias como *English as a Second Language* (Inglês como Segunda Língua), *English as a Foreign Language* (Inglês como Língua Estrangeira), *English as Native Language* (Inglês como Língua Nativa) etc., para afirmar o local de poder de nações imperialistas como Inglaterra e Estados Unidos como verdadeiros detentores de uma língua e, desse modo, os únicos capazes de determinar os modos de se ensiná-la, bem como de classificar o que seria ser competente linguística e culturalmente no idioma em questão. Zaidan (2013) pontua que, com relação à *grande língua*, essa tentativa de criar categorias e descrições sob o invólucro de pureza científica, trata-se, na verdade, de um engodo que opera de modo a promover as ideologias da língua padrão, favorecendo, assim, as culturas hegemônicas. De tal modo, a recusa à tradução, na contemporaneidade, nunca esteve amparada em questões linguísticas e cognitivas, mas é um dos resultados das relações desiguais de poder do confronto entre dois, ou mais, sistemas de significação imersos em inumeráveis questões identitárias, econômicas e culturais.

Leituras maniqueístas sobre a AC, sob a mão dos interesses neoliberais, acabaram, assim, por jogar a tradução para a periferia das discussões, investigações e reflexões sobre ensino de línguas. A tradução perdeu espaço nos currículos de cursos de licenciatura em letras e sumiu dos principais cursos livres de línguas, resistindo apenas, como sinônimo de algo antiquado e ineficaz, nas escolas regulares públicas. Contudo, desde o final da década de 1980, é possível observar movimentos contracorrentes que vêm paulatinamente desconstruindo essa relação entre tradução e ensino, reacendendo a potencialidade da atividade tradutória.

## **Sobre a importância da tradução no currículo do curso de letras**

Ainda na década de 1980, Walter Carlos Costa (1988) publicou o que veio a se tornar possivelmente um dos trabalhos mais citados no Brasil sobre a relação entre os processos tradutórios e o ensino de línguas estrangeiras, o artigo “Tradução e Ensino de Línguas”. Indo de encontro à visão dominante de que a tradução deveria ser abolida das aulas de línguas estrangeiras, Costa fez, no contexto brasileiro, um pioneiro movimento de valorizar a importância da habilidade tradutória em uma época dominada por metodologias que destacavam o Método Direto ao se ensinar outro idioma. Costa (1988) defende que a tradução deveria ser entendida como uma quinta habilidade na aula de língua estrangeira, juntando-se às tradicionais leitura, produção oral, compreensão oral e escrita, uma vez que ela permitiria ao aprendiz cotejar as semelhanças e diferenças presentes em dois sistemas linguísticos diversos e, assim, desenvolver maior consciência das línguas envolvidas no processo. Para além disso, o teórico esboça uma das primeiras críticas, em território nacional, às perspectivas neocoloniais dominantes nas salas de aula de línguas estrangeiras, sobretudo de inglês, ao pontuar que a utilização da tradução pode significar “deslocar o ponto de vista do ensino de língua, da cultura estrangeira para a cultura do aluno (COSTA, 1988, p. 290). O convite proposto por Costa não se tratava de defender uma agenda nacionalista inocente, mas, em suas próprias palavras, “dirigir o ensino segundo os objetivos práticos culturais de quem está aprendendo” (Ibid.).

As pontuações trazidas por Costa (1988) ecoam no trabalho de Moita Lopes (1996), ao levantar a questão que se tornou, em grande medida, foco de diversos estudos em linguística aplicada no Brasil: a relação entre o ensino de línguas estrangeiras, aqui especificamente de inglês, e a alienação. Moita Lopes (1996), em seu artigo “‘Yes, nós temos bananas’ ou ‘Paraíba não é Chicago, não’: Um estudo sobre a alienação e o ensino de inglês como língua estrangeira no Brasil”, contesta o entendimento do ensino de língua

inglesa enquanto forma de apaziguamento entre as diferenças, bem como questiona a ideia de ser a função primeira da aprendizagem de uma língua a integração do estudante à cultura estrangeira. Indo de encontro à ideia de que a aquisição de uma língua estrangeira requereria ao aprendiz se tornar bicultural, o teórico denunciava que essa perspectiva, na verdade, sublinhava o aspecto colonial e assimilacionista das principais abordagens de ensino vigentes que buscavam invalidar a língua e cultura local e despertar o desejo dos aprendizes em pertencer à cultura do outro. Ancorado em uma visão mais pragmática, Moita Lopes (1996) propunha então que o ensino fosse direcionado às necessidades reais dos alunos, no caso em questão, brasileiros. É importante destacar que não se está propondo uma visão meramente utilitarista dos modos de se ensinar, mas, como posto anteriormente por Costa (1988), descolar o foco das línguas e culturas estrangeiras para as de partida.

Nesse sentido, Lillian DePaula (1996) propõe que a tradução seja uma fonte para o ensino, pois, ao traduzir, o aluno vai desenvolvendo a capacidade de perceber as camadas inferenciais que há entre aquilo que se pretende dizer e as diversas possibilidades de se dizer, bem como os possíveis diferentes impactos de suas escolhas. O desenvolvimento dessa percepção, em harmonia com uma visão pragmática (AUSTIN, 1962) de linguagem, promove o deslocamento na ideia “do que as palavras significam” para “o que elas podem significar”, desconstruindo a recalitrante visão platônica-aristotélica de linguagem enquanto espelhamento não apenas da realidade, mas também do pensamento humano.

DePaula (2005) nos lembra de que o exercício de cotejar textos é uma atividade tão antiga que Orígenes, já ciente da polissemia das palavras e com o intuito de entender as diferentes formas de significar um acontecimento, criou o que veio a se tornar o modelo mais famoso de uma versão poliglota da Bíblia. “Compilada no terceiro século, a *Héxapla* de Orígenes nos apresenta uma fórmula para se executar a exegese de um texto que, por meio da crítica textual, a comparação entre diferentes versões de um mesmo texto

nos proporciona” (Ibid., p. 57-58). Assim, a disposição de um *mesmo texto* em diferentes línguas permitiria ao leitor poliglota examinar e problematizar como cada língua se porta naquilo que se pretender ser o *mesmo conteúdo*, ou seja, “procuramos nas diferenças o cerne que aponta para as semelhanças, procuramos também, na semelhança, o diferente” (Ibid, p. 58). Nesse exercício de cotejo, o leitor vai paulatinamente construindo uma leitura mais aprofundada do texto e, como consequência, ampliando as possibilidades de sentido para ele, ao evidenciar que alguns significados são apenas perceptíveis no encontro, no embate, pelo contraste, pois o que talvez tenha sido escondido em uma língua, estará evidenciado na outra. A prática da tradução é, portanto, uma atividade que está intimamente relacionada ao desenvolvimento da criticidade dos sujeitos. DePaula (2005) insiste que a tradução e as leituras emergidas por tal prática explicitam detalhes, circunstâncias, pormenores e nuances que possivelmente não teriam sido percebidos não fossem os procedimentos demandados pela tarefa tradutória, explicitando aquilo que estava, talvez propositalmente, escondido.

Considerando a reflexão trazida, a relevância das disciplinas de tradução nos cursos de licenciatura em letras não se resume ao desenvolvimento de habilidades técnicas de tradução, mas está também relacionada à preparação de sujeitos para um mundo cada vez mais globalizado e que demanda compreender como cada texto materializa o discurso. Corroborando com a questão, Cook (2007, p. 398), sobre a tradução, afirma:

Ela sempre foi uma habilidade útil, mas em sociedades multiculturais de hoje, do mundo globalizado, ela é ainda mais. Aqueles que conhecem duas línguas precisam frequentemente empregar esse conhecimento na mediação entre aqueles que só conhecem uma. Isso ocorre na vida pessoal de imigrantes ou de famílias de línguas mistas, na vida em sociedade onde uma pessoa tem um maior conhecimento do ambiente linguístico do que outra, e no mundo do trabalho onde empregados bilíngues são constantemente chamados – ou especificamente contratados – para mediar entre falantes

monolíngues. A tradução é também o pilar de qualquer esperança de paz e cooperação internacional.<sup>1</sup>

Nesse sentido, caberia (re)pensar os currículos dos cursos de licenciaturas em letras a partir do que Zaidan (2013) propõe como pedagogia menor, ou seja, um local marcado pela resistência e que esteja engajado com questões fora dos grandes projetos institucionais. Vale pontuar que menor aqui não se trata de algo que represente uma minoria oprimida. Zaidan, partindo do conceito de menoridade de Deleuze e Guattari (1995), propõe que as práticas pedagógicas sejam pensadas e apresentadas como diferença e pluralidade frente ao que vem se estabelecendo como padrão e norma, propondo, assim, que o currículo seja entendido como dobra na natureza desse estado de poder e de dominação daquilo que se apresenta como algo fixado. A inclusão da tradução nos currículos abre brechas para se refletir sobre o próprio entendimento de língua – desconstruindo visões logocêntricas que ainda insistem na premissa aristotélica de que as afecções da alma são as mesmas para todos –, o que acaba por abarcar práticas que visibilizam não somente as línguas e culturas maternas dos sujeitos, mas também outras presentes na conjuntura local e que estão tradicionalmente fora da agenda curricular, como é o caso das línguas indígenas e quilombolas no Brasil. A presença da quinta habilidade nos cursos de letras pode servir como uma política de língua capaz de corroer as estruturas que se fincam em perspectivas homogêneas que ditam os modos de ser, agir e pensar a partir de uma visão euro-falo-logocêntrica. A tradução, assim,

---

<sup>1</sup> Tradução nossa de: “It has always been a useful skill, but in today’s multicultural societies and globalized world it is more so than ever. Those who know two languages frequently need to deploy that knowledge in mediating between those who know only one of them. This is true in personal life for immigrant and mixed-language families, in social life where one person has a stronger knowledge of the ambient language than another, and in the world of work where bilingual employees are called upon – or indeed specifically employed to – mediate between monolinguals. Translation is also the cornerstone of any hope for international peace and cooperation.”

pode ser entendida como vetor para transformações epistemológicas mais inclusivas em face das violências que ainda permeiam muitos currículos.

### **Sobre tradução e a licenciatura em letras - inglês da Ufes**

Considerando as reflexões trazidas nas seções anteriores, é possível marcar que o currículo do curso de licenciatura em língua e literatura inglesa da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) é um ótimo exemplo para observarmos essa mudança de paradigma em relação ao local da tradução na sala de aula de línguas.

O curso de letras foi fundado em 1953, quando a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo passou a funcionar, tendo seu reconhecimento com o Decreto nº 39.815, de 22 de agosto de 1956. Com a fundação da Ufes, a referida faculdade foi incorporada à nova instituição. Se no início as licenciaturas eram duplas – letras português-inglês, português-espanhol e português-francês –, a partir de 1973 somente duas opções passaram a ser ofertadas para a comunidade: letras - língua portuguesa e literaturas de língua portuguesa e letras - língua inglesa e literaturas de língua inglesa. Segundo consta no Plano Pedagógico do Curso de 2019<sup>2</sup>, de 1992 em diante, “o sistema seriado substituiu o sistema de créditos, podendo a carga horária ser integralizada, de acordo com a proposta dos Colegiados de Curso, em quatro (4) anos, no mínimo, ou até em seis (6), no máximo” (p. 7). De tal modo, nossas considerações aqui pontuadas levam em conta apenas os currículos utilizados pelo curso de letras - inglês nas últimas 3 décadas, sendo eles: o de 1992, o de 2000, o de 2006 e o mais recente, de 2019.

Como o escopo do trabalho não é fazer uma profunda análise curricular, mas refletir sobre o local da tradução no curso de letras, focaremos apenas nas disciplinas que trazem a quinta habilidade

---

<sup>2</sup> Link: <https://letras.ufes.br/pt-br/estrutura-do-curso-de-letras-ingles>. Último acesso em: 30 de julho de 2021.

como foco. Assim, ao cotejar os 4 currículos, é possível notar que nos dois primeiros (1992 e 2000) não há qualquer disciplina que tenha em seu título alusão à tradução. Todas as 4 versões curriculares são organizadas em oito períodos, com disciplinas que contemplem questões linguísticas e literárias da língua inglesa, mas os discentes que ingressaram no curso de 1992 até 2005 não tiveram, institucionalmente, qualquer disciplina com o foco nos processos tradutórios. Tal fato mostra que as discussões acadêmicas sobre a importância da tradução no ensino de línguas levantadas ainda na década de 1980, como a trazida por Costa (1988), não tinham surtido efeito até o início dos anos 2000 no curso de letras - inglês da Ufes. Na obra *Desconstrução, Psicanálise e Tradução*, Arrojo (1993) pontua que a universidade e outras instituições de ensino formal resistem a “conceder um espaço especialmente demarcado” (p. 137) à tradução por estarem calcadas em uma “pedagogia idealizada pela tradição logocêntrica” (p. 136) e enxergarem na atividade tradutória uma prática subversiva. A teórica pontua:

Afinal, apenas se a tradução pudesse realmente ser uma operação transparente e inócua que não causasse nenhuma interferência no suposto “conteúdo” do que se diz e se escreve; ou seja, apenas se a tradução não fosse tão potencialmente subversiva, e tão potencialmente transformadora, poderia caber, sem atritos, nos moldes do ensino e da universidade tradicionalmente montados (ARROJO, 1993, p. 137).

Segundo consta no mencionado Plano Pedagógico do Curso de 2019, com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) e devido à necessidade de adequação do curso às Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES 492/2001 e CNE/CP 01/2002), um novo currículo foi implementado em 2006. Nessa reforma curricular, é possível verificar o aparecimento da tradução em duas disciplinas de 60 horas e 4 créditos, *Língua Inglesa: Tradução – História Teórica e Prática*, oferecida no 5º período do curso, e *Língua Inglesa: Tradução – Teorias e Práticas Atuais*,

ofertada no 6º período. Além de duas disciplinas 15 horas e 1 crédito, *Projeto de Ensino em Língua Inglesa: Tradução – História Teórica e Prática* e *Projeto de Ensino em Língua Inglesa: Tradução – Teorias e Práticas Atuais*.

No Plano Pedagógico do Curso de 2006<sup>3</sup>, as duas disciplinas de 15 horas, intituladas como projetos, estão com suas ementas em branco. Contudo, as de 60 horas apresentam suas ementas completas, de modo que, no caso da primeira disciplina oferecida no 5º período curso, temos as seguintes informações<sup>4</sup>:

Disciplina	<b>LET06189 - LÍNGUA INGLESA: TRADUÇÃO - HISTÓRIA TEÓRICA E PRÁTICA</b>
Ementa	O contexto histórico da teoria da tradução. Procedimentos de pesquisa em tradução e em comunicação intercultural. Oficina de tradução.
Objetivos	<p>Conhecer a História da tradução tanto como prática, quanto como campo teórico;</p> <p>Desconstruir a noção de língua como instrumento de comunicação;</p> <p>Construir uma concepção discursiva de tradução além da ideia de transferência;</p> <p>Estudar diferentes concepções de tradução;</p> <p>Desenvolver uma visão abrangente e crítica dos problemas teóricos e práticos da tradução;</p> <p>Identificar os diversos procedimentos tradutórios em diferentes gêneros discursivos;</p> <p>Desenvolver habilidades tradutórias específicas;</p> <p>Manusear o texto entre línguas;</p> <p>Articular os conhecimentos relacionados à tradução com o ensino de línguas;</p> <p>Familiarizar-se com as novas tecnologias e campos da tradução;</p> <p>Incentivar a pesquisa em Estudos da Tradução.</p>

<sup>3</sup> Link: <https://letras.ufes.br/pt-br/estrutura-do-curso-de-letras-ingles>. Último acesso em: 30 de julho de 2021.

<sup>4</sup> Todas as tabelas neste trabalho são cópias integrais dos conteúdos das disciplinas discutidas, conforme aparecem nos Planos Pedagógicos do Curso de 2006 e 2019, de modo que não realizamos revisões de normas ou de texto.

Bibliografia básica	ARROJO, R. Oficina de Tradução: A teoria na Prática. 5a edição. São Paulo: Ed. Ática, 2007. BARBOSA, H. Procedimentos Técnicos da Tradução. São Paulo: Pontes, 1990. DERRIDA, J. Torres de Babel. Editora UFMG, 2002.
Bibliografia complementar	ARROJO, R. Fidelity and the gendered translation', TTR (Traduction, terminologie, rédaction), 7(2): 1994, 142–63. BAKER, M (ed.) Routledge Encyclopedia of Translation Studies. London and New York:Routledge, 1997. DEPAULA, L. (org.) Tradução: uma fonte para o ensino. Vitória: Edufes, 2007. MUNDAY, J. Companion to Translation Studies. Routledge. New York, 2009. ZAIDAN, Junia C. S. M. Sobre Ecos, Vozes e sua Irrupção no texto traduzido. Tradução e Comunicação. Revista Brasileira de Tradutores, n. 25, 2013, pp. 9-29

Sobre a outra disciplina, *Língua Inglesa: Tradução – Teorias e Práticas Atuais*, na qual os alunos cursam no 6º período, há as seguintes informações:

Disciplina	<b>LET09537 - LÍNGUA INGLESA: TRADUÇÃO – TEORIAS E PRÁTICAS ATUAIS</b>
Ementa	As diferentes abordagens teóricas atuais e suas implicações para os procedimentos adotadas ao se traduzir. O uso da tradução no ensino de língua estrangeira. A tradução como procedimento de leitura e de escrita. Oficina de tradução.
Objetivos	Consolidar e aprofundar diferentes concepções de tradução; Aprofundar os conhecimentos dos problemas teóricos e práticos da tradução; Promover a reflexão crítica sobre a tradução como fenômeno histórico, cultural, político e ideológico; Aprimorar habilidades tradutórias específicas; Utilizar recursos tecnológicos diversos no campo da tradução; Compreender o processo tradutório de textos literários; Articular os conhecimentos relacionados à tradução com o ensino de línguas; Incentivar a pesquisa em Estudos da Tradução.

Bibliografia básica	ARROJO, R. Oficina de Tradução: A teoria na Prática. 5a edição. São Paulo: Ed. Ática, 2007. BARBOSA, H. Procedimentos Técnicos da Tradução. São Paulo: Pontes, 1990. DERRIDA, J. Torres de Babel. Editora UFMG, 2002.
Bibliografia complementar	ARROJO, R. Fidelity and the gendered translation', TTR (Traduction, terminologie, rédaction), 7(2): 1994, 142–63. BAKER, M (ed.) Routledge Encyclopedia of Translation Studies. London and New York: Routledge, 1997. DEPAULA, L. (org.) Tradução: uma fonte para o ensino. Vitória: Edufes, 2007. MUNDAY, J. Companion to Translation Studies. Routledge. New York, 2009. ZAIDAN, Junia C. S. M. Sobre Ecos, Vozes e sua Irrupção no texto traduzido. Tradução e Comunicação. Revista Brasileira de Tradutores, n. 25, 2013, pp. 9-29

Considerando o ano em que esse currículo passou a vigorar, 2006, e as datas de alguns textos da bibliografia, assume-se que alguns pontos da ementa, como os objetivos e a própria bibliografia, possam ter sido atualizados. Cabe observar que as questões descritas nas ementas estão em consonância com o que a discussão levanta nas seções anteriores deste trabalho. Dentre os diversos objetivos das disciplinas, cabe enfatizar os seguintes pontos: “desconstruir a noção de língua como instrumento de comunicação”, “construir uma concepção discursiva de tradução além da ideia de transferência”, “desenvolver uma visão abrangente e crítica dos problemas teóricos e práticos da tradução”, “promover a reflexão crítica sobre a tradução como fenômeno histórico, cultural, político e ideológico” e “articular conhecimentos relacionados à tradução com o ensino de línguas”. Tais objetivos evidenciam que, para o desenvolvimento das habilidades tradutórias, o aluno precisará estar em contato com discussões que ultrapassem o desenvolvimento linguístico-comunicativo, desafiando as insistentes percepções logocêntricas de linguagem e, conseqüentemente, de transferência de conhecimento.

Cabe abrir parênteses para mencionar que, ainda que os currículos do curso de letras - inglês de 1992 e 2000 não tenham a disciplina de tradução institucionalizada, a professora Lillian DePaula levantava discussões e reflexões sobre a área em programa de extensão. Professora da Ufes desde 1996, em diálogos com a universidade desde os anos 1980, já no início da década de 1990 se interessava pela relação entre tradução e ensino. Entre 1992 e 1996 realizou seu mestrado na Universidade de São Paulo, sob orientação de Stella Ester Tagnin, com pesquisa intitulada *Sobre a tradução e sua utilização no ensino de língua estrangeira*. Em 2003, funda o Núcleo de Pesquisas em Tradução e Estudos Interculturais (TEI) e, durante os anos seguintes (2003 a 2006), realiza vinte encontros, contabilizando mais de 80 horas de atividades presenciais entre estudantes de graduação, pós-graduação e educadores interessados em diferentes aspectos da tradução<sup>5</sup>. É nos encontros desse núcleo que surge o programa de extensão 5<sup>a</sup> Habilidade, “assim chamado por tradicionalmente o ensino de línguas focalizar somente as primeiras quatro habilidades [...], de modo a excluir a prática da tradução como atividade inerente ao ser humano” (DEPAULA, 2007, p. 9). O objetivo do núcleo era criar um espaço de discussão dos aspectos tradutórios em diferentes interfaces, propondo que a tradução fosse “examinada como procedimento que participa do cotidiano de qualquer ser humano e que, por essa razão, precisa ser considerada por educadores e estudantes, constantemente envolvidos em ‘interpretar’ e ‘ler’ o mundo e o outro” (Ibid.). Das diversas produções surgidas do TEI e do programa 5<sup>a</sup> Habilidade até a aposentaria da professora Lillian DePaula, em 2013, cabe destacar dois encontros internacionais<sup>6</sup> e duas coletâneas sobre tradução<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Para maiores informações e detalhes conferir o apêndice do livro *Tradução: uma fonte para o ensino* (2007), de organização da própria professora.

<sup>6</sup> O I e II Encontro Internacional e Nacional: 5<sup>a</sup> habilidade – Tradução e Ensino ocorreram respectivamente em 2007 e 2010.

<sup>7</sup> A primeira coletânea foi publicada em 2007, sob o título *Tradução: uma fonte para o ensino*. A segunda organização, *Tradução: sobre a quinta habilidade na língua*,

A partir de tais informações, pode-se, assim, considerar que talvez a entrada formal da tradução no currículo de letras - inglês de 2006, com duas disciplinas de 60 horas e seus respectivos projetos, cada um com 15 horas, tenha sido resultado do empenho direto da professora Lillian DePaula, tendo como argumento os resultados obtidos por meio das pesquisas e produções desenvolvidas pelo núcleo de pesquisa em tradução por ela coordenado.

Em 2019, o curso de letras iniciou a implementação do até então currículo mais atualizado. Atualmente, o curso possui duas disciplinas obrigatórias com o foco em tradução. Uma disciplina de 75 horas e 5 créditos, oferecida no 4º período do curso, *Introdução aos Estudos da Tradução*, e outra ofertada no semestre seguinte com 75 horas e 2 créditos, *Práxis Curricular: Tradução e Ensino*. Há também uma disciplina optativa de 75 horas e 5 créditos, *Tópicos em Tradução*. O currículo também consta de uma disciplina optativa intitulada *Literatura Comparada em Língua Inglesa*, o que poderia, em grande medida, dialogar com os estudos da tradução. A ementa e seus objetivos, contudo, não mencionam interfaces ou a utilização de subsídios da área.

Vejamos a descrição da disciplina ofertada no 4º período:

Disciplina	<b>LET13924 - INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO</b>
Ementa	A tradução na História. Estudos da Tradução como campo teórico. Essencialismo e construção de sentido. Equivalência, perda, ganho e (in)traduzibilidade. Texto original, autoria e reescritura. A virada cultural. Tradução e pós-colonialismo. O inglês e a tradução na/da América Latina. Tradução e estudos de gênero. Noções sobre tecnologias da Tradução. Tradução como letramento crítico no ensino do inglês.
Objetivos	Conhecer a História da tradução tanto como prática, quanto como campo teórico;

---

no outro, na arte, foi publicada em 2014. As informações completas estão na seção referências.

	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Desconstruir a noção de língua como instrumento de comunicação;</li> <li>· Construir uma concepção discursiva de tradução, que supere a ideia de transferência;</li> <li>· Situar a tradução no contexto do projeto colonial, da discussão sobre violência de gênero, e nas práticas afirmativas da identidade latino-americana;</li> <li>· Desenvolver uma visão abrangente e crítica dos problemas teóricos e práticos da Tradução;</li> <li>· Identificar os diversos procedimentos tradutórios em diferentes gêneros discursivos;</li> <li>· Articular os conhecimentos relacionados à tradução com o ensino de línguas;</li> <li>· Familiarizar-se com as novas tecnologias no campo da tradução.</li> </ul>
Bibliografia básica	<p>ARROJO, R. Oficina de Tradução: A teoria na Prática. 5a edição. São Paulo: Ed. Ática, 2007.</p> <p>BARBOSA, H. Procedimentos Técnicos da Tradução. São Paulo: Pontes, 1990.</p> <p>DERRIDA, J. Torres de Babel. Editora UFMG, 2002.</p>
Bibliografia complementar	<p>ARROJO, R. Fidelity and the gendered translation', TTR (Traduction, terminologie, rédaction), 7(2): 1994, 142–63.</p> <p>BAKER, M (ed.) Routledge Encyclopedia of Translation Studies. London and New York: Routledge, 1997.</p> <p>DEPAULA, L. (org.) Tradução: uma fonte para o ensino. Vitória: Edufes, 2007.</p> <p>MUNDAY, J. Companion to Translation Studies. Routledge. New York, 2009.</p> <p>ZAIDAN, Junia C. S. M. Sobre Ecos, Vozes e sua Irrupção no texto traduzido. Tradução e Comunicação. Revista Brasileira de Tradutores, n. 25, 2013, pp. 9-29</p>

Se realizarmos o cotejo entre a disciplina *Língua Inglesa: Tradução – Histórica Teórica e Prática*, do antigo currículo, e a disciplina acima, do atual, é possível notar que as bibliografias apresentadas são as mesmas e que há manutenção de determinados objetivos, o que nos leva a assumir que a nova disciplina é uma tentativa de manutenção da antiga, sendo um indício de que a disciplina anterior trouxe bons resultados. Concomitantemente,

observa-se uma ampliação tanto da ementa quanto dos objetivos, o que indica a necessidade de incluir e ampliar o escopo do curso, a fim de promover reflexões mais contemporâneas.

Sobre a outra disciplina obrigatória na área de tradução, temos as seguintes informações:

Disciplina	<b>LET13929 - PRÁXIS CURRICULAR: TRADUÇÃO E ENSINO</b>
Ementa	Estudos e práticas formativas ligados à tradução e suas tecnologias, integrados com experiências em espaços educativos e de gestão educacional, que visam à construção da identidade do professor como educador e sujeito histórico, consciente das questões ambientais, dos direitos educacionais de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e da diversidade sociocultural no tocante à linguagem, raça, religião, gênero, entre outros.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar os processos cognitivos que a tradução envolve, apontando seus benefícios para a aquisição de língua;</li> <li>• Promover o letramento crítico através da tradução;</li> <li>• Familiarizar-se com e fazer uso de novas tecnologias para a inclusão da tradução no ensino;</li> <li>• Compor repertório de atividades didáticas de tradução para uso com estudantes de inglês, em diversos níveis de proficiência e faixas etárias;</li> <li>• Compreender e problematizar a diversidade de subjetividades e identidades que participam do processo educacional;</li> <li>• Discutir e problematizar temas que contribuam para a formação crítica do licenciado em Letras Inglês.</li> </ul>
Bibliografia básica	<p>COOK-SATHER, ALISON. Education is translation: a metaphor for change in learning and teaching. Philadelphia, Pa.: University of Pennsylvania Press, 2006. x, 208 p. ISBN 9780812238891</p> <p>DEPAULA, L. (org.) Tradução: uma fonte para o ensino. Vitória: Edufes, 2007.</p> <p>ZAIDAN, JUNIA C. S. Mattos &amp; AQUINO, Fernanda Nali. Por uma outra pedagogia para língua e literatura: tradução como possibilidade de superação da cisão tecnicista. PercursosLinguísticos. v. 6, n. 13 (2016), pp. 11-21. Disponível em <a href="http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/14549">http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/14549</a>.</p>

Bibliografia complementar	<p>BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em <a href="http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf">http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf</a></p> <p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. disponível em <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm</a></p> <p>CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>MONTE MOR; MENEZES DE SOUZA. Orientações Curriculares do Ensino Médio: Línguas Estrangeiras, Linguagens, Códigos e Tecnologias. Brasília: MEC- SEB, 2006.</p> <p>SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. -. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. <a href="http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental.html">http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental.html</a> site Ministério do Meio Ambiente</p> <p>ARROJO, R. Oficina de Tradução: A teoria na Prática . 5a edição. São Paulo: Ed. Ática, 2007.</p> <p>BASSNETT, Susan. Estudos de tradução: fundamentos de uma disciplina. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Educação e Bolsas, 2003. 242 p. - (Manuais universitários ) ISBN 9723110199 (broch.)</p> <p>ZAINDA, JUNIA C. S. de Mattos e Justiniano, Ana Carolina. (2017) Tradução como Vetor para uma Pedagogia Menor no Ensino de Línguas: cotidianos em uma escola pública PERcursos Linguísticos . V7, n. 14, pp. 314-31.</p> <p>BAKER, M (ed.) Routledge Encyclopedia of Translation Studies. London and New York: Routledge, 1997.</p> <p>MUNDAY, J. Companion to Translation Studies. Routledge. New York, 2009.</p>
---------------------------	---

Com ementa, objetivos e bibliografia bem distintos de todas as outras disciplinas antes oferecidas e descritas, o curso em questão indica o despertar para a importância de se refletir não apenas sobre tradução, mas também de marcar um espaço institucional na formação de professores de língua estrangeira que aborde a relação

entre os processos tradutórios e o ensino. Por meio do documento reproduzido acima, é possível observar a preocupação de posicionar a tradução como vetor de discussões que abordem questões linguísticas, culturais, sociais, ambientais, históricas e ideológicas, objetos de investigação e reflexão necessários ao ensino de línguas. A ementa, com seus objetivos, parece indicar que o curso entende que

[...] quanto mais o professor de línguas estrangeiras em formação for sujeito ativo no processo de construção e reconstrução de conhecimentos, consciente do seu lugar e dos lugares do outro, quanto mais crítico-reflexivo se tornar esse sujeito, muito maior será o seu comprometimento com a sua realidade e com a construção das identidades sociais (PERTEL, 2020, p. 145).

A terceira e última disciplina do currículo versão 2019 é optativa, o que significa que nem todos os discentes a cursarão, mas indica possibilidade para aqueles interessados em ampliar seus conhecimentos na área.

Disciplina	<b>LET13938 - TÓPICOS EM TRADUÇÃO</b>
Ementa	Aspectos filosóficos, linguísticos, políticos e práticos da tradução. Tradução pós-colonial. O inglês e a tradução da/na América Latina. Subalternidade e política da tradução. Tradução, conflito e violência. Tradução e epistemicídio. Tradução e gênero. Tradução na formação do professor de línguas. Tradução como prática de letramento crítico no ensino de línguas estrangeiras.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Consolidar diferentes concepções de tradução;</li> <li>· Aprofundar os conhecimentos dos problemas teóricos e práticos da tradução;</li> <li>· Refletir sobre a tradução como fenômeno histórico, cultural, político e ideológico, a partir das interfaces deste campo com os estudos pós-coloniais, estudos latinoamericanos e estudos de gênero;</li> <li>· Estabelecer relação entre tradução, conflito e violência;</li> <li>· Familiarizar-se com os recursos tecnológicos diversos no campo da tradução;</li> <li>· Aprimorar habilidades tradutórias;</li> <li>· Articular os conhecimentos relacionados à tradução com o ensino de línguas.</li> </ul>

Bibliografia básica	<p>Venuti, Lawrence (1995) <i>The Translator's Invisibility: A History of Translation</i>, London &amp; New York: Routledge.</p> <p>Venuti, Lawrence. <i>The Translation Studies Reader</i>, 3rd edition, New York, Routledge, 2012.</p> <p>BAKER, Mona. <i>Routledge encyclopedia of translation studies</i>. London; New York: Routledge, 2001. 654 p. ISBN 9780415093804</p> <p>ZAIDAN, Junia C. S. Mattos &amp; AQUINO, Fernanda Nali. Por uma outra pedagogia para língua e literatura: tradução como possibilidade de superação da cisão tecnicista. <i>Percursos Linguísticos</i>. v. 6, n. 13 (2016), pp. 11-21.</p> <p>Disponível em:  <a href="http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/14549">periodicos.ufes.br/percursos/article/view/14549</a>&gt;</p>
Bibliografia complementar	<p>ALVARES, Sonia. "Introduction: Enacting a Translocal Feminist Politics of Translation." In: Sonia Alvares e Cláudia de Lima Costa (org) <i>Translocalities/Translocalidades : feminist politics of translation in the Latin/a Americas</i> Duke: 2014</p> <p>BENNETT, Karen. Epistemicide – the Tale of a Predatory Discourse. <i>The Translator</i>, vol. 13, Issue 2, 2007.</p> <p>LIMA COSTA, Cláudia de "Introduction to Debates about Translation/Lost (and Found?) in Translation: Feminisms in Hemispheric Dialogue." In: Sonia Alvares e Cláudia de Lima Costa (org) <i>Translocalities/Translocalidades : feminist politics of translation in the Latin/a Americas</i>. Duke: 2014</p> <p>MARANHÃO, Tulio &amp; STRECK, Berhard "The politics of translation and the anthropological nation of the ethnography of South America". (eds.) <i>Translation and ethnography</i>. Arizona: University of Arizona Press, 2002. 64-84</p> <p>TAGNIN, S.E.O. <i>O jeito que a gente diz</i>. São Paulo: Disal, 2013. TAGNIN, S.E.O.,</p> <p>TAGNIN, S.E.O., BEVILACQUA, C. <i>Tradução e Tecnologia: o uso de corpora e de recursos terminológicos on-line</i>. <i>Revista Graphos</i>, vol. 17, no. 1, 2015.</p>

Considerando a pluralidade de tópicos mencionados na ementa e dos diferentes objetivos descritos, e por se tratar de uma disciplina optativa, pode-se supor que o intuito seja permitir que cada docente dê o enfoque que lhe parecer mais interessante. A bibliografia lastreia tais suposições, uma vez que apresenta obras

de tópicos heterogêneos dentro da área da tradução. Cabe frisar que, apesar de a disciplina ter um escopo bem vasto, os tópicos convergem no aspecto contemporâneo e no fato de que todos dialogam diretamente com as principais investigações atuais dos estudos da linguagem.

Atualmente, além das disciplinas descritas aqui, a tradução está também presente no curso de letras - inglês da Ufes, por meio do programa de extensão Observatório de Tradução: Arte, Mídia e Ensino. Criado em 2014 pela professora Junia Zaidan, o projeto tem como objetivo, segundo seu website<sup>8</sup>, articular diferentes atividades relacionadas aos processos tradutórios entre línguas e linguagens. A apresentação pontua que o programa almeja colocar em diálogo projetos que promovam “intercâmbio cultural de docentes, estudantes de graduação e pós-graduação das diversas áreas da UFES, e da comunidade externa, tanto a partir da atividade tradutória em si, quanto por meio da discussão sobre a natureza, o processo e a importância da tradução” (s.d.).

O Observatório de Tradução vem ocupando de forma bastante profícua o vazio deixado pela extinção do Núcleo de Pesquisas em Tradução e Estudos Interculturais e do programa de extensão 5ª Habilidade, ambos coordenados pela professora Lillian DePaula. Dentre os diversos projetos desenvolvidos, destacam-se: tradução literária de um romance, tradução de sites institucionais da universidade, legendagem de vídeos, traduções de artigos científicos para periódicos estrangeiros, tradução de conteúdos produzidos pela plataforma Wikifavelas Marielle Franco e projeto de tradução como prática de letramento crítico na escola pública. Além disso, o programa já organizou um evento internacional e vem constantemente promovendo encontros, mesmo na pandemia, com pesquisadores de diferentes perspectivas dos estudos da tradução.

Por se tratar de um programa de extensão, o Observatório de Tradução não possui um aspecto mandatário. Contudo, esse

---

<sup>8</sup> Para maiores informações: <https://observatoriodetraducao.ufes.br/apresentacao>. Último acesso: 05 de agosto de 2021.

espaço se apresenta como uma possibilidade para que os alunos interessados em aprofundar seus conhecimentos na área tenham um local para pôr em práticas os aspectos teóricos estudados nas disciplinas. Para além disso, esse tipo de projeto fornece aos professores em formação oportunidade de crescimento a partir de reflexões desenvolvidas por eles próprios.

### **Sobre algumas reflexões finais**

Como pontuado na seção anterior, a tradução enquanto disciplina institucionalizada dentro do currículo de letras da Ufes é algo relativamente novo. Todavia, se considerarmos que há mais de uma década professores vêm sendo formados com uma visão mais aprofundada sobre a importância dos processos tradutórios no ensino de línguas, pode-se considerar que a tradução vai ocupando, ainda que paulatinamente, mais espaço nas salas de aula de línguas.

A ideia de que a tradução atrapalharia o desenvolvimento da língua estrangeira ainda é forte no senso comum, e muitas escolas, sobretudo cursos livres de idiomas, ainda se utilizam desse discurso para vender seus programas, sem apresentar qualquer base científica, como é o caso da propaganda de um famoso curso de inglês que tinha como *slogan* “Inglês com emoção, sem tradução”. A presença de disciplinas de tradução na licenciatura em letras é um importante passo na desconstrução dessa visão deturpada e maniqueísta de como se aprender uma língua estrangeira, afinal grande parte da mão de obra que ocupará as salas de aula de idiomas sai das universidades.

Por não se tratar de um curso de bacharelado em tradução, é evidente que não se espere, por exemplo, formar tradutores profissionais para atuarem no mercado editorial. Contudo, as disciplinas ofertadas e os projetos de extensão, como o extinto 5ª Habilidade e o atual Observatório de Tradução, aprimoram as práticas pedagógicas dos futuros professores e abrem, em alguma medida, as possibilidades de atuação desses profissionais, inclusive

na busca por aprofundamento em estudos na área. O próprio plano pedagógico do curso de 2019, mencionado na seção anterior, pontua que o curso de letras - inglês fornece anualmente ao mercado aproximadamente 50 profissionais que “têm a oportunidade e a necessidade de desempenharem seu **papel docente** em diversos setores: nas escolas de ensino regular, em cursos de idiomas, em **atividades de tradução**, além de outros setores em que haja a necessidade da língua inglesa” (s.p., grifo nosso). Explicita-se, desse modo, que um dos objetivos do curso é preparar docentes que possam desenvolver atividades tradutórias. Compete pontuar, entretanto, que a simples inclusão de duas ou três disciplinas em determinados períodos não deve ser entendida como garantia de que o discente seja capaz de desenvolver habilidades que lhe permitam perceber que a tradução é, primeiramente, uma forma altamente complexa e crítica de ler o mundo. Para isso, seria necessário que as relações entre tradução, ensino e a formação de professores de línguas estrangeiras permeassem todo o curso. Dalben, advogando por tal questão (2020), afirma:

Utilizar a tradução conscientemente nas aulas de línguas estrangeiras desde o primeiro semestre letivo do Curso de Letras/Inglês se faz relevante pelo fato de que essa prática auxilia positivamente na construção do próprio conhecimento, fornecendo ao professor em formação oportunidades de crescimento a partir das possibilidades por ele criadas. Porém, muito além dessa perspectiva, a tradução pode ser instrumento através do qual os alunos, desde o primeiro semestre, iniciam sua jornada pelas vias críticas que a instituição de ensino superior poderia lhe mostrar (p. 112-113).

A tradução, enquanto quinta habilidade, permite ao aluno perceber que tudo em linguagem é resultado de embates relacionados ao que levaremos adiante, “aquilo que se pretende ter ainda no futuro” (DEPAULA, 2016, p. 261), ao observar que nos jogos da linguagem (WITTGENSTEIN, [1953] 1984) os sentidos vão se modificando e se estabelecendo a cada novo contexto, o que força uma constante atualização das regras e dos usos. Ou seja, o que antes era aceitável agora talvez já não seja mais possível,

lembrando que, conforme DePaula (2016), traduzir é sempre um ato político que pode reforçar, transformar ou mesmo levar textos e seus motivos ao esquecimento.

## Referências

ARROJO, R. *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2d ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1962.

BRAMBILA, G.; REZENDE, P. A importância de se (re)posicionar a tradução no ensino de língua estrangeiras: a abordagem comunicativa e o ensino de português para estrangeiros. In: TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P.; FERRAZ, D. M. (Org.). *Estudos Linguísticos: descrição, texto, discurso e ensino*. 1ed. Vitória: PPGEL-UFES, 2016, v. 1, p. 235-246.

CANALE, M.; SWAN, M. Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. In: *Applied Linguistics*, 1(1), 1980.

COSTA, W. C. Tradução e ensino de línguas. In: BOHN, H. I; VANDRESEN, P. *Tópicos de Lingüística Aplicada ao ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. UFSC, p. 282- 291, 1988.

COOK, G. A thing of the future: translation in language leaning. In: *International Journal of Applied Linguistics*, v.17, n.3, 2007.

DALBEN, T. P. S. *Tradução, Ensino e Formação de Professores de Línguas Estrangeiras*. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*, v.2, São Paulo: Ed. 34, 1995.

DEPAULA, L. *Sobre a Tradução e Sua Utilização no Ensino de Língua Estrangeira*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1996.

DEPAULA, L. Uma pedagogia da tradução. In: *Tradução e Comunicação*, São Paulo, n.14, p. 57-65, 2005.

DEPAULA, L. (Org.). *Tradução: uma fonte para o ensino*. Vitória: Edufes, 2007.

DEPAULA, L. Em tradução: felicidade, lei e gênero. In: REZENDE, P. *Interfaces com a Linguística*. 1ª ed. São Carlos: Pedro e João Editores, 2016.

FURLAN, M. Brevíssima História da Teoria da Tradução no Ocidente: I. Os Romanos. In: *Cadernos de Tradução* (UFSC), v. VIII, p.11-28, 2001.

HOWATT, A. *A history of English Language Teaching*. Hong Kong: Oxford Universtiy Press, 1991.

LEFFA, V. J. Metodologia do ensino de línguas. In: BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. *Tópicos em linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. da USFC, 1988.

MOITA LOPES, L. P. D. “Yes, nós temos bananas” ou “Paraíba não é Chicago, não”: Um estudo sobre a alienação e o ensino de inglês como língua estrangeira no Brasil. In: MOITA LOPES, L. P. D. (Ed.). *Oficina de lingüística aplicada*. Rio de Janeiro: Mercado de Letras. p.37-62, 1996.

PHILLIPSON, Robert. *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

REZENDE, P. Atos de tradução intersemióticos, performatividade e constituição de identidades. In: *PERcursos Linguísticos*, v.6, n.13, p.119-138, 2016.

REZENDE, P. Tradução como atividade de desenvolvimento da criticidade em sala de aula de língua estrangeira. In: *Babel: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras*, v.7, n.2, p.25 – 37, 2018.

SIQUEIRA, S. Inglês como lingual franca: o desafio de ensinar um idioma desterritorializado. In: GIMENEZ, T.; CALVO, L. C. S.; EL KADRI, M. S. *Inglês como língua franca: ensino-aprendizagem e formação de professores*. Campinas, Pontes Editores, 2011.

Z Aidan, J. C. S. M. *Por um inglês menor: A desterritorialização da grande língua*. 2013, 241f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

Wittgenstein, L. *Investigações Filosóficas*. Tradução: José Carlos Bruno. São Paulo: Abril Cultural, (1953) 1984.



# O USO DE ELEMENTOS DA NARRATIVA COMO FATORES INDICADORES DE ESTILO PARA INVESTIGAR TRADUÇÕES DE *HEART OF DARKNESS* PARA O ESPANHOL: UM ESTUDO SOBRE ESTILÍSTICA TRADUTÓRIA

Mayelli Caldas de Castro

## 1. Introdução

Neste capítulo apresenta-se um estudo de estilística tradutória (MALMKJAER, 2003, 2004) com ênfase na análise de mudanças da tradução que levaram a alterações no estilo da narrativa literária das traduções investigadas. A análise aqui proposta é um recorte da tese de doutorado intitulada *O perfil estilístico de quatro tradutores de Heart of Darkness para o espanhol: uma investigação de mudanças de tradução (shifts in translation)* baseada em padrões de itens lexicais de um corpus paralelo (CASTRO, 2016). Essa pesquisa de doutorado investigou o estilo de quatro tradutores (FOLCH, 2007, HERRERO, 2007, GIESCHEN, 2010, INGBERG, 2010) e das traduções (TTs) da mesma obra, *Heart of Darkness* ([1902] 1994), para o espanhol, sob a perspectiva de padrões de mudanças da tradução (*shifts in translation*) e padrões de itens lexicais formados com os nódulos de busca *alg\** e *parec\**, responsáveis pela construção do tema de incerteza nos TTs.

Na pesquisa completa, fundamentada na linha de estudo dos Estudos da Tradução Baseados em *Corpus* (ETBC), especificamente aqueles que têm como ênfase o estilo das traduções e dos tradutores, investigou-se as mudanças no nível linguístico microestrutural para, depois, identificar os efeitos que essas mudanças causaram no nível macroestrutural, o texto, passando

por uma fase intermediária de análise dos fatores de estilo com base nos elementos da narrativa (PEKKANEN, 2010).

Entretanto, devido ao escopo deste capítulo, objetivou-se aqui apresentar os resultados da análise dos fatores de estilo, isto é, elementos da narrativa literária, com o objetivo de relacionar as escolhas linguísticas dos tradutores no nível micro com prováveis impactos dessas escolhas no nível macroestrutural, isto é, na narrativa. Para tanto, torna-se necessário uma breve contextualização de dados prévios sobre as mudanças que cada tradutor apresentou em relação às escolhas lexicais dos itens investigados e, a partir dessas mudanças, será possível entender como a narrativa final de cada obra analisada apresentou traços estilísticos que podem definir o estilo da tradução e do tradutor.

## **2. Referencial teórico-metodológico**

Os estudos voltados para a investigação do estilo do tradutor e da tradução, e que têm como objeto de estudo traduções de textos literários, têm em comum a pressuposição de que serão feitas escolhas no texto traduzido que o tornarão, de alguma forma, único no sentido de que esse texto terá características próprias e identificáveis por meio da investigação de padrões de escolhas linguísticas, no nível microestrutural com efeitos no nível macroestrutural, moldando assim o texto final. Dessa forma, ao assumirem essa premissa, de que o texto traduzido possui características próprias que o definem, muitos estudos avançaram com o propósito de investigar as escolhas feitas nos TTs por meio de mudanças de tradução e conseqüentes diferenças, além de investigar similaridades (TOURY, 1995; CHESTERMAN, 1997, 2007; LEUVEN-ZWART, 1989, 1990; PEKKANEN, 2010). Esses estudos compararam segmentos do texto-fonte (TF) com os mesmos segmentos do texto traduzido, observando e anotando as diferenças e as similaridades.

No que tange o texto literário, sabe-se que o autor, por sua vez, também escolhe minuciosamente cada detalhe de seu texto para

atingir os diversos objetivos designados por ele em função do contexto cultural e do público-alvo. Essas escolhas também moldam o texto literário de forma que é possível rastrear traços específicos daquele texto, além de ser possível rastrear o comportamento linguístico do autor. Stubbs (2003, 2005), por exemplo, buscou analisar a frequência de recursos linguísticos na obra literária *Heart of Darkness* (HOD), de Joseph Conrad (1902), com o objetivo de mostrar questões do estilo do texto ainda não exploradas pela vasta crítica literária da obra. Stubbs (2003, 2005) parte de uma investigação com a utilização das ferramentas da Linguística de *Corpus* para a identificação desses recursos linguísticos.

Esta pesquisa tem como principal motivação os estudos de Stubbs (2003, 2005) que utiliza a análise quantitativa de *corpus* para a identificação de itens lexicais como traços estilísticos da obra *Heart of Darkness* (HOD) ainda não percebidos pela crítica literária. O autor destaca como são desenvolvidos os principais temas no texto-fonte (TF), sendo um deles o de incerteza, por meio do uso de itens lexicais, destacando a alta frequência de formas flexionadas de *seem\** e de palavras gramaticais como *something, somebody, sometimes, somewhere, somehow* e *some*, que totalizam mais de 200 ocorrências se lematizadas, entre outras expressões que denotam sentido vago. Além disso, Stubbs (2005, p. 4) enfatiza a necessidade de um estudo sistemático dessas palavras e afirma que “Críticos literários tendem a identificar palavras de conteúdo [...] Porém, eles tendem a ignorar muitas palavras gramaticais que denotam imprecisão e incerteza”<sup>1</sup>.

Parte-se, também, da proposta metodológica de Pekkanen (2010), que identifica mudanças formais opcionais na tradução no nível microestrutural para explicar os efeitos estilísticos no nível macroestrutural, verificando, também, as mudanças provocadas na narrativa. Considera-se, ainda, a metodologia de Estilística Tradutória (MALMKJAER, 2003, 2004), que visa à descrição de

---

<sup>1</sup> No original “Literary critics tend to identify a few content words [...] However, they tend to ignore the many grammatical words denoting vagueness and uncertainty”.

traços estilísticos dos textos traduzidos (TTs) em comparação com o texto-fonte (TF), com o intuito de explicar as escolhas motivadas feitas na tradução. O estilo é entendido como atributo pessoal e textual (SALDANHA, 2011).

Assim, a pesquisa completa de doutorado investigou os itens léxico-gramaticais que denotam incerteza nas traduções para o espanhol de HOD, procurando observar se houve alterações nos TTs que pudessem indicar características estilísticas das traduções e dos tradutores. O trabalho ampliou o estudo dos itens lexicais que constroem o tema de incerteza nos TTs de HOD para o espanhol, considerando o argumento de Stubbs (2003, 2005) em relação ao fato de que a alta frequência de palavras gramaticais com sentido vago é indicativa do estilo da obra<sup>2</sup>.

O estudo da tese foi conduzido a partir da perspectiva dos estudos de estilo utilizando um *corpus* paralelo de HOD no par linguístico inglês/espanhol, usando o programa *WordSmith Tools*© 6.0 (SCOTT, 2008) para extrair dados quantitativos relativos aos padrões dos itens lexicais estudados e para examinar o estilo dos TTs e dos tradutores, para que fosse possível extrair padrões de escolhas lexicais associados ao significado de incerteza nos textos, principalmente, aqueles formados a partir dos nódulos *alg\** e *parec\**. Desse modo, esta pesquisa procurou identificar o estilo individual de quatro tradutores e das traduções de HOD para o espanhol por meio da investigação da recorrência de itens lexicais formados a partir dos nódulos *alg\** e *parec\**, cujos equivalentes são apontados no TF (*some\*/any\** e *seem\**) como proeminentes em Stubbs (2003, 2005). O pressuposto inicial era de que as recorrências nos TTs, ou padrões, constituíam escolhas lexicais motivadas, diferentes daquelas encontradas no TF, construindo diferentemente o tema de incerteza, com efeitos para a forma como a narrativa é reconstruída

---

<sup>2</sup> Para verificar os dados quantitativos de todas as fases de análise, para a construção do perfil estilístico dos tradutores investigados, bem como para acessar todas as mudanças encontradas em todos os níveis de análise, ver: (CASTRO, 2016, 2019, 2020).

pelos tradutores, alterando assim o mundo ficcional. Essas alterações, por sua vez, poderiam revelar estilos diferentes dos TTs analisados e de seus tradutores.

O *corpus* desta pesquisa é paralelo e composto pelo texto-fonte, a obra *Heart of Darkness* de Joseph Conrad, publicada em 1902, e por quatro traduções para o espanhol dessa obra. O presente *corpus* de estudo faz parte do *Corpus* de Estilo da Tradução – ESTRA (MAGALHÃES, 2014) e é constituído por TTs de tradutores diferentes de um mesmo TF, segundo orientação na literatura de estudos de estilo da tradução e do tradutor para o tipo de *corpus* adequado para este estudo.

*Heart of Darkness* é considerada uma obra importante da literatura inglesa. Antes de sua publicação, em 1902, foi publicada como uma série de três episódios (1899) na *Blackwood Magazine*. É uma obra amplamente traduzida em várias línguas com, inclusive, muitas traduções em uma mesma língua, algumas vezes publicadas por editoras diferentes em um mesmo ano.

Todos os quatro TTs abordados neste estudo apresentam a mesma tradução do título: “*El corazón de las tinieblas*”. Os nomes dos quatro tradutores dos textos em espanhol, bem como as informações sobre as editoras, ano e local de publicação, estão dispostos no Quadro 1, organizados por ordem cronológica:

**Quadro 1:** *Corpus* de Estudo

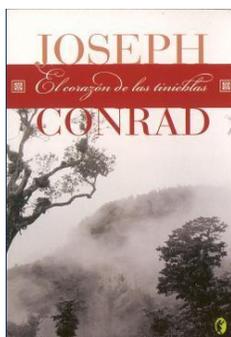
Obras	Autor/Tradutor	Editoras	Ano	Local
<i>Heart of Darkness</i>	Joseph Conrad	Penguin Books	1902, 1994	Londres, Inglaterra
<i>El corazón de las tinieblas</i>	Borja Folch	Ediciones B, S.A	2007	Barcelona, Espanha
<i>El corazón de las tinieblas</i>	Clara Iturero Herrero	EDIMAT LIBROS, S.A	2007	Madri, Espanha
<i>El corazón de las tinieblas</i>	Amalia Gieschen	Gárgola Ediciones	2010	Buenos Aires, Argentina

<i>El corazón de las tinieblas</i>	Pablo Ingberg	Editorial Losada, S.A.	2010	Buenos Aires, Argentina
------------------------------------	---------------	------------------------	------	-------------------------

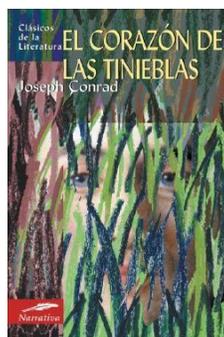
Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Das quatro traduções, duas são traduções da Espanha, que foram publicadas no mesmo ano de 2007, sendo as outras duas da Argentina também publicadas no mesmo ano, em 2010. Esse aspecto é relevante considerando o fato de que o espanhol pode variar de um país para outro. Outra característica relevante para a análise é o fato de serem duas traduções feitas por mulheres e duas feitas por homens. A Figura 1, a seguir, apresenta as capas destas publicações:

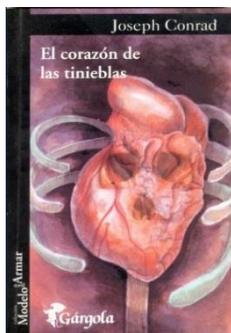
**Figura 1:** Capa das traduções por ordem cronológica de publicação



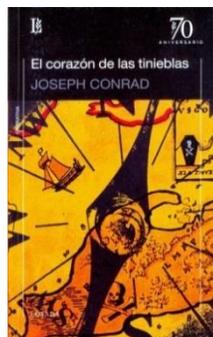
**Folch (2007)**



**Herrero (2007)**



**Gieschen (2010)**



**Ingberg (2010)**

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

### **3. Análise dos fatores de estilo: elementos da narrativa**

Com base no estudo de Pekkanen (2010), os fatores investigados neste recorte são três daqueles apontados na pesquisa da autora, a saber: (1) grau de especificação; (2) ordem de apresentação e (3) focalização, que engloba os subfatores a) ponto de vista, b) atitude, c) distância, d) foco e e) ênfase. Para Pekkanen (2010), para que seja possível relacionar as mudanças do nível linguístico com os fatores de estilo, é preciso levar em consideração a consistência no uso de determinados padrões de escolhas linguísticas no nível micro, mas, também, é necessário levar em consideração, além da forma, aspectos semânticos que ficaram de fora, até certo ponto, na primeira fase desta análise.

Desse modo, os fatores de estilo tratados nesta pesquisa serão discutidos com base nas características individuais identificadas nas análises dos quatro tradutores. Este capítulo apresenta, pois, essas características relacionadas, respectivamente, ao grau de especificação; à ordem de apresentação; à focalização e, finalmente, aos achados da análise destes fatores de estilo, que são levados em conta na construção de um perfil estilístico individual dos tradutores<sup>3</sup>.

#### **3.1 Grau de especificação**

O grau de especificação diz respeito à quantidade de informação específica que é fornecida pelo autor/tradutor para o leitor. Essa informação ajudará a determinar, e descrever, o mundo ficcional. Sendo assim, as mudanças relacionadas a acréscimos e omissões, por exemplo, bem como expansão ou contração de informação, podem fazer com que o grau de especificação no texto ficcional seja comprometido.

---

<sup>3</sup> O perfil estilístico final dos tradutores mostrados neste capítulo contemplam todas as características de padrões de mudanças encontradas em toda a tese de doutorado citada. É importante pontuar que, para que se entenda melhor os resultados encontrados sobre os padrões de análise microestrutural, é necessário ver os trabalhos de Castro (2016, 2019, 2020).

Desse modo, os tradutores que apresentaram maior número de mudanças e escolhas relacionadas às estratégias de amplificação, por expansão ou acréscimo, e de redução, por contração e omissão, são, provavelmente, os tradutores que apresentaram mais alterações relacionadas com o grau de especificação no texto, afetando assim a forma como o mundo ficcional foi apresentado nos TTs. Neste sentido, os tradutores com maior frequência de mudanças de amplificação e redução<sup>4</sup>, de uma forma geral, foram Gieschen, Herrero e Folch.

Gieschen e Folch foram os tradutores com maior recorrência de mudanças de amplificação. Gieschen se destacou por ser a tradutora com maior frequência de mudanças de amplificação no total e por ter utilizado com mais frequência o recurso de amplificação por acréscimo de palavras, sendo essa sua principal marca individual. Folch foi o segundo tradutor com maior número de amplificações no total e também o segundo tradutor com maior frequência de acréscimo de palavras. Herrero foi a tradutora com a maior frequência de mudanças de amplificação por expansão de palavra em grupo/frase.

Em relação ao uso de mudanças de redução, Folch e Herrero se destacaram por apresentarem maior uso de omissões e contrações. Folch é o tradutor com maior frequência de mudanças de redução, especialmente por omissões, de palavras, grupos/frases e orações, sendo essa sua principal marca individual. Herrero é a segunda tradutora com maior frequência de redução, destacando-se pelo uso elevado de grupos/frases contraídos em palavra. O exemplo 1 a seguir mostra mudança no grau de especificação.

- 1-     **HOD\_HERRERO**    *Ya era algo totalmente nuevo en mí.*  
       **HOD\_CONRAD**     *This was already a fresh **departure** for me.*

Neste exemplo, considerando o aspecto semântico, verifica-se que a palavra *departure*, que denota um início inteiramente novo no

---

<sup>4</sup> Para ver sobre mudanças de amplificação e redução, e também de ordem, consultar Castro (2016, 2019, 2020).

TF, foi traduzida por *algo* por Herrero. Herrero escolhe *algo* como equivalente de *departure*, o que faz com que o grau de especificação do TF seja indefinido no TT, pois a tradutora introduziu o elemento de incerteza na frase. Ela acrescenta o advérbio *totalmente*, aumentando a intensidade do adjetivo *nuevo* (*fresh* no TF). A escolha de Herrero altera o grau de especificação, uma vez que ela traduz uma informação específica (*departure*) por uma escolha lexical que é geral, o pronome indefinido *algo*, portanto, reduzindo o grau de especificação da informação, com efeitos para a imprecisão nesta oração. O exemplo 2 ilustra mais uma alteração no grau de especificação.

- |    |            |  |
|----|------------|--|
| 2- | HOD_FOLCH  | [...] <i>aunque tan pequeño que no parecía que su propósito fuese el de nutrirse. (Ø)</i>  |
|    | HOD_CONRAD | [...] <i>but so small that <b>it seemed done more for the looks of the thing</b> than for any serious purpose of sustenance.</i> |

No exemplo 2, verifica-se que a oração em destaque no TF foi retirada por Folch, que apresentou frequência elevada no uso de omissões de uma forma geral. O grau de especificação da sentença foi comprometido, omitindo-se um detalhe descritivo do tamanho diminuto do alimento. Folch foi o tradutor que mais interferiu no grau de especificação da tradução, uma vez que apresentou uso elevado de omissões, tendo, inclusive, omitido orações inteiras, sendo algumas de julgamento de valor, por exemplo. Herrero também apresentou tendência em interferir no grau de especificação do mundo ficcional, por meio de acréscimos de palavras.

Como resultado, as alterações, principalmente nos TTs de Folch e Herrero, mostraram que os textos destes tradutores constroem um mundo ficcional diferente daquele do TF em relação ao grau de especificação. Em alguns casos aumenta-se o grau de especificação, amplificando-se por meio da expansão de informações, por exemplo, em outros se reduz o grau de especificação, omitindo-se informações (julgamentos de valor etc.). Ademais, considerando que as escolhas lexicais com *alg\** e *parec\** influenciam diretamente o grau de

especificidade do texto, devido à imprecisão do significado destas palavras, as mudanças de amplificação (expansão e acréscimo) e redução (contração e omissão) tiveram um impacto considerável na construção do tema de incerteza.

### **3.2 Ordem de apresentação**

Os resultados da análise das mudanças (ver CASTRO, 2016, 2019, 2020) mostraram instâncias em que os tradutores alteraram a ordem de elementos da estrutura da oração traduzida do TF, colocando-os em posição de mais ou menos evidência, o que pode ter efeito na ordem de apresentação desses elementos. As mudanças de ordem encontradas nos TTs analisados alteraram, principalmente, a ordem de advérbios e adjuntos adverbiais, de sujeito/verbo/objeto (S/V/O), de orações e de elementos do grupo nominal. Algumas dessas alterações também interferiram na focalização, a ser descrita na próxima seção deste capítulo.

Os tradutores que mais utilizaram mudanças de ordem no total foram Herrero e Gieschen. Embora Ingberg tenha sido o tradutor com menor número de mudanças de ordem e com menor número de mudanças no geral, verificou-se que, das mudanças utilizadas por este tradutor, as de ordem foram as de maior frequência em sua tradução, constituindo-se em estratégia mais utilizada e tendência de uso por este tradutor. As mudanças de ordem mais utilizadas por Ingberg foram da ordem do S/V/O, sendo o segundo tradutor com maior frequência nessa categoria. Herrero foi a tradutora com maior frequência de mudanças de ordem de S/V/O. Gieschen foi a tradutora que mais utilizou mudanças de ordem do advérbio. Folch e Herrero foram os tradutores que mais utilizaram mudanças de ordem de frase/oração e Folch foi o que mais apresentou mudanças de ordem dos elementos do grupo nominal. De forma geral, todos os tradutores investigados utilizaram mudanças de ordem dentro da média. O exemplo 3 mostra um caso de mudança de ordem que interferiu na ordem de apresentação da narrativa.

- 3- HOD\_INGBERG *Por alguna razón, el vistazo al vapor había llenado a esos salvajes de un dolor irrefrenable.*  
 HOD\_CONRAD *The glimpse of the steamboat had **for some reason** filled those [savages] with unrestrained grief.*

No exemplo 3, verifica-se que Ingberg deslocou a frase preposicionada *por alguna razón* para o início da sentença, e este passou a ser o ponto de partida do leitor. Essa mudança de ordem posterga a informação específica de uma oração não marcada do TF, em que o sujeito, *the glimpse of the steamboat*, é o ponto de partida da oração. Esta mudança apresenta uma oração marcada na tradução, ainda que o espanhol tenha mais liberdade que o inglês na ordem dos elementos na estrutura e conseqüente ordem de apresentação dos eventos na narrativa. O exemplo 4 ilustra também alteração da ordem de apresentação como fator de estilo

- 4 - HOD\_HERRERO [...] *pero parecía que el pelo que se le había caído se había quedado pegado en la barbilla [...]*  
 HOD\_CONRAD [...] *but his hair in falling seemed to have stuck to his chin, [...]*

No exemplo 4, verifica-se uma mudança na ordem S/V/O cujo efeito é postergar a apresentação da informação do sujeito, com a antecipação do verbo *parecía* e a posposição do sujeito “*el pelo que se le había caído*”. Essas mudanças na ordem de apresentação dos elementos da oração têm efeitos sobre a organização da mensagem pelo leitor.

### 3.3 Focalização

Assim como no trabalho de Pekkanen (2010), neste estudo também foi identificada uma série de escolhas léxico-gramaticais dos tradutores que alteraram aspectos importantes da narrativa como a manipulação do ponto de vista, por exemplo, ou aspectos que dizem respeito às relações referenciais que interferiram também na atitude, distância, foco e ênfase na narrativa das traduções de *Heart of Darkness*. Todos esses aspectos foram

analisados como categoria de focalização, seguindo a metodologia de Pekkanen (2010).

As mudanças de ordem, além de alterarem a ordem de apresentação, também desempenham um papel importante na manipulação do foco e ênfase na narrativa. As mudanças de dêixis temporal interferem na distância e no ponto de vista na narrativa, bem como a dêixis pessoal interfere em questões como a agência e transitividade, juntamente com mudanças de ordem de S/V/O. Algumas mudanças de classe gramatical se mostraram significativas em relação ao ponto de vista na narrativa, quando observada a mudança de classe gramatical juntamente com escolhas lexicais que interferiram na construção do tema de incerteza.

Os tradutores com maior frequência de mudanças de ordem já foram mencionados na seção sobre a ordem de apresentação. Os tradutores que mais utilizaram mudanças de dêixis temporal foram Folch e Herrero, salientando-se que Folch é o único tradutor que utiliza uma ocorrência de mudança de dêixis pessoal. Em relação ao uso de mudanças de classe gramatical destacam-se Herrero e Folch, respectivamente, seguindo a ordem de maior frequência. É importante lembrar que esses são os tradutores com maior frequência de mudanças no total. O exemplo 5 mostra que uma mudança causou interferência na focalização na tradução.

- 5 - HOD\_FOLCH                    [...] *aquella jungla, la mismísima bóveda del cielo*  
  abrasador *me habían parecido tan funestos y oscuros,*  
  [...]
- HOD\_CONRAD                    [...] *this jungle, the very arch of this blazing sky, appear*  
  *to me so hopeless and so dark, [...]*

Nesse exemplo, a opção da tradução de Folch por um tempo composto no pretérito (pretérito *pluscuamperfecto*) alterou o ponto de vista na narrativa, uma vez que na tradução o narrador apresenta os eventos mais distantes do leitor, o que interfere em sua atitude perante o mundo ficcional narrado no TT. No TF a selva e o arco do céu são apresentados ao leitor pelo narrador (*appear to me*), no presente da história narrada, o que se verifica também pelo

uso do demonstrativo no grupo nominal *this jungle* com efeito de envolvimento do leitor naquele presente. Na tradução de Folch aumentou-se a distância entre o narrador e leitor com o uso do pretérito *pluscuamperfecto* e com o uso do demonstrativo *aquella* para se referir a *jungla*. O exemplo 6 mostra outro tipo de interferência na focalização na tradução.

- 6 - HOD\_HERRERO *Aparte de eso sólo había en sus labios una expresión indefinible, ligera, un gesto furtivo, [...]*  
 HOD\_CONRAD *Otherwise there was only an indefinable, faint expression of his lips, **something** stealthy [...]*

No exemplo acima há uma frase em que ocorreu mudança de classe gramatical, pois no TF havia um pronome indefinido, *something*, e na tradução de Herrero há um substantivo concreto, específico, *gesto*, como tradução do pronome. Essa escolha lexical de Herrero reprimiu o significado de incerteza, uma vez que o substantivo usado pelo narrador define algo não informado pelo narrador do TF, com identificação a cargo da interpretação do leitor do TF. Desse modo, além da alteração no grau de especificação da narrativa, houve, também, uma mudança de ponto de vista na tradução alterando também a atitude que, para Pekkanen (2010), é um conceito que está relacionado com o ponto de vista e pode ser identificado por meio da descrição de atributos de forma mais objetiva, como ocorreu no exemplo 6. A seguir, o exemplo 7 do *corpus* ilustra alteração de foco e ênfase.

- 7 - HOD\_FOLCH *Algunos, según supe, se ahogaban en el rompiente; pero a nadie parecía importarles demasiado que nuestros compañeros de viaje corrieran aquella suerte o no.*  
 HOD\_CONRAD *Some, I heard, got drowned in the surf; but whether they did or not, **nobody** seemed particularly to care.*

No exemplo 7 tem-se um exemplo de mudança de ordem da estrutura da sentença em que o tradutor antecipa a oração “*nobody seemed particularly to care*” na sentença do TT, o que alterou o foco e ênfase da narrativa, pois a informação foi antecipada em relação ao

TF, no qual essa era a última informação dada pelo autor na oração. Na tradução, essa informação recebeu mais destaque em relação à outra frase, “*que nuestros compañeros de viaje corrieran aquella suerte o no*”. Para Pekkanen (2010) foco e ênfase são fatores interligados uma vez que ambos são instrumentos de focalização que direcionam a atenção para o que está sendo expresso.

Como visto, os tradutores que mais influenciaram o fator focalização foram Folch e Herrero, uma vez que foram os com maior número de mudanças de dêixis e classe gramatical. Já Ingberg usou mais decalques sintáticos, utilizou com mais frequência as mudanças de ordem, alterando os elementos de foco e ênfase na tradução.

A análise dos fatores de estilo mostrou que os tradutores, com suas escolhas léxico-gramaticais referentes ao uso de *alg\** e *parec\**, interferiram na forma como a narrativa foi contada e, conseqüentemente, na forma como o tema de incerteza foi construído ao longo da narrativa, pois suas escolhas realizaram mudanças no grau de especificação, na ordem de apresentação e na focalização, por meio de mudanças no ponto de vista, na atitude, distância, foco e ênfase. Por isso, considerando os resultados relativos ao nível micro, da primeira fase de análise da pesquisa completa (ver CASTRO, 2016), e sua relação com os fatores de estilo da narrativa, conclui-se que é possível traçar e finalizar um perfil estilístico completo de cada tradutor. O perfil individual dos tradutores está na próxima subseção.

### **3.4 Perfil estilístico individual dos tradutores e discussão dos resultados**

Na pesquisa de doutorado supracitada objetivou-se pesquisar as escolhas léxico-gramaticais com *alg\** e *parec\** nos TTs de HOD para o espanhol, importantes para a construção e realização do tema de incerteza na obra. Partiu-se dos resultados que mostraram que o autor utilizou com frequência consistente palavras formadas com *some\*/any\** e palavras flexionadas de *seem\** para a criação e

descrição de um clima de mistério e cenário obscuro na obra (ver STUBBS, 2003, 2005), o que criou a expectativa que mudanças nessas escolhas do autor poderiam interferir no estilo das traduções e mostrar preferências dos tradutores.

Porém, por meio da análise da frequência de itens lexicais (colocações) formados a partir de *alg\** e *parec\**, e das mudanças mais utilizadas pelos tradutores, constatou-se que o estilo do autor provavelmente não é fator primordial no estilo individual dos tradutores, uma vez que foram apontadas muitas diferenças significativas nos estilos dos tradutores e das traduções examinadas, no que tange o uso dos elementos analisados. Assim, foi possível identificar um perfil estilístico individual dos tradutores, que foi construído ao longo da pesquisa completa (ver CASTRO, 2016), com base nos itens investigados em cada etapa da análise. Os Quadros 2, 3, 4 e 5 mostram os perfis estilísticos individuais dos tradutores, em uma versão final, considerando a análise dos fatores de estilo, isto é, dos elementos da narrativa que serviram como indicadores do efeito estilístico final das traduções.

**Quadro 2:** Perfil estilístico individual de Folch

<b>FOLCH (2007)</b>
<b>Características Predominantes</b>
<b>TRAÇOS LINGÜÍSTICOS – NÍVEL MICRO</b>
Maior Variedade Lexical Menor frequência de <i>alg*</i> entre os TTs e em relação ao TF Maior frequência de <i>parec*</i> em relação ao TF Menor frequência de <i>parec*</i> entre os TTs Uso elevado do Presente do Indicativo Uso reduzido do Pretérito Imperfeito entre os TTs Apresenta padrões de colocações comuns em <i>corpus</i> ficcional e jornalístico Maior número de padrões de colocações diferentes do TF
<b>Mudanças</b>
Maior número de mudanças no total <b>Mudanças predominantes:</b> Redução por omissão Dêixis Temporal Classe gramatical

<b>FATORES DE ESTILO – NÍVEL INTERMEDIÁRIO</b>
Mudanças no grau de especificação Mudanças de Focalização (ponto de vista narrativo e distância)
<b>EFEITOS NO TEXTO FINAL – NÍVEL MACRO</b>
Atenuação do recurso de reiteração utilizado no TF Maior frequência de marcas individuais (escolhas estilísticas) Interferência significativa nos elementos da narrativa e na construção do tema de incerteza Texto mais distante do TF

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

**Quadro 3:** Perfil estilístico individual de Herrero

<b>HERRERO (2007)</b>
<b>Características Predominantes</b>
<b>TRAÇOS LINGÜÍSTICOS – NÍVEL MICRO</b>
Menor tradução em número de itens Menor frequência de <i>alg*</i> em relação ao TF Maior frequência de <i>parec*</i> em relação ao TF Apresenta padrões de colocações que não são comuns nos <i>corpora</i> de referência Segundo maior número de padrões de colocações com equivalentes menos óbvios para aqueles do TF
<b>Mudanças</b> Maior número de mudanças no total <b>Mudanças predominantes</b> Ordem (S/V/O) Classe Gramatical Redução por Contração (frase/grupo contraída em palavra) Amplificação por expansão (palavra expandida em frase/grupo)
<b>FATORES DE ESTILO – NÍVEL INTERMEDIÁRIO</b>
Mudanças no grau de especificação Mudanças na ordem de apresentação Mudanças de Focalização (ponto de vista narrativo, foco e ênfase)
<b>EFEITOS NO TEXTO FINAL – NÍVEL MACRO</b>
Maior frequência de marcas individuais (escolhas estilísticas) Interferência significativa nos elementos da narrativa e na construção do tema de incerteza Texto mais distante do TF

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

**Quadro 4:** Perfil estilístico individual de Gieschen

<b>GIESCHEN (2010)</b>
<b>Características Predominantes</b>
<b>TRAÇOS LINGÜÍSTICOS – NÍVEL MICRO</b>
Menor frequência de <i>alg*</i> em relação ao TF Maior frequência de <i>parec*</i> em relação ao TF Padrões de colocações que não são comuns nos <i>corpora</i> de referência Escolhas por padrões de colocações equivalentes mais óbvios para as escolhas do TF
<b>Mudanças</b> <b>Mudanças predominantes</b> Amplificação por Acréscimo de palavras, frases/grupos Ordem – Advérbio/adj. adverbial
<b>FATORES DE ESTILO – NÍVEL INTERMEDIÁRIO</b>
Mudanças no grau de especificação Mudanças na ordem de apresentação Mudanças de Focalização (foco e ênfase)
<b>EFEITOS NO TEXTO FINAL – NÍVEL MACRO</b>
Interferência significativa nos elementos da narrativa e na construção do tema de incerteza Mais escolhas lexicais e decalques da estrutura gramatical do TF Texto mais próximo do TF

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

**Quadro 5:** Perfil estilístico individual de Ingberg

<b>INGBERG (2010)</b>
<b>Características Predominantes</b>
<b>TRAÇOS LINGÜÍSTICOS – NÍVEL MICRO</b>
Menor frequência de <i>alg*</i> em relação ao TF Maior frequência de <i>parec*</i> em relação ao TF Uso elevado do Presente do Indicativo entre os TTs e TF Uso elevado do Pretérito Perfeito entre os TTs Padrões de colocações usuais nos <i>corpora</i> ficcional e jornalístico Escolhas de padrões de colocações com equivalentes mais óbvios para as escolhas do TF
<b>Mudanças</b> Menor número de mudanças no total <b>Mudanças Predominantes</b> Mudanças de Ordem – S/V/O e Advérbio
<b>FATORES DE ESTILO – NÍVEL INTERMEDIÁRIO</b>
Mudanças na ordem de apresentação

Mudanças de Focalização (ponto de vista narrativo, foco e ênfase)
<b>EFEITOS NO TEXTO FINAL – NÍVEL MACRO</b>
Interferência significativa nos elementos da narrativa e na construção do tema de incerteza
Mais escolhas lexicais e decalque da estrutura gramatical do TF
Texto mais próximo do TF

Fonte: elaborado pela autora, 2016.

Por meio da construção de um perfil estilístico individual dos tradutores analisados, foi possível constatar que houve interferência dos tradutores nos elementos da narrativa, o que modificou a forma como o mundo ficcional foi apresentado para o leitor nas traduções, principalmente o ponto de vista narrativo. Foi, ainda, possível verificar quais traduções fizeram escolhas lexicais e gramaticais que construíram equivalentes mais ou menos óbvios do TF em relação ao uso de *alg\** e *parec\**.

Nesse sentido, Folch foi o tradutor que apresentou uma tradução com equivalentes menos óbvios do TF e com mais marcas pessoais. Herrero também apresentou um texto com características semelhantes às daquelas do texto de Folch em relação ao TF e com variação significativa de escolhas. Gieschen e Ingberg apresentaram textos com equivalentes mais óbvios das escolhas do TF, sendo Ingberg o tradutor com menor tendência para a variação dos itens léxico-gramaticais formados a partir de *alg\** e *parec\**. Desse modo, com a análise dos fatores de estilo e dos efeitos causados pelas mudanças de nível microestrutural na narrativa final, foi possível verificar que a frequência das escolhas léxico-gramaticais e as diferenças nas formas derivadas e flexionadas de *alg\** e *parec\**, bem como as diferenças nos padrões de colocações com *alg\** e *parec\** e as mudanças mais utilizadas por cada tradutor, alteraram aspectos importantes da narrativa como o grau de especificação, que afeta diretamente o tema de incerteza da obra, a ordem de apresentação dos elementos e a focalização, que engloba o ponto de vista narrativo, distância, atitude, foco e ênfase.

O grau de especificação foi alterado principalmente por Folch, Herrero e Gieschen, uma vez que estes três tradutores

apresentaram maior uso de estratégias de amplificação e redução, o que implica em alterações significativas no grau de especificação, já que os tradutores optam por fornecer mais ou menos informação, com acréscimos de informações novas ou omissões de informações relevantes. Neste sentido, esses três tradutores apresentaram mais mudanças que interferiram na construção do tema de incerteza.

Pekkanen (2010), em sua pesquisa, identificou que dois tradutores, Matson e Linturi, afetaram o grau de especificação, pois foram os que mais utilizaram mudanças de amplificação por adição e de redução por omissão. Para a pesquisadora, nestes casos “o equilíbrio na informação fornecida é modificado, e o resultado final é um mundo ficcional de nível macro organizado de forma diferente daquele do texto-fonte” (PEKKANEN, 2010, p. 141-142)<sup>5</sup>. Desse modo, os achados desta pesquisa complementam os de Pekkanen (2010), mostrando que a narrativa nas traduções pode ser alterada conforme as estratégias mais utilizadas pelos tradutores.

Em relação às alterações na ordem de apresentação destacaram-se Herrero, Gieschen e Ingberg. Herrero destaca-se como a tradutora com maior número de mudanças de ordem do S/V/O, Gieschen apresenta um número elevado de mudanças de ordem do advérbio e Ingberg utiliza mais mudanças de ordem de S/V/O. Analisar os tipos das mudanças de ordem mais utilizadas por estes três tradutores foi relevante, uma vez que as mudanças de ordem do S/V/O alteraram também o ponto de vista narrativo, a atitude na narrativa, foco e ênfase. As mudanças de ordem do advérbio alteram o foco e ênfase na narrativa. Assim, conforme os tipos de mudanças de ordem mais utilizadas individualmente pelos tradutores, verificam-se diferentes alterações dos elementos da narrativa entre os TTs, com efeitos na construção de significados distintos em um contínuo que varia do grau menor ao maior.

Embora não tenha encontrado nenhuma alteração significativa na ordem de apresentação dos elementos da narrativa de seus

---

<sup>5</sup> No original “*The balance in the information offered is thus shifted, and the end result is a fictional macrolevel world that is arranged differently from that created in the source text.*”

tradutores, Pekkanen (2010, p. 142) afirma que “a ordem na qual os elementos da sentença são apresentados altera seu status: os elementos com status de oração principal no texto-fonte desempenham um papel com menos peso no texto-alvo e, assim, o foco na narrativa é modificado”<sup>6</sup>. Considerando esse aspecto, as traduções de Herrero e Ingberg apresentaram tipos de alterações na ordem de apresentação com efeitos para o ponto de vista narrativo e Gieschen apresenta alterações na ordem de apresentação com efeitos para o foco na narrativa.

Todos os tradutores estudados alteraram aspectos da focalização. No entanto, alguns deles alteraram alguns aspectos mais do que os demais tradutores, o que contribuiu para a caracterização de perfis diferenciados para cada um. Na tradução de Folch foram observadas principalmente alterações no ponto de vista narrativo, pelo número elevado de mudanças de dêixis temporal, o que, conseqüentemente, definiu um maior ou menor distanciamento ou aproximação do leitor do mundo ficcional relatado.

Em relação às mudanças de dêixis temporal, Folch foi o tradutor que mais apresentou alterações concernentes à distância entre narrador e leitor na narrativa, pois utiliza mais formas no presente do indicativo e menos formas do pretérito imperfeito com efeito de aproximação do leitor da história relatada. Herrero, que apresenta elevada frequência no uso de mudanças de ordem de S/V/O, também faz alterações significativas no ponto de vista narrativo, foco e ênfase, alterando também a atitude, mas sem mudanças significativas de dêixis.

Devido a uma quantidade mais elevada de mudanças de ordem do advérbio, Gieschen e Ingberg apresentam mudanças significativas de foco e ênfase. Com essas alterações, os tradutores ora apresentam padrões de escolhas motivadas relativas ao tema de incerteza, como informações dadas nas orações, ora como

---

<sup>6</sup> No original “[...] *the order in which the sentence elements are presented alters their status: the elements with main clause status in the source text are given less weighty role in the target text: the focus of the narrative is thus shifted*”.

informação nova, enfatizando advérbios de tempo, lugar e modo. Ingberg também apresenta mudanças de ordem de S/V/O, o que representa alterações no ponto de vista narrativo e atitude.

Em relação às alterações relacionadas à focalização, Pekkanen (2010) constatou que apenas um de seus tradutores investigados seguiu as características formais do autor do TF, sendo que os outros três alteraram a focalização na narrativa o que, para autora, tornou o texto traduzido mais distante do formato da narrativa do TF. Neste estudo, embora Ingberg esteja entre os três tradutores com alterações na focalização da narrativa, este é o tradutor que mais manteve como estratégia principal o decalque da estrutura gramatical do TF, apresentando, portanto, um texto mais próximo do formato da narrativa do TF.

Os resultados da análise dos fatores de estilo permitiram constatar que os quatro tradutores investigados produziram textos diferentes em relação ao uso de palavras formadas com *alg\** e flexionadas de *parec\**, e de padrões de colocações com essas palavras para traduzir itens lexicais com *some\*/any\** e *seem\** do TF. As escolhas léxico-gramaticais identificadas mostraram características de alguns tradutores, que são independentes do estilo do autor. Permitiram, ainda, indicar os principais efeitos estilísticos na tradução provenientes dessas escolhas individuais e traçar um perfil estilístico para cada tradutor com base nessas escolhas.

O perfil estilístico individual de cada tradutor foi construído ao longo da pesquisa de doutorado completa (ver CASTRO, 2016), à medida que resultados permitiam definir características proeminentes de cada tradutor. O perfil estilístico individual completo dos tradutores foi concluído após análise dos fatores de estilo e revelaram os efeitos estilísticos nas traduções (ver Quadros 2, 3, 4 e 5).

Assim, Folch foi o tradutor com tendência de atenuação do recurso de reiteração utilizando menos palavras formadas com *alg\** e flexionadas de *parec\** e com maior razão forma/item geral e padronizada. Isso significa que sua tradução é a que apresenta maior variedade lexical, o que foi confirmado ao longo de todas as etapas de análise. Sabe-se que Folch é um tradutor profissional também de *best*

*sellers*, o que pode explicar sua utilização de padrões de colocações mais comuns nos *corpora* de ficção em relação aos outros tradutores. Ele também foi o tradutor que optou por padrões de colocações que são equivalentes menos óbvios do TF.

Folch se destacou também por apresentar o maior índice no uso de mudanças de redução por omissão, dêixis temporal e classe gramatical. Assim, pode-se afirmar que o tradutor apresentou uma tendência de normalização do TT em relação ao TF, com marcas de preferências individuais, atenuou o recurso de reiteração e interferiu significativamente na construção do tema de incerteza, pois houve consistência em seus traços predominantes.

Na primeira etapa da pesquisa, de extração de dados referentes à frequência dos itens com *alg\** e *parec\**, bem como dos dados referentes à razão forma/item geral e padronizada, Herrero não apresentou alterações relevantes. Porém, na análise dos padrões de colocações de itens com *alg\** e *parec\** verificou-se que essa foi a segunda tradutora com maior número de escolhas por padrões que são equivalentes menos óbvios do TF, destacando-se, depois de Folch, dos demais tradutores.

No entanto, ao contrário de Folch, Herrero não apresenta padrões de colocações usuais nos *corpora* de controle investigados. Na análise das mudanças, Herrero e Folch foram os tradutores que mais utilizaram esse recurso e Herrero utilizou uso variado de mudanças para os itens com *alg\** e *parec\** em relação aos outros tradutores, o que mostrou que Herrero é também uma tradutora com padrões de escolhas lexicais individuais distintas, com alterações significativas no nível da narrativa no TT, também com uma tendência à normalização de sua tradução em relação ao TF.

Gieschen foi a tradutora que mais utilizou a estratégia de amplificação por acréscimo entre os TTs, ao mesmo tempo em que foi também a tradutora que apresentou uma tradução com número de itens que são equivalentes mais óbvios dos itens do TF. Gieschen apresentou padrões de colocações que são também equivalentes mais óbvios dos padrões do TF e, de uma forma geral, apresentou tendência ao decalque sintático do TF.

Ingberg se destacou por ser o tradutor com menor número de mudanças relacionadas ao uso de itens com *alg\** e *parec\**. Foi também o tradutor que apresentou escolhas por padrões de colocações que são equivalentes mais óbvios dos padrões do TF, embora apresentasse também alguns padrões usuais nos *corpora* ficcional e de textos jornalísticos. De uma forma geral, este tradutor foi o que apresentou maior tendência ao decalque sintático em relação ao uso de estruturas com *alg\** e *parec\**.

Estabeleceu-se um contínuo entre normalização e interferência do TF em relação às escolhas para a tradução dos itens investigados, sendo os textos da esquerda os que apresentaram maior tendência à normalização e, conseqüentemente, escolhas por equivalentes menos óbvios do TF, a seguir reproduzido:

FOLCH      HERRERO      GIESCHEN      INGBERG      TF

Ao mesmo tempo em que confirma alguns pressupostos de Pekkanen (2010), esta pesquisa também contradiz a afirmativa da pesquisadora de que o estudo delimitado pelo tema não seria viável para a aplicação de seu modelo. O presente estudo foi delimitado pelo tema de incerteza apontado por Stubbs (2003, 2005) e as unidades de análise foram definidas antes da análise das mudanças, diferente do estudo de Pekkanen (2010), que não parte de nenhuma delimitação temática, tampouco de unidades de análise definidas *a priori*. A delimitação pelo tema das unidades de análise também foi adotada em Blauth (2015) e Montenegro (2015), mostrando-se produtiva para a investigação do estilo dos TTs e dos tradutores.

Os achados de Pekkanen (2010) concluem que dois tradutores, Saarikoski e Makinen, produziram textos mais próximos do TF com traços em comum, e os demais tradutores, Matson e Linturi, produziram textos mais distantes do TF com mais marcas pessoais dos tradutores. Do mesmo modo, esta pesquisa também concluiu que Folch e Herrero produziram textos com tendência maior à normalização dos TTs em relação ao TF, com o uso de recursos linguísticos distintos com efeitos para a narrativa. Gieschen e

Ingberg seguiram uma linha de uso de equivalentes mais óbvios para os itens investigados em relação ao TF com menos recursos linguísticos e padrões que possam ser considerados como escolhas individuais no *corpus*.

À medida que os dados iam guiando a pesquisa, verificou-se que os traços investigados apontaram mais para o estilo como atributo pessoal, isto é, do tradutor (SALDANHA, 2011) e, assim, a pesquisa voltou-se também para a descrição de traços individuais dos tradutores verificados por meio de escolhas linguísticas no nível micro. Esses traços foram considerados como indicativos de seus estilos individuais, o que permitiu traçar um perfil para cada tradutor.

#### 4. Conclusões

Esta pesquisa enfatizou a descrição do estilo da tradução e do tradutor, entendidos sob o viés de Saldanha (2011) de estilo como atributo textual e pessoal. Foi investigado o estilo de quatro tradutores de TTs para o espanhol de *Heart of Darkness* (CONRAD, 1902).

Afiliado ao sub-ramo dos estudos descritivos da tradução orientados ao produto, especificamente aos estudos de estilo da tradução com base em *corpora*, este estudo utilizou como base teórica principal os estudos de Stubbs (2003, 2005) e Pekkanen (2010) para investigar o estilo por meio da identificação e descrição de padrões recorrentes de itens lexicais no nível linguístico microestrutural do texto, responsáveis pelo desenvolvimento do tema de incerteza na obra. Considerou-se e analisou-se a contribuição pessoal e individual dos tradutores, por meio da análise de escolhas de itens lexicais formados a partir dos nódulos *alg\** e *parec\**, usados para traduzir *some\*/any\** e *seem\** do TF, considerados proeminentes, uma vez que utilizados de forma recorrente, e, também, por meio da análise dos principais padrões de colocações e das mudanças de tradução com os nódulos abordados.

O pressuposto norteador do trabalho foi o postulado de Pekkanen (2010) de que sempre haverá mudanças na tradução e de que, através da investigação das mudanças formais opcionais de

nível microestrutural, é possível identificar alterações no nível macroestrutural e construir um perfil estilístico individual de tradutores com base nesses achados. Assim, esta pesquisa teve como objetivo geral estudar e descrever o estilo das traduções e dos tradutores, Folch, Herrero, Gieschen e Ingberg, de *Heart of Darkness* (1902) para o espanhol, com base em padrões de escolhas lexicais associados ao significado de incerteza nos textos, principalmente, aqueles formados a partir de *alg\** e *parec\**, tendo como principal objeto de estudo mudanças formais opcionais, relativas às escolhas nas traduções desses padrões.

Para alcançar os objetivos específicos, a metodologia utilizada foi baseada na análise de *corpus* para a geração e análise de dados. Também foi usada a metodologia de Pekkanen (2010) para a identificação e categorização das mudanças encontradas nos TTs, em relação aos fatores de estilo e aos efeitos prováveis na narrativa dos TTs, bem como a construção dos perfis estilísticos de cada tradutor pesquisado. Fez-se uma adaptação da proposta de Pekkanen (2010), uma vez que a autora não utiliza as ferramentas de *corpus* para sua análise. Outra diferença relaciona-se às configurações da pesquisa, haja vista que Pekkanen (2010) não determina as unidades de análise *a priori* e nem parte de um recorte temático, (ver BLAUTH, 2015; MONTENEGRO, 2015). Nesta pesquisa as unidades de análise são determinadas pelo recorte temático e por itens já previamente apontados por Stubbs (2003, 2005).

Investigaram-se as mudanças mais utilizadas como estratégias pelos tradutores para a tradução de itens lexicais com *some\*/any\** e *seem\** nos TTs. Anotaram-se e agruparam-se as mudanças que mais ocorreram nas traduções conforme a metodologia proposta por Pekkanen (2010), com as devidas adaptações de categorias de mudanças. A partir da análise das mudanças foi possível começar a traçar padrões estilísticos das estratégias individuais dos tradutores, verificando-se que Folch foi o tradutor com o maior número de mudanças no total, seguido de Herrero, o que corroborou os achados iniciais sobre os dois tradutores.

A análise dos fatores de estilo levou em consideração o quanto as mudanças utilizadas como estratégias pelos tradutores influenciaram prováveis construções do mundo ficcional e de que modo afetaram 1) o grau de especificação, para mais ou menos, 2) ordem de apresentação e 3) focalização. Folch apresentou um número elevado de redução e, assim, alteração do grau de especificação para menos, o que alterou também o foco e ponto de vista da narrativa, por apresentar também mudanças de dêixis, resultando em um texto mais normalizado em relação ao TF. Além da tendência à normalização, Folch apresenta tendência de atenuação do recurso de reiteração. Herrero foi uma tradutora que também apresentou número elevado de mudanças no total, o que provocou alterações nos três fatores de estilo investigados, ocasionando também um texto mais distante do TF com tendência à normalização.

Após análise dos fatores de estilo e, conseqüentemente, das alterações na construção do tema de incerteza, foi elaborado um perfil estilístico para cada tradutor, considerando as escolhas lexicais de cada um e foi possível apontar quais textos têm maior tendência à normalização em relação às escolhas lexicais formadas a partir dos lemas investigados. Todos esses resultados permitiram criar um perfil estilístico individual dos tradutores começando por suas características linguísticas no nível microestrutural, e passando pela identificação de como essas escolhas linguísticas afetaram o nível macro, o que confirmou a produtividade da metodologia de Pekkanen (2010).

Por meio da investigação das mudanças foi possível identificar as principais estratégias individuais utilizadas pelos tradutores para a tradução dos itens investigados e, assim, identificar o quanto os tradutores interferiram na estrutura da narrativa das traduções com prováveis efeitos no nível macroestrutural dos TTs, confirmando-se o pressuposto de que é possível traçar um perfil estilístico para os tradutores de HOD para o espanhol com base nas mudanças na tradução dos itens investigados.

Esta pesquisa expandiu, portanto, a proposta de Stubbs (2003, 2005) para o estudo dos itens lexicais como traços formadores do

estilo de uma obra, ao realizar um estudo destes itens e seus padrões de colocações no próprio HOD e em quatro traduções deste texto em espanhol. Este estudo contribuiu com a investigação de palavras gramaticais, até então deixadas de lado em outras pesquisas empíricas sobre HOD, confirmando que este tipo de investigação também foi produtivo no estudo do estilo do texto-fonte e dos TTs integrantes do *corpus* da pesquisa.

A pesquisa também confirmou as hipóteses de Pekkanen (2010), sobre a construção de um perfil estilístico de tradutores literários com base na identificação das mudanças de nível microestrutural e as alterações consequentes em fatores de estilo próprios da narrativa e, ainda, sobre a recorrência de mudanças na tradução, mesmo em traduções cujo estilo apresenta mais interferências do TF, como a de Pablo Ingberg por exemplo. No entanto, este estudo refuta a afirmação de Pekkanen (2010) de que a pesquisa que delimita as unidades de análise com base em um recorte temático não seria ideal para a aplicação de seu modelo. Este estudo, realizado com base em um recorte temático com unidades de análise delimitadas *a priori*, validou a proposta metodológica de Pekkanen (2010).

As lacunas deixadas nesta pesquisa podem gerar novas indagações para pesquisas futuras que poderiam enfocar fatores de motivação para as escolhas dos tradutores aqui investigados, entre eles fatores ideológicos, ou relacionados ao contexto histórico-cultural nas traduções publicadas na Argentina e Espanha. O estudo dos padrões de agrupamentos lexicais destes TTs é outra alternativa, com a ampliação do horizonte de análise, replicando-se a metodologia utilizada nesta pesquisa.

Por fim, por se tratar de um estudo de estilo de traduções e de tradutores literários, os resultados desta pesquisa podem contribuir com o ensino/aprendizagem de tradução de textos literários para tradutores em formação, bem como para o ensino de inglês e espanhol como línguas adicionais, especialmente, com a utilização dos resultados referentes aos padrões de colocações dos itens lexicais com os nódulos investigados, muitos deles exemplos

da fraseologia das línguas estudadas, relevantes no ensino de tradução e de línguas adicionais.

### **Referências do *Corpus* da pesquisa**

CONRAD, J. *Heart of Darkness*. Londres: Penguin Books, [1902] 1994. 114 p.

CONRAD, J. *El Corazón de las tinieblas*. Tradução de Borja Folch. Barcelona, Espanha: Ediciones B, S.A, 2007. 144 p.

CONRAD, J. *El Corazón de las tinieblas*. Tradução de Clara Iturero Herrero. Madri, Espanha: EDIMAT LIBROS, S.A., 2007. 143 p.

CONRAD, J. *El Corazón de las tinieblas*. Tradução de Amalia Gieschen. Buenos Aires, Argentina: Gárgola Ediciones, 2010. 144 p.

CONRAD, J. *El Corazón de las tinieblas*. Tradução de Pablo Ingberg. Buenos Aires, Argentina: Losada, 2010. 188 p.

### **Referências gerais**

BAKER, M. Corpus linguistics and translation studies: implications and applications. In: BAKER et al. (eds.). *Text and technology: In honour of John Sinclair*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1993. p. 233-250.

BAKER, M. *Corpora in translation studies: an overview and some suggestions for future research*. *Target*, Amsterdam, v. 7, n. 2, 1995. p. 223-243.

BAKER, M. Corpus-based translation studies: the challenges that lie ahead. In: SOMERS, H. (ed.). *Terminology, LSP and translation: studies in language engineering in honour of Juan C. Sager*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996. p. 177-186.

BAKER, M. *Towards a methodology for investigating the style of a literary translator*. *Target*, Amsterdam, v. 12, no. 2, 2000. p. 241-266.

- BAL, M. *Narratology: Introduction to the Theory of Narrative*. Toronto: University of Toronto Press, 1997.
- BERBER-SARDINHA, T. *Linguística de corpus*. Barueri: Manole, 2004.
- BERBER-SARDINHA, T. *Pesquisa em Linguística de Corpus com Wordsmith Tools*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009. 272 p.
- BIBER, D. et al. *Longman Grammar of Spoken and Written English*. Inglaterra: Longman, 1999. p. 435-450.
- BIBER, D. et al. If you look at....: Lexical Bundles in University Teaching and Textbooks. *Applied Linguistics*. New York: Oxford University Press, 2004. p. 371-405.
- BLAUTH, T. *A paisagem indizível de duas traduções brasileiras de Heart of Darkness: uma análise de estilo com base em corpus*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2015, 138f.
- CASTRO, M. C. *O perfil estilístico de quatro tradutores de Heart of Darkness para o espanhol: uma investigação de mudanças de tradução (shifts in translation) baseada em padrões de itens lexicais de um corpus paralelo*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG: 178f. 2016.
- CASTRO, M. C. Análise de padrões de colocações de itens lexicais como identificadores do perfil estilístico tradutório de Heart of Darkness. *D.E.L.T.A.*, São Paulo: 35-2, (1-43), 2019.
- CASTRO, M. C. Delineamento de um perfil estilístico tradutório de Heart of Darkness por meio da análise das mudanças da tradução. *Trabalhos de Linguística Aplicada*. Campinas, SP, n(59.2): 1373-1396, mai./ago. 2020.
- CHESTERMAN, A. *Memes of Translation*. Amsterdam: John Benjamins, 1997.
- CHESTERMAN, A. Beyond the Particular. In Anna Mauranen and Pekka Kujamaki (eds). *Translation Universals Do they exist?*. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins Translation Library, 2004. p. 33-49.

- CHESTERMAN, A. Problems with Strategies. In K. Károly and Á. Fóris (eds). *New Trends in Translation Studies*. In honour of Kinga Klaudy. Budapest: Akadémia Kiadó, 2005. p. 17 – 28.
- CHESTERMAN, A. *Similarity Analysis and the Translation Profile*. Amsterdam: John Benjamins, 2007. p. 53 – 66.
- LEUVEN-ZWART, K. M. *Translation and Original Similarities and Dissimilarities I. Target*. Amsterdam: John Benjamins, 1989. p. 151- 181.
- CHESTERMAN, A. *Translation and Original Similarities and Dissimilarities II. Target*. Amsterdam: John Benjamins, 1990. p. 69- 95.
- MAGALHÃES, C. M. *ESTRA: Um corpus para o estudo do estilo da tradução*. Florianópolis: Cadernos de Tradução, nº 34, 2014. p. 248 – 271.
- MALMKJAER, K. *What happened to God and the angels: an exercise in translational stylistics*. *Target*, Amsterdam, v. 15, 2003. p. 37-58.
- MALMKJAER, K. *Translational stylistics: Dulcken's translations of Hans Christian Andersen*. *Language and Literature*. London: SAGE publications. v. 13 (1), 2004. p. 13-24.
- MALKJAER, K.; CARTER, R. *Stylistics*. In: MALMKJÆR, K. (ed.). *The Linguistics Encyclopedia*. Second Edition. London and New York: Routledge, (first edition 1991) 2002. p. 510-520.
- MONTENEGRO, M. S. *O perfil de quatro tradutores portugueses de Heart of Darkness: um estudo do estilo do tradutor com base em corpus*. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos). Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2015. 178 f.
- MUNDAY, J. *A Computer-Assisted approach to the Analysis of Translation Shifts*. *Meta*, XLIII, 1998.
- MUNDAY, J. *Style and Ideology in Translation: Latin American Writing in English*. New York: Routledge, 2008. 261 p.
- OLOHAN, M. *Introducing Corpora in Translation Studies*. Londres e Nova York: Routledge. 2004.

- OLOHAN, M.; BAKER, M. *Reporting That in translated English. Evidence for subconscious processes of Explicitation? Across Languages and Cultures* 1 (2). Budapeste: 2000. p. 141- 158.
- PEKKANEN, H. *The Duet between the Author and the Translator: An Analysis of Style through Shifts in Literary Translation*. Tese (Doutorado). Finlândia: Universidade de Helsinki, 2010.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. *Nueva Gramática de La Lengua Española – Manual*. Asociación de Academias de La lengua Española. Espanha: Espasa Libros, S.L.U. 2010.
- SALDANHA, G. *Style of Translation: An exploration of Linguistic patterns in the translations of Margaret Jull Costa and Peter Bush*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos Interculturais). Dublin: Universidade de Dublin, 2005. 235 f.
- SALDANHA, G. *Translator Style: methodological considerations*, Manchester: St. Jerome Publishing, *The Translator*. Volume 17, Número 1, 2011. p. 25-50.
- SALDANHA, G. *Emphatic Italics in English Translations: Stylistic Failure or Motivated Stylistic Resources? Meta: Translators' Journal*. vol. 56, n. 2, 2011b. p. 424-442. Disponível em <http://id.erudit.org/iderudit/1006185ar> .
- SALDANHA, G. *Style of Translation: The Use of Foreign Words in Translations by Margaret Jull Costa and Peter Bush*. In KRUGER, A., WALLMACH, K., MUNDAY, J. (eds.). *Corpus-Based Translation Studies Research and Applications*. Continuum. 2011c. p. 237 – 258.
- SCOTT, M. *WordSmith Tools version 5.0*, Liverpool: Lexical Analysis Software, 2008.
- SCOTT, M. *WordSmith Tools version 6.0*, Liverpool: Lexical Analysis Software, 2012.
- SINCLAIR, J. *Corpus, concordance, collocation*. New York: Oxford University Press, 1991. 179 p.

SINCLAIR, J. *Trust the text: Language, corpus and discourse*. London: Routledge, 2004. 211 p.

STUBBS, M. *Collocations and cultural connotations of common words*. Linguistics and Education. Trier: University of Trier. 7, 1995. p. 379-390.

STUBBS, M. *Conrad in the computer: examples of quantitative stylistic methods*. Conrad, Concordance, Collocation: Heart of Darkness or light at the end of the tunnel? Language and Literature. Trier, Alemanha: Universidade de Birmingham, 2003. p. 5-24.

STUBBS, M. *Conrad in the computer: examples of quantitative stylistic methods*. Language and Literature. Volume 14. Número 5. 2005. Disponível em: <http://lal.sagepub.com/cgi/content/abstract/14/1/5>.

TOURY, G. *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam: John Benjamins. 1995.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

### **Patrick Rezende**

Licenciado pleno em Língua Inglesa e Literatura de Língua Inglesa pela Universidade Federal do Espírito Santo. É mestre em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL-UFES), com pesquisa na área da tradução e estudos pós-coloniais. Doutor em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com pesquisa na área dos estudos da tradução. É editor-gerente da Revista PERcursos Linguísticos do PPGEL da UFES. Conduz pesquisas na área de Letras, com ênfase em tradução e teorias pós-coloniais. Possui interesse nos seguintes tópicos: tradução, reescritas, povos indígenas, ensino de línguas estrangeiras modernas, identidade e pragmática. É membro da diretoria da ABRAP- Associação Brasileira de Pragmática e coordenador da Comissão de Tradução da Abralin.

### **Guilherme Brambila**

Doutor em Linguística pelo programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL-UFES). Mestre em Linguística pelo programa de pós-graduação stricto sensu da mesma universidade. Licenciado em Letras - Língua Portuguesa pela mesma instituição. Licenciado em Língua Inglesa pela Universidade Estácio de Sá. Tem experiência no ensino de Língua Portuguesa como língua materna e adicional. Compõe o corpo editorial da revista PERcursos Linguísticos (UFES). Realiza pesquisas inseridas nos estudos bakhtinianos, com interesse em produção textual em contexto escolar e acadêmico e Análise Dialógica do Discurso. Faz parte do GEBAKH (Grupo de Estudos Bakhtinianos), na Universidade Federal do Espírito Santo.



## **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

### **Alexsandro Meireles**

Alexsandro Meireles é formado em Música pela UFES e Letras-Inglês pela UFMG. É Mestre em Linguística pela UFMG e Doutor em Linguística pela UNICAMP. Foi Professor Visitante na University of Southern California (2004-2005) e atualmente é Cientista Convidado na Beuth Hochschule für Technik – Berlin (2019-2020). É desde 2008 professor na UFES, lecionando aulas na graduação em Letras e pós-graduação em Linguística, onde dirige um Laboratório de Fonética. Entre suas especialidades experimentais de pesquisa em canto e fala, salientamos: EMA, EPG, EGG, pressão oral e nasal, ultrassom e análises acústicas. Atualmente, trabalha no desenvolvimento de um protocolo para análise da qualidade de voz na fala e no canto.

E-mail para contato: meirelesalex@gmail.com.

### **Crisbelli Domingos**

Professora do Curso de Letras da área de Linguagens e Sociedade do Centro Universitário Internacional - UNINTER. Doutoranda e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de pesquisa de Linguagem e Práticas Sociais, com ênfase em Pragmática e Ciências Cognitivas. É especialista em Ensino de Língua Espanhola e suas Literaturas (UTP) e graduada em Letras Português e Espanhol, pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Membro do Grupo de Pesquisa Linguagem, Comunicação e Cognição CNPq, e membro da diretoria da Associação Brasileira de Pragmática, ABRAP, biênios 2014/2016 e 2016/2018. Realiza pesquisas multidisciplinares, mas são áreas científicas de maior interesse: comunicação, cognição, pragmática, neurociência e EAD. E-mail: crisbelli.domingos@hotmail.com

### **Daniel Ferraz**

Daniel Ferraz é Pós-Doutor em Educação pela Universidade Católica de Leuven, Bélgica e Pós-Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo. É Mestre e Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo. É docente no Departamento de Letras Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês (PPGELLI) da USP. Coordena o GEELLE (Grupo de Estudos sobre Educação Linguística em Línguas Estrangeiras – USP, DGP CNQq). É pesquisador com bolsa de produtividade do CNPq. E-mail: danielfe@usp.br.

### **Elena Godoy**

Professora Associada da Universidade Federal do Paraná (UFPR), atua na Pós-Graduação em Letras. Tem pós-doutorado e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Letras pela UFPR e graduada em Letras Espanhol/Inglês pela Universidade Pedagógica de São Petersburgo (1976). Seu interesse atual se concentra principalmente nos seguintes temas: pragmática, comunicação humana, linguagem e cognição, linguagem e cultura, geopolíticas linguísticas e ensino de línguas estrangeiras com ênfase no espanhol. É líder do Grupo de Pesquisa "Linguagem, Comunicação e Cognição"/UFPR/CNPq, que reúne pesquisadores e alunos de várias universidades, e tem como sua característica principal a interdisciplinaridade, que compreende a linguagem e outras áreas de atividade humana.

### **Isadora Machado**

Linguista e ativista antimanicomial. Luta por uma universidade pública, laica, gratuita, para todos e socialmente referenciada. Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia. Líder da GrupA (Grupa de Práticas em Semântica e Discurso). Mestre e Doutora em Linguística pela Unicamp. Estágio doutoral na Université Sorbonne-Nouvelle. Pós-doutorado em Semântica pela Unicamp (2021). Atua nos cursos de graduação em Letras e nos Bacharelados Interdisciplinares da UFBA. Ensino, pesquisa e

extensão: estudos materialistas da linguagem; processos de significação na modernidade colonial-capitalista; história das ideias linguísticas; linguagem e interseccionalidades; práticas científicas terceiro-mundistas. E-mail: isadoralmac@gmail.com.

### **Janaina Gonçalves**

Janaina Gonçalves é bacharela em Letras com Habilitação em Tradutor pela UNESP (IBILCE, francês, italiano), especialista em Ensino de Língua Inglesa, Mestra e doutoranda em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela USP-FFLCH. Atua como chefe da Divisão de Idiomas no Núcleo Educacional de Tecnologias e Línguas da Universidade Federal do ABC. E-mail: janainagofflchusp@gmail.com.

### **Janayna Bertollo Cozer Casotti**

Janayna Bertollo Cozer Casotti tem pós-doutorado pela Universidade Aberta, Portugal (2016/bolsista da CAPES); doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal Fluminense (2010); mestrado em Língua Portuguesa pela PUC São Paulo (2003) e especialização em Língua Portuguesa pela PUC Minas (1999). É professora da Universidade Federal do Espírito Santo, onde atua no Departamento de Línguas e Letras/CCHN e no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Coordena o Grupo de Pesquisa Leitura e Produção de Textos e o Projeto de Extensão Releitores. Desenvolve pesquisas sobre leitura e produção de textos, letramentos e formação docente, materiais didáticos e novas tecnologias. E-mail: janaynacasotti@gmail.com

### **Joelson Rocha**

Joelson Rocha é Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo. Integrante do Gedim - Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia, da Universidade Federal do Espírito Santo. Graduado em Letras, pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atua como professor de Linguagens em escolas da rede particular na Grande Vitória. E-mail: joerocha@hotmail.com.

### **José Antonio Rodrigues Luciano**

Graduado em Letras (2018) pela Universidade Estadual Paulista - UNESP Assis, Mestre (2020) em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista - UNESP Araraquara, com bolsa de estudos CNPq e doutorando (2021), com bolsa CAPES, pelo mesmo Programa. Estagiário voluntário da ALFA: Revista de Linguística (2021-2022). Integrante do GED - Grupo de Estudos Discursivos. Área de atuação: Análise Dialógica do Discurso. E-mail: trodrigues01.tr@gmail.com.

### **Júlia Almeida**

Graduada em Comunicação Social pela UFF (1989), possui mestrado e doutorado em Linguística pela Unicamp (1993 e 1998), este último com estágio de pesquisa na Universidade de Paris VIII (1995-1996). Realizou pós-doutorado em Literatura na Duke University (EUA, 2007), em Estudos culturais, no Programa Avançado de Cultura Contemporânea - PACC/UFRJ (2012-2013), e em Geografia urbana, na Universidade Federal Fluminense (2016). É Professora Titular da Universidade Federal do Espírito Santo, onde atua desde 2003 nas áreas de Linguística e Estudos Literários. É autora dos livros *Estudos deleuzeanos da linguagem* (Ed. da Unicamp (2003), *Textualidades contemporâneas - Texto, Imagem, Cultura* (Edufes, 2012), *O fardo da autorrepresentação do brasileiro* (Pontes, 2017), co-organizadora dos livros *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas* (7 Letras/Faperj, 2013), *Literatura e voz subalterna* (Edufes, 2016), *Estudos culturais: legado e apropriações* (Pontes, 2017) e de diversos artigos publicados em revistas de letras, comunicação e cultura. Também é compositora e autora do EP *Vim pra roda, sim!* (Apê Estúdio, 2020)

### **Luciane de Paula**

Graduada em Letras (1997), Mestra (2001) e Doutora (2007) em Linguística e Língua Portuguesa, todos pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Araraquara e Pós-doutora (2011) em Letras pela Université François Rabelais - Tours/France. Professora da

Universidade Estadual Paulista - UNESP, lotada no Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação - DELLE/Assis, credenciada no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da UNESP/Araraquara e no Programa de Mestrado Profissional em Letras - ProfLetras. Líder do GED - Grupo de Estudos Discursivos. E-mail: lucianedepaula1@gmail.com

### **Luciano Novaes Vidon**

Professor associado da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestre e doutor com pós-doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas, e pós-doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordena, na Ufes, o Grupo de Estudos Bakhtinianos (Gebakh), tendo organizado, em 2013, o II Encontro de Estudos Bakhtinianos (Eeba), que contou com a participação de estudiosos do Brasil e do exterior, como João Wanderley Geraldi, Anthony Wall, Susan Petrilli e Augusto Ponzio. Publicou, em 2013, com Raquel Salek Fiad, o livro *Em(n)torno de Bakhtin: questões e análises*, pela Pedro & João Editores, e, em 2019, *A pesquisa sob o enfoque dos estudos do Círculo de Bakhtin*, com Ana Zandwais, pela Edufes.

### **Luiz Felipe Andrade Silva**

Luiz Felipe Andrade Silva defende a liberdade de cátedra e a educação pública, gratuita e para todos. É dramaturgo e Professore Adjunte (DE) do Departamento de Letras Vernáculas (Área de Texto, Discurso e Ensino) do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. É líder da GrupA (Grupa de Práticas em Semântica e Discurso), em parceria com Isadora Machado, e integrante o GETEn (Grupo de Estudos sobre Texto e Enunciação). Possui Doutorado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2019) e Mestrado pela mesma instituição (2015). Desenvolve pesquisas na área de Análise de Discurso Materialista, com ênfase nos seguintes temas: leitura e formação do leitor; religiosidade; colonialidade; gênero e sexualidade.

### **Maria da Penha Pereira Lins**

Possui Doutorado em Linguística pela UFRJ. Pós Doutorado em Linguística pela UNICAMP. Atua no Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos da UFES.

Tem experiência nas áreas da Linguística do Texto e da Pragmática, com ênfase em Texto - Discurso - Interação, abordando, principalmente, os seguintes temas:

texto, discurso, linguagem e interação, contexto, focalizando gêneros da mídia em geral.

E-mail: mpenhalins@gmail.com

### **Maria Marta Pereira Scherre**

Maria Marta Pereira Scherre é doutora em Linguística pela UFRJ (1988), pesquisadora I-B do CNPq, membro permanente do PPGEL/UFES, como professora voluntária, e pesquisadora colaboradora do PPGL/UnB. Participa dos seguintes Grupos de Pesquisa: PEUL/ UFRJ; Portvix/UFES; GEAS/UnB e VALCO/UnB. Tem experiência na área de Linguística, subárea Sociolinguística e Dialetoлогия, com foco em variação e mudança linguística, português brasileiro, concordância verbal de terceira e de primeira pessoa, concordância nominal de número, imperativo gramatical, pronomes de segunda pessoa, preconceito linguístico e respeito linguístico. E-mail para contato: mscherre@gmail.com.

### **Mayelli Caldas de Castro**

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Especialização em Ensino de Língua Inglesa pela UFES. Graduação em Licenciatura Plena em Letras-Português/ Inglês e respectivas literaturas pela FICAB. Professora efetiva, de línguas e linguagens, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES. E-mail: mayellicaldas@gmail.com / mayelli.castro@ifes.edu.br.

**Micheline Mattedi Tomazi**

Micheline Mattedi Tomazi é doutora em Linguística pela Universidade Federal Fluminense, professora Associada do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (DLL/PPGEL/UFES). Coordena o Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia (GEDIM) na Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: micheline.tomazi@ufes.br.

**Monyque Assis Suzano**

Graduada em Letras-Inglês (2017) e Mestra (2023) em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo/UFES. É organizadora do Slam Botocudos, articuladora e ritmista do bloco de carnaval de rua AfroKizomba. Atua na área de Linguística, com ênfase na Análise do Discurso Crítica, Estudos sobre Antirracismo e Oralidades.

Os periódicos científicos passaram por necessários ajustes neste século. Do papel ao digital. De poucos a muitos. Do conteúdo limitado à ampliação no acesso. A PERcursos Linguísticos surgiu já inserida nesse cenário trazido pelas novas mídias e suportes. A revista construiu sua trajetória dentro desses pilares tecnológicos. Um alicerce, no entanto, herdado do século anterior, foi mantido: o do rigor científico. A pluralidade e a relevância dos temas abordados nos artigos publicados nos dez anos de existência do periódico confirmam o que esta frase economicamente registra, por conta da incontornável restrição do espaço. A publicação desta obra é imprescindível não apenas para marcar a excelência da revista. É imprescindível para registrar também a conquista de se manter firme no inegociável princípio da qualidade, em tempos de tanta dificuldade na produção e na difusão do conhecimento científico.

**Ana Cristina Carmelino**



ISBN 978-65-5869-744-2



9 786558 697442 >